

Daniel Joaquim Andrade Teles

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana

As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Mestrado em Arquitectura e Urbanismo

Porto

2011

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

Daniel Joaquim Andrade Teles

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana

As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

Universidade Fernando Pessoa
Faculdade de Ciências e Tecnologia
Mestrado em Arquitectura e Urbanismo

Porto

2011

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

Daniel Joaquim Andrade Teles

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana

As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

Trabalho apresentado à Universidade
Fernando Pessoa como parte dos
Requisitos para a obtenção do grau de
Mestre em Arquitectura e Urbanismo

.....

Orientadora:

Professora Doutora Sara Sucena-Garcia

Agradecimentos

Um agradecimento especial à minha esposa Ana Paula, pelo seu apoio, incentivo e pela compreensão que revelou perante o meu isolamento.

Às minhas filhas Joana e Leonor.

À minha família, pela disponibilidade e apoio.

À Professora Doutora Sara Sucena-Garcia, minha orientadora, pela dedicação na orientação deste trabalho, pelo seu constante acompanhamento, disponibilidade, interesse e pelo apoio incondicional sempre presente.

À Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, na pessoa do Senhor Luís Reguengo Machado, vereador do Pelouro do Urbanismo, por disponibilizar os recursos solicitados e necessários para a realização deste trabalho.

Ao Senhor Diogo Seixas pela cedência de alguns elementos fotográficos seleccionados da exposição fotográfica “*Foto Seixas 50 anos*” [1948-1998].

A todos aqueles que, apesar de não aqui citados, contribuíram directa e indirectamente para a elaboração do presente trabalho, o meu muito obrigado.

Resumo

O espaço urbano configura-se numa totalidade complexa, formada por actividades, formas edificadas, significados e práticas sociais. O estudo da morfologia urbana procura alcançar o conhecimento da forma dos aglomerados, sejam aldeias, vilas, ou cidades, pesquisando e analisando os seus elementos de forma, a qual resulta das relações estabelecidas entre eles. A organização mental, mas também física dos lugares é realizada a partir de elementos de forma estruturantes, e serão eles que nos indicarão o percurso dos lugares no tempo, a continuidade do conjunto das formas ou a sua ruptura, os pontos de referência representativos de significados histórico-culturais ou os pontos de partida para o registo de uma nova forma urbana. Este estudo investiga aspectos da morfologia urbana de três núcleos do concelho de Santa Marta de Penaguião, nomeadamente das vilas de Santa Marta, Fontes e Cumieira, entre o período de 1950 a 2011, procurando explicar os modos de crescimento, as principais transformações ocorridas, a identificação de áreas homogéneas ou entidades urbanas segundo alguns dos atributos morfológicos dos tecidos urbanos existentes e dos elementos que os estruturam.

Palavras-Chave:

Morfologia urbana, paisagem urbana, elementos estruturantes da forma, desenho urbano, entidades urbanas.

Abstract

The urban space is defined in a complex whole, set by activities, shapes, meanings and social practices. The study of its urban morphology seeks to achieve the knowledge of the shape of its clusters, whether they are villages, towns or cities, researching and analyzing its shape elements that result from the relations that they establish. The mental organization but also physical of the places is made by the structural shape of the elements and these will indicate the course of the places, the continuity of all the shapes or its breakdown, the reference points representing the historical-cultural meanings or the startup points for the new urban shape registration. This study investigates the urban morphology aspects from three cores of the municipality of Santa Marta de Penaguião, including the villages of Santa Marta, Fontes and Cumieira between the period of 1950 to 2011, seeking to explain the ways of growth, the main changes occurred, the identification of homogeneous areas or urban entities according to some of the morphological attributes of the existing urban tissues and the elements that structure them.

Keywords:

Urban morphology, urban landscape, the structuring shape elements, urban design and urban entities.

Resumé

L'espace urbain se configure n'une totalité complexe, formé para des activités, des formes, des concepts et des pratiques sociales. L'étude da la morphologie urbaine cherche atteindre la connaissance de la forme des agglomérées urbains, soi des petits villages, des villages ou des villes, cherchant et analysant ses éléments de formes, aussi bien que ses relations établies entre elles. L'organisation mental mais aussi physique des lieux est réalisé à partir d'éléments structurants, et seront celui-ci qui nous donneront les chemins à parcourir, la continuité des formes ou sa rupture, les points de références représentatifs d'importance historique-culturelle ou comme point de départ pour une nouvelle forme urbaine. Cette étude fait une recherche à propos d'aspects de la morphologie urbaine de trois lieux de la commune de Santa Marta de Penaguião, en particuliers des villes de Santa Marta, Fontes et Cumieira, entre la période de 1950 jusqu'à 2011, cherchant trouver une explication pour les modèles de accroissement, les principales transformations réalisés, l'identification des lieux hémogénique selon quelques attributs morphologiques des tissus urbains existants et des éléments qui les composent.

Mots-clés :

Morphologie urbaine, paysage urbain, éléments structurants de la forme, dessin urbain, identités urbaines.

Índice

Agradecimentos	iv
Resumo	v
Abstract	vi
Resumé	vii
Índice de imagens	xiii
Índice de tabelas	xviii
Lista de abreviaturas	xix
I Introdução	20
1.1 Objecto, Âmbito e Justificação _____	20
1.2 Enquadramento da tematização da dissertação _____	22
1.3 Problematização _____	23
1.4 Metodologia e objectivos do trabalho _____	25
1.4.1 Metodologia	25
1.4.2 Objectivos do trabalho	27
1.5 Organização da Dissertação _____	28
II Evolução da Legislação Urbanística	30
2 Introdução _____	30
2.1 Legislação urbanística principal no final do regime Monárquico _____	30
2.1.1 O Plano Geral de Melhoramentos (PGM)	30
2.2 Legislação principal durante o Estado Novo _____	31
2.2.1 O Plano Geral de Urbanização (PGU)	31
2.2.2 Hierarquia dos Planos Gerais de Urbanização e Lei de Solos	32
2.3 Legislação principal no regime Democrático _____	33
2.3.1 O Plano Director Municipal (PDM)	34
2.3.2 Articulação entre os Planos Municipais de Ordenamento do Território.....	35

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

2.3.3 As políticas de ordenamento do território e urbanismo	35
2.3.4 Os Instrumentos de Gestão do Território	36
2.4 Algumas reflexões acerca da evolução da legislação urbanística	37
III Formas Urbanas e sua Evolução	40
3.1 Introdução	40
3.1 Experimentação urbanística do século XIX	40
3.1.1 Plano de Barcelona (1859)	40
3.2 Urbanística Formal	42
3.2.1 A Cidade-Jardim (1898)	42
3.2.1.1 O Plano de Letchworth (1903)	44
3.2.2 A Cidade Industrial (1904)	47
3.2.3 O Plano de Alvalade (1945)	48
3.3 A Cidade Moderna	50
3.3.1 O Plano de Saint-Dié-des-Vosges	53
3.4 Reacção ao Movimento Moderno	54
3.4.1 O Movimento Sequencial	55
3.4.2 A Imagem da Cidade	56
3.4.3 Relações entre Morfologias Urbanas e Tipologia Construtiva	57
3.4.4 O Novo Urbanismo	58
3.4.5 Revitalização do Centro da Cidade	60
3.5 Princípios do Urbanismo recente	62
3.5.1 O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98	63
3.6 Algumas reflexões acerca da evolução das formas urbanas	68
IV Descrição dos Núcleos Urbanos de Santa Marta, Fontes e Cumieira	73
4.1 Introdução	73
4.1.1 Caracterização geral do Concelho	74
4.1.2 Localização e relevo	74
4.1.3 A rede viária concelhia	76
4.1.4 Perímetros urbanos	77
4.1.5 Usos do solo	78

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

4.1.6 Demografia	79
4.2 Vila de Santa Marta	81
4.2.1 Localização e origem	81
4.2.2 Os instrumentos de planeamento na Vila de Santa Marta	87
4.2.2.1 Antepiano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião, de 1948.....	87
4.2.2.2 Plano Geral de Urbanização de Santa Marta de Penaguião, de 1982	95
4.2.2.2 Revisão do Plano de Urbanização, de 1997.....	106
4.2.2.3 Os Planos de Pormenor da Vila de Santa Marta.....	110
4.2.2.4 Plano de Pormenor da Quinta das Canas, 1988	110
4.2.2.5 Plano de Reabilitação da Alameda 13 de Janeiro.....	113
4.2.2.6 Plano de Pormenor Quinta da Corredoura.....	115
4.2.2.7 Plano de Pormenor da Zona Oficial (2006-2011)	117
4.2.2.8 Plano Director Municipal do Concelho de Santa Marta de Penaguião	119
4.3 Vila de Fontes	127
4.3.1 Localização e Origem.....	127
4.3.2 Rede viária	129
4.3.3 Organização do Núcleo de Fontes.....	132
4.3.4 Instrumentos de Planeamento na Vila de Fontes	134
4.4 Vila da Cumieira	138
4.4.1 Localização e origem	138
4.4.2 A Rede viária.....	139
4.4.3 Organização funcional do Núcleo urbano da Cumieira	142
4.4.3 Instrumentos de Planeamento na Vila da Cumieira	148
V Análise da Paisagem Urbana.....	151
5.1 Introdução	151
5.2 Elementos de Forma	151
5.3 Dimensões Espaciais da Morfologia Urbana	151
5.4 Tecidos Urbanos	152
5.5 Elementos Morfológicos Estruturantes	153
5.6 Metodologia de Análise	154
5.6.1 Procedimentos e recursos do método de análise	154

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

5.6.2 Dimensão para a análise urbana	155
5.6.3 Crescimento urbano	155
5.6.3.1 Modos de crescimento urbano	155
5.6.4 Processos de transformação	156
5.6.5 Tipificação das áreas homogéneas.....	158
5.6.6 A Componente Estruturante das Entidades Urbanas.....	159
5.6.7 Sistematização do método de análise urbana	161
5.7 Análise da Vila de Santa Marta _____	163
5.7.1 Crescimento Urbano	163
5.7.2 Relações entre os elementos de forma do núcleo da Vila de Santa Marta	165
5.7.3 Direcções de crescimento e principais cruzamentos	167
5.7.4 Tipificação das “áreas homogéneas” no núcleo urbano de Santa Marta	169
5.7.5 Entidades Urbanas na Vila de Santa Marta	170
5.8 Análise da Vila de Fontes _____	177
5.8.1 Crescimento Urbano	177
5.8.2 Relações entre os elementos de forma do núcleo da Vila de Fontes	179
5.8.3 Direcções de crescimento e principais cruzamentos	181
5.8.4 Tipificação das “áreas homogéneas” no núcleo urbano de Fontes	183
5.8.5 Entidades Urbanas para a Vila de Fontes.....	185
5.9 Análise da Vila de Cumieira _____	191
5.9.1 Crescimento Urbano	191
5.9.2 Relações entre os elementos de forma no núcleo urbano da Cumieira	194
5.9.3 Direcções de crescimento e principais cruzamentos	196
5.9.4 Tipificação das “áreas homogéneas” no núcleo urbano da Vila da Cumieira	198
5.9.5 As entidades urbanas na Vila da Cumieira	200
Conclusões.....	210
Bibliografia.....	219
Anexo I	222

Índice de imagens

IMAGEM 1 - EVOLUÇÃO DA PRINCIPAL LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA.....	39
IMAGEM 2 - BARCELONA. O PLANO DE CERDÁ (1895)	41
IMAGEM 3 - QUARTEIRÕES IDEALIZADOS POR CERDÁ, E TAL COMO FORAM CONSTRUÍDOS.....	41
IMAGEM 4 - DOIS ESQUEMAS DA CIDADE-JARDIM. EBENEZER HOWARD (1898).....	43
IMAGEM 5 - LETCHOWORTH. O PLANO DE CONJUNTO DE UNWIN E PARKER (1904).....	45
IMAGEM 6 - ILUSTRAÇÃO DO <i>TOWN PLANNING IN PRATICE (1909)</i>	46
IMAGEM 7 - CIDADE INDUSTRIAL. TONY GARNIER (1904).....	48
IMAGEM 8 - PLANO DO BAIRRO DE ALVALADE. FARIA DA COSTA (1945).....	50
IMAGEM 9 - EVOLUÇÃO COMPARATIVA DAS FORMAS URBANAS TRADICIONAIS ATÉ ÀS MODERNAS	52
IMAGEM 10 - CONFRONTO ENTRE UMA COMPOSIÇÃO TRADICIONAL E UMA MODERNA.....	52
IMAGEM 11 - SAINT-DIÉ-DES-VOSGES. LE CORBUSIER (1945).....	54
IMAGEM 12 - EXEMPLOS DE ANÁLISE DA VISÃO SERIAL NUM PEQUENO PERCURSO	55
IMAGEM 13 - ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA IMAGEM DA CIDADE: OS CAMINHOS	56
IMAGEM 14 - ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA IMAGEM DA CIDADE: OS LIMITES.....	56
IMAGEM 15 - ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA IMAGEM DA CIDADE: OS BAIRROS.....	57
IMAGEM 16 - ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA IMAGEM DA CIDADE: OS PONTOS NODAIS.....	57
IMAGEM 17 - ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA IMAGEM DA CIDADE: OS PONTOS MARCANES	57
IMAGEM 18 - CEMITÉRIO DE MODENA (1971-1978). ALDO ROSSI.....	58
IMAGEM 19 - PROPOSTA PARA O REORDENAMENTO DO CENTRO DE AMIENS (1984): ROBERT KRIER	60
IMAGEM 20 - PLANTA DE UM BAIRRO EM BERLIM. QUARTEIRÃO A COMPLETAR	61
IMAGEM 21 - ZONA DE INTERVENÇÃO EM BERLIM. CONJUNTO DE QUARTEIRÕES A COMPLETAR	61
IMAGEM 22 - PLANTA DE LOCALIZAÇÃO DA ZONA ORIENTAL DE LISBOA	65
IMAGEM 23 - PLANTA DAS UNIDADES OPERATIVAS DE PLANEAMENTO E GESTÃO	65
IMAGEM 24 - PLANTA DO PLANO DE PORMENOR N.º1: ZONA DA PLATAFORMA PANORÂMICA.....	66
IMAGEM 25 - PLANTA DO PLANO DE PORMENOR N.º2: ZONA DO RECINTO DA EXPO 98	66
IMAGEM 26 - PLANTA DO PLANO DE PORMENOR N.º3: ZONA DA AVENIDA DO MARECHAL GOMES DA COSTA	66
IMAGEM 27 - PLANTA DO PLANO DE PORMENOR N.º4: ZONA DE BEIROLAS.....	67
IMAGEM 28 - VISTA GERAL DA MARINA E DO PARQUE DAS NAÇÕES. LISBOA (2007)	67
IMAGEM 29 - LOCALIZAÇÃO RELATIVA DOS TRÊS NÚCLEOS URBANOS.....	73
IMAGEM 30 - TERRITÓRIO ENTRE OS RIOS SERMANHA E CORGO	74
IMAGEM 31 - PLANTA DE ENQUADRAMENTO COM A REGIÃO NORTE DE PORTUGAL	75
IMAGEM 32 - CARTA DO RELEVO DO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO	76
IMAGEM 33 - PAISAGEM DE CARACTERÍSTICAS MONTANHOSA E DE VALE	76
IMAGEM 34 - REDE VIÁRIA MUNICIPAL.....	77

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

IMAGEM 35 - PERÍMETROS URBANOS	78
IMAGEM 36 - CARTA DE USOS DO SOLO	79
IMAGEM 37 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA (2001)	80
IMAGEM 38 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NO CONCELHO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (1880 - 2001)	81
IMAGEM 39 - LOCALIZAÇÃO DA FREGUESIA DE SÃO MIGUEL DE LOBRIGOS E SEUS NÚCLEOS URBANOS.....	82
IMAGEM 40 - PLANTA CADASTRAL DOS NÚCLEOS DE SANTA MARTA E S. MIGUEL (1948)	83
IMAGEM 41 - IGREJA DE SÃO MIGUEL; PELOURINHO E EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO, ANOS 70.....	84
IMAGEM 42 - SANTA MARTA. ANOS 70	84
IMAGEM 43 - SÃO MIGUEL DE LOBRIGOS, ANOS 80.....	85
IMAGEM 44 - SANTA COMBA, ANOS 80.....	86
IMAGEM 45 - LUGAR DO ALTO, ANOS 70	87
IMAGEM 46 - ANTEPLANO DE URBANIZAÇÃO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO DE 1948.....	88
IMAGEM 47 - VILA DE SANTA MARTA.....	92
IMAGEM 48 - VILA DE SANTA MARTA.....	92
IMAGEM 49 - PLANTA DE URBANIZAÇÃO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO DE 1948	94
IMAGEM 50 - ESCOLA E BAIRRO DO FUNDO DE FOMENTO DE HABITAÇÃO, ANOS 80.....	96
IMAGEM 51 - ÁREA DE EXPANSÃO DO NÚCLEO URBANO DA VILA DE SANTA MARTA (1982)	97
IMAGEM 52 - PLANTA DO ESTUDO PARA A ÁREA DE EXPANSÃO DA VILA DE SANTA MARTA (1981)	99
IMAGEM 53 - ESQUEMA DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA DECLIVES > 40%;	100
IMAGEM 54 - ESQUEMA DE IMPLANTAÇÃO DE EDIFÍCIOS PARA DECLIVES > 15% E < 30%).....	101
IMAGEM 55 - SANTA MARTA: PROPOSTA DA VARIANTE EM SANTA MARTA (1982)	102
IMAGEM 56 - SANTA MARTA: PLANTA E CORTE DO PARQUE INDUSTRIAL (1982)	103
IMAGEM 57 - PLANTA DE SÍNTESE DO PGU DA VILA DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO (1982)	105
IMAGEM 58 - PERFIS DOS ARRUAMENTOS A, B E C PARA A VILA DE SANTA MARTA	108
IMAGEM 59 - PLANTA DE SÍNTESE DO PLANO DE URBANIZAÇÃO DA VILA DE SANTA MARTA (1997).....	109
IMAGEM 60 - PLANTA DE ESTUDO. PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DAS CANAS (1988)	110
IMAGEM 61 - PLANO DE PORMENOR DA QUINTA DAS CANAS (1992)	111
IMAGEM 62 - LARGO DO CENTRO DE SAÚDE. SANTA MARTA	112
IMAGEM 63 - CONJUNTO DA QUINTA DAS CANAS. SANTA MARTA.....	112
IMAGEM 64 - SANTA MARTA: ZONA CENTRAL DA VILA E AVENIDA 25 DE ABRIL	113
IMAGEM 65 - PLANTA DE SÍNTESE DO PLANO DE REABILITAÇÃO PARA A ALAMEDA 13 DE JANEIRO (1996)	114
IMAGEM 66 - ALAMEDA 13 DE JANEIRO E PRAÇA DO MUNICÍPIO. SANTA MARTA	115
IMAGEM 67 - CONJUNTO ENVOLVENTE À PRAÇA DO MUNICÍPIO. SANTA MARTA.....	115
IMAGEM 68 - VISTA PARCIAL DA QUINTA DA CORREDOURA. SANTA MARTA	116
IMAGEM 69 - PLANTA DE SÍNTESE DA QUINTA DA CORREDOURA (2003)	117

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

IMAGEM 70 - PLANTAS DA ZONA OFICIAL: LOCALIZAÇÃO, SITUAÇÃO EXISTENTE E PROPOSTA (2008).....	118
IMAGEM 71 - ZONA OFICIAL (EM CONSTRUÇÃO)	119
IMAGEM 72 - CARTA DE ORDENAMENTO PARA A VILA DE SANTA MARTA (1995).....	122
IMAGEM 73 - PLANTA DE ORDENAMENTO PARA A VILA DE SANTA MARTA	125
IMAGEM 74 - NÚCLEO URBANO DE FONTES (1950) E LOCALIZAÇÃO.....	127
IMAGEM 75 - LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO CASTRO. CAPELA DE S. PEDRO. FONTES	128
IMAGEM 76 - VISTA DO NÚCLEO URBANO DE FONTES	128
IMAGEM 77 - CRUZAMENTO DO CEMITÉRIO. FONTES.....	129
IMAGEM 78 - LARGO DA RUA CENTRAL. FONTES.....	130
IMAGEM 79 - VARIANTE À RUA CENTRAL; PLANTA EXISTENTE, PROPOSTA E LOCALIZAÇÃO. FONTES	131
IMAGEM 80 - PERFIL DA VARIANTE E VISTA AÉREA DA VARIANTE. FONTES	131
IMAGEM 81 - LOCALIZAÇÃO DO LARGO DA RUA CENTRAL E CRUZAMENTO DO LUGAR DO SANTO. FONTES	132
IMAGEM 82 - PLANTA DA VILA DE FONTES, LOCALIZAÇÃO DE ALGUMAS FUNÇÕES	133
IMAGEM 83 - PLANTA CADASTRAL DO NÚCLEO DE FONTES (1948)	134
IMAGEM 84 - CARTA DE ORDENAMENTO PARA FONTES	135
IMAGEM 85 - PLANTA DE ORDENAMENTO PARA FONTES (PDM 2011).....	137
IMAGEM 86 - NÚCLEO URBANO DA CUMIEIRA E LOCALIZAÇÃO.....	138
IMAGEM 87- PLANTA CADASTRAL DO NÚCLEO DO ASSENTO, EM 1948	140
IMAGEM 88 - LOCALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS CRUZAMENTOS. CUMIEIRA	141
IMAGEM 89 - PLANTA DA VILA DA CUMIEIRA: ALGUMAS FUNÇÕES	143
IMAGEM 90 - LARGO DO CRUZEIRO, NO LUGAR DO ASSENTO. CUMIEIRA (1948).....	144
IMAGEM 91 - IGREJA DE SANTA EULÁLIA E VISTA SUL DO LUGAR DO ASSENTO.....	144
IMAGEM 92 - BAIRRO NOVO E BARREIRO, EM 1948	145
IMAGEM 93 - BAIRRO NOVO E BARREIRO, EM 2010	145
IMAGEM 94 - PLANTA DE SÍNTESE PARA O LOTEAMENTO DO BAIRRO NOVO (2011)	146
IMAGEM 95 - PLANTA DO LUGAR DA AMOREIRA (2010).....	147
IMAGEM 96 - CARTA DE ORDENAMENTO PARA A CUMIEIRA.....	148
IMAGEM 97 - PLANTA DE ORDENAMENTO PARA A CUMIEIRA (2011)	150
IMAGEM 98 - MODOS DE CRESCIMENTO URBANO (PEQUENOS NÚCLEOS URBANOS).....	156
IMAGEM 99 - ESQUEMA RESUMO DO MÉTODO DE ANÁLISE.....	159
IMAGEM 100 - ESQUEMA DE RESUMO DAS OPERAÇÕES DE ANÁLISE.....	162
IMAGEM 101 - EXTRACTOS DAS CARTAS MILITARES DE 1950,1987,1998 DO NÚCLEO DE SANTA MARTA.....	163
IMAGEM 102 - EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DAS VIAS E EDIFÍCIOS [1950-2010]. SANTA MARTA	164
IMAGEM 103 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DOS EDIFÍCIOS. SANTA MARTA	165
IMAGEM 104 - RELAÇÃO ENTRE OS EDIFÍCIOS E AS VIAS. SANTA MARTA.....	166

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

IMAGEM 105 - RELAÇÃO ENTRE O SOLO E OS EDIFÍCIOS. SANTA MARTA.....	167
IMAGEM 106 - SUB-NÚCLEOS URBANOS. SANTA MARTA.....	168
IMAGEM 107 - DIRECÇÕES DE CRESCIMENTO E CRUZAMENTOS MAIS RELEVANTES. SANTA MARTA	168
IMAGEM 108 - PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO. SANTA MARTA	169
IMAGEM 109 - ENTIDADES URBANAS. SANTA MARTA.....	170
IMAGEM 110 - LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE SANTA MARTA E FOTOGRAFIA AÉREA	171
IMAGEM 111 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DE SANTA MARTA.....	171
IMAGEM 112 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DA VILA DE SANTA MARTA.....	172
IMAGEM 113 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DA VILA DE SANTA MARTA.....	173
IMAGEM 114 - LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE E FOTOGRAFIA AÉREA DE SÃO MIGUEL	174
IMAGEM 115 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DE SÃO MIGUEL	175
IMAGEM 116 - LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE E FOTOGRAFIA AÉREA DE SANTA COMBA.....	176
IMAGEM 117 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DE SANTA COMBA.....	176
IMAGEM 118 - EXTRACTOS DAS CARTAS MILITARES DE 1950,1987,1998 DO NÚCLEO DE FONTES	177
IMAGEM 119 - EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DAS VIAS E EDIFÍCIOS [1950-2010]. FONTES	178
IMAGEM 120 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DE EDIFÍCIOS. FONTES.....	179
IMAGEM 121 - RELAÇÃO ENTRE OS EDIFÍCIOS E AS VIAS. FONTES.....	180
IMAGEM 122 - RELAÇÃO ENTRE O SOLO E OS EDIFÍCIOS. FONTES.....	181
IMAGEM 123 - IDENTIFICAÇÃO DOS SUB-NÚCLEOS. FONTES.....	182
IMAGEM 124 - DIRECÇÕES DE CRESCIMENTO E CRUZAMENTOS MAIS RELEVANTES. FONTES	183
IMAGEM 125 - PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO. FONTES	184
IMAGEM 126 - IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES URBANAS. FONTES.....	184
IMAGEM 127 - LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE URBANA E FOTOGRAFIA AÉREA DE FONTES.....	186
IMAGEM 128 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DE FONTES	186
IMAGEM 129 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DA FORMA EXTERIOR DE FONTES.....	187
IMAGEM 130 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DA FORMA INTERIOR DE FONTES.....	187
IMAGEM 131 - LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE E FOTOGRAFIA AÉREA DO BARREIRO	188
IMAGEM 132 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DO BARREIRO.....	189
IMAGEM 133 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DA FRONTEIRA.....	190
IMAGEM 134 - LOCALIZAÇÃO DA ENTIDADE URBANA E FOTOGRAFIA AÉREA DA VARIANTE	191
IMAGEM 135 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DA VARIANTE	191
IMAGEM 136 - EXTRACTOS DAS CARTAS MILITARES DE 1950,1987,1998 DO NÚCLEO DA CUMIEIRA.....	192
IMAGEM 137 - EVOLUÇÃO CRONOLÓGICA DAS VIAS E EDIFÍCIOS [1950-2010]. CUMIEIRA.....	193
IMAGEM 138 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO E DE EDIFÍCIOS NA CUMIEIRA	194
IMAGEM 139 - RELAÇÃO ENTRE OS EDIFÍCIOS E AS VIAS NA CUMIEIRA.....	195

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

IMAGEM 140 - RELAÇÃO ENTRE O SOLO E OS EDIFÍCIOS NA CUMIEIRA	196
IMAGEM 141 - IDENTIFICAÇÃO DOS SUB-NÚCLEOS NA CUMIEIRA	197
IMAGEM 142 - DIRECÇÕES DE CRESCIMENTO E CRUZAMENTOS MAIS RELEVANTES NA CUMIEIRA	198
IMAGEM 143 - PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NA CUMIEIRA	199
IMAGEM 144 - IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES URBANAS NA CUMIEIRA	200
IMAGEM 145 - LOCALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREA DO ASSENTO	201
IMAGEM 146 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DO ASSENTO	201
IMAGEM 147 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DO LUGAR DO ASSENTO	202
IMAGEM 148 - LOCALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREA DA ESTAÇÃO	203
IMAGEM 149 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DO LUGAR DA ESTAÇÃO	203
IMAGEM 150 - LOCALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREA DO LUGAR DO EIRÓ	204
IMAGEM 151 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DO LUGAR DO EIRÓ	204
IMAGEM 152 - LOCALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREA DO LUGAR DO CANCELO	205
IMAGEM 153 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DOS LUGARES DE EIRÓ E CANCELO	205
IMAGEM 154 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DO LUGAR DO CANCELO E LARGO DA CAPELA	206
IMAGEM 155 - LOCALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREA DO BAIRRO NOVO E BARREIRO	208
IMAGEM 156 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO BAIRRO NOVO E BARREIRO	208
IMAGEM 157 - LOCALIZAÇÃO E FOTOGRAFIA AÉREA DO BAIRRO DA AMOREIRA	209
IMAGEM 158 - MALHA URBANA E IMAGEM DO CONJUNTO DO BAIRRO DA AMOREIRA	209
IMAGEM 159 - IMAGENS REPRESENTATIVAS DO BAIRRO DA AMOREIRA	210

Índice de tabelas

TABELA 1- SISTEMA DE GESTÃO TERRITORIAL.....	36
TABELA 2 - ÍNDICES URBANÍSTICOS PARA FONTES (1995).....	135
TABELA 3- ÍNDICES URBANÍSTICOS PARA FONTES (2011).....	136
TABELA 4 - ÍNDICES URBANÍSTICOS PARA A CUMIEIRA (1995)	149
TABELA 5 - ELEMENTOS MORFOLÓGICOS	151
TABELA 6 - PRINCIPAIS RELAÇÕES ENTRE ELEMENTOS DE FORMA E DIMENSÃO ESPACIAL.....	152
TABELA 7 - OS ELEMENTOS MORFOLÓGICOS ESTRUTURANTES.....	153

Lista de abreviaturas

CAOP:	Carta Administrativa Oficial de Portugal
CIAM:	Congresso Internacional de Arquitectura Moderna
CM:	Câmara Municipal
EM:	Estrada Municipal
EN2:	Estrada Nacional n.º 2
INE:	Instituto Nacional de Estatística
PBHD:	Plano da Bacia Hidrográfica do Douro
PDM:	Plano Director Municipal
PEOT:	Plano Especial de Ordenamento do Território
PIOT:	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território
PIOTADV:	Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro
PGM:	Plano Geral de Melhoramentos
PMOT:	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNPOT:	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PP:	Plano de Pormenor
PROF Douro:	Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro
PROT:	Plano Regional de Ordenamento do Território
Psec:	Plano Sectorial com incidência nacional
PGU:	Plano Geral de Urbanização
PU:	Plano de Urbanização
RGEU:	Regulamento Geral das Edificações Urbanas
SGT:	Sistema de Gestão Territorial
SMP:	Santa Marta de Penaguião
UFP:	Universidade Fernando Pessoa
UOPG:	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
UTAD:	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
ZO:	Zona Oficial

I Introdução

“(...) As formas não têm apenas a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitectónicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos.”

(Lamas, 2010:28)

1.1 Objecto, Âmbito e Justificação

Em Portugal existe um sistema urbano bem definido, evidenciando-se as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. A par delas, está inscrita no território uma rede de cidades de menor dimensão, designadas por cidades médias, em que se incluem várias capitais de distrito e outras cidades com alguma dimensão e população importantes para esta rede urbana. Segundo Portas, Domingues e Cabral (2003), as cidades médias são definidas como polarizações urbanas que desempenham papéis de equilíbrio do sistema urbano, face à tendência hegemónica de crescimento das grandes metrópoles, marcando a sua importância nas políticas urbanas, procurando que estas cidades sejam âncoras de estruturação dos territórios nacionais e regionais, contrariando as tendências de metropolização, por um lado, e o esvaziamento demográfico e a rarefacção urbana de vastas regiões afastadas das grandes manchas e eixos de desenvolvimento territorial.

Na região de Trás-os-Montes e Alto Douro, onde se inserem os núcleos em estudo, o sistema urbano é pouco denso e regista um elevado grau de despovoamento. Os eixos ou sistemas multipolares com aglomerados urbanos mais ou menos próximos, na relação tempo/distância, reforçam-se na década de 90, com investimento maciço na rede rodoviária e funções com carácter muito polarizador, com a presença, por exemplo, das escolas superiores, hospitais e centros comerciais (Domingues, 2010). O concelho de Santa Marta de Penaguião localiza-se junto do eixo das cidades médias de Lamego, Régua, Vila Real e Chaves.

Centraremos o nosso trabalho num território que se localiza de algum modo à margem desses eixos de desenvolvimento, mas no qual encontramos aglomerações ou núcleos urbanos, como é o caso de pequenas vilas e aldeias antigas que foram crescendo ao longo dos últimos séculos, existindo certamente um percurso histórico e cultural para a forma dos seus núcleos urbanos.

De que modo cresceram? Que dinâmicas estiveram presentes nesse crescimento? Ou trata-se de um sistema que evoluiu à margem dos outros? Mas principalmente: Que imagem formal resultou e como pode ser percebida? Com base nisto e para responder a estas questões pretendemos debater num caso de estudo que envolve a comparação de três aglomerados urbanos do concelho de Santa Marta de Penaguião.

O concelho de Santa Marta de Penaguião apresenta uma estrutura urbana policêntrica, composta por dez freguesias, Alvações do Corgo, Cumieira, Fontes, Fornelos, Louredo, Medrões, Sanhoane, São Miguel de Lobrigos, São João Baptista e Sever. Destas, quatro apresentam uma população superior a 1000 habitantes, nomeadamente Cumieira, Fontes, São Miguel de Lobrigos e São João Baptista (INE, 2001). Em termos de rede viária, a EN2 corresponde ao eixo viário principal que atravessa este território e é ao longo do seu atravessamento que cerca de 70% da população do concelho está fixada actualmente (Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião, 2005). Das quatro freguesias com mais de 1000 habitantes, apenas o núcleo de Fontes não se localiza junto da EN2.

Os aglomerados ou núcleos urbanos¹ escolhidos para ilustrar o caso de estudo desenvolvido no presente trabalho foram os núcleos da Cumieira, Fontes e da Vila de Santa Marta de Penaguião, as duas primeiras no grupo destacado acima e a última sendo sede de concelho. A par destes factos, a opção para a escolha daqueles núcleos teve em consideração o facto de serem as três vilas do actual concelho e apresentarem características próprias e representativas de três realidades urbanas morfologicamente diferentes, por isso, interessantes para explorar e que nos motivou a empreender este tema de investigação.

Acresce ainda que a selecção do tema teve como primeira razão, a vontade de aprofundar conceitos do pensamento da urbanística do último século, usando como objecto de análise os núcleos urbanos de um concelho que há várias décadas corresponde ao local de vivência e de trabalho do autor.

(1) Neste trabalho iremos considerar apenas o núcleo principal de cada uma das freguesias em análise.

1.2 Enquadramento da tematização da dissertação

Segundo José Manuel Ressano Garcia Lamas (2010:37),

“O termo «morfologia urbana» utiliza-se para designar o estudo da configuração e da estrutura exterior de um objecto. É a ciência que estuda as formas, interligando-as com os fenómenos que lhes deram origem. A morfologia urbana estudará essencialmente os aspectos exteriores do meio urbano e as suas relações recíprocas, definindo e explicando a paisagem urbana e a sua estrutura.”

Segundo o mesmo autor e citando a mesma obra,

“A noção de forma urbana aplica-se a todo o espaço construído em que o Homem introduziu a sua ordem e refere-se ao meio urbano, quer como objecto de análise quer como objectivo final de concepção arquitectónica. O objectivo da concepção é a forma.”

(Lamas, 2010:37)

A morfologia das cidades em Portugal pode ser explicada por múltiplos factores, que ao longo da sua História se foram combinando e transformando, mas que não pretendemos aqui desenvolver por considerarmos extravasar o nosso tema. No entanto, não podemos deixar de fazer algumas referências gerais que pensamos importantes para o entendimento da temática da morfologia urbana. Antes de mais, a forma das cidades nacionais resulta das diferentes influências e concepções de espaços intrínsecos à cultura urbana portuguesa (Salgueiro, 1999).

Inicia-se pela escolha dos locais para a implantação dos aglomerados, ou justificados por questões de defesa, relevo do território, clima, recursos naturais, funcionais etc. De entre estes arriscamos em afirmar que a topografia é um dos factores que mais influencia a morfologia urbana, particularmente em zonas do território onde o relevo é pronunciado e de tratamento difícil, obrigando a estudos mais complexos na articulação dos traçados com as características desse relevo local e promovendo, desde logo, formas próprias de organização espacial dos aglomerados urbanos, resultantes numa imagem de composição que a identifica perante o observador.

Um outro aspecto relevante para o tema deste trabalho diz respeito à produção de espaço urbano planeado e suportado por planos urbanísticos, que funcionam como instrumentos para a conceptualização e estruturação dos espaços a tratar e/ou a criar. Nos casos que estudamos, esse instrumento surge pela primeira vez em meados do século XX², com o Antepiano de Urbanização para a Vila de Santa Marta, relativo

apenas ao seu núcleo urbano. Até então os processos de transformação não eram suportados por um desenho formal (Fadigas, 2010), mas por processos que designaremos de natureza vernacular ou popular, que procuravam no essencial o aproveitamento dos recursos locais, como caminhos existentes, presença de água, materiais para a construção, as condições do relevo, cadastro fundiário, proximidade de terrenos férteis para a produção agrícola, muitas vezes numa perspectiva de auto-subsistência, mas que permitiam a fixação das populações.

1.3 Problematização

As intervenções urbanísticas no concelho de Santa Marta de Penaguião foram de um modo geral de natureza vernacular, uma vez que não temos conhecimento da existência de qualquer plano formal anterior a 1948. Muito embora o município procedesse ao licenciamento das construções novas levadas a cabo pelos privados e lhe competisse a iniciativa da criação e/ou melhoramento de arruamentos no espaço urbano, as intervenções eram casuísticas e na medida das solicitações caso-a-caso.

Tal como afirmámos acima, foi no ano de 1948 que a Vila de Santa Marta, enquanto sede concelhia, obteve o seu primeiro plano urbanístico, designadamente um Anteplano de Urbanização³ no ano de 1948. Este plano surge no âmbito da política da época, desenvolvida pelo Eng.º Duarte Pacheco, Ministro das Obras Públicas, uma vez que todos os municípios deveriam providenciar a elaboração do Plano Geral de Urbanização da sede do concelho.

Com a chegada do designado Regime Democrático, em 25 de Abril de 1974, e com o reforço do poder local que lhe foi consequente, surge o segundo plano urbanístico, designado por Plano Geral de Urbanização⁴ de Santa Marta de Penaguião, aprovado em 1982; a sua revisão⁵ acontece entre os anos de 1992 e 1997.

(2) Anteplano de urbanização de Santa Marta de Penaguião de 1948.

(3) Os planos urbanísticos do tempo do Eng.º Duarte Pacheco. O tema será abordado no capítulo II.

(4) Plano Geral de Urbanização da Vila de Santa Marta de Penaguião (Decreto-Lei n.º 560/71).

(5) Plano de Urbanização da Vila de Santa Marta de Penaguião (Decreto-Lei n.º 69/90).

Os outros dois aglomerados que constituem o nosso caso de estudo conhecem o primeiro plano organizador do seu espaço territorial através do Plano Director Municipal⁶, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros em 1995. Neste contexto torna-se conveniente realçar alguns aspectos de âmbito concelhio que consideramos relevantes para o entendimento deste trabalho, embora que não sejam o objecto principal desta investigação, por extravasarem o tema proposto:

Um primeiro aspecto é a proximidade do concelho de Santa Marta de Penaguião à capital de distrito, Vila Real, uma vez que com ele confina a norte, possibilitando à população o acesso a um conjunto de equipamentos e serviços públicos que naquela cidade estão instalados.

Um outro aspecto corresponde ao facto de no período entre 1980 e 2010 terem sido executadas as principais infra-estruturas, ao nível concelhio, como é o caso das redes de água e saneamento, mas também a renovação da rede viária municipal.

O último aspecto refere-se às alterações significativas nas actividades económicas, nas últimas duas décadas, no sector primário, com a implementação dos processos de mecanização do cultivo e produção de vinho, uma vez que esta região tem como principal actividade económica a viticultura, o que teve como consequência a redução da população activa.

Postas estas considerações, pretendemos com o presente trabalho estudar como evoluiu a morfologia urbana dos principais núcleos urbanos das vilas de Santa Marta, Fontes e Cumieira, nos últimos 60 anos. Centramo-nos, portanto, nos aspectos físicos, no modo como se organizaram no tempo, principalmente desde 1950; em que momentos e quais os principais aspectos que provocaram uma reacção sobre a distinta forma dos aglomerados; e finalmente como essa evolução ocorre no período temporal referido.

(6) Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião (Decreto-Lei n.º 69/90).

1.4 Metodologia e objectivos do trabalho

A presente investigação assenta fundamentalmente em trabalho de leitura e reflexão teórica e em trabalho de análise comparativa, constituindo o caso de estudo a oportunidade para fazer a síntese entre as duas vertentes.

1.4.1 Metodologia

A metodologia adoptada para a elaboração deste trabalho será composta essencialmente por dois momentos fundamentais, os quais se organizam, umas vezes sequencialmente, outras vezes em simultâneo. Um primeiro momento diz respeito ao conhecimento e à compreensão dos “objectos” em estudo, não sendo suficiente visitá-los e observá-los. Será necessário procedermos a uma pesquisa de documentação oficial certa e completa que nos permita entendermos o modo como evoluíram no tempo e no espaço. Neste sentido utilizaremos várias fontes gráficas que serão, na sua generalidade, de três tipos: cartografia, plantas e elementos fotográficos, que de seguida caracterizaremos.

a) A cartografia constitui uma fonte privilegiada para a compreensão da morfologia urbana, permitindo apreender o passado e o futuro, através do método comparativo, e a evolução entre momentos temporais distintos. Utilizaremos neste contexto a carta de Portugal continental à escala 1/250.000, para o enquadramento do concelho de Santa Marta de Penaguião na região norte. Para a descrição física do seu sistema territorial usaremos as cartas da rede viária, dos usos do solo, dos perímetros urbanos, obtidas a partir de extractos do Plano Director Municipal, de 1995 e 2011.

Para o enquadramento das vilas de Santa Marta, Cumieira e Fontes no contexto concelhio usamos uma carta obtida através de uma aplicação de informação geográfica (SIG), cujo tratamento foi por nós adaptado. Serão ainda usados extractos das cartas militares⁷, à escala 1/25.000, mostrando os três núcleos urbanos em períodos diferentes (1950, 1987 e 1998), no sentido de permitir um melhor entendimento da evolução das respectivas malhas viárias e das áreas ocupadas por edifícios.

(7) Publicadas pelo Instituto Geográfico do Exército (IGeoE):
Série M 888, Folha 114, 1/25.000, 1ª, 2ª e 3ª edições, respectivamente, 1950, 1987 e 1998.

No caso desta fonte a opção pela escolha deve-se ao facto desta cartografia apresentar ao longo do tempo uma coerência formal e gráfica assinalável, uma vez que é produzida pela mesma entidade oficial ao longo do tempo, a qual interessava garantir para tornar a análise mais fidedigna. Atendendo a que a última edição desta série cartográfica remonta ao ano de 1998, e que o estudo que empreendemos tem o ano de 2010 como horizonte temporal, o trabalho incorpora ainda um outro tipo de cartografia, esta da nossa autoria, tendo como base a cartografia digital obtida junto da Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião. Assim, partindo do último registo oficial (1998), acrescentámos as transformações verificadas no período 1998-2010, utilizando uma fotografia aérea actualizada, validada após verificação no local.

b) As plantas são fontes que permitirão a localização dos sítios, da implantação dos aglomerados, da malha urbana, conexões, limites, topografia, dimensão dos quarteirões e parcelas fundiárias. A escala usada varia de um modo geral entre as escalas 1/10.000 e 1/1.000. Nesta categoria de fonte escolhida incluiremos os planos urbanísticos, nomeadamente os Planos Municipais de Ordenamento do Território, que nos permitem esclarecimentos sobre as opções assumidas em cada momento de transformação do território.

c) Os elementos fotográficos permitem complementar a informação da leitura dos mapas e de documentos escritos. Permitem ainda transmitir uma visão tridimensional dos lugares, a percepção da forma exterior e interior de cada aglomerado, bem como estabelecer algumas comparações entre épocas diferentes.

O segundo momento deste trabalho refere-se à fundamentação teórica da presente dissertação, tendo sido realizada uma pesquisa bibliográfica relacionada com os temas da morfologia urbana, formas urbanas, estudos de cidades, vilas em Portugal e mais especificamente relativa ao concelho de Santa Marta de Penaguião. Foi ainda efectuada uma pesquisa bibliográfica relacionada com o tema geral do urbanismo e métodos de análise urbana.

1.4.2 Objectivos do trabalho

- Objectivo principal

Esta dissertação tem como objectivo principal percebermos como variou a forma urbana dos núcleos de Santa Marta, Fontes e Cumieira ao longo dos últimos 60 anos. É essencialmente o papel dos elementos estruturantes que se procura compreender, em particular como a sua interrelação contribui para a diferença morfológica que os distingue e como aquela se constrói ao longo do tempo.

- Objectivos complementares

Os objectivos complementares estão relacionados com as diferentes fases do trabalho e permitem desde logo estabelecer critérios para a estruturação da dissertação:

1 Abordar a principal legislação do ordenamento jurídico do urbanismo português e identificar as suas aplicações práticas neste caso de estudo.

2 Conhecer algumas das inovações no campo da urbanística aplicáveis a este caso, fundamentalmente aquelas que estão relacionadas com a forma urbana.

3 Desenvolver um caso de estudo relativo à da morfologia e formas urbanas, definindo um método para abordar e aprofundar o tema:

3.1 Caracterizar para cada núcleo urbano em estudo a sua fisiologia, a forma como se organiza funcional e espacialmente, e como se relaciona no contexto concelhio.

3.2 Caracterizar para cada núcleo urbano em estudo os modos de crescimento cronologicamente, os principais processos de transformação da forma urbana, as suas variações demográficas e edificadas.

3.3 Reconhecer e identificar a existência de entidades urbanas definidas pela relação entre os seus elementos de forma.

3.4 Reconhecer e identificar a variação tipológica, funcional e da forma urbana como resultado dos vários processos de transformação ocorridos nos últimos 60 anos.

1.5 Organização da Dissertação

A dissertação será composta por cinco capítulos, o primeiro constituindo uma introdução, os dois seguintes, o resultado da pesquisa mais teórica (revisão bibliográfica) e nos dois últimos, o desenvolvimento do caso de estudo. Com mais detalhe, descrevemos a sua estruturação do modo seguinte:

a) Primeiro capítulo

No primeiro capítulo deste trabalho faremos uma introdução ao tema da morfologia urbana que pretendemos desenvolver, a partir de um caso de estudo, definimos como objecto desse estudo os principais núcleos urbanos de três freguesias do concelho de Santa Marta de Penaguião, no distrito de Vila Real, em Portugal Continental: os núcleos das Vilas de Santa Marta, Fontes e Cumieira.

b) Segundo capítulo

No segundo capítulo fazemos uma breve resenha cronológica da legislação principal do urbanismo português, direccionada fundamentalmente para os planos municipais de ordenamento do território. Essa pesquisa foi dividida em três períodos temporais. O primeiro diz respeito ao Plano de Melhoramentos de 1865, ainda no regime monárquico; o segundo período faz referência aos planos de urbanização no tempo do Eng.º Duarte Pacheco, durante o Estado Novo; o terceiro período é relativo ao regime Democrático, pós-25 de Abril de 1974, com a introdução da figura do Plano Director Municipal, com a Lei de bases de ordenamento do território e urbanismo, e ainda com a criação do sistema de gestão territorial.

c) Terceiro capítulo

Neste capítulo faremos referência às principais inovações no campo da teoria e da forma urbanística, tomando essa pesquisa como ponto de partida o desenho urbano da segunda metade do século XIX, com o Plano de Barcelona, e passando pela Urbanística Formal e Urbanística do Movimento Moderno; no final enunciaremos alguns autores de referência, em ruptura com a Urbanística da Cidade Moderna e finalmente apresentamos um conjunto de ideias relativas à Cidade Contemporânea.

d) Quarto capítulo

Neste capítulo fazemos uma breve descrição das características gerais urbanas e físicas do concelho de Santa Marta de Penaguião, e mais detalhada da caracterização dos três núcleos urbanos seleccionados - objecto de análise - tecendo considerações de ordem histórica relacionada com a sua origem, localização, forma de povoamento, organização espacial e funcional, bem como os principais momentos em que ocorrem alterações significativas da sua forma urbana. No decorrer dessa descrição serão utilizadas plantas topográficas, plantas cadastrais e elementos fotográficos, para cada núcleo urbano; utilizaremos ainda os instrumentos de planeamento existentes condizentes a cada um dos casos.

e) Quinto capítulo

No quinto capítulo procederemos à análise da paisagem urbana, de modo a identificarmos em cada aglomerado, sub-núcleos, decorrentes da “distinta morfologia”, das opções urbanísticas levadas a cabo em cada momento de transformação e dos modos do seu crescimento. Será, por isso, elaborada e apresentada cartografia que explique como evoluíram os três núcleos, na perspectiva do tema escolhido, ao longo dos últimos 60 anos. Serão ainda identificados e caracterizados os principais elementos morfológicos que estruturam cada núcleo e as principais relações que estes elementos estabelecem entre si. Procederemos ainda à definição e delimitação de “entidades urbanas” ou *áreas homogéneas* em cada caso.

Na sequência deste desenvolvimento, a Conclusão estabelece as reflexões finais relativamente a cada um dos aglomerados estudados e algumas comparações formais entre eles. Por último é apresentado um anexo⁸ para complementar a informação relativa aos principais núcleos urbanos do concelho de Santa Marta de Penaguião.

(8) As fichas de caracterização dos núcleos apresentadas no anexo I possibilitam uma visão a várias escalas e foram concebidas com uma formatação uniforme, permitindo estabelecer comparações entre os aglomerados. Incluímos um mapa esquemático dos núcleos por freguesia e posição relativa no seu contexto territorial (freguesia). A ficha terá ainda uma planta topográfica onde são visíveis as curvas de nível e os limites dos aglomerados (através da forma), uma imagem fotográfica que procura ser representativa do lugar, quadros relativos à evolução demográfica, evolução da densidade demográfica e evolução do número de fogos ao longo do tempo referido.

II Evolução da Legislação Urbanística

2 Introdução

O conceito de urbanismo surgiu em Portugal na segunda metade do século XIX, com a criação do Plano Geral de Melhoramento (PGM) em 1865 (Lobo, 1995). Contudo, no imediato, este plano não passou de intenções políticas, pois só no século XX viria a ganhar forma com os Planos Gerais de Melhoramentos para Lisboa e Porto. O urbanismo, como prática social generalizada, surge na década de 30, com a criação dos Planos Gerais de Urbanização, em 1934 (Lobo, 1995), pela acção do Ministro das Obras Publicas, Eng.º Duarte Pacheco. Este tipo de desenvolvimento do urbanismo é mantido no essencial até ao início dos anos 70, com o surgimento do Decreto-Lei n.º 560/1971, de 17 de Dezembro, que vem alterar parte dos procedimentos, particularmente no que diz respeito às expropriações de terrenos para a execução dos planos. Introduce ainda uma majoração no seu âmbito de acção, ou seja, não se limitando ao núcleo urbano existente, mas também à sua envolvente, e esta mudança de escala reflecte bem a necessidade do planeamento do território cobrir áreas bem mais alargadas do que os núcleos consolidados.

Depois de 25 de Abril de 1974, no regime democrático, com o reforço do poder de intervenção dos municípios no contexto do planeamento urbano, o quadro legislativo é profundamente alterado, sendo introduzido um conjunto de novas figuras organizadoras do espaço, um conjunto de políticas urbanas e instrumentos capazes de estabelecerem um sistema de gestão territorial. Faremos em seguida uma abordagem à legislação principal que foi produzida ao longo dos diferentes regimes e que consideramos mais relevante para o caso de estudo deste trabalho.

2.1 Legislação urbanística principal no final do regime Monárquico

2.1.1 O Plano Geral de Melhoramentos (PGM)

O Decreto-Lei n.º10, de 19 de Janeiro de 1865, cria a figura do Plano Geral de Melhoramentos, cujo teor se limita a um pré-urbanismo regulamentar e vigorou até 1934 (Lobo, 1995). Este plano privilegiava o desenho do espaço público, essencialmente das vias, praças e jardins, prescrevendo a obrigatoriedade de alinhamentos dos edifícios e as características das vias (largura e declive).

Essencialmente procurava respostas higienistas, regulamentando o estabelecimento de cércuas, procurando desafogar os espaços públicos de sombreamentos indesejados, bem como as condições de iluminação, ventilação, abastecimento de água e drenagem de esgotos.

Este Decreto-Lei avança regras de gestão do solo, de modo a garantir a execução dos arruamentos, estabelece a obrigatoriedade de construção ao longo das vias existentes e determina o processo de acerto dos limites de propriedade através dos alinhamentos fixados, procurando assim evitar a criação de espaços residuais. Propõe ainda a possibilidade da demolição de edifícios que apresentam risco de derrocada e estabelece regras procedimentais para esse efeito. Para além das cidades de Lisboa e Porto, às quais era imposto, o PGM deveria ser solicitado ao governo pelas Câmaras Municipais, não existindo a obrigatoriedade da sua elaboração, um facto que tornava aquele instrumento inconsequente, em termos de controlo da forma urbana (Lobo, 1995).

2.2 Legislação principal durante o Estado Novo

2.2.1 O Plano Geral de Urbanização (PGU)

O Plano Geral de Urbanização é uma figura jurídica criada pelo dinâmico e visionário engenheiro Duarte Pacheco, em 1934, quando, na qualidade de Ministro das Obras Públicas, mandou elaborar e publicar o Decreto-Lei n.º 24802, de 21 de Dezembro de 1934.

De acordo com este Decreto-Lei as Câmaras Municipais ficavam obrigadas a promover a elaboração de Planos Gerais de Urbanização das sedes dos seus municípios, bem como de outras localidades com mais de 2500 habitantes, mas também dos espaços com relevância destinados ao recreio, cura, repouso ou turísticos. Esta legislação atribuiu aos municípios a função de organizar os “planos gerais de urbanização”, planeando os aglomerados urbanos, dando-lhes uma nova configuração, localizando equipamentos, orientando a instalação das redes viária e de serviços (Lobo, 1995). Em 1944 o diploma é revisto e substituído pelo Decreto-Lei n.º 33921, de 5 de Setembro; este diploma apresenta como principal alteração face ao primeiro, a introdução da *Zona Rural de Protecção*, determinando que são vedadas à construção urbana, as áreas para lá daquela que o plano abrangia.

Ao contrário do PGM, o PGU exige a obrigatoriedade de realização do estudo urbanístico, a elaboração do Plano e a sua implementação. Ainda assim, a sua efectivação confrontou-se com alguns constrangimentos, dado que só em 1943 são concluídos os levantamentos topográficos de um número significativo de aglomerados. É nesse momento que são verificados desencontros em relação às intenções iniciais das propostas dos Planos Gerais de Urbanização já elaborados, tendo por isso a Administração Central classificado muitos dos planos entretanto apresentados como meros antepanos. Após reformulação, estes antepanos seriam reclassificados de “*antepanos revistos*” (Lobo, 1995). Para dar suporte legal à figura do Antepano é publicado o Decreto-Lei n.º 35031, de 14 de Novembro de 1946, e que veio determinar que,

“(...) os antepanos de urbanização aprovados pelo ministro sob o parecer do Conselho Superior de Obras Públicas deveriam ser obrigatoriamente respeitados em todas as edificações (...), traçado de novos arruamentos, nas áreas das sedes de concelho e demais localidades ou zona por eles abrangidos, dispensando deste modo a ultima fase dos estudos.” (Costa Lobo, 2005).

Entretanto com a publicação do Decreto-Lei n.º 38382, de 7 de Agosto de 1951, o Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), a efectiva implementação dos antepanos tornou-se comprometida, uma vez que este último apenas reconhecia um carácter vinculativo aos Planos propriamente ditos (Lobo, 1995). Por este facto sobrepondo-se ao antepano, criam uma desarticulação das regras definidas nos dois regulamentos e conseqüentemente um desencontro nos critérios para a formalização do desenho urbano.

2.2.2 Hierarquia dos Planos Gerais de Urbanização e Lei de Solos

O Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro, vem revogar os Decretos-Lei n.º 33921, de 5 de Setembro de 1944, e 35931, 4 de Novembro de 1946, e pretendeu definir a hierarquia dos Planos Gerais de Urbanização e conferir aos planos sujeitos à aprovação do Ministério das Obras Públicas um carácter mais geral e menos rígido, atribuindo aos municípios mais poderes para a aprovação dos *Planos de Urbanização de Pormenor*, referentes a sectores urbanos integrados em planos gerais ou parciais já aprovados.

Pela primeira vez, um documento conjuga preocupações de ordem física e socioeconómica, constituindo, assim, um marco importante para o ordenamento do território nacional; o quadro jurídico criado por este diploma legal e outros dois da

mesma época, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 576/70, de 24 de Novembro, que definiu a política de solos, e procurou a diminuição do custo dos terrenos para a construção, e o Decreto-Lei n.º 561/71, que define os requisitos de ordem técnica a que devem obedecer os PGU e os PP, permitindo a produção de solo urbano e a promoção de habitação, particularmente nas áreas de concentração urbano-industriais e nas áreas turísticas (Lobo, 1995).

Este diploma (DL n.º 560/71) reforça o direito de urbanizar através de operações de loteamento privadas, cuja legislação já existia em Portugal através do Decreto-Lei n.º 45673, de 29 de Novembro de 1965, perdendo a Administração Pública a via mais eficaz para controlar o crescimento urbano. As operações de loteamento urbano promovidas por particulares passam então a ser possíveis mesmo sem qualquer plano urbanístico prévio definidor da forma urbana, da localização e do tempo da realização das operações urbanísticas, deixando assim de responder a uma lógica de interesse público no território e de faseamento da expansão urbana. O papel da Administração Pública na produção de solo urbano reduziu-se à satisfação parcial das necessidades habitacionais das populações de menores recursos e à produção de zonas industriais.

No que respeita concretamente ao processo de loteamento urbano com predominância do uso habitacional, e em zonas essencialmente periurbanas, a simplificação dos procedimentos não acontece, mantendo-se complexa e morosa tendo como consequência o surgimento de inúmeros loteamentos clandestinos no início da década de 70 (Lobo, 1995).

2.3 Legislação principal no regime Democrático

Em 1975, após a Revolução de 25 de Abril de 1974, na sequência da institucionalização efectiva do Poder Local, procedeu-se à elaboração de uma série de leis que vieram estabelecer um novo Quadro Legislativo renovador e diferente do anterior. A Constituição Portuguesa de 1976 consagra a autonomia administrativa e financeira dos órgãos do poder local através da Lei das Atribuições e Competências das Autarquias (Lei 79/77, de 25 de Outubro) e da Lei das Finanças Locais (Lei 1/79, de 2 de Janeiro).

No mesmo sentido, as leis aprovadas no início da década de oitenta (DL 100/84, de 29 de Maio e DL 98/84 de Março) vieram consolidar o municipalismo, que apareceu associado à promoção do desenvolvimento, à salvaguarda do património e à valorização das culturas regionais. Compete a partir daqui, aos Municípios, a promoção do desenvolvimento económico e social e para esse efeito recebem, por disposição legal, verbas relativamente consideráveis contempladas no Orçamento Geral do Estado.

2.3.1 O Plano Director Municipal (PDM)

O Decreto-Lei n.º 208/82, de 26 de Maio é o diploma que vem introduzir a figura do PDM no ordenamento legislativo do urbanismo português. O Plano Director Municipal foi definido (art.º 1º) como sendo um instrumento de Planeamento de ocupação, uso e transformação do território do município, e deve por isso abranger a totalidade do território concelhio. Os objectivos principais (art.º 3º) passam por traduzir as metas programáticas nos domínios do desenvolvimento económico e social, do planeamento territorial e urbano, do fomento das actividades, das infra-estruturas e dos equipamentos. De acordo com o mesmo artigo, deve ainda traduzir-se como um instrumento de participação das populações no ordenamento do território, bem como definir estratégias relativas às actividades produtivas a desenvolver pela iniciativa privada e a mobilidade da população. Este Decreto-Lei define genericamente a regulamentação da prática urbanística (art.º 9º) nomeadamente sobre loteamentos urbanos, regularização dos limites das parcelas destinadas a edificação urbana e edificabilidade, mas também sobre a protecção dos recursos naturais do solo agrícola, do património cultural e sobre a aquisição de terrenos para infra-estruturas e equipamentos.

A Portaria 989/82, de 21 de Outubro, veio estabelecer o conteúdo técnico dos PDM, passando pela elaboração de um conjunto de estudos como são exemplos: a caracterização do terreno municipal, no que diz respeito às componentes fisiográficas do terreno, do subsolo, dos usos do solo, recursos hídricos e hidrológicos; os Estudos demográficos, aspectos sociais e económicos de cada aglomerados urbano; os aglomerados urbanos e a sua hierarquia, as redes urbanas; o zonamento para o período de vigência do plano, incluindo a delimitação das áreas de expansão, a recuperar ou ainda a sujeitar a plano geral de urbanização.

Para além destes estudos o plano deve conter um regulamento, um programa de realizações e um plano de financiamento; o plano é apresentado à escala 1/10.000 ou 1/25.000, sendo essa escolha realizada em função da pormenorização exigida pela natureza dos estudos elaborados e pelo detalhe que as propostas apresentam.

2.3.2 Articulação entre os Planos Municipais de Ordenamento do Território

Decreto-Lei n.º 69, de 2 de Março de 1990 é um diploma que substituiu simultaneamente o Decreto-Lei 560/71, de 17 de Maio, o Decreto-Lei n.º 561/71, de 17 de Maio, mas também o Decreto-Lei 208/82, de 26 de Maio, uma vez que a legislação vigente até 1990 sobre elaboração de planos de ocupação do solo da competência dos Municípios – isto é, planos directores municipais, planos gerais e parciais de urbanização e planos de pormenor – não se revela adequada, dado que a legislação que lhes deu origem foi aprovada em momentos e contextos diferentes. O Decreto-Lei 69/90, de 2 de Março, procura fundamentalmente dar resposta a essa desarticulação, estabelecendo critérios técnicos e mecanismos simplificados de ajustamento e uniformização das situações, permitindo que os planos da mesma natureza (PDM, PU e PP) se articulem entre si, num esquema piramidal e de dependência.

2.3.3 As políticas de ordenamento do território e urbanismo

A Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto, estabelece as Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo, procurando uniformizar os processos de planeamento e organizar a extensa legislação que se encontrava em múltiplos diplomas, dando deste modo origem à Lei de Bases do Ordenamento do Território. Esta política veio definir e integrar as acções promovidas pela Administração Pública (art.º 1º), visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional. Os objectivos desta Lei, definidos no art.º 2º, têm por base a importância do estabelecimento de equilíbrios de várias ordens, passando pelo reforço da coesão e da valorização das diversidades do território nacional; pelo aproveitamento racional dos recursos naturais; pela humanização das cidades e funcionalidade dos espaços edificados; pela reabilitação e modernização dos centros urbanos e a promoção da coerência dos sistemas em que se inserem.

Esta Lei propõe ainda um Sistema de Gestão Territorial (art.º 7º) organizado em três níveis, - âmbito Nacional, Regional e Municipal –, cujas directrizes são estabelecidas através de um sistema piramidal e com interdependência, ou seja, deve existir um compromisso de compatibilização das respectivas opções. Para concretizar este sistema, foram criados os Instrumentos de Gestão Territorial (art.º 8º), diferenciados pelas funções que desempenham: os instrumentos de desenvolvimento territorial, de natureza estratégica; os instrumentos de planeamento de territorial, de natureza regulamentar; os instrumentos de política sectorial e os instrumentos de natureza especial.

2.3.4 Os Instrumentos de Gestão do Território

O Decreto-Lei n.º 380, de 22 de Setembro de 1999, é o diploma que estabelece o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, define o regime de coordenação dos âmbitos nacional, regional e municipal do sistema de gestão territorial, bem como o regime geral de uso do solo e finalmente o regime de elaboração, aprovação, execução e avaliação dos instrumentos de gestão territorial; este sistema organiza-se em três âmbitos referidos no ponto 2.3.3, que traduzimos na Tabela 1.

Âmbito		
Nacional	Regional	Municipal
Plano Nacional da Política de Ordenamento do território - PNPO	Plano Regional de Ordenamento do Território - PROT	Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território - PIOT
Plano Sectorial - Psec		Plano Director Municipal - PDM
Plano Especial de Ordenamento do Território - PEOT		Plano de Urbanização - PU
		Plano de Pormenor - PP

Tabela 1- Sistema de Gestão Territorial
Fonte: DL 380/99, 22 de Setembro. Elaborado pelo Autor.

Este diploma introduz um instrumento operacional relevante para a gestão e execução dos planos de pormenor – a unidade de execução – a qual está sujeita a três sistemas operativos: sistema de compensação, por iniciativa dos particulares; sistema de cooperação, por iniciativa do município; sistema de imposição administrativa, por iniciativa e concretização da responsabilidade do município.

Os mecanismos de perequação são ferramentas que permitem estabelecer a repartição de custos e benefícios decorrentes da gestão da unidade de execução, possibilitando uma maior equidade entre as partes envolvidas, sejam apenas particulares ou juntamente com o município, aplicando-se deste modo o princípio da igualdade (Correia, 2001).

2.4 Algumas reflexões acerca da evolução da legislação urbanística

No presente capítulo procurámos resumidamente percorrer a legislação principal do urbanismo português que no último século e meio tem servido de suporte legal para a elaboração e execução de planos na área do urbanismo. Facilmente compreendemos os propósitos iniciais e como foram evoluindo, decorrentes da mudança de objectivos, tendendo progressivamente para uma cobertura da totalidade do território nacional.

Dos primeiros planos de urbanização concluímos que os objectivos iniciais incidiam, no essencial, no embelezamento dos núcleos urbanos (cidades, sedes de concelho, aglomerados com alguma relevância e espaços destinados ao turismo), na estruturação da rede viária, na resolução de problemas de insalubridade, problemas higienistas e preocupação com a dotação de equipamentos destinados a serviços públicos. A escala destes planos foi inicialmente 1/500, evoluindo rapidamente para a escala 1/1.000, revelando uma crescente preocupação com o tratamento mais global do aglomerado e estabelecendo um conjunto de regras restritivas para a sua envolvente.

A legislação foi alterando os procedimentos à medida que se foram experimentando as metodologias aplicáveis e influenciadas pelas correntes do pensamento urbanístico, fundamentalmente vindas do exterior. Procurou-se ainda, embora tardiamente, mitigar as situações de conflito na implementação dos planos, normalmente entre o poder local e os proprietários dos terrenos, levando à degradação do sector, e na tentativa da sua recuperação procurou-se através da publicação da primeira Lei de solos (DL 576/70), e da lei relativa aos planos gerais de urbanização (DL 560/71) introduzir um novo folgo na dinamização da urbanística em Portugal.

No final do século XX, com o reforço do poder local e repartição de maiores competências nesta área do conhecimento, a legislação produzida pretende ser mais abrangente, mais exigente e mais multidisciplinar, não se limitando aos núcleos

urbanos, mas sim à totalidade do território municipal, com a introdução da figura do Plano Director Municipal, cuja escala variará entre 1/10.000 e 1/25.000, dependendo da pormenorização dos estudos realizados.

A Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e urbanismo vem uniformizar os procedimentos de planeamento e organizar as políticas aplicáveis ao território Português e definir os instrumentos de gestão do território. O Sistema de Gestão do Território é definido por uma hierarquia concreta e multidisciplinar, que procura mitigar as incompatibilidades criadas pelos vários níveis de planos e estabelecer um conjunto de relações de complementaridade entre eles, apresentando por isso uma abrangência vasta, cobrindo e incidindo de modo cada vez mais específico desde a totalidade do território nacional, passando pelo âmbito regional até ao municipal. Estabelece ainda instrumentos operacionais e mecanismos de perequação para a realização das unidades de execução, procurando deste modo melhorar a eficácia e eficiência da gestão urbanística.

No quarto capítulo deste trabalho voltaremos a referir esta temática, dado que as figuras de Plano que acabámos de enquadrar estarão presentes na descrição da evolução urbana e no planeamento urbanístico de cada um dos aglomerados em análise e que, numa perspectiva mais teórica, procuraremos estabelecer algumas relações entre as propostas contidas nos diferentes planos presentes no caso de estudo e as correntes do pensamento urbanístico do século XX. Destacamos desde já a importância da figura do Plano Geral de Urbanização para a Vila de Santa Marta, núcleo urbano para o qual foram elaborados três planos. Mas também faremos referência à figura do Plano Director Municipal que afecta os três núcleos em análise.

Na Imagem 1 representamos sinteticamente a cronologia da legislação principal no âmbito do urbanismo português referida anteriormente.

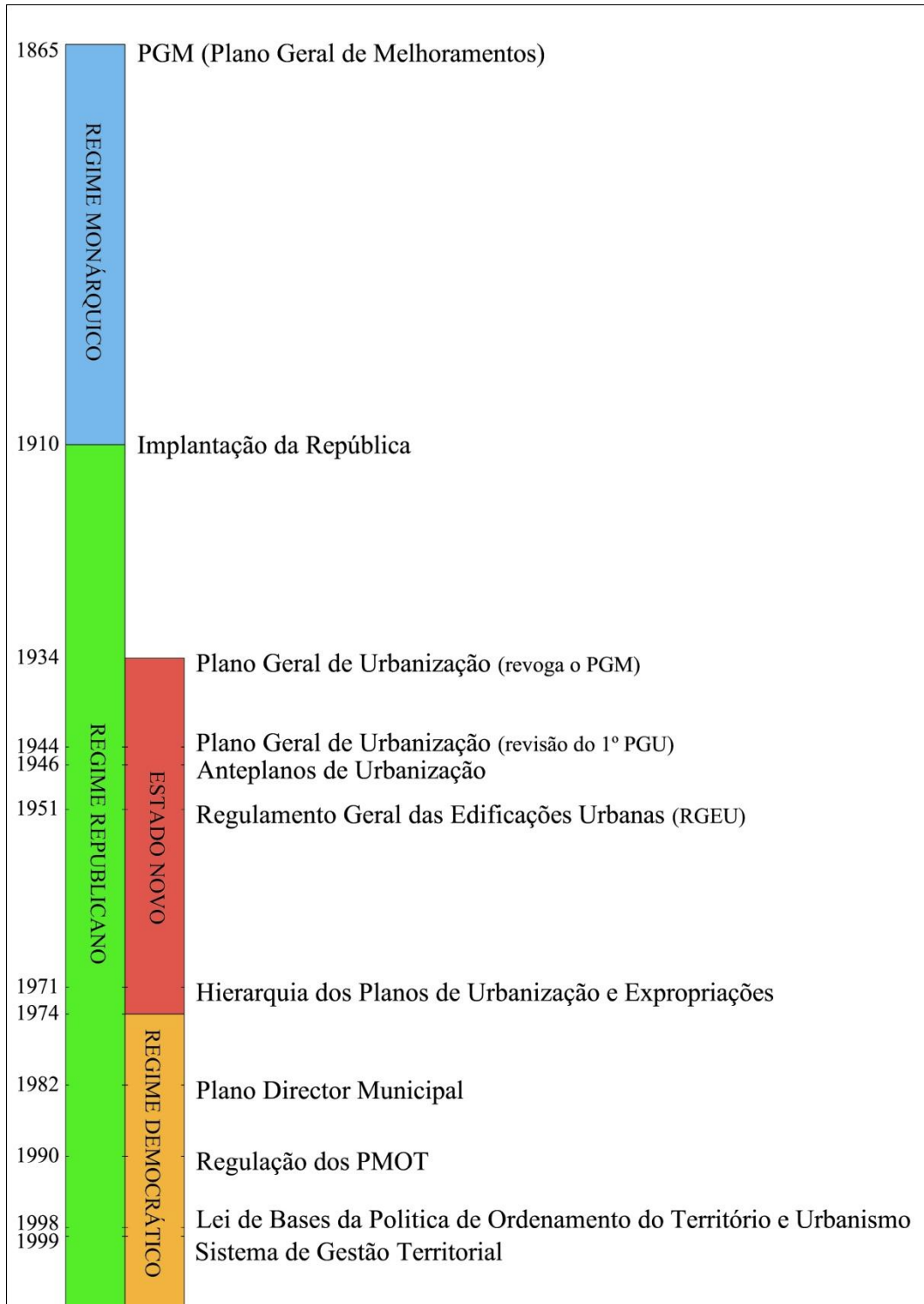


Imagem 1 - Evolução da principal Legislação Urbanística
 Fonte: Elaborado pelo Autor.

III Formas Urbanas e sua Evolução

3.1 Introdução

Dedicaremos este capítulo à procura dos princípios conceptuais que estiveram na génese das principais formas urbanas, durante o último século e meio, que consideramos relevantes para este trabalho e para o estudo da morfologia urbana. Seguindo de muito perto a linha de pensamento que José Manuel Ressano Garcia Lamas enuncia na sua obra *“Morfologia Urbana e Desenho da Cidade”*, escolhemos um conjunto de autores, que pela importância dos seus estudos, experiências e realizações profissionais muito contribuíram para a percepção da evolução da urbanística, das formas urbanas e do modo de organizar a cidade.

3.1 Experimentação urbanística do século XIX

3.1.1 Plano de Barcelona (1859)

O Plano de Barcelona foi um plano de expansão para a Cidade de Barcelona, elaborado por Ildefonso Cerdá e aprovado por ordem real em 1859. Apresenta uma escala pouco vulgar na Europa do século XX, elaborado para uma população de 800 000 habitantes, aproximando-se das grandes expansões americanas realizadas na mesma época (Delfante, 2000).

O conjunto urbano proposto é atravessado por duas diagonais que se reúnem numa praça central. A quadrícula regular estende-se em toda a área de expansão, tendo como limites a parte da cidade antiga, a elevação montanhosa e os municípios vizinhos. Neste Plano articularam-se aspectos espaciais, físicos com preocupações funcionais, sociológicas, económicas e administrativas, tratando assim a cidade como um organismo capaz de integrar vários sistemas. Os quarteirões organizavam-se com centros cívicos próprios, incorporando uma igreja e uma escola, manifestando nesta altura uma ideia embrionária da “unidade de vizinhança”; por este facto, os equipamentos seriam distribuídos pelo tecido urbano sem criar zonas privilegiadas na cidade, procurando com este princípio uma coerência espacial e de equidade para todo o conjunto.

Conceptualmente o limite do quarteirão deixa de ser o limite do espaço público, uma vez que a volumetria que o define não é totalmente fechada, abrindo-se para as vias e possibilitando a geração de múltiplos espaços diversificados, que quebram o relacionamento tradicional entre o edifício e a rua.

Num olhar mais distante, durante a execução do plano os quarteirões foram ocupados na periferia e no logradouro por pressões especulativas imobiliárias, progredindo assim no sentido do quarteirão tradicional, não se obtendo o resultado inicialmente pretendido.

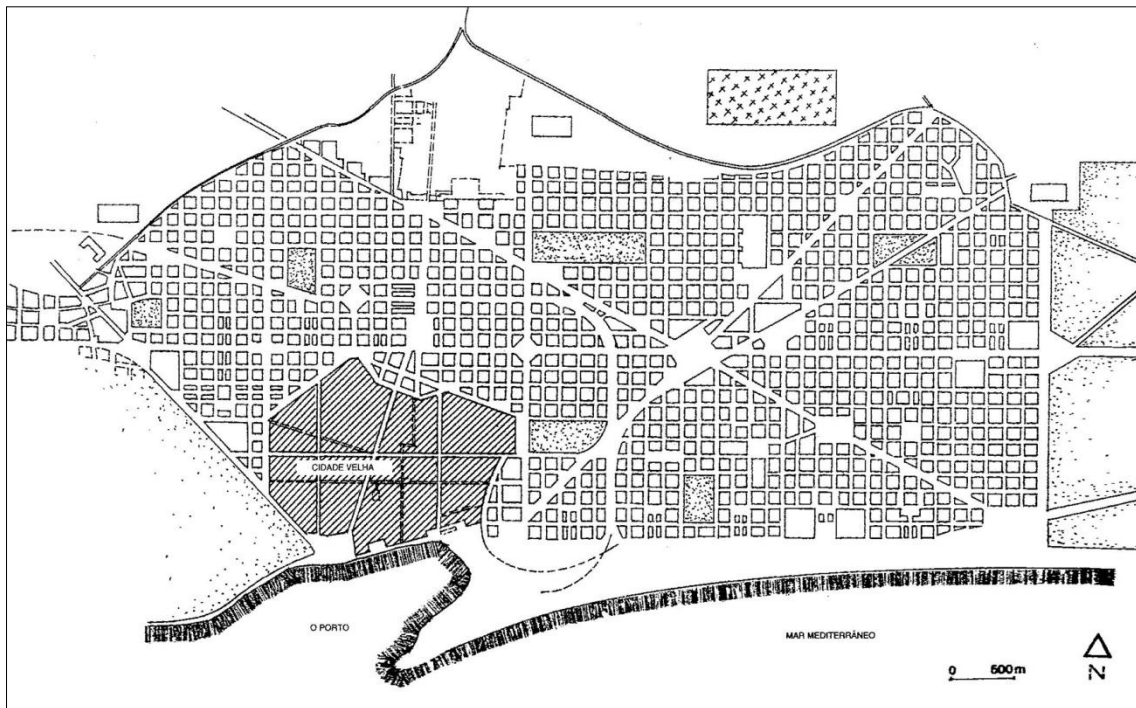


Imagem 2 - Barcelona. O plano de Cerdá (1895)
Fonte: Delfante, C. (2000), p. 252.

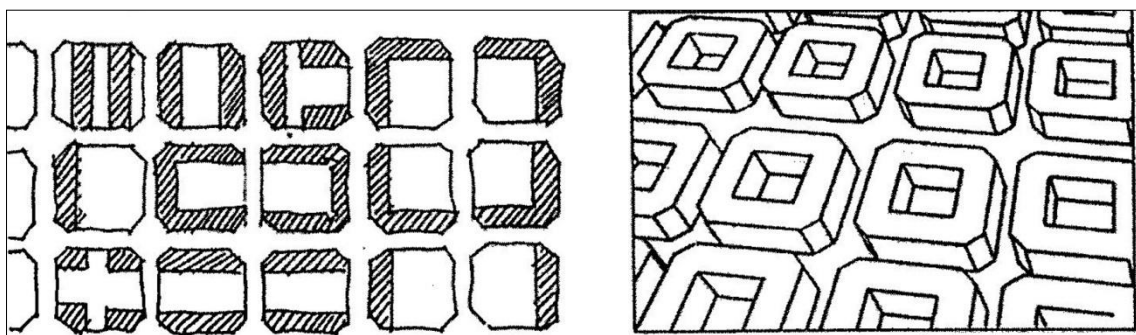


Imagem 3 - Quarteirões idealizados por Cerdá, e tal como foram construídos
Fonte: Lamas, J. (2010), p. 219.

3.2 Urbanística Formal

3.2.1 A Cidade-Jardim (1898)

O conceito inicial de “Garden City” foi concebido por Ebenezer Howard (1850-1928) aparecendo pela primeira vez no seu livro programático *Tomorrow: A Peaceful Path to Social Reform*, publicado em 1898, no qual procura um modelo alternativo ao crescimento das cidades.

O autor rejeitava as grandes concentrações urbanas e o subúrbio desorganizado que era uma das características daquela época. O modelo comporta duas abordagens a escalas totalmente distintas, que designa por “town planning” e “site planning”. No primeiro caso, a uma escala urbana, trata a organização dos principais traçados viários, a localização dos equipamentos e a distribuição funcional. No segundo, a uma escala de bairro, trata a organização do bairro, do quarteirão e da rua.

O modelo original estabelece a criação de sucessivas cidades novas, articuladas entre si por transportes públicos e separadas por grandes espaços verdes. Cada cidade não deveria ultrapassar os 32000 habitantes ocupando cerca de 400 hectares, procurando-se deste modo a baixa densidade urbana, que seria de cerca de 75hab/ha.

A *Cidade-Jardim* na sua concepção original caracteriza-se pela forma geométrica regular que apresenta, através da forma circular, cujo raio não ultrapassa 1km, e seis avenidas com 26m de largura atravessam a cidade, do centro à periferia. Esta cidade apresenta uma malha radioconcêntrica, sendo definidos vários anéis nos quais são distribuídas as várias funções. O centro do conjunto, correspondendo ao ponto de encontro das seis avenidas, onde se localiza um jardim com cerca de 2 hectares, é rodeado por uma cintura de edifícios institucionais e equipamentos de utilização colectiva. O anel seguinte, no sentido de dentro para fora do centro, corresponde a um grande parque, com cerca de 58hectares, no qual são distribuídos equipamentos destinados ao recreio e lazer dos seus habitantes, cujo arco exterior é destinado ao comércio, dotado de galerias cobertas e envidraçadas que permitem a circulação de pessoas mesmo nos dias chuvosos.

Continuando o nosso percurso para o exterior do centro, encontramos uma área onde se localizam as habitações, dispostas ao longo das avenidas radiais e de anéis concêntricos. A área residencial é dividida em duas coroas por uma grande avenida, com 125m de largura, formando um cinturão verde no miolo desta área específica e que circula toda a cidade. Chegando finalmente à cintura externa encontramos o anel correspondente à área industrial, que seria servida pelo caminho-de-ferro.

Esta breve descrição do modelo da Cidade-Jardim reflecte bem a segregação de funções, no modo da sua organização, que ilustramos na imagem 4; as áreas de vivendas correspondem às zonas residenciais por excelência, normalmente dotadas de equipamentos e de pequeno comércio de apoio. Este modelo propõe a separação do tráfego, uma vez que o atravessamento deverá ser exterior à zona residencial e ainda uma hierarquização das vias de acesso, desde a via exterior até à ligação final ao cul-de-sac. A presença significativa das zonas verdes urbanas públicas e privadas é um dos princípios de grande relevância deste modelo de cidade, sem esquecer as áreas agrícolas exteriores que são separadas do espaço público pelos alinhamentos dos edifícios.

Em conclusão, a imagem que mais identifica sensorialmente esta cidade é o espaço com fundo verde, no qual se implanta um contínuo de construções isoladas ou geminadas.

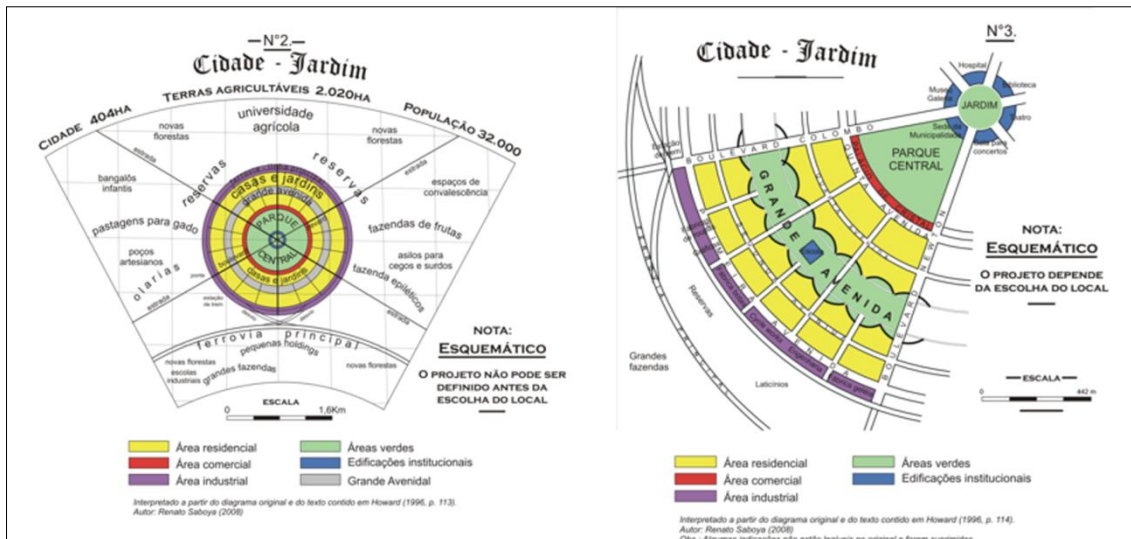


Imagem 4 - Dois esquemas da Cidade-Jardim. Ebenezer Howard (1898)
Fonte: www.urbanidades.com. [consultado em 15/04/2011].

Em Portugal o modelo de Cidade-Jardim marcou a sua presença na maioria dos planos e anteplos de urbanização elaborados nos anos 40 e 50, “ (...) embora não apresentem a pureza do modelo original (...), e em que se associa um urbanismo formal, com uma versão tardia da Cidade-Jardim ” (Lobo, 1995). Mesmo que não se tenham criado cidades novas, porque os aglomerados portugueses apresentavam uma dimensão relativamente pequena, o desenho urbano subjacente a este modelo é muitas vezes aplicado nas intervenções de expansão e renovação.

3.2.1.1 O Plano de Letchworth (1903)

O plano da cidade de Letchworth foi elaborado por Raymond Unwin⁹ (1863-1940) e Barry Parker (1867-1947) em 1903, como resultado de um concurso realizado pela Garden City Association, tendo como propósito a realização da primeira Cidade-Jardim.

Esta cidade localiza-se a cerca de 57km de Londres, em Inglaterra, pretendia servir 32.000 habitantes, abrangendo uma área de 1750hectares, dos quais 1200 correspondiam a uma cintura agrícola.

O traçado desta cidade é radioconcêntrico, composto por avenidas, flanqueadas por quarteirões, convergindo para uma praça central, que não é um centro, mas sim um grande eixo, que começa na estação do caminho-de-ferro, e é dotado de espaços verdes cuidados e de um tecido urbano construído segundo um rigoroso respeito pelas normas de densidade e de altura das construções. Os anéis circulares de geometria regular do modelo original não surgem neste plano, bem como está ausente o centro institucional que fecharia o jardim central, e ainda a área destinada ao espaço industrial que deveria rematar a via de cintura externa; mas o plano respeita os princípios da propriedade colectiva do solo, na repartição dos elementos constitutivos e na relação Cidade-Campo.

(9) Raymond Unwin foi o autor de “*Town Planning In Practice*”, documento que foi transformado em lei pelo parlamento inglês, em 1909, e considerado como um tratado de desenho urbano, que tinha como objectivo principal apresentar uma metodologia de projectar a cidade e os seus bairros.

Este plano, ilustrado na Imagem 5, dá um primeiro passo na ruptura com a cidade tradicional, pela reformulação das relações da rua com o lote e o edifício. Procura o equilíbrio entre as necessidades funcionais e os objectivos estéticos da cidade. As vias são canais de tráfego, mas são também o lugar para a implantação das construções, permitindo evidenciar as características volumétricas e as fachadas dos edifícios. Preocupa-se, por isso, com os perfis, largura dos traçados e cruzamentos, propondo a arborização das vias, de modo equilibrado, ou seja, um compromisso entre o funcionalismo e a estética do desenho urbano. Para os cruzamentos e as esquinas, correspondentes às partes mais complexas do sistema composto por rede viária e edificado, Unwin produz um conjunto de hipóteses de inscrição do lote no terreno e no esquema urbano, de modo a atingir os objectivos volumétricos e construtivos da “*Boa Forma da Cidade*” em que a urbanística formal da época se revia. Um outro princípio fundamental refere-se à necessidade de dar a cada edifício um tratamento semelhante ao do conjunto.

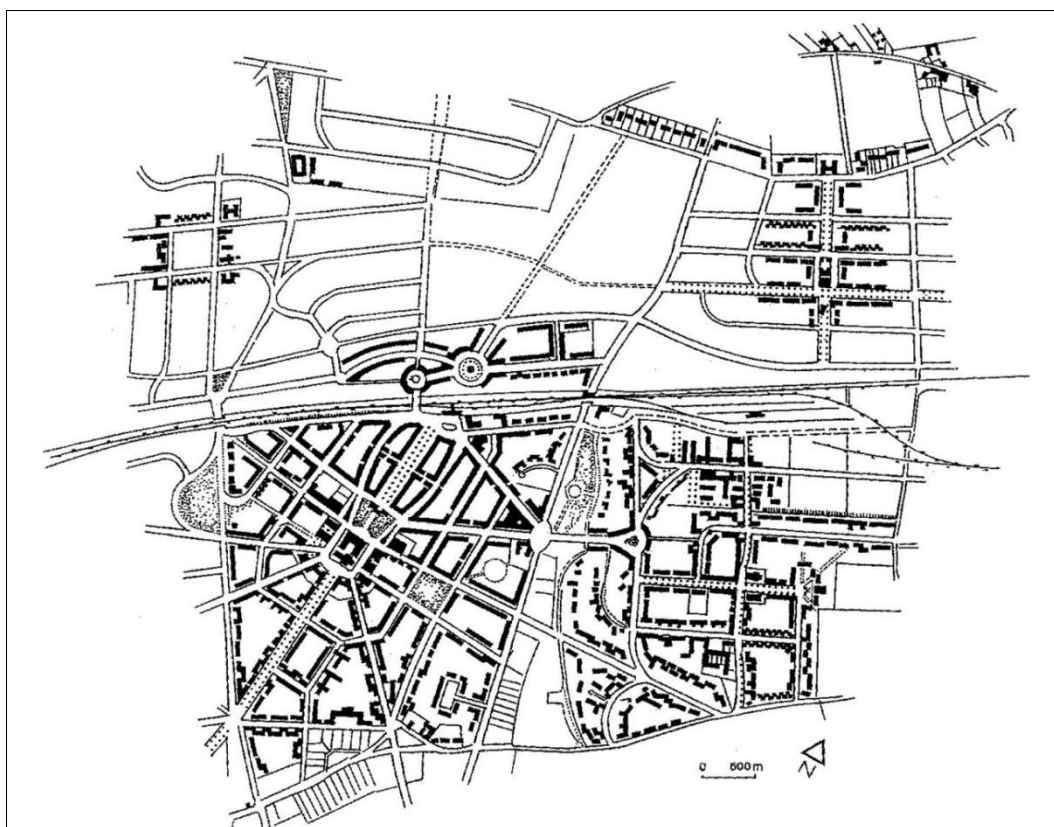


Imagem 5 - Letchoworth. O plano de conjunto de Unwin e Parker (1904)
Fonte: Delfante, C. (2000), p. 300.

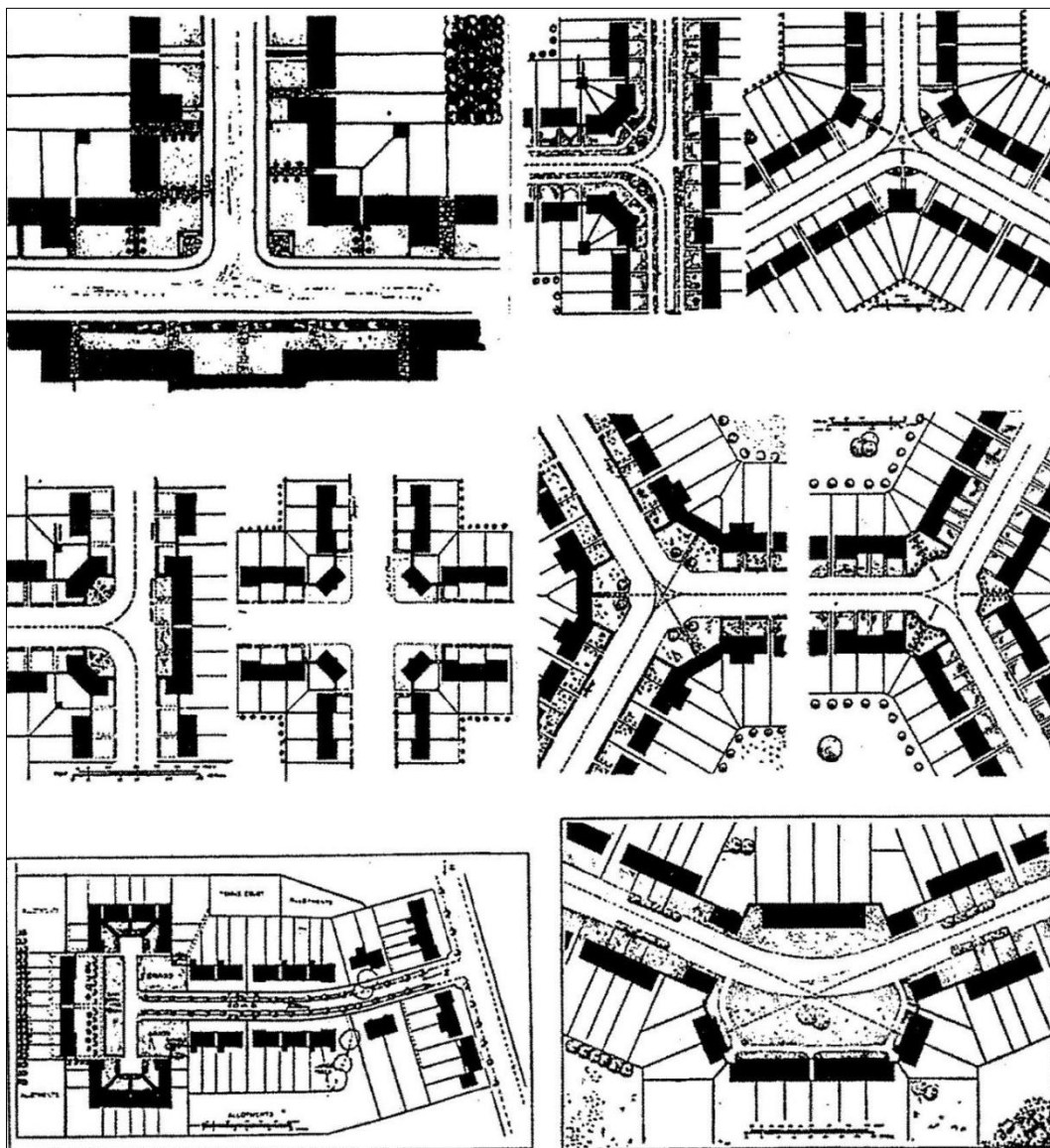


Imagem 6 - Ilustração do *Town Planning in Practice* (1909)
Fonte: Lamas, J. (2010), p. 255.

Unwin estabelece uma relação de dualidade e hierarquizada entre o Plano Geral e o Plano de Pormenor, onde é claramente assumida uma maior liberdade e variedade para a escala de pormenor, procurando muitas vezes recriar os processos orgânicos de formação das cidades ao introduzir, por exemplo, alinhamentos curvilíneos que lembram os tecidos urbanos medievais, demonstrando que a existência de traçados irregulares e regulares podem conviver e estabelecer relações formais e de significado para os residentes. A Imagem 6 ilustra algumas das soluções apresentadas na publicação “Town Planning in Practice”, de 1909, e incorporadas nos planos da época.

3.2.2 A Cidade Industrial (1904)

A cidade industrial terá sido o ponto de referência para aqueles que sem visionarem a ruptura com a cidade tradicional propunham a sua evolução e adaptação. A proposta de cidade apresentada por Tony Garnier (1869-1948) é simultaneamente uma continuidade e inovação. Continuidade porque os sistemas da cidade se interligam por traçados, eixos e quadriculas. Inovação porque indica uma organização funcional e física diferentes da Cidade Tradicional e que será incorporada mais tarde na Cidade Moderna.

Conceptualmente a proposta organiza a distribuição das actividades e das tipologias relacionadas com a morfologia urbana, a permanência da relação traçado/rua/lote e edifício. Mas a introdução do zonamento funcional, embora deixando a cidade antiga livre, gera alguma fragmentação da cidade por áreas distintas tendo em consideração o papel que cada parte vai desempenhar (Imagem 7).

No caso do sector habitacional, este é atravessado por uma via central e organiza-se em quarteirões regulares. Cada quarteirão mede 150x30m e subdivide-se em lotes de 15m de lado ocupados por edifícios geminados. As fachadas ficarão voltadas para a rua e para o interior do quarteirão. Sublinhamos ainda a existência de um pequeno jardim que envolve a construção, apenas compositivo, uma vez que interior do quarteirão se mantém privado.

Neste modelo o papel das infra-estruturas torna-se evidente, uma vez que a segregação funcional estará presente na disposição das áreas funcionais e nos sistemas de transporte que as servem, nomeadamente as vias de atravessamento e linha férrea, conceito que mais tarde estará presente na Cidade Moderna.

O plano é caracterizado por uma composição homogénea em todas as suas partes, e como refere Charles Delfante “não se pode cortar nem acrescentar nada ao plano sem nos arriscarmos a destruir o equilíbrio” (2000:302), tornando-o por este motivo um modelo de cidade paradigmático mas numa estreita relação de forças entre a cidade tradicional e a cidade moderna.

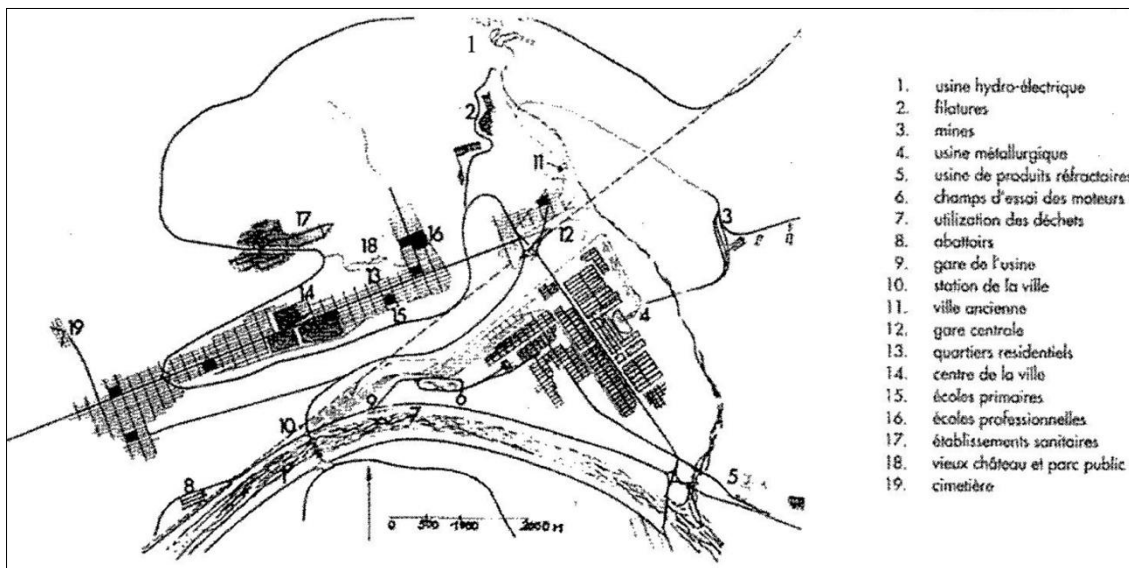


Imagem 7 - Cidade Industrial. Tony Garnier (1904)
Fonte: Lamas, J. (2010), p. 269.

3.2.3 O Plano de Alvalade (1945)

O Plano do Bairro de Alvalade é elaborado pelo urbanista João Faria da Costa (1906-1971), em 1945, e resulta de algum modo, das políticas urbanísticas que o do Eng.º Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas, procurou empreender em Portugal, como vimos no Capítulo II.

O Plano de Alvalade procurou dar resposta ao realojamento de pessoas provenientes de outras zonas da cidade de Lisboa, que entretanto tinham sido demolidas no âmbito da renovação urbana da cidade. Este Bairro foi desenhado e planeado para albergar 45000 habitantes, com 12000 alojamentos e ocupou 2300 hectares.

Este Plano é apresentado como um exemplo equilibrado entre o modelo da cidade tradicional e os princípios da urbanística moderna (Lamas, 2010), considerado por isso integrado num modelo eclético. Preocupa-se com a organização distributiva das funções e dos equipamentos, com a hierarquização da malha viária, com a desprivatização do solo, uma vez que libertava o interior do quarteirão para espaço colectivo; introduziu a inovação da *unidade de vizinhança*, e foram também criados percursos seguros, mais interiorizados, evitando que os peões realizassem o atravessamento das vias de maior tráfego para aceder aos equipamentos.

Os elementos morfológicos são organizados e hierarquizados. As vias hierarquizam-se em avenidas, ruas, “cul-de-sac” e caminhos para peões. As praças e os largos ficam localizados no cruzamento das vias, marcando a sua presença no espaço público. O miolo do quarteirão é interpretado como um espaço semi-público, uma vez que é utilizado como zona de jardim, estacionamento e para equipamentos.

Os edifícios são implantados nos limites do quarteirão, confinando o seu interior, servindo de delimitação entre o espaço público e o semi-público. Seguem o alinhamento do quarteirão e são repetitivos. As suas fachadas são controladas por uma ordem arquitectónica de conjunto, alterando-se essa ordem apenas nos cruzamentos e nos gavetos.

As principais inovações que o Plano do Bairro de Alvalade nos apresenta referem-se à aplicação do conceito da *unidade de vizinhança*, à mistura e complementaridade de funções locais instaladas no interior do quarteirão, deixando este de ser um espaço exclusivamente privado, gerando um espaço de proximidade e mais intimista relativamente aos seus habitantes. A forma urbana adoptada, pela sua organização, a densidade habitacional acompanhada por um conjunto de equipamentos e serviços, evita que o Bairro se transforme num simples dormitório da Cidade de Lisboa, assumindo uma identidade própria e modos de viver inerentes à sua forma urbana (Imagem 8).

Trata-se assim de um Plano enquadrável na urbanística formal, pelas características descritas, introduzindo algumas inovações face à forma de Cidade Tradicional. Na fase final da sua execução, que designaremos por 2ª fase, foram alterados significativamente muitos dos princípios aqui enunciados, por exemplo a implantação dos edifícios passou a realizar-se na direcção perpendicular à rua, em ruptura com o contínuo das fachadas, o aumento da volumetria edificada, a alteração da linguagem e concepção dos edifícios, factos estes motivados pela chegada a Portugal de um novo paradigma da urbanística do século XX, a *Cidade Moderna* e os seus princípios que abordaremos em seguida.



Imagem 8 - Plano do Bairro de Alvalade. Faria da Costa (1945)
Fonte: Lamas, J. (2010), p. 287.

3.3 A Cidade Moderna

A *Cidade Moderna* ou a *Cidade do Movimento Moderno* pretendeu uma ruptura com a *Cidade Tradicional*, com a estrutura, forma, organização distributiva, conteúdos programáticos e mesmo com os propósitos do urbanismo. O pensamento subjacente a este Movimento acreditava que o urbanismo existente, bem como as estruturas urbanas tradicionais não eram capazes de resolver os problemas da cidade do século XX.

As ideias deste Movimento acabaram por ganhar força necessária para a sua implementação na Europa, na década de 1920-1930, muito por mérito dos seus principais pensadores, que na verdade eram personalidades com forte poder mediático, entre os quais destacamos Walter Gropius, Charles-Edouard Jeanneret (Le Corbusier), Mies Van Der Rhoë, que muito contribuíram para a formulação deste pensamento, na área da arquitectura e urbanismo.

A arquitectura do *Movimento Moderno* teve como principal influência para a sua teorização uma época repleta de inovações que assinalavam e marcavam a entrada no século XX, no âmbito da tecnologia e das ciências. A simplicidade estética e a plasticidade das formas desta arquitectura conquistam as administrações, os decisores políticos e a população de um modo geral. As urbanizações e conjuntos habitacionais assumem uma nova realidade de cidade, com formas de organização e morfologia muito diferentes até então, possibilitando o faseamento da execução das partes da cidade e das suas infra-estruturas, mas que mais tarde veio a originar a fragmentação da cidade.

Os arquitectos adeptos deste novo paradigma de fazer cidade consideravam que a rua tradicional era a origem dos males, partindo dela a criminalidade, marginalidade, poluição sonora e maus cheiros. Era ainda associada aos problemas higienistas, como a falta de distribuição de água, saneamento básico, lixos domésticos, limpeza e asseio que era necessário resolver.

No período do *Movimento Moderno* é então abandonado o quarteirão, a rua e a praça tradicional, propondo-se em alternativa tipologias diferentes das que correntemente eram a opção, nomeadamente a *torre*, a *banda* e o *bloco* implantados em terrenos amplos, livres de barreiras e de muros elevados, possibilitando que esse terreno se transformasse em espaço público. A partir da aplicação destes princípios torna-se evidente que, a forma urbana muda significativamente, como ilustram as Imagens 9 e 10, evoluindo de uma forma fechada para uma forma solta e mais desligada do seu contexto, perdendo deste modo a relação com os outros elementos de forma que compõem a cidade e assumindo deste modo, uma morfologia de volumes e de objectos soltos distribuídos pelo território, privilegiando o papel da arquitectura em detrimento do urbanismo.

Este paradigma da primeira metade do século XX abandona a organização da *mistura funcional*. Tendo-se introduzido em alternativa o designado “*zonamento funcional*” e aplicando-o de forma rígida, definido através da Carta de Atenas (1933).

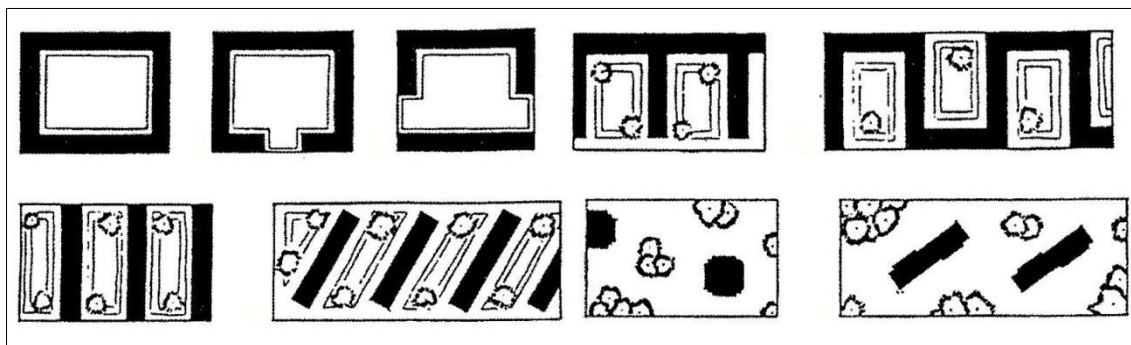


Imagem 9 - Evolução comparativa das formas urbanas tradicionais até às modernas
Fonte: Lamas J. (2010), p. 339.

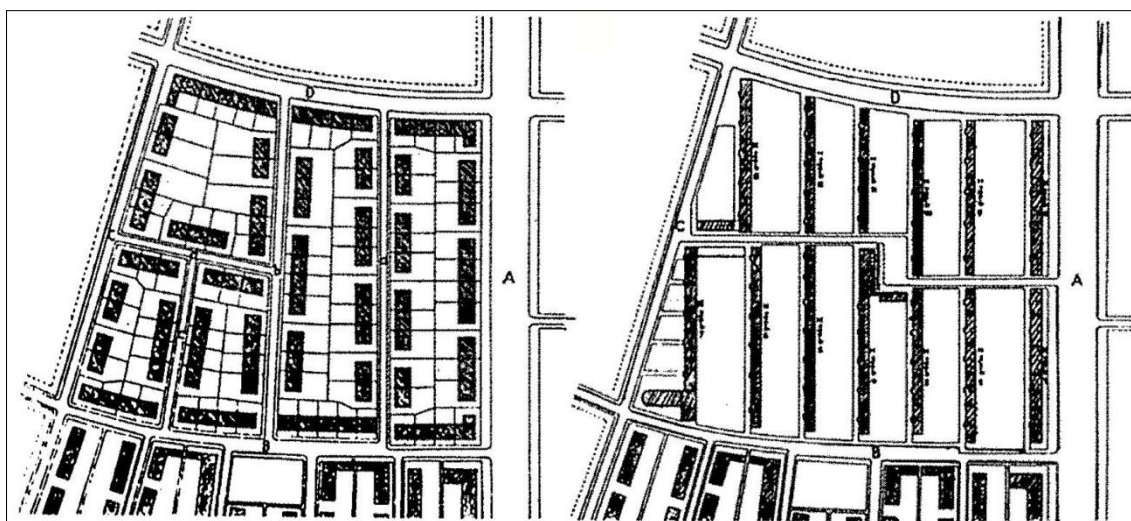


Imagem 10 - Confronto entre uma composição tradicional e uma moderna
Fonte: Lamas, J. (2010), p. 339.

A *Carta de Atenas* constitui uma síntese das posições dos CIAM sobre a organização e planeamento das cidades. Foi elaborada em 1933 (embora apenas publicada em 1941), e a filosofia deste documento remete-nos para uma organização de cidade fragmentada, em que se torna imperativo isolar, separar e arrumar as principais funções humanas, nomeadamente habitar, trabalhar, lazer (nas suas várias dimensões), assim como nas deslocções necessárias ao desempenho das diversas actividades.

A aplicação do zonamento funcional e a repetição estandardizada de edifícios semelhantes retirará à cidade moderna a complexidade distributiva e formal, gerando com frequência monotonia visual, falta de espaços identificáveis e significantes, factor que motivou muito descontentamento das populações residentes e de muitos arquitectos, que desde os anos 50 iniciaram um processo de reflexão e de contestação desse modelo de cidade.

3.3.1 O Plano de Saint-Dié-des-Vosges

Para ilustrarmos o modelo da *Cidade Moderna* escolhemos o Plano de Saint-Dié-des-Vosges, em França, elaborado por Le Corbusier (1887-1965), em 1945 (Imagem 11). Esta pequena cidade francesa, localizada numa zona montanhosa e próxima da fronteira com a Alemanha, foi praticamente destruída durante a segunda guerra mundial (1939-1945), tendo apenas restado a catedral.

O Plano teve em consideração os aspectos do lugar, nomeadamente a envolvente montanhosa, a presença da catedral e do rio Meurthe. Esta cidade foi planeada para 20.000 habitantes, dividida pelo rio em duas partes; na parte norte ficava o centro, onde se localizavam os serviços administrativos, um centro de turismo, um museu, uma unidade hoteleira e um espaço comercial. O sector residencial estava distribuído por oito *unidades de habitação* assentes sobre pilares, e dotados das estruturas sociais indispensáveis, como pequenas lojas comerciais e serviços. Na margem sul do rio ficavam localizadas áreas industriais, escola profissional e centro de comunicações.

A tipologia dos edifícios estava relacionada com a sua função, tendo-se adoptado a *torre* para os serviços administrativos, o *bloco* para os serviços comerciais e a *banda* para o complexo hoteleiro. Como era apanágio de Le Corbusier, para o sector residencial foi adoptada a *unidade de habitação*, distribuída pelo terreno com uma orientação norte-sul e cuja implantação permitia um ponto de ligação à estrutura viária. Para o sector industrial foi adoptada uma mistura de edifícios em *banda* e em *bloco* dispostos segundo uma métrica regular e seguindo a orientação da implantação das *unidades de habitação*.

A rede viária foi hierarquizada, tendo em consideração as funções dos sectores a servir, não havendo por isso uma mistura ou simultaneidade de utilização para as diferentes funções. O centro estava propositadamente servido por pequenos arruamentos para libertá-lo dos maiores fluxos de circulação.

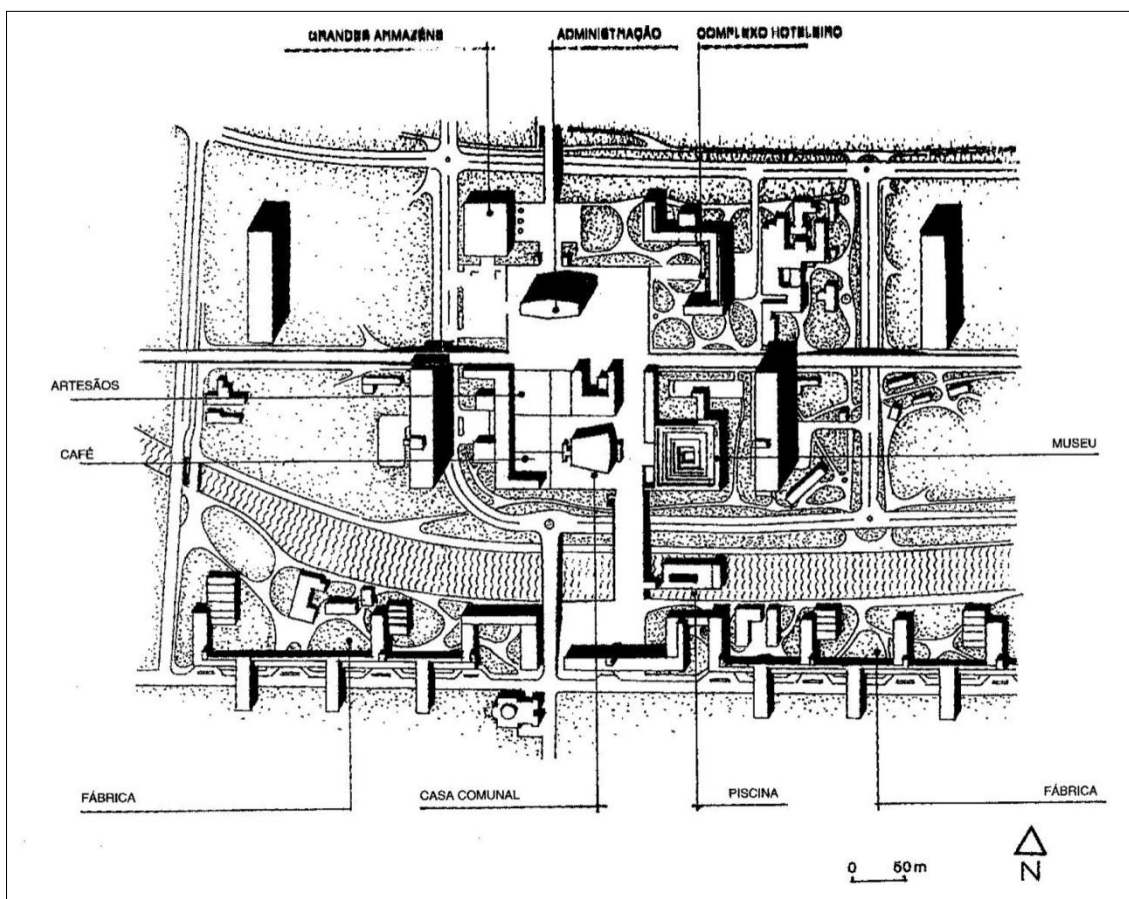


Imagem 11 - Saint-Dié-des-Vosges. Le Corbusier (1945)
Fonte: Delfante, C. (2000), p. 334.

3.4 Reacção ao Movimento Moderno

O Movimento Moderno chega aos anos 60 desgastado e esgotado. A partir daqui um novo ciclo se inicia abrindo caminho a uma revisão do pensamento da arquitectura e do urbanismo das cidades. Neste período assistimos ao regresso da forma urbana, através da articulação directa entre os vários elementos morfológicos urbanos, e a um reequilíbrio entre a arquitectura e o urbanismo. A recuperação e do aprofundamento do prazer sensitivo da arquitectura e do espaço urbano, bem como a reintrodução dos valores secundarizados pela urbanística moderna como a cor, a complexidade e a contradição correspondem aos valores que caracterizam o pensamento de reacção ao Movimento Moderno. Considerando a questão sensorial muito relevante, Gordon Cullen e Kevin Lynch são dois dos pensadores mais representativos dessa preocupação que seguidamente desenvolveremos.

Foi com certeza a dramatização verificada após a confrontação entre *Cidade Moderna* e a *Cidade Antiga* que levou a um novo despertar no interesse pela *Cidade Antiga*, a sua preservação e seu restauro; mas é também a reavaliação das relações morfológicas pré-existentes que contribui para o desenho das intervenções no seu casco mais antigo. Torna-se assim claro que a arquitectura e o urbanismo devem coexistir de modo equilibrado, defendendo uma certa matriz cultural de fazer cidade, tese defendida por arquitectos deste período, de que destacaremos Aldo Rossi, Robert Krier e as intervenções no *Internationale Bauausstellung* (IBA), Berlim, em 1979.

3.4.1 O Movimento Sequencial

A leitura visual e estética do espaço urbano foi um tema largamente aprofundado e difundido por Gordon Cullen (1914-1994). O ponto de partida é a óptica do transeunte que caminha pela cidade e que ao longo do percurso assiste ao surgimento de uma sequência de imagens transmitidas pela composição dos elementos morfológicos do espaço urbano, e que pontuados por uma serie de contrastes vão subitamente gerar um grande impacto visual e emocional, dinamizando deste modo a percepção do espaço percorrido.

A pequena escala ou dimensão sectorial, cujo universo é a rua, é revalorizada como a escala humana por excelência, em que a cidade se deixa descobrir nas suas particularidades e riquezas. Será através deste movimento sequencial que o espaço urbano evidencia um conjunto de relações formais e simbólicas, ressurgindo a dialéctica entre a arquitectura e a forma do espaço urbano.



Imagem 12 - Exemplos de análise da visão serial num pequeno percurso
Fonte: Cullen, G. (2009), p. 19.

3.4.2 A Imagem da Cidade

Partindo de estudos sobre o modo como os residentes de uma cidade entendem e identificam a sua cidade ou partes dela, Kevin Lynch (1918-1984) evidencia a importância da imagem da cidade como elemento da concepção urbanística e como antítese funcionalista, uma vez que pode ser determinada por factores diversos da correspondência da forma à função. Investiga uma dialéctica entre a “*imagem da cidade*” que o arquitecto procura e a “*imagem colectiva da cidade*” que os habitantes percebem.

Kevin Lynch define um conjunto de elementos de forma, que pela sua “força” visual e de memorização permitem gerar a imagem de um lugar. Será pela dialéctica entre estes elementos estruturantes que a imagem da cidade é percebida, reconhecida e identificada pelos seus residentes. Os elementos que estruturam a imagem da cidade podem ser agrupados em cinco grandes tipos: os caminhos, os limites, os bairros, pontos nodais e pontos marcantes¹⁰ (Imagens 13 a 17).

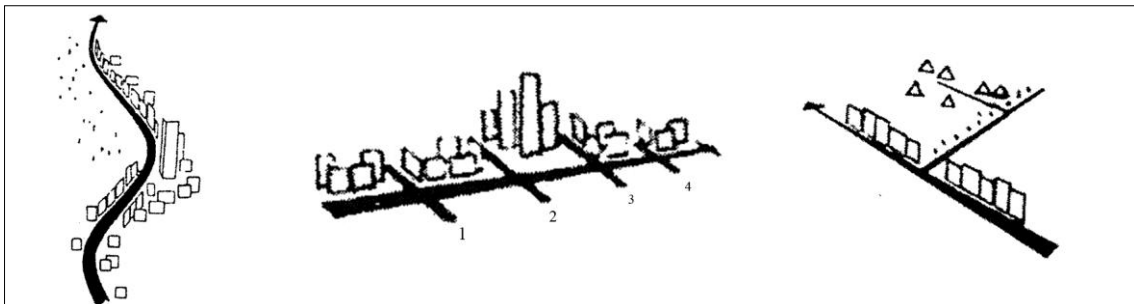


Imagem 13 - Elementos estruturantes da imagem da cidade: Os Caminhos
Fonte: Lynch, K. (2008), p. 100, 101.

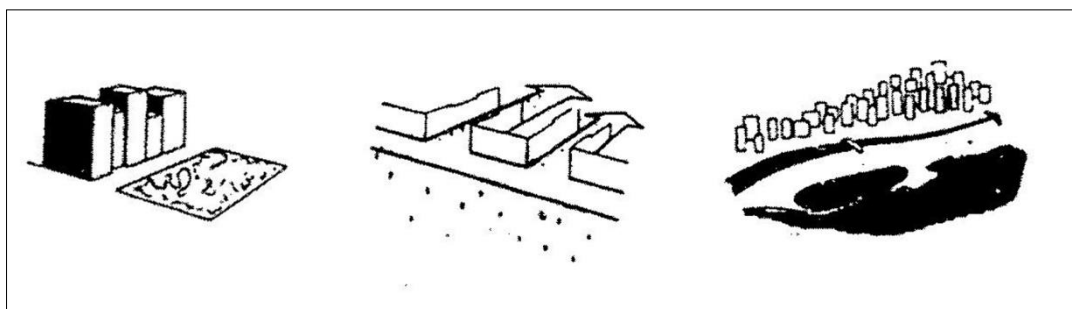


Imagem 14 - Elementos estruturantes da imagem da cidade: Os Limites
Fonte: Lynch, K. (2008), p. 52,104.

(10) Uma vez que este tema será retomado no Capítulo V, não procederemos, neste momento, a uma explicação mais detalhada.

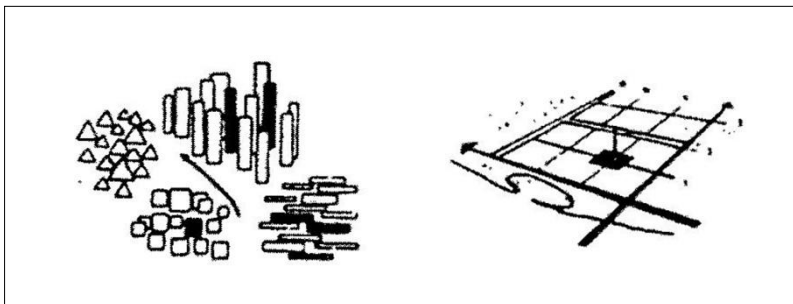


Imagem 15 - Elementos estruturantes da imagem da cidade: Os Bairros
Fonte: Lynch, K. (2008), p.108.

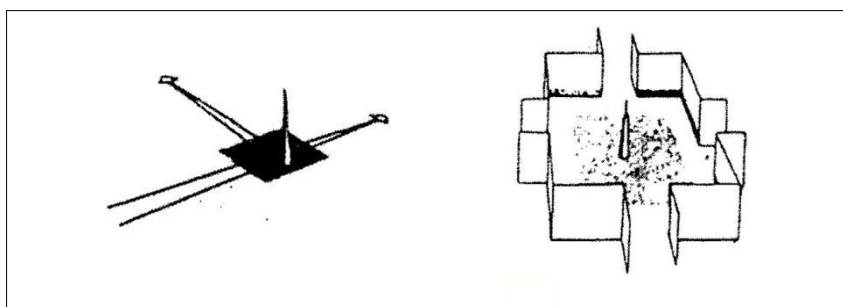


Imagem 16 - Elementos estruturantes da imagem da cidade: Os Pontos Nodais
Fonte: Lynch, K. (2008), p.106.

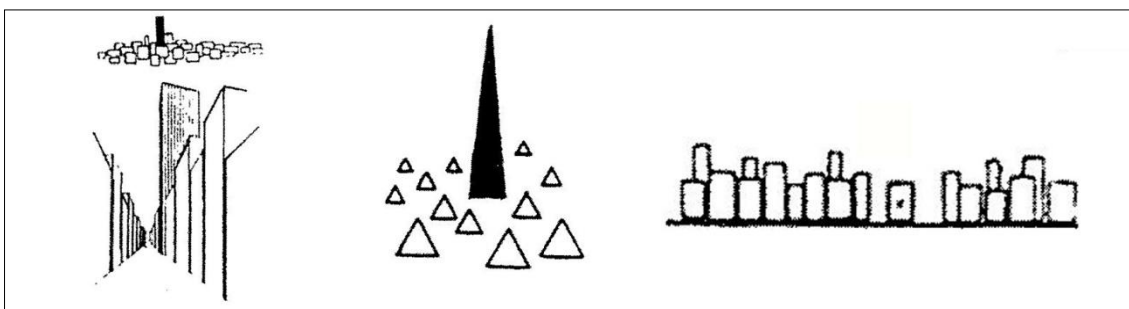


Imagem 17 - Elementos estruturantes da imagem da cidade: Os Pontos Marcantes
Fonte: Lynch, K. (2008), p. 52, 89, 104.

3.4.3 Relações entre Morfologias Urbanas e Tipologia Construtiva

Aldo Rossi (1931-1997) considera que a arquitectura da cidade não é a arquitectura do edifício isolado, como acontecia na urbanística moderna, mas assenta num princípio organizador através do qual se desenvolvem e estruturam as tipologias que integrarão a forma urbana. Opõe-se ao funcionalismo como meio de produzir uma relação entre a forma e a função, contrapondo que é na autonomia do desenho arquitectónico combinado com as motivações de ordem cultural e a energia criativa do sítio ou lugar, que essa relação deve existir.

Rossi revaloriza as formas urbanas tradicionais como procedimento para o acto projectual na cidade, nomeadamente a rua, o quarteirão, a praça, o monumento, bem como a geometria e o traçado, defendendo por isso um regresso às formas urbanas tradicionais.

O projecto do cemitério de Modena, elaborado em 1971, que revela o neo-racionalismo de Rossi, mas que também é reveladora da importância da combinação de formas e sua inter-relação, dotando assim o conjunto espacial de valores significantes e identitários (Imagem 18).

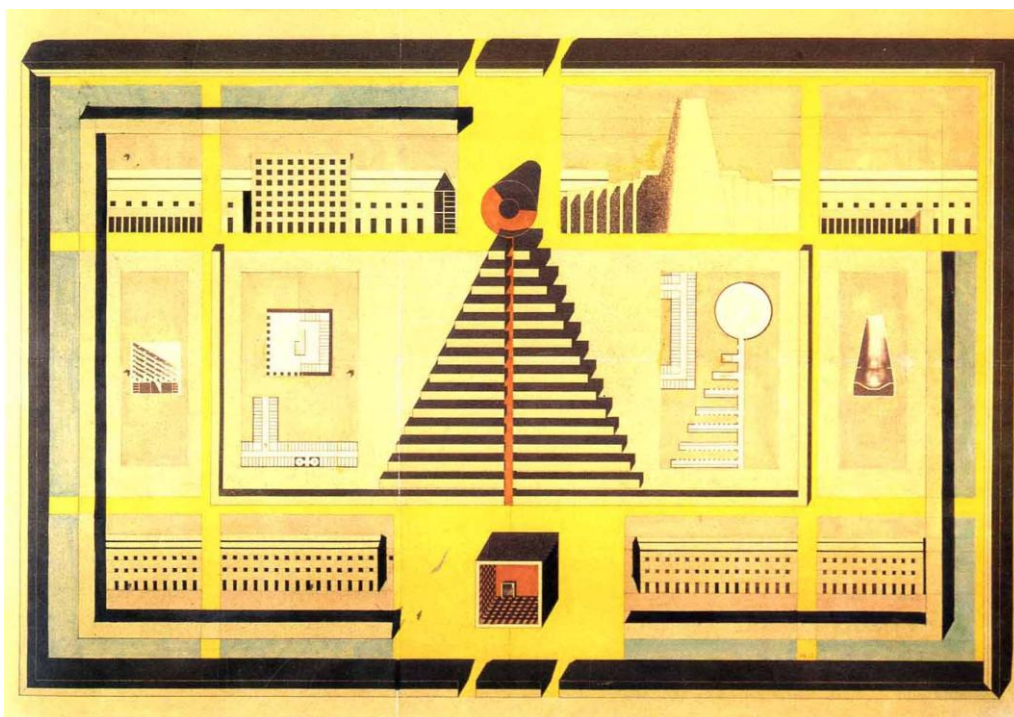


Imagem 18 - Cemitério de Modena (1971-1978). Aldo Rossi
Fonte: www.papodearquitecto.com. [consultado em 20/06/2011].

3.4.4 O Novo Urbanismo

“ Nas nossas cidades modernas, a noção tradicional de espaço urbano desapareceu”.

Robert Krier (Cit.in Lamas, 2010)

Um dos expoentes mais representativos do “Novo Urbanismo” é Robert Krier que publica, em 1975, “L’Espace de la Ville”, onde resume alguns anos de estudos sobre as morfologias urbanas tradicionais e desenvolve um conjunto de hipóteses de composição para o espaço urbano.

Numa linha de pensamento semelhante a Aldo Rossi, Robert Kier *acredita que deve existir um equilíbrio evidente entre a arquitectura e o urbanismo*. A sua ideia de cidade é fundamentalmente morfológica, exprimindo-se num contínuo de espaços construídos em que os elementos de forma fundamentais são a rua e a praça, incorporando monumentos como pontos de referência na estrutura urbana.

Nas suas propostas Krier privilegia o traçado definido pelo quarteirão fechado nos quatro lados, para trabalhar a forma física da cidade, aceitando nele a diferenciação de funções. Utiliza a geometria euclidiana, as formas geométricas puras, mas também compostas e complexas porque acredita serem essenciais para o desenho urbano.

As propostas que introduz para dotar a cidade das comodidades necessárias aproximam-no da urbanística formal, que vigorou antes dos anos 20, mas também o situam muito próximo da urbanística formal que vigorou na Europa entre as duas grandes guerras do século XX, à qual, no entanto, não faz referência (Lamas, 2010).

O plano de reordenamento da Cidade de Amiens, em França, denota visivelmente a preocupação com o desenho urbano morfológico, utilizando o elemento *quarteirão* para a definição dos traçados e para gerar espaço público. A forma urbana tradicional é assim recuperada e reinterpretada para a produção de cidade (Imagem 19).

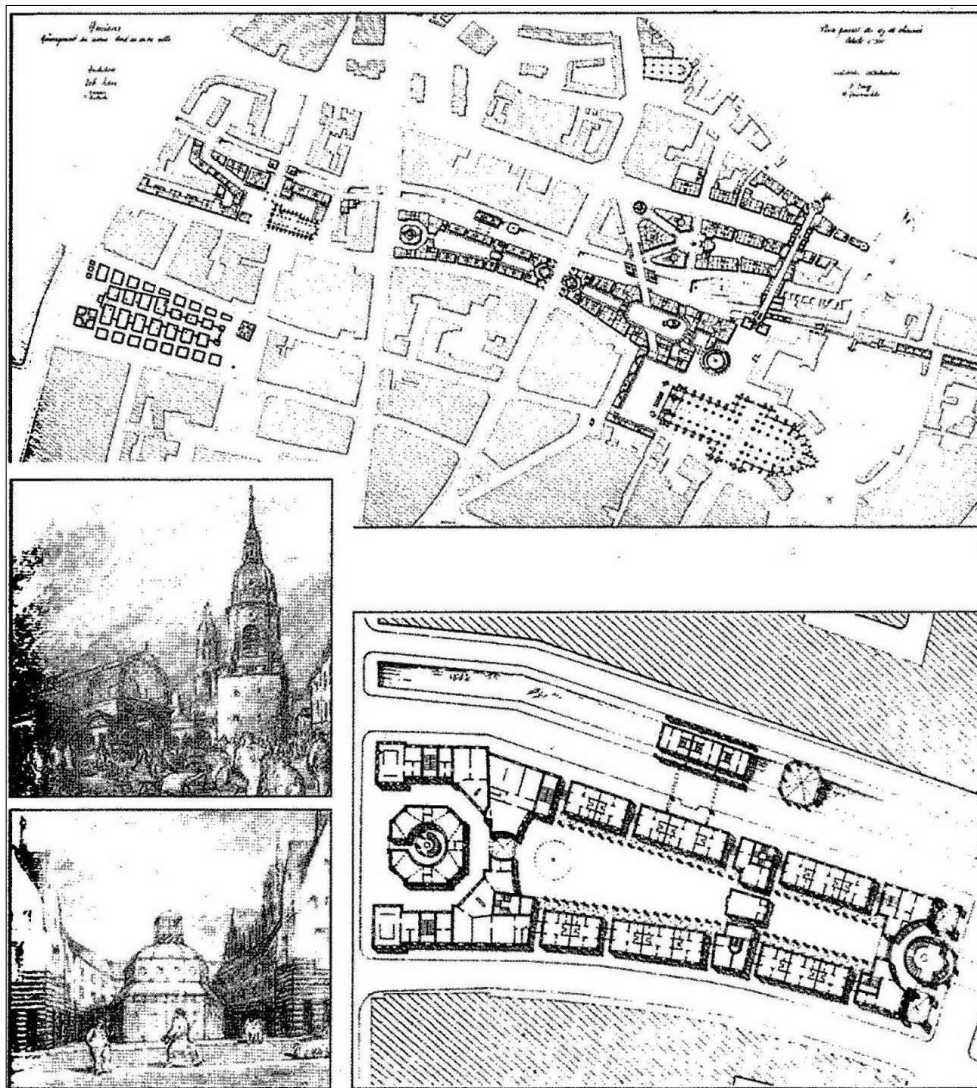


Imagem 19 - Proposta para o reordenamento do centro de Amiens (1984): Robert Krier
Fonte: Lamas, J. (2010), p. 431.

3.4.5 Revitalização do Centro da Cidade

O concurso do *Internationale Bauausstellung* (IBA), de 1979, em Berlim, teve como objectivo principal a recuperação do centro antigo da cidade como área residencial. Este concurso internacional de arquitectura procura renunciar às tipologias *modernas* (torre, bloco e complexo), subordinando as construções a uma visão urbanística de reutilização dos espaços tradicionais (a rua, o quarteirão, a avenida, a praça e o largo) actuando por alinhamentos construídos e costurando os espaços vazios da reconstrução do pós-guerra.

O IBA procurou demonstrar as possibilidades e limites de actuação na cidade existente, sem quebrar as suas características morfológicas, recompondo e reinterpretando os

tecidos urbanos interrompidos ou fragmentos da cidade. Procurou ainda que os edifícios e os conjuntos a realizar tivessem uma preocupação particular com a identidade, gerando espaços e uma forma de cidade facilmente percebida pelos residentes. Nas imagens seguintes apresentamos dois exemplos, de escalas diferentes, mas cujas propostas de intervenção são bem claras quanto aos propósitos, ou seja, que, com o regresso da importância da forma urbana, a cidade destruída e fragmentada se vai reerguer, acompanhada de lugares com significação e identidade (Imagens 20 e 21).

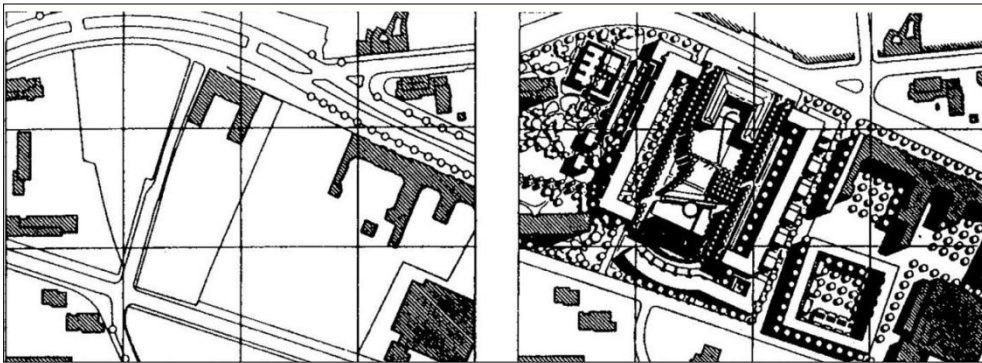


Imagem 20 - Planta de um bairro em Berlim. Quarteirão a completar
(antes e depois dos trabalhos)

Fonte: Benévolo, L. (2009), p. 168.



Imagem 21 - Zona de intervenção em Berlim. Conjunto de quarteirões a completar
(antes e depois dos trabalhos)

Fonte: Benévolo, L. (2009), p. 168.

3.5 Princípios do Urbanismo recente

Mais recentemente, e já não relacionados com posições de contra-reacção à “Cidade Moderna”, novos princípios sustentam a prática do urbanismo. As sociedades e o seu pensamento mudaram ao longo do século XX, sendo esses processos de transformação reflectidos na cidade e no modo de viver das populações no mundo ocidental. Para entendermos melhor as cidades em que hoje nos movemos é necessário, antes de mais, perceber os conceitos que estão na génese da sua organização e realizarmos uma reflexão acerca das vivências de um modo geral, neste início do século XXI.

O espaço da cidade é hoje o resultado da sedimentação urbana que durante séculos se foi sobrepondo ou adicionando, criando-o e transformando-o à luz do pensamento e do modo de agir de cada período temporal. Mas a cidade actual corresponde ainda aos novos territórios conquistados ao espaço rural e agrícola, resultantes dos vários processos de transformação da sociedade, no seu modo de viver, seja habitar, trabalhar, divertir-se e deslocar-se.

François Ascher (1946-2009) lançou para a discussão pública, em 1995, com a publicação da sua obra *Metapolis*, alguns conceitos sobre a *Cidade Contemporânea*, correspondendo à cidade do século XXI. Segundo este autor, o território é cada vez mais uma rede de cidades que se liga por grandes infra-estruturas viárias, tornando evidente a necessidade de transportes colectivos e individuais para que mobilidade de pessoas e bens aconteçam nesta cidade/território; engloba ainda, sectores de produção de novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), aproximando pessoas e negócios, seja através dos telemóveis ou da internet; com este paradigma das TIC surge a economia cognitiva, mais urbana, mais especializada, que assenta na diversidade de parcerias e na procura de respostas para grupos específicos em vez de soluções generalistas; os modos de vida sofrem uma metamorfose, com o surgimento dos movimentos pendulares nas grandes metrópoles, traduzidos pela mobilidade necessária diariamente de pessoas e bens no interior desta cidade/território.

O *Urbanismo Contemporâneo* privilegia os procedimentos estratégicos, uma vez que a incerteza marca inevitavelmente este período da nossa civilização. Lança hipóteses provisórias tendo por objectivo executar uma política previamente definida, aceitando a

evolução e maturação dessas hipóteses antes e durante a sua aplicação, um processo que torna cada vez mais evidente a necessidade de monitorização dos procedimentos, das escolhas e das decisões a tomar. A aposta no desempenho e durabilidade dos projectos de intervenção urbanística deverá passar por opções que primarão pela variedade, flexibilidade e reactividade, ou seja, as propostas deverão corresponder a respostas multifuncionais e os lugares deverão ser multifacetados permitindo a realização de várias actividades sociais em simultâneo, contrariamente ao *zonamento funcional* que pautava a *urbanística moderna* do século XX.

A sociedade do século XXI é complexa tendo as respostas de primar pela variedade de formas, por ambientes arquitectónicos urbanos diversificados e procurar respostas específicas para cada situação. A governância como paradigma democrático da segunda metade do século XX admite a participação dos movimentos cívicos e das instituições representativas da sociedade, um procedimento que procura consensos e respostas mais adequadas às situações particularizadas, e que na maioria dos casos são igualmente complexas.

3.5.1 O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98

No sentido de ilustrarmos como exemplo recente em Portugal uma intervenção urbanística multifacetada e multifuncional utilizaremos o caso do Parque das Nações, em Lisboa. Segundo o “programa preliminar dos estudos urbanísticos de pormenor”, realizado pela Parque Expo'98 S.A, estando previstas para esse território uma rede de infraestruturas, de acessibilidades e uma serie de equipamentos diversos, de modo a possibilitar a “criação de uma nova centralidade” no espaço urbano na área metropolitana de Lisboa, que entretanto recaiu no território da Cidade de Lisboa.

O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98 (PUZI) foi aprovado em 15 de Julho de 1994, através da Portaria n.º640/94. Refere-se a uma área com 330 hectares, localizada na zona oriental da Cidade de Lisboa, limitada a norte pelo rio Trancão, a sul pela Avenida Marechal Gomes da Costa, a oeste pela linha do caminho-de-ferro e a leste pelo rio Tejo. A concepção do projecto urbanístico procurou ter em conta aspectos valorativos da zona em questão, definindo como “conceitos estratégicos” para a reconversão urbana da *Zona de Intervenção*, a sua localização estratégica na área

metropolitana de Lisboa, pela sua proximidade do aeroporto, pela sua articulação com a A1 e com a CRIL, pela proximidade com a linha de caminho-de-ferro e pela disponibilidade de uma frente ribeirinha passível de constituir um novo espaço público.

A Zona de intervenção da Expo'98, submetida ao Plano de Urbanização, subdivide-se em várias “zonas urbanas”, constituídas em “unidades operativas de planeamento e gestão”, sobre as quais incidiram os correspondentes planos de pormenor. Os seis planos de pormenor resultantes foram desenvolvidos por diferentes projectistas, e deviam visar a recuperação e reconversão urbanística das áreas que os integram, procurando uma convergência com o objectivo fundamental do Plano: criar “uma nova centralidade” na área metropolitana de Lisboa.

Foram estabelecidos, no início do processo de elaboração do Plano da Expo'98, compromissos formais e políticos, tendo como principal preocupação “o depois” da *Exposição Mundial*, cujas ideias vêm explicitadas no respectivo programa urbanístico: a concretização de um programa urbanístico de âmbito metropolitano tem que assegurar a coexistência de uma diversidade de usos e funções urbanas (habitação, serviços, comércio, administração, equipamentos vários, zonas verdes, actividades desportivas e culturais, etc.), e por outro lado uma tal *multifuncionalidade* urbana exige uma mistura coerente e equilibrada dos diversos usos previstos, assim como um reequacionamento das acessibilidades metropolitanas, superando as “barreiras” envolventes actuais.

Outro conceito importante é que todo o investimento a realizar seja para a cidade e de carácter *durável*, ou seja, deverá continuar a existir neste espaço uma memória da *Exposição Mundial*, dotado de equipamentos que continuarão a captar as pessoas dos mais variados estratos etários, sociais e culturais.

Finalmente o Plano estabelece outros objectivos e estratégias complementares, mas fundamentais para a sua concretização, como sejam o traçado e o ordenamento da frente ribeirinha, a qualidade de vida urbana, a requalificação ambiental e a valorização das singularidades da Zona de Intervenção, revelando um carácter multifacetado e várias vocações urbanas. Nas Imagens 22 a 27 apresentamos a localização da zona de intervenção no contexto da cidade de Lisboa e quatro dos seis planos de pormenor elaborados nesta intervenção urbanística, nomeadamente o PP1, PP2, PP3 e PP4.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

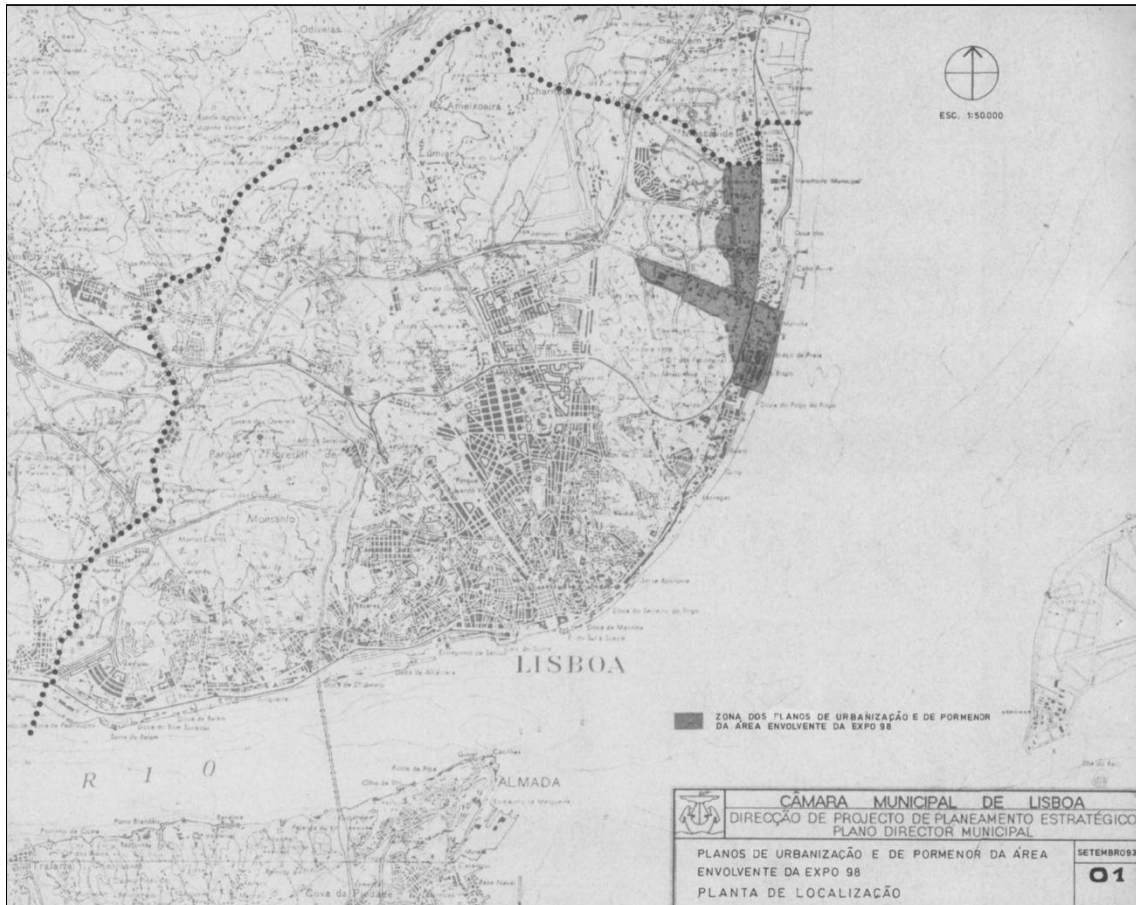


Imagem 22 - Planta de localização da zona oriental de Lisboa
Fonte: Câmara Municipal de Lisboa (1993).



Imagem 23 - Planta das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão
Fonte: Parque Expo '98 S.A. (1999).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

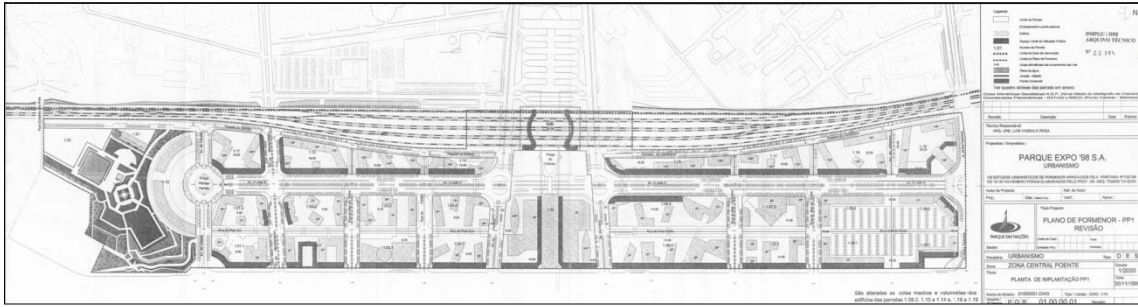


Imagem 24 - Planta do Plano de Pormenor n.º1: Zona da Plataforma Panorâmica
 Fonte: Parque Expo'98 S.A. (1999).

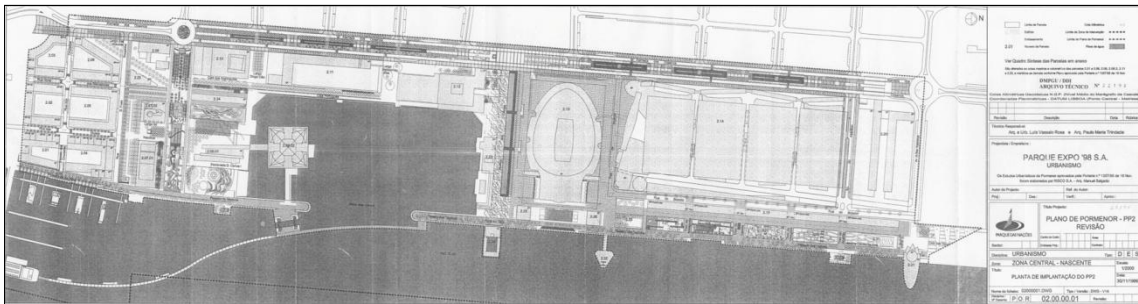


Imagem 25 - Planta do Plano de Pormenor n.º2: Zona do Recinto da Expo 98
 Fonte: Parque Expo'98 S.A. (1999).

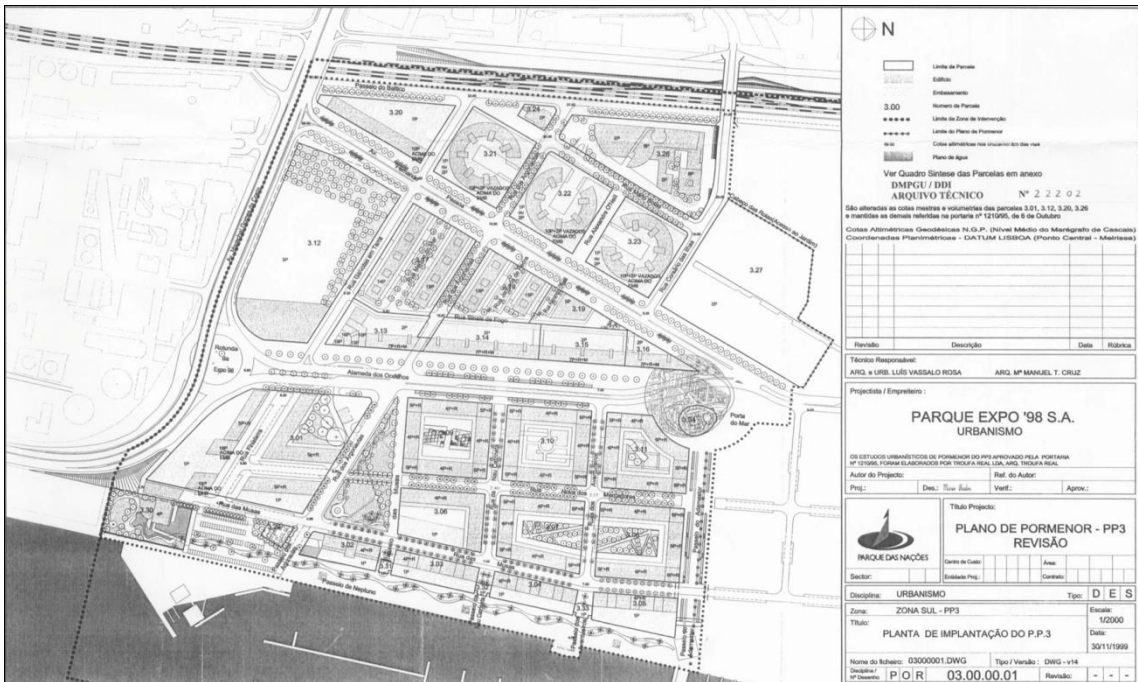


Imagem 26 - Planta do Plano de Pormenor n.º3: Zona da Avenida do Marechal Gomes da Costa
 Fonte: Parque Expo'98 S.A. (1999).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

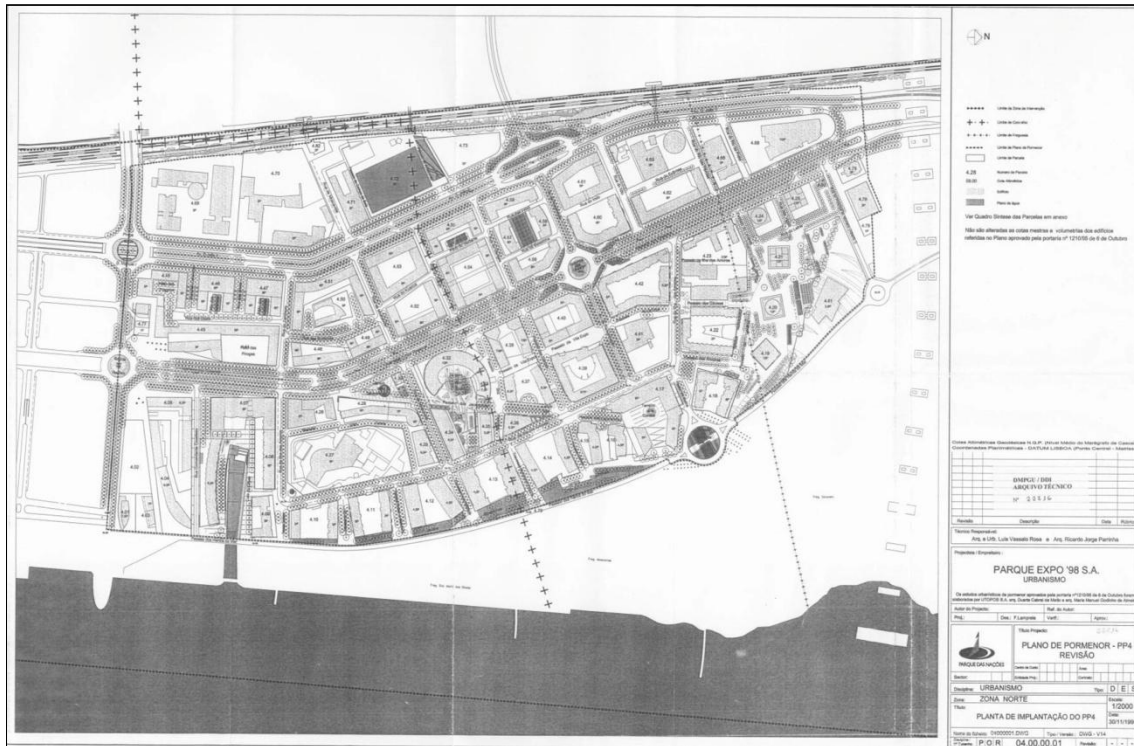


Imagem 27 - Planta do Plano de Pormenor n.º4: Zona de Beirolas
Fonte: Parque Expo '98 S.A. (1999).

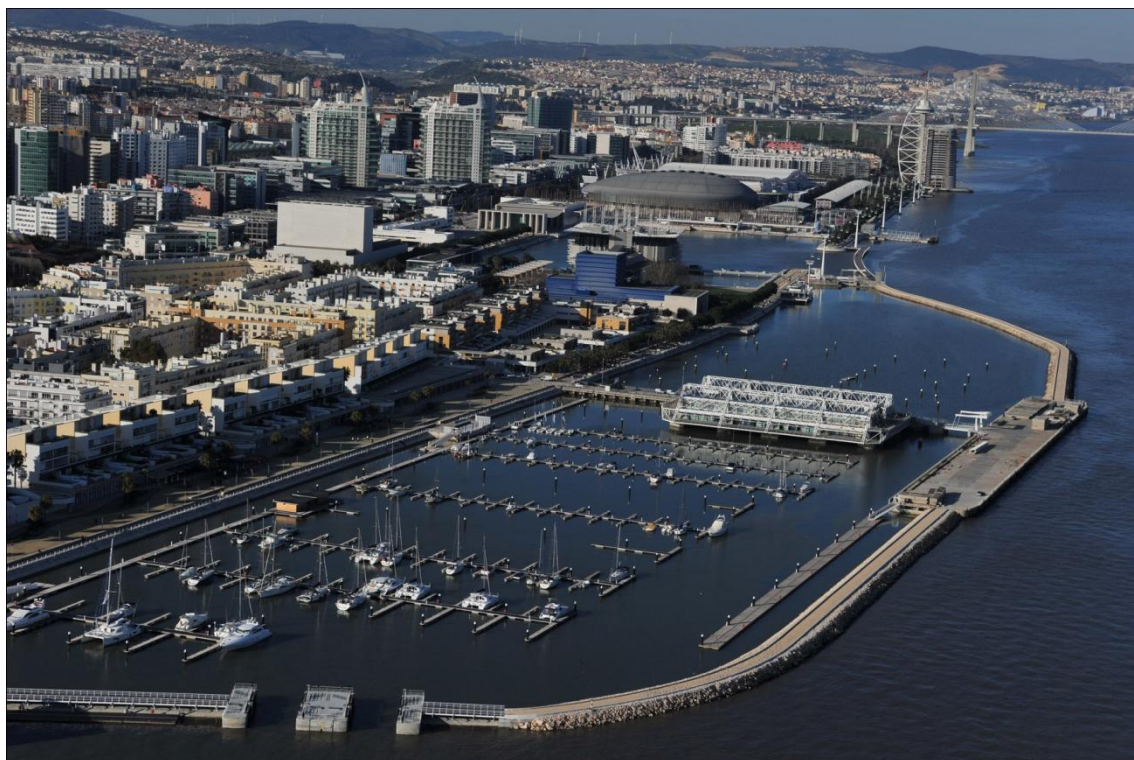


Imagem 28 - Vista geral da marina e do Parque das Nações. Lisboa (2007)
Fonte: worldmarineguide.com [consultado em 12/04/2011].

3.6 Algumas reflexões acerca da evolução das formas urbanas

Como foi referido nos pontos anteriores a evolução da forma urbana está associada ao modo de pensar, à cultura e à necessidade de encontrar soluções para problemas que foram surgindo ao longo do tempo associados às mutações da sociedade. Através da História detemos um conjunto de documentos que nos permitem percebermos a existência de ciclos de vida das sociedades, motivados por questões relacionados com a sua sobrevivência, mas também por questões económicas, para afirmação do poder ou até motivações religiosas. Os modos de vida vêm, por isso, alterando-se ao longo do tempo, gerando novas expectativas nos cidadãos sustentadas pelo desenvolvimento económico e pelo conhecimento científico que, conseqüentemente, vai alterar os seus padrões culturais e maior exigência quanto ao seu habitat.

No Plano de Barcelona, de 1859, Ildefonso Cerdá procura resolver problemas de várias ordens: higienistas, circulação, criar mais espaço público e definir uma organização das funções da cidade; o Plano tem como principal objectivo encontrar as soluções para estes problemas, cuja resposta advém através de um conjunto de inovações técnicas e no modo como são estabelecidos os vários elementos morfológicos de forma da cidade; a reinterpretção do quarteirão, que deixa de ser um elemento fechado, corresponde ao elemento gerador do conjunto: se por um lado rompe com a ordem da *Cidade Tradicional*, traduz um ganho substancial para o espaço público para a sua qualidade e para a imagem do conjunto da cidade.

Numa perspectiva semelhante, mas inserido na urbanística formal, o modelo da *Cidade-Jardim*, de 1898, procura responder a um conjunto de problemas que naquela época assolavam principalmente em Inglaterra as principais cidades, nomeadamente a sua sobrelotação, a insalubridade e a poluição. Ebenezer Howard idealizou, por isso, um espaço de vivência dotado de uma organização espacial, de baixa densidade, que permitisse separar as principais funções através da delimitação de porções do solo por anéis, e introduz uma hierarquização na sequência dos anéis em que o centro administrativo vai corresponder à zona mais central deste modelo de cidade. Esta separação de funções é acompanhada pela alternância de grandes espaços verdes (parques) entre os vários sectores funcionais e também no seu interior; este modelo

pretendeu ser uma resposta alternativa para a melhoria das condições de vida que as populações tinham nas cidades sobrelotadas e poluídas.

No Plano de Letchworth, de 1904, vimos a aplicação dos principais conceitos subjacentes ao modelo da *Cidade-Jardim*, tendo sido possível verificar que a não inclusão de alguns elementos organizadores da versão original, nomeadamente a geometria circular, o centro administrativo e irradiante da cidade tornam-na formalmente menos dinâmica do que Howard a idealizou; no entanto não deixa de ser um exemplo inovador pelas soluções adoptadas, pelo rigor e disciplina dos tecidos urbanos construídos.

O modelo da cidade industrial, de 1904, e inspirado por Tony Garnier, constitui um ponto de referência para a urbanística do início do século XX, uma vez que propõe a evolução e adaptação da *Cidade Tradicional* aos novos modos de vida da sociedade da época. Este modelo de cidade conserva alguns dos princípios formais da cidade tradicional, uma vez que os seus principais sistemas interligam-se através de traçados, eixos e quadrículas, mas por outro lado vem introduzir uma inovação no modo de organizar a cidade, distribuindo as actividades por áreas distintas e associando-lhe vias de comunicação de tipologia condizente com a função a desempenhar.

O Plano de Alvalade, de 1945, elaborado por Faria da Costa, e ainda no contexto da urbanística formal, procurou introduzir um conjunto de inovações formais e de organização do espaço. A hierarquização das vias é constituída por avenidas, ruas, “cul-de-sac” e caminhos para peões; as praças e largos ficam localizados no cruzamento das vias; o miolo do quarteirão é interpretado como espaço semi-público, sendo utilizado para a localização de jardins, estacionamento e equipamentos; os edifícios são implantados no limite do quarteirão, cujo tratamento das suas fachadas é controlado por uma ordem arquitectónica do conjunto. O Plano organiza a distribuição dos equipamentos tendo em atenção o conceito de *unidade de vizinhança* e articulando as ruas mais interiorizadas, de modo a possibilitar percursos seguros para o peão na sua área de influência.

Na segunda fase da execução do Bairro de Alvalade são introduzidas alterações significativas relativamente à implantação dos edifícios e à concepção dos edifícios e sua linguagem arquitectónica, este facto deve-se fundamentalmente às influências do modelo da *Cidade Moderna*, que entretanto chegou a Portugal.

O modelo da *Cidade Moderna* associada ao *Movimento Moderno* e à *Carta de Atenas* pretendeu uma ruptura com a *Cidade Tradicional*: na estrutura, forma, organização distributiva e conteúdos programáticos. Este modelo de cidade abandona as formas tradicionais: o quarteirão, a rua, a praça e propõe em alternativa os edifícios isolados, cujas tipologias predominantes são: a *torre*, a *banda* e o *bloco*. A implantação solta dos edifícios procura a libertação do solo para que este fosse utilizado para funções de lazer ou estar, aumentando deste modo a área de espaço público e afastando-o das vias de circulação de maior tráfego.

A *Carta de Atenas* (1933) constitui uma síntese do pensamento dos CIAM sobre a organização e planeamento das cidades, na qual se propõe a fragmentação da cidade por áreas de actividades, cujo conceito ficou designado por *zonamento funcional*. Cada uma das principais funções humanas: habitar, trabalhar e lazer (nas suas várias dimensões) estará localizada numa área da cidade previamente definida e as vias serão tipologicamente diferenciadas em função do seu desempenho.

O Plano de Saint-Dié-des-Vosges, de 1945, elaborado por Le Corbusier, é um exemplo onde estão representadas as principais características da *Carta de Atenas*, cuja organização é baseada no *zonamento funcional* e na consequente fragmentação da cidade; as tipologias dos edifícios são as *modernas* como referimos anteriormente, implantadas de modo solto no terreno e desligadas da malha viária. O centro previsto para esta cidade é atravessado por pequenas ruas, tendo dado prioridade, o seu autor, a fluxos reduzidos de circulação automóvel, privilegiando o modo pedonal e não motorizado.

Na década de 60, do século XX, acontece um novo despertar para a forma urbana e pela *Cidade Antiga*, que entretanto tinha sido abandonada e corresponde a um novo ciclo de reequilíbrio entre a arquitectura e o urbanismo; assiste-se por isso à ruptura com a *Cidade Moderna*.

O movimento sequencial de Gordon Cullen sugere-nos uma reinterpretação da composição dos elementos morfológicos do espaço urbano, que pautada por contradições formais é geradora de grande impacto visual e emocional no observador, dinamizando e enriquecendo de significado o espaço percorrido. Numa perspectiva diferente mas que incorpora a importância dos elementos morfológicos, Kevin Lynch define um conjunto de elementos de forma que pela sua “força” visual e de memorização permitem gerar a imagem da cidade, contribuindo deste modo para a identificação dos lugares e dotando-os de significado para os residentes da cidade.

Ainda no contexto da ruptura com a *Cidade Moderna* referimos Aldo Rossi pela revalorização que faz das formas tradicionais, tomando-as como ponto de partida para o procedimento projectual da cidade. Robert Krier propõe da ideia da *cidade morfológica*, recuperando a cidade antiga, que se exprime por um contínuo construído, por ruas, praças e valoriza o quarteirão para a definição de traçados para gerar o espaço público da cidade. As intervenções realizadas na década de 80, na Cidade de Berlim, são igualmente demonstrativas das opções escolhidas, recuperando-se a forma da *Cidade Tradicional*, reintroduzindo a rua, o quarteirão e a praça de modo mais ou menos generalizado no preenchimento das parcelas vazias.

A cidade actual ou contemporânea resulta da imbricação das formas que ao longo do tempo se foram agregando, co-existindo em simultâneo as ditas formas tradicionais com as formas da cidade fragmentada. Com o desenvolvimento das *Tecnologias da informação e comunicação* e o desenvolvimento das grandes infraestruturas rodoviárias, férreas, aéreas e marítimas os lugares tornaram-se cada vez mais próximos, gerando a *Cidade-Território*, evidenciada pelas metrópoles urbanas e as conurbações.

O centro da cidade tradicional perde a sua importância relativamente ao passado, surgindo em sua alternativa outros centros, mais especializados e mais dirigidos para as grandes massas populacionais, adequando deste modo a sua escala funcional à escala do novo conceito de cidade. As novas centralidades devem por isso apresentar um carácter especializado, mas ao mesmo tempo multifuncional e multifacetado, atraindo deste modo pessoas, actividades económicas e actividades sociais (culturais e de lazer).

Escolhemos como exemplo para ilustrarmos o modelo de *Cidade Território*, uma intervenção urbanística que procurou a criação de uma centralidade para a Área Metropolitana de Lisboa – a Expo'98. Esta contem no seu programa as características multifuncionais e multifacetadas do novo modelo de cidade, mas também incorpora um conjunto de compromissos de política urbana para *o depois* da Exposição Mundial, com a manutenção em funcionamento de um conjunto de equipamentos, que procuram a durabilidade do projecto e da sua memória. Tratando-se de um projecto de âmbito metropolitano teve em consideração a envolvente construída e existente, estabelecendo novas ligações viárias e lógicas morfológicas que se adaptassem a essas zonas mais ou menos consolidadas, tornando a nova área da Expo como um centro organizador de todo o conjunto, e não apenas como mais uma porção de cidade desligada do seu contexto.

IV Descrição dos Núcleos Urbanos de Santa Marta, Fontes e Cumieira

4.1 Introdução

Neste quarto capítulo procederemos à descrição dos núcleos urbanos de Santa Marta, Fontes e Cumieira, procurando explicar a sua localização, origem, os instrumentos de planeamento que suportaram a sua transformação, e ainda o modo de organização em cada um dos casos.

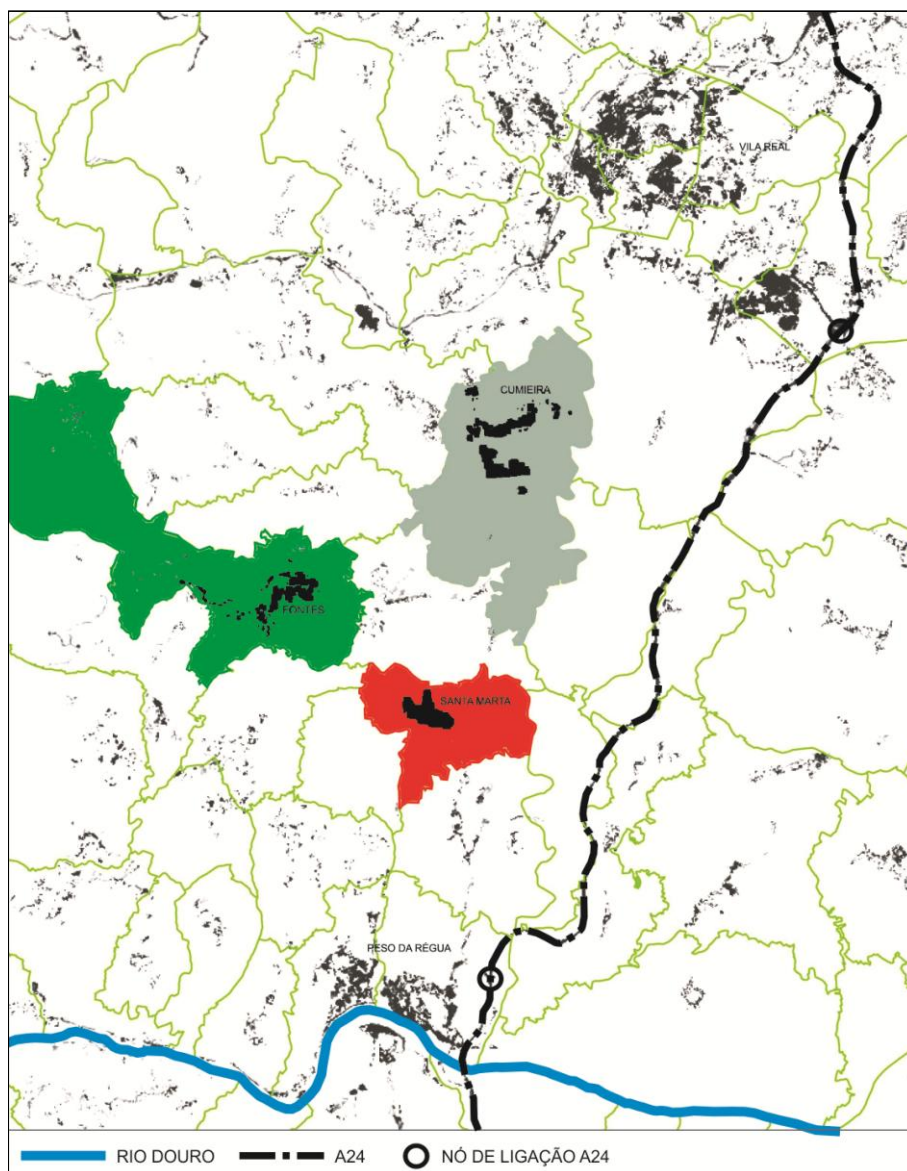


Imagem 29 - Localização relativa dos três núcleos urbanos
Fonte: Instituto Geográfico Português (2005). Elaboração e alteração do Autor.

4.1.1 Caracterização geral do Concelho

A caracterização geral do concelho onde se concentrou o caso de estudo parece-nos importante como ponto de partida para a sua compreensão analítica. Assim, nos pontos seguintes procederemos a uma breve descrição dos elementos que a esse respeito entendemos mais relevantes, nomeadamente a localização do concelho de Santa Marta de Penaguião no contexto da região norte de Portugal, o relevo, a rede viária concelhia, a delimitação dos perímetros urbanos, os usos do solo e, finalmente, a evolução demográfica.

“Ora, afirma o Visconde de Villa Maior, que do Corgo ao Seromanha e da Regoa á Cumieira, na estrada para Villa Real, fica compreendida a melhor parte do antigo concelho de Penaguião, de que a Villa de Santa Martha é o centro, tendo sido aqui, nos primeiros tempos da viticultura duriense, onde esta se fortaleceu e d’onde se ramificou por todo o espaço que hoje ocupa.”

Manuel Monteiro in “O Douro” (1905:126)

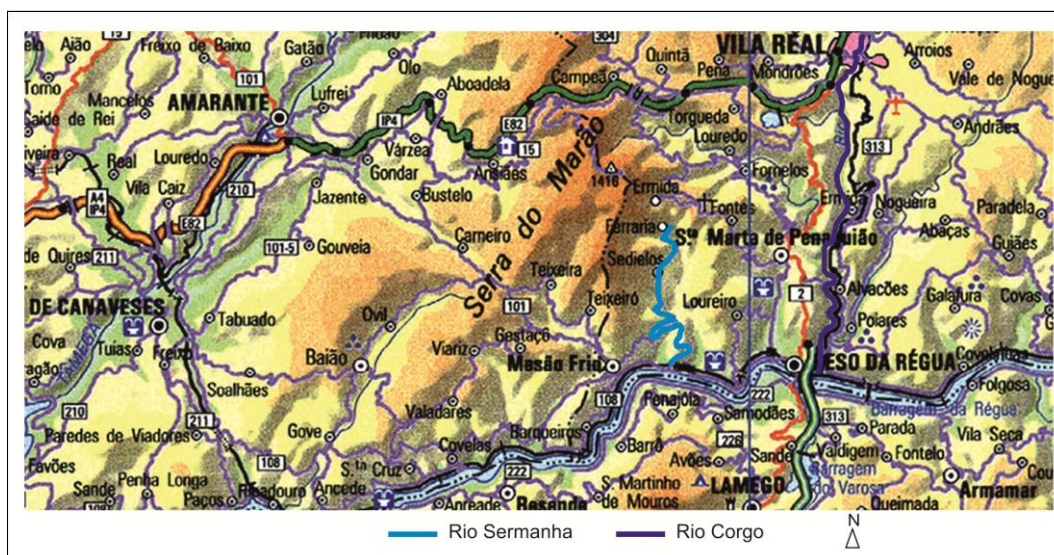


Imagem 30 - Território entre os rios Sermanha e Corgo
Fonte: Instituto Geográfico Português (2005). Alterado pelo autor.

4.1.2 Localização e relevo

O concelho de Santa Marta de Penaguião localiza-se na região norte de Portugal continental. Integra a parte sul do distrito de Vila Real, confronta a Sul com os municípios de Peso da Régua e Mesão Frio, a Norte e a Este com Vila Real, a Oeste com o distrito do Porto, nomeadamente com os concelhos de Baião e Amarante.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião



Imagem 31 - Planta de enquadramento com a região norte de Portugal
Localização do concelho assinalado com círculo vermelho
Fonte: Instituto Geográfico Português (2005). Alterado pelo Autor.

O território deste concelho encontra-se protegido a noroeste pela Serra do Marão que define os seus terrenos de maior altitude, sendo, na zona mais a nascente do seu território, “cavado” de norte a sul pelo rio Corgo. Possui uma orografia acentuada que define uma paisagem inconfundível de elevado valor visual, marcada pela prática da agricultura, especialmente a viticultura. Este concelho está integrado na primeira delimitação da Região Demarcada do Douro, cuja fundação remonta ao ano de 1756, por influência do Marquês de Pombal. Actualmente é composto pelas freguesias de Alvações do Corgo, Cumieira, Fontes, Fornelos, Louredo, Medrões, Sanhoane, São João Baptista, São Miguel de Lobrigos e Sever. A sede do concelho é a Vila de Santa Marta de Penaguião, integrada na delimitação da freguesia de São Miguel de Lobrigos. A sua distância à cidade de Vila Real é de cerca de 15km e à cidade de Peso da Régua de cerca de 7km.

A Imagem 32 ilustra delimitação do concelho de Santa Marta de Penaguião sobreposta no relevo. A escala altimétrica usada neste mapa estabeleceu que as cores avermelhadas correspondessem às cotas de maior altimetria, e as mais claras às de menor altimetria. A cor verde representa as zonas de leito de cheia e as linhas de água. A linha de água de maior espessura corresponde ao Rio Douro. O concelho é assim composto por dois tipos de paisagens, uma de montanha e outra de vale, como ilustra a Imagem 33.

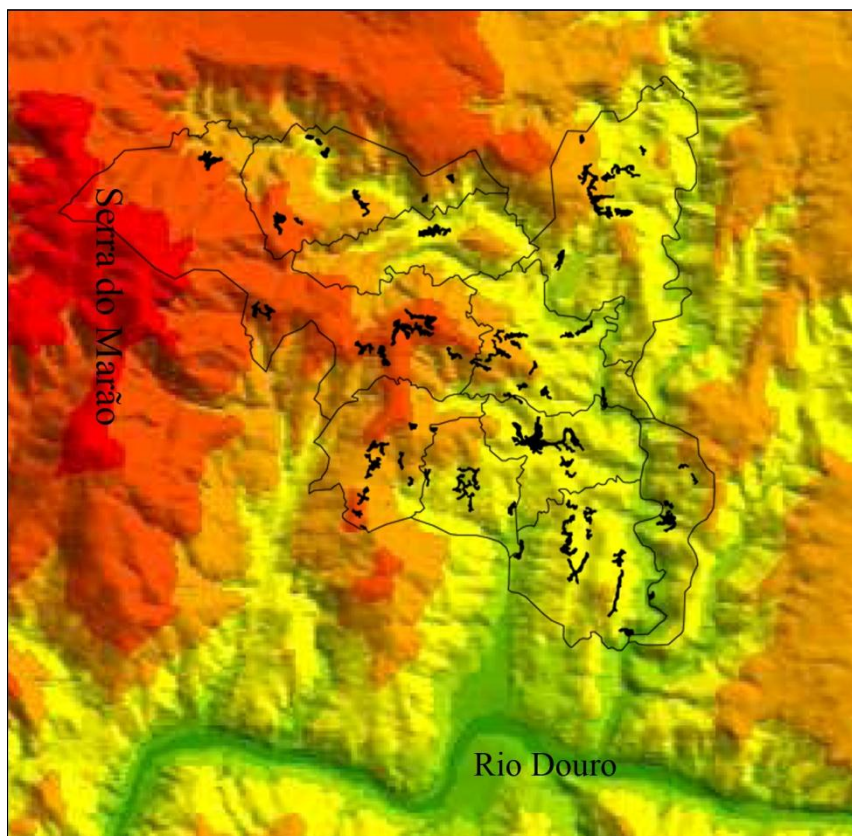


Imagem 32 - Carta do relevo do concelho de Santa Marta de Penaguião
Fonte: Instituto Geográfico Português. Alterado pelo Autor.



Imagem 33 - Paisagem de características montanhosa e de vale
Fonte: Autor (2010).

4.1.3 A rede viária concelhia

A rede viária principal deste concelho é composta, segundo o Plano Director Municipal de 2011, por uma hierarquia de quatro níveis. O nível nacional e regional refere-se concretamente à A24, que embora tenha um traçado que atravessa este concelho, possui o nó de ligação mais próximo da sede do concelho vizinho de Peso da Régua. A EN2 corresponde ao principal eixo estruturante viário concelhio que serve os aglomerados urbanos, nomeadamente as freguesias de Cumieira, São João Baptista, São Miguel de

Lobrigos e Sever, e por essa importância indicamos a linha tracejada o seu percurso. O nível 2 refere-se à rede que liga a sede do concelho à vila de Fontes, passando pelas freguesias de Sanhoane e Medrões. O nível 4 aos restantes caminhos municipais que ligam os sítios e lugares (Imagem 34).

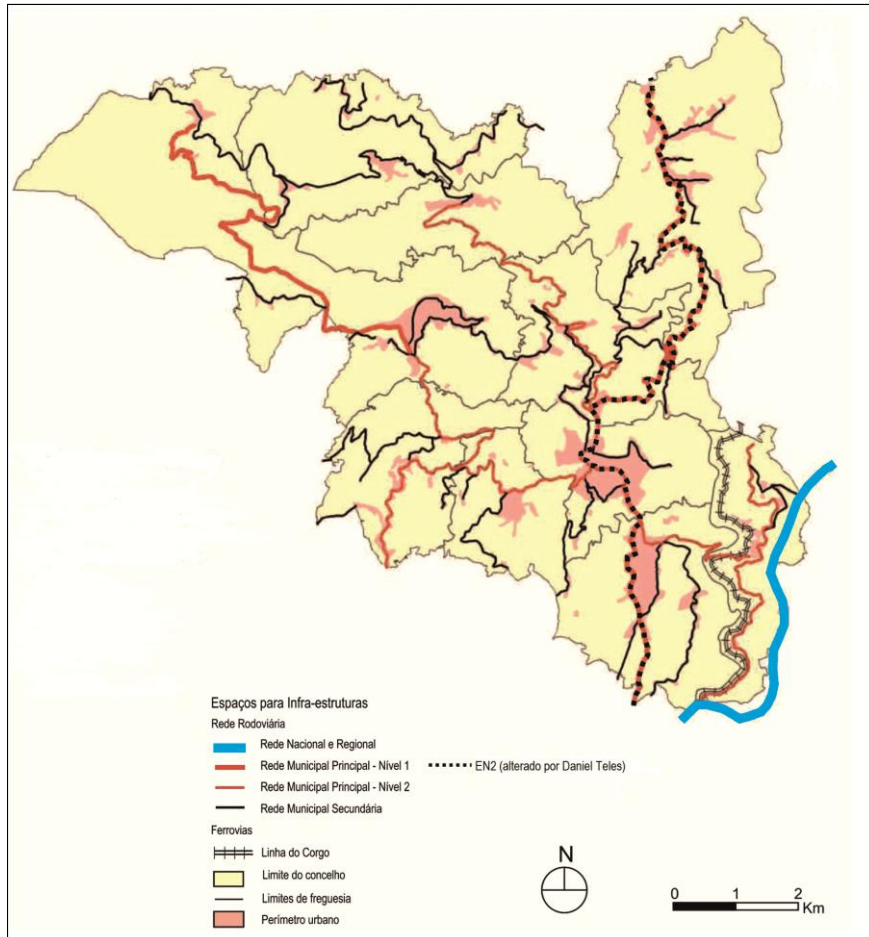


Imagem 34 - Rede viária municipal

Fonte: Plano Director Municipal, 2011. Câmara Municipal de SMP. Alterado pelo Autor.

4.1.4 Perímetros urbanos

A trama na cor indicada na legenda corresponde à delimitação dos perímetros urbanos e no seu interior estão localizados os principais aglomerados urbanos (Imagem 35). Destes salientamos, ao longo da EN2, a localização da vila-sede do concelho, a sul, e o núcleo urbano da Cumieira, a norte. A sul da Vila de Santa Marta é igualmente perceptível a importância de um aglomerado urbano relevante no contexto concelhio, pela sua dimensão e localização: o núcleo urbano de São João Baptista. A ponte e à margem da EN2 localiza-se o núcleo urbano de Fontes.

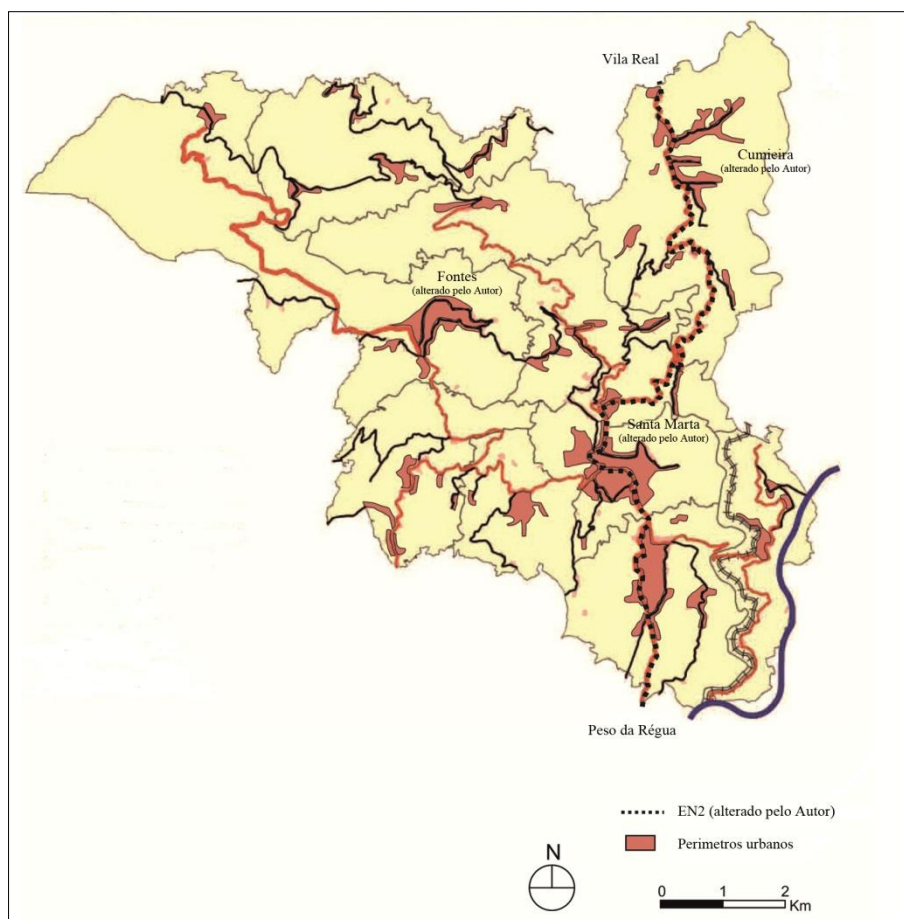


Imagem 35 - Perímetros urbanos

Fonte: Plano Director Municipal, 2011. Câmara Municipal de SMP. Alterado pelo Autor.

4.1.5 Usos do solo

A carta de usos do solo permite distinguir claramente três funções fundamentais, predominando a agricultura, a sul, e a viticultura, a nascente; a floresta, a noroeste, localiza-se na transição entre a zona de vinha e a Serra do Marão. As encostas de maior altitude do Marão apresentam grandes extensões desflorestadas devido a incêndios que ao longo das últimas décadas ocorreram, tornando esse solo inculto e aumentando a sua erosão, a essas correspondendo, naturalmente, as áreas de menor povoamento (Imagem 36).

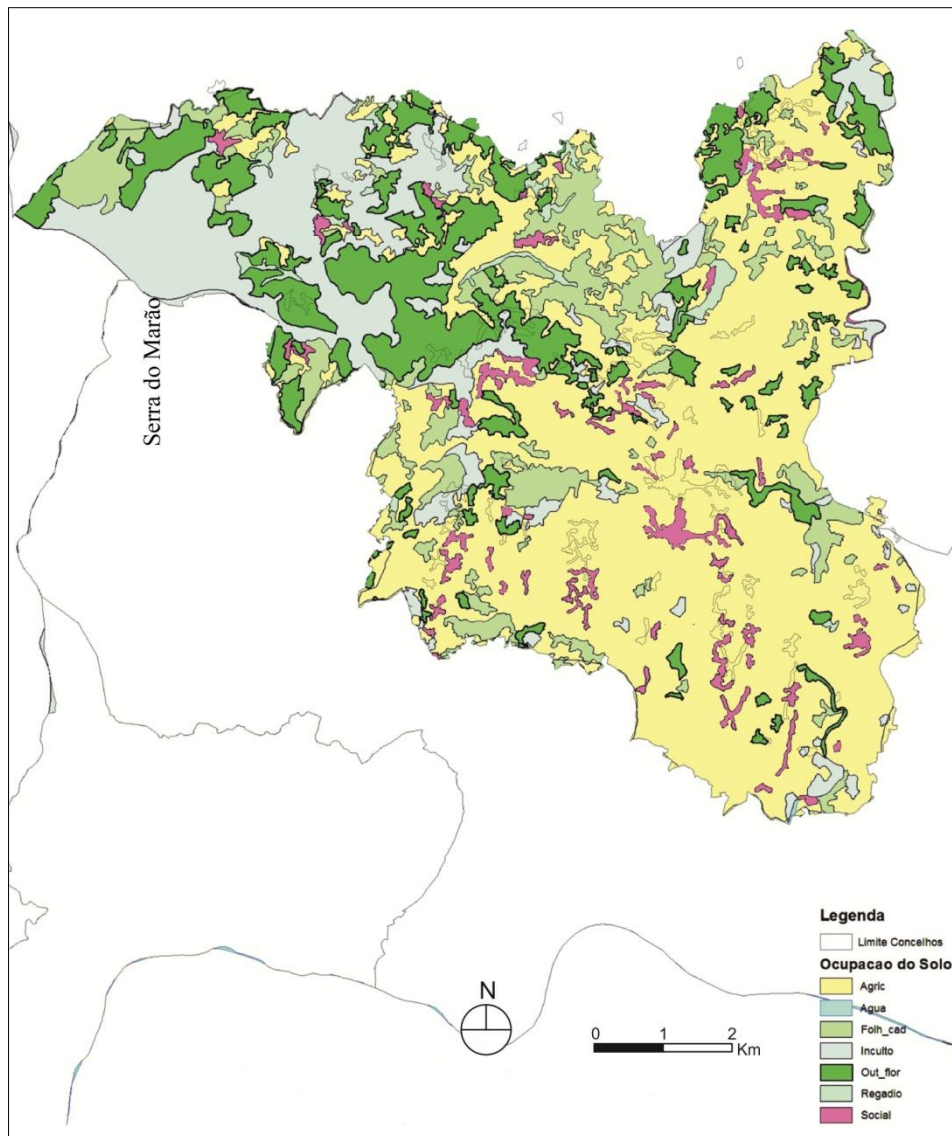


Imagem 36 - Carta de usos do solo
Fonte: Plano Director Municipal, 2011. Câmara Municipal de SMP.

4.1.6 Demografia

Na Imagem 37 está contida a informação relativa à realidade demográfica do concelho de Santa Marta de Penaguião e de cada uma das suas dez freguesias. Estes valores reportam-se ao ano de 2001, correspondendo ao último inquérito censitário. A freguesia de São Miguel de Lobrigos, onde se localiza a sede do concelho, é aquela em que se regista a maior densidade populacional (289hab/km²) e a maior densidade de fogos (124fogos/km²). Constata-se que as freguesias próximas da sede do concelho são aquelas que apresentam maiores densidades demográficas e maiores densidades de fogos/km²¹¹.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

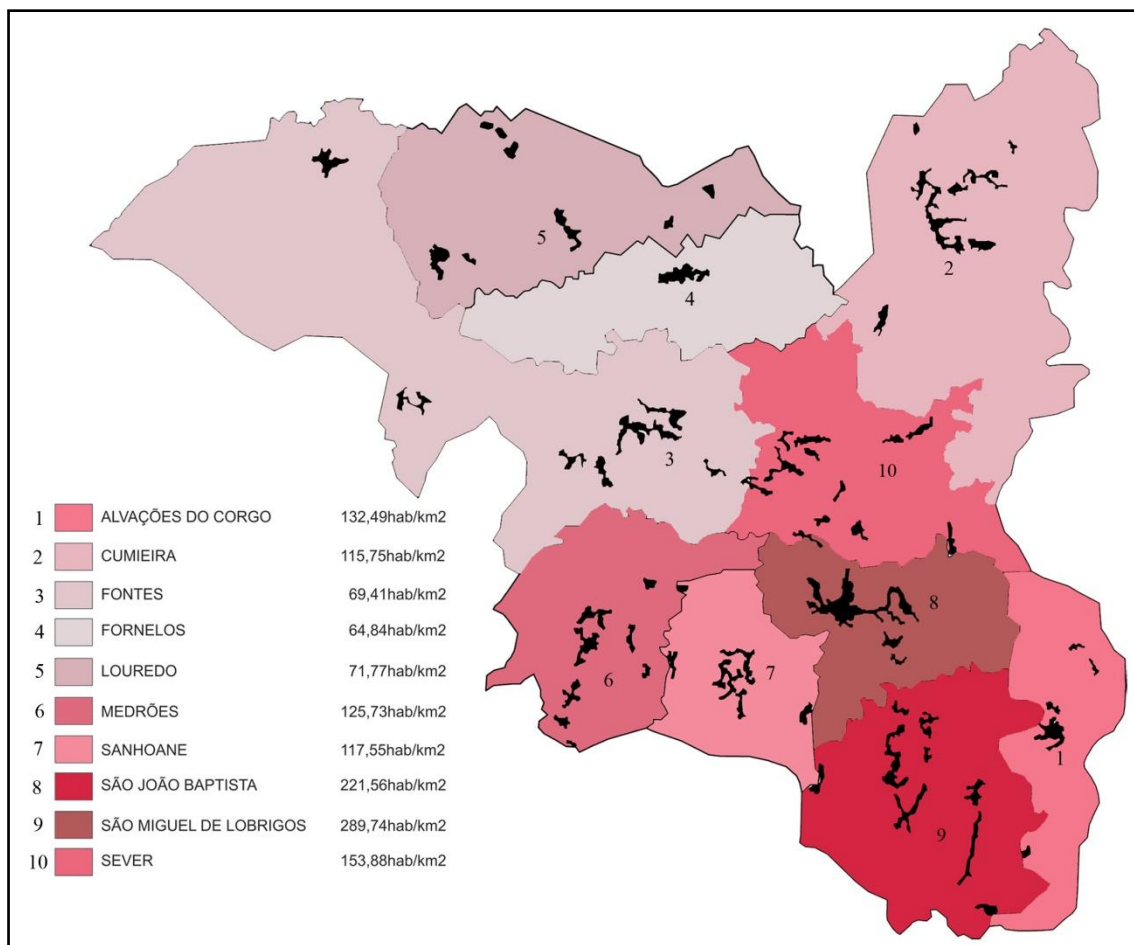


Imagem 37 - Densidade demográfica (2001)
Fonte: INE (Censos 2001). Elaborado pelo Autor.

A Imagem 38 ilustra graficamente a evolução da população do concelho desde 1880, podendo observar-se que no início do século o número de habitantes se apresentava mais ou menos estacionário, contando os 11.800 habitantes. Entre os anos 20 e 40 ocorreu um aumento muito relevante, de cerca de 25%, chegando a ultrapassar os 14.500 habitantes. A partir dos anos 40 a população tem vindo a decrescer de forma muito significativa, tendo sido contabilizados 8575 habitantes no último Censo de 2001.

(11) Pode consultar-se no Anexo I a variação das densidades por freguesia, para a população desde 1965 e para os edifícios a partir de 1981.

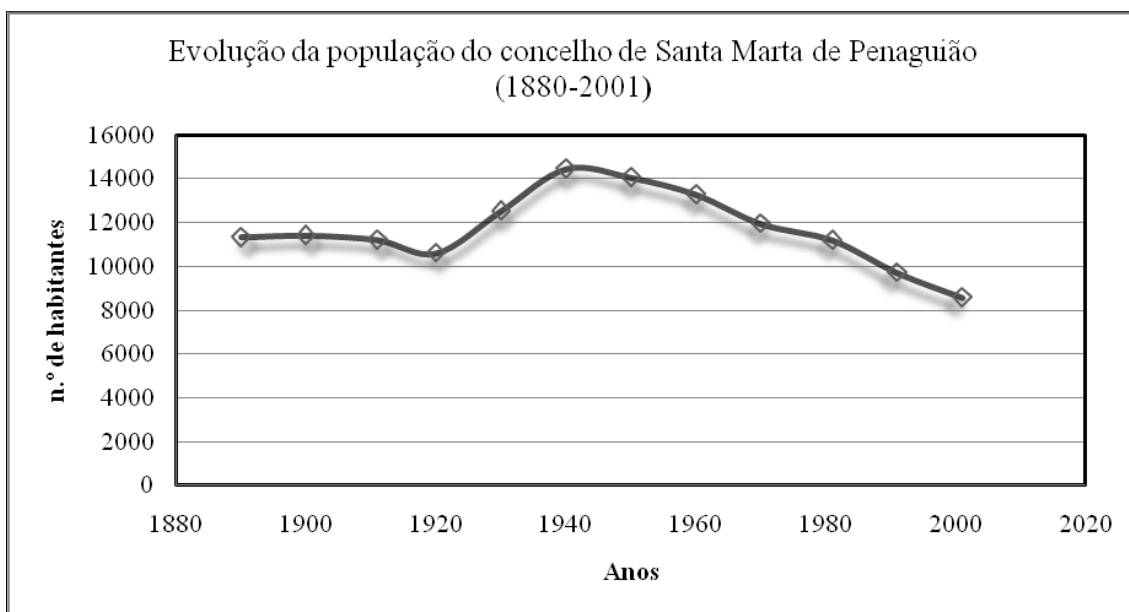


Imagem 38 - Evolução da população no concelho de Santa Marta de Penaguião (1880 - 2001)
Fonte: INE (2001). Elaborado pelo Autor.

4.2 Vila de Santa Marta

4.2.1 Localização e origem

A Vila de Santa Marta é um dos lugares da freguesia de São Miguel de Lobrigos e localiza-se na parte do sul do concelho de Santa Marta de Penaguião, a cerca de 7km da cidade do Peso da Régua, correspondendo à sede do concelho desde 13 de Janeiro de 1898. Na freguesia onde se insere, a Vila de Santa Marta fica localizada na área territorial mais central entre outros três núcleos: os lugares do Alto, Santa Comba, S. Miguel, tendo sido este último núcleo a sede de freguesia durante séculos, comprovado pela sua Igreja primitiva fundada em 1191 e reconstruída no século XVIII.

Na elaboração da Imagem 39 utilizámos a carta militar relativa ao ano de 1950, (originariamente à escala 1/25.000), procurando assim a representação mais primitiva possível do conjunto dos núcleos, tendo sido delimitados a cores distintas, como indicamos na legenda, os principais núcleos urbanos que compõem a zona envolvente da Vila de Santa Marta.

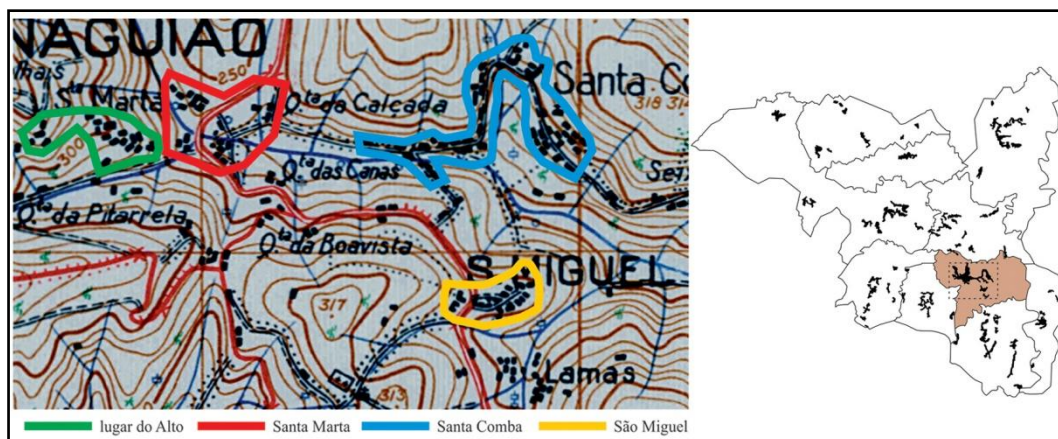


Imagem 39 - Localização da freguesia de São Miguel de Lobrigos e seus núcleos urbanos

Fonte: Instituto Geográfico do Exército. Elaboração e alteração do Autor.

a) Povoamento

Genericamente a ocupação urbana é concentrada nas pequenas áreas em que as condições topográficas o permitiram, dando origem a aglomerados pequenos mas relativamente próximos uns dos outros. O núcleo desta Vila está implantado a uma cota altimétrica que varia entre os 230m e 260m, este facto remete-nos para um assentamento marcadamente relacionado com a agricultura, mais concretamente com a viticultura, contrariando uma formação inicial castreja.

▪ A Vila de Santa Marta

Os núcleos de Santa Marta e de S. Miguel serão servidos pela EN2 aquando da sua construção no início do século XX; no entanto e como ilustra a Imagem 40, as relações em cada caso com esta via são diferentes, uma vez que no caso de Santa Marta esta via vai integrar a sua malha principal, atravessando o núcleo urbano, e no de S. Miguel essa integração é praticamente inexistente, sendo tangencial a sua relação com a EN2.



Imagem 40 - Planta cadastral dos núcleos de Santa Marta e S. Miguel (1948)

À esquerda está representado o núcleo de Santa Marta e à direita o núcleo de S. Miguel.

Fonte: Serviço Local de Finanças de SMP. Alterado pelo Autor.

A forma deste núcleo urbano, em meados do século XX, assentava no quarteirão, cujo plano marginal definia o espaço público, e numa malha de ruas cujo perfil apresentava dimensões reduzidas. As tipologias são heterogéneas, marcadas pelas sedimentações do tempo, existindo uma predominância dos edifícios residenciais sobre as funções complementares como o comércio e alguns serviços (actualmente muitos mais do que em 1948).

Por ser vila-sede do concelho, foi construído na década de 30 o edifício da Câmara Municipal e na escolha para a sua localização procurou-se uma relação de proximidade com a EN2, assim como uma maior centralidade na relação com o aglomerado; pesou também nessa escolha o facto de no lado imediatamente oposto aos paços do concelho se localizar um Jardim, centrado por um pelourinho medieval que desde 1933 está classificado como Imóvel de Interesse Público (através do Decreto n.º 23122 de 11-10-1933).



Imagem 41 - Igreja de São Miguel; Pelourinho e edifício dos Paços do concelho, anos 70
Foto: Diogo Seixas, publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”, 1998.



Imagem 42 - Santa Marta. Anos 70
Foto: Diogo Seixas, publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”, 1998.

Como ilustra a Imagem 42, pode verificar-se que no início dos anos 70 o núcleo antigo de Santa Marta apresentava uma imagem de conjunto compacta, cujo traçado estava definido pela relação entre a EN2 e os planos das fachadas dos edifícios que marginavam esta via. Actualmente essa relação intensificou-se, reforçando ainda mais essa relação, devido à construção mais ou menos contínua ao longo da EN2; mas a verdadeira e notória expansão urbana da Vila ocorre para nos terrenos do lado nascente e poente do núcleo primitivo, tendo sido criado um conjunto de novas vias que se ligam à EN2 e a partir das quais se desenvolve uma nova organização do espaço urbano, como veremos no decorrer da descrição dos momentos mais marcantes na transformação e crescimento urbano da Vila de Santa Marta.

▪ O núcleo de S. Miguel

O núcleo urbano de S. Miguel localiza-se a oeste da Vila e corresponderia no passado, à sede de freguesia, pelo facto de aqui se localizar a igreja paroquial, o cemitério e um conjunto edificado marcadamente antigo, em muitos casos edifícios do século XVIII.

O traçado é organizado em quarteirões, ou seja, pela relação entre as ruas e os planos marginais dos edifícios. A rede viária que serve o lugar, apresenta perfis de reduzida dimensão, cuja conexão à EN2 foi possível realizar, mas de um modo pouco eficaz pela insegurança que gerou. O pavimento das ruas é na sua generalidade em cubo de granito, desprovido de passeios para peões e sem espaços para estacionamento. Este lugar, actualmente, apresenta uma função predominantemente residencial, existindo pouco comércio e serviços, mantendo-se como actividade principal a viticultura, como é reflectido pela envolvente do aglomerado (Imagem 43).



Imagem 43 - São Miguel de Lobrigos, anos 80
Foto: Diogo Seixas, publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”, 1998.

▪ O núcleo de Santa Comba

O núcleo urbano de Santa Comba localiza-se a nordeste da Vila de Santa Marta e trata-se de um aglomerado que surgiu na envolvente próxima das *Casas de Quinta*, por esse facto o conjunto reflectindo uma heterogeneidade tipológica, quer na linguagem arquitectónica, quer nas proporções volumétricas dos seus edifícios (Imagem 44). A forma deste aglomerado baseia-se num traçado conseguido pela relação entre os edifícios implantados à face do arruamento, definindo desse modo o espaço público, e uma rua estreita que atravessa o conjunto que acede à Vila de Santa Marta.

Este aglomerado é predominantemente residencial, com algumas casas solarengas que actualmente são exclusivamente residenciais, sem comércio ou serviços, sendo a actividade principal a viticultura.



Imagem 44 - Santa Comba, anos 80
Foto: Diogo Seixas, publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”, 1998.

▪ O núcleo do Alto

O núcleo urbano do Alto fica localizado a poente da Vila de Santa Marta, numa encosta com orientação nascente, apresentando um declive muito acentuado e cuja altimetria está compreendida entre os 300 e 325m. Trata-se de um conjunto relativamente antigo, composto por edifícios marcadamente dos séculos XVIII e XIX, que ao longo do tempo assistiram à construção de outros edifícios na sua envolvente, facto esse que nos permite dizer que este conjunto compacto apresenta-se relativamente heterogéneo.

A forma urbana deste aglomerado é originariamente baseada na relação entre o conjunto de *casas pátio* e as ruas estreitas que servem este pequeno núcleo. Actualmente os acessos foram substancialmente melhorados, sendo o pavimento em betuminoso, e com a expansão da Vila de Santa Marta para poente, este núcleo foi integrado no conjunto global da Vila, apresentando funções predominantemente residenciais (Imagem 45).



Imagem 45 - Lugar do Alto, anos 70
Foto: Diogo Seixas, publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”, 1998.

4.2.2 Os instrumentos de planeamento na Vila de Santa Marta

As descrições que terminámos de fazer para os núcleos primitivos da freguesia de São Miguel de Lobrigos serão completadas e actualizadas à medida que formos apresentando as sucessivas transformações e a sua evolução urbana ao longo dos últimos 60 anos. Para esse efeito procuraremos descrever os instrumentos de planeamento que estiveram na génese das transformações da Vila de Santa Marta, que identificámos durante a nossa pesquisa e que passaremos a enunciar¹²:

Anteplano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião (1948)

Plano Geral de Urbanização de Santa Marta de Penaguião (1982)

Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião (1995)

Plano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião (1997)

Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião (2011)

4.2.2.1 Anteplano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião, de 1948

O primeiro plano de urbanização da Vila de Santa Marta de Penaguião aparece na década de 40, designado por *Anteplano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião* e datado de Abril de 1948 (Imagem 46), tendo sido elaborado pelo Eng.º Domingos Serpa dos Santos. O Plano enquadra-se num conjunto de Planos de Urbanização que, no tempo do Eng.º Duarte Pacheco, tiveram por base legislativa o Decreto-Lei n.º 33921, de 5 de Setembro de 1944.

(12) Deveremos esclarecer que à excepção do Plano Director Municipal, todos os restantes planos urbanísticos enunciados têm por objecto a Vila de Santa Marta e não a totalidade do território concelhio.

Neste Plano procurou o seu autor realizar um inquérito da situação existente, tendo posteriormente realizado uma análise e um programa de intervenção. De modo resumido passaremos a enunciar algumas das principais conclusões e ideias desse plano.



Imagem 46 - Antepiano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião de 1948
Fonte: Arquivo Histórico da D.G.O.T.D.U. (registo n.º 499/2010).

- **Resumo dos resultados do Inquérito, tendo em vista a elaboração do Plano**

Define-se uma descrição mínima dos aspectos constantes no documento oficial¹³ entendidos como mais relevantes, seleccionados de entre os temas que constituem a sua parte analítica.

- Rede viária

O eixo viário fundamental que serve a Vila de Santa Marta de Penaguião é a EN2 que, segundo o autor, “apresenta-se como suficiente para o tráfego” que se realiza à época.

- O Solo

O solo é referido como “de natureza xistosa, com predominância da cultura da vinha. Um território em socalcos infindáveis, construídos pela mão do homem”.

(13) O documento oficial do Antepiano está disponível em www.dgotdu.pt [consultado em 20/11/2010].

- **Clima**

O clima de Santa Marta de Penaguião “é semelhante ao restante distrito, por não dispor de outros dados meteorológicos”.

- **Povoamento**

Numa análise mais generalizada o concelho apresenta,

“(...) um povoamento regional do tipo disperso, (...) e na vila apenas o núcleo central apresenta algumas características urbanas, embora muito primitivas”.

- **Demografia**

Em termos demográficos refere-se que,

“(...) a densidade populacional neste concelho é superior à média nacional, uma vez que essa média em 1940 era de 80hab/km² e neste concelho o valor de 212,80hab/km²”.

- **Taxa de Analfabetismo**

Refere que a taxa de analfabetismo,

“(...) é muito elevada, cerca de 64,3% superior à média do distrito que regista o valor de 53,3%, e que está directamente relacionada com os 73,4% da população activa que se dedica ao sector primário”

- **Serviços públicos**

Em 1940 Santa Marta de Penaguião estava, desprovido de qualquer infra-estrutura de distribuição de água ao domicílio, e naturalmente rede colectora de esgotos, o abastecimento de água era realizado manualmente pelas pessoas residentes, a partir de um poço que a Câmara municipal tinha mandado abrir no jardim público. O projecto da rede de abastecimento de água estava em curso. A iluminação pública existente era suficiente para as necessidades da população e do espaço público. Estava naquela época em elaboração o projecto do matadouro inter-municipal, que serviria os concelhos de Peso da Régua, Mesão Frio e Santa Marta de Penaguião, a construir no primeiro concelho. O cemitério municipal iria ser ampliado e que o estado português já teria transferido a respectiva participação.

- Parque habitacional e actividades económicas

O parque habitacional era muito precário, casas de má construção, em mau estado e falta de condições de higiene, aplicando-se a mesma caracterização para os espaços destinados ao comércio. Propondo algumas demolições, especialmente para os edifícios mais degradados e em risco de ruína.

Relativamente à indústria, esta limita-se ao tratamento do vinho e do azeite (azenhas), operando de um modo geral de forma precária. Estava naquela época, em conclusão o edifício do Grémio dos vinicultores, localizado no centro da vila e existiam dois armazéns de grandes dimensões numa das extremidades da vila a nordeste que pertenciam à Casa do Douro, que permitiam a recolha e armazenamento de vinho.

- Imóveis de interesse monumental

O Plano refere a “inexistência de qualquer edifício que possa ser considerado de interesse monumental”, fazendo-se no entanto, referência ao Palacete dos Viscondes de Santa Marta pela qualidade da sua arquitectura¹³.

- **Resumo das principais propostas do Plano**

a) O Plano propõe para “o sítio que sejam organizados um jardim e um miradouro”. O jardim que ainda hoje existe fica localizado em frente aos antigos paços do concelho, e tem implantado no seu centro um pelourinho em granito, quinhentista, classificado como monumento de interesse municipal desde 1933. O miradouro previsto ficaria localizado no lugar do Alto, como o próprio nome indica, numa elevação com encosta voltada para norte, a partir da qual é possível obter uma visão panorâmica da Vila de Santa Marta. O Antepiano prevê para além do jardim e do miradouro, uma avenida que se destine a reforçar o tecido comercial da vila, designada por Avenida Antunes de Guimarães¹⁴, pretendendo-se que esta fosse a “artéria representativa da Vila”.

(13) Edifício do século XVIII que corresponde ao edifício sede dos Paços do concelho desde 1997.

(14) Rua Antunes Guimarães, hoje designada por Avenida 1º de Maio.

- b) O Plano prevê ainda um programa direccionado para os equipamentos sociais e educativos, nomeadamente um centro de saúde, um centro social, um cinema e uma escola primária. A localização de tais equipamentos está relacionada com a intenção de tornar a Avenida Antunes Guimarães no elemento estruturante urbano principal da vila, transformando-a num corredor permanente de pessoas entre o jardim, o edifício da Câmara Municipal e o espaço de convivência, correspondendo aos serviços e espaço social. Relativamente à escola e ao centro de saúde, a sua localização deve-se ao sossego que o lugar previsto pode oferecer, a avenida de Santa Comba é rectificadada e dotada de um perfil adequado para servir estes equipamentos.
- c) O Plano prevê ainda um novo arruamento que permitia ligar o largo irradiante (hoje, designado por Largo 25 de Abril), aos equipamentos (escola e centro de saúde), ao centro cívico (cinema e centro cultural) permitindo deste modo rematar o quarteirão e colmatar o tecido urbano através da construção de moradias unifamiliares geminadas. A área escolhida para a área de expansão da Vila localiza-se nos terrenos entre os antigos armazéns da Casa do Douro e o centro cívico, uma vez que esses terrenos apresentam um relevo menos acidentado e se encontram livres. A proposta prevê ainda um caminho pedonal, que atravessa o quarteirão mais antigo ligando-o ao jardim do Cruzeiro e junto à EN2.
- d) O Plano propõe a criação de 34 novos fogos, por via das análises e projecções demográficas realizadas, uma vez que conclui que a população apresenta uma tendência de crescimento, existindo por isso a necessidade de expandir a vila para satisfazer a necessidade de habitação. A tipologia dos edifícios é a moradia unifamiliar, geminada, com logradouros verde e disposta ao longo das novas vias a criar.
- e) O Plano propõe a canalização Ribeira d'Arcã, que é a linha de água que atravessa a Vila, cujo procedimento passa pelo emparedamento, ao longo do seu percurso, prevendo-se deste modo facilitar os percursos hídricos e reduzir a humidade do ambiente urbano que se faz sentir na Vila.



Imagem 47 - Vila de Santa Marta

À esquerda, o Grémio dos viticultores e antiga Avenida Antunes de Guimarães; à direita os antigos armazéns da Casa do Douro e Caves Santa Marta.

Fonte: Autor (2011).



Imagem 48 - Vila de Santa Marta

À esquerda o Jardim do Cruzeiro e EN2; à direita a rua Velha tornado caminho pedonal.

Foto: Autor (2011).

Reflexões acerca do Antepiano de Urbanização de 1948

Na época de elaboração do Antepiano, segundo Lobo (1995), existiam duas correntes de pensamento sobre os planos de urbanização, designadamente o “Plano Imagem” e o “Plano de Gestão”. Entre as suas múltiplas divergências, um dos aspectos relevantes dizia respeito ao ano horizonte do projecto já que os primeiros apontavam para um intervalo de tempo de 50 anos e os segundos não concordavam que esse prazo ultrapasse 25 anos. Neste Plano, o ano horizonte estabelecido foi o de 1970, facto que o torna integrável na corrente dos “Planos de Gestão”.

Neste Plano, o seu autor procura a manutenção da concentração do aglomerado urbano, a aplicação de soluções higienistas e uma estética particularizada para a rua destinada ao

comércio. Associou a importância da arquitetura à artéria mais representativa da vila, procurando criar uma entidade urbana forte e identitária, como era apanágio da maioria dos Planos de Urbanização da década de 40. Relativamente à forma urbana proposta, a mesma apresenta-se tendencialmente radioconcêntrica, tendo como centro nuclear uma praça (hoje, Largo 25 de Abril), que procura manter a coesão do núcleo, dando prioridade à forma de quarteirão e evita a construção junto à EN2. Em relação às tipologias e à sua implantação, as moradias unifamiliares são geminadas e dispostas no fundo verde dos lotes.

O plano é assim influenciado, simultaneamente, por um urbanismo formal, manifestado pelos traçados, pelas ruas regulares, pela criação de quarteirões e de três praças. Pode ainda dizer-se que estão presente algumas das características subjacentes ao paradigma da *Cidade-Jardim*, nomeadamente pelo modo como são implantados os edifícios, seguindo a ordem estabelecida pela rua, mas preenche parcialmente o plano marginal dos quarteirões, uma vez que os edifícios são geminados; e também pela preocupação de incorporar vários tipos de verdes nos logradouros, nos espaços envolventes e um conjunto de linhas de árvores na composição global do espaço urbano.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguão

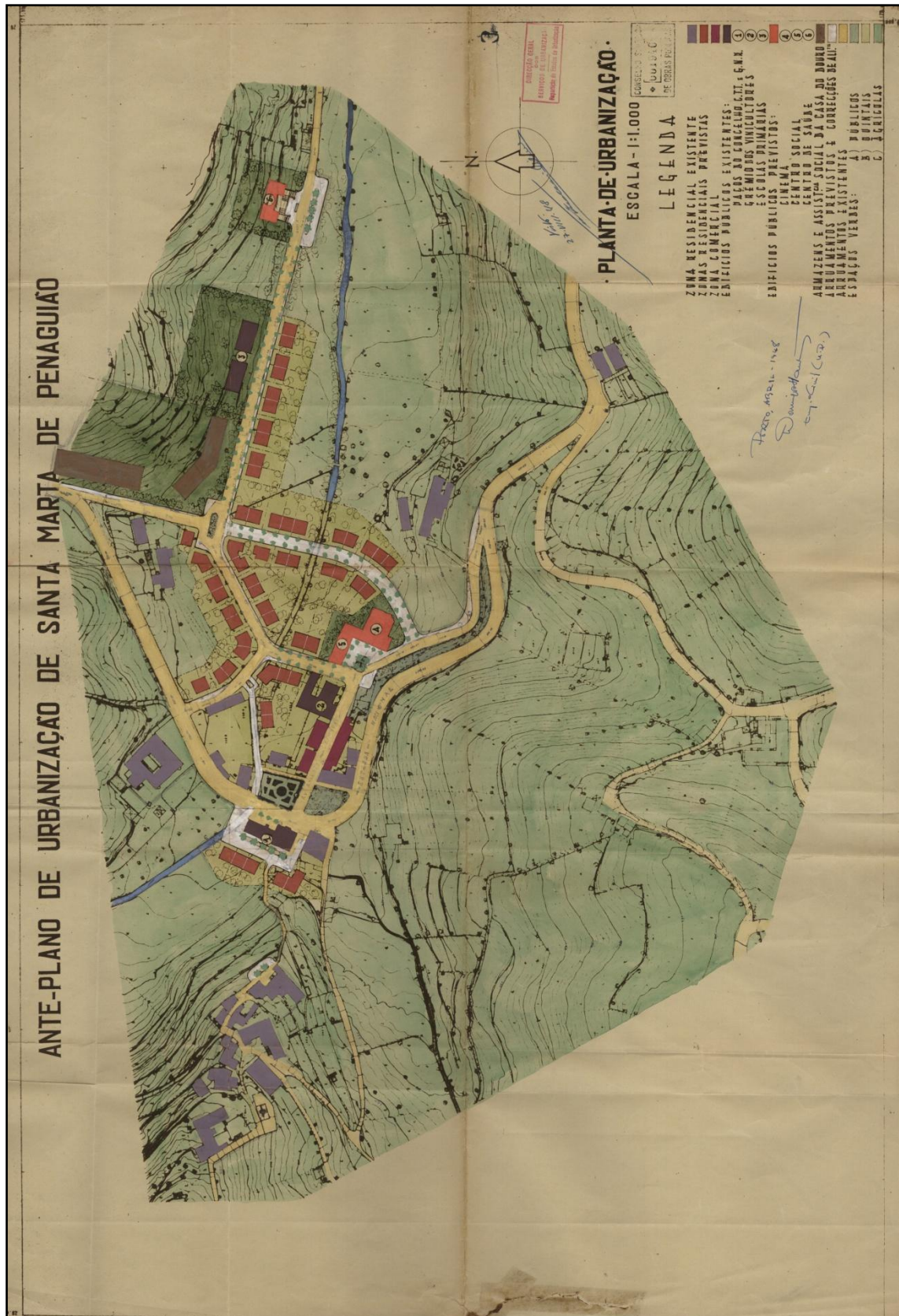


Imagem 49 - Planta de Urbanização de Santa Marta de Penaguão de 1948
Fonte: Arquivo Histórico da D.G.O.T.D.U. (registro n.º 499/2010).

4.2.2.2 Plano Geral de Urbanização de Santa Marta de Penaguião, de 1982

O Plano Geral de Urbanização de Santa Marta de Penaguião foi iniciado em 11 de Junho de 1981, após várias insistências da Câmara Municipal junto da Direcção-Geral do Planeamento Urbano. Por despacho superior de 15 de Junho de 1980 é encarregada a Direcção dos Serviços Regionais do Planeamento Urbano do Norte (DSRPUN) de elaborar o estudo; socorre-se de um outro estudo de âmbito regional já realizado e elaborado pelo sector dos Estudos de Planeamento do Território, o qual aponta Santa Marta de Penaguião como “Centro de Equipamentos e Serviços¹⁵”, definindo os equipamentos correspondentes a este escalão e aconselha a instalação de uma pequena área de oficinas.

O PGU, que virá a “não terá em linha de conta as directrizes do plano anterior, admite no entanto, retirar algumas ideias e incorporá-las na sua proposta”. Esta decisão teve em conta o facto do Antepiano de Urbanização de 1948 não ter sido implementado, ou muito pouco se ter executado, e de entretanto terem sido assumidos novos compromissos relativos a ocupações de solos e localizações programadas para outros usos e fins. Admitindo que o *conceito* que suporta toda a proposta passa pela noção de “Centro de Equipamentos e Serviços”, pode admitir-se que a construção e implementação de equipamentos e serviços vai provocar um impacto urbano que poderá traduzir-se num aumento da população e conseqüentemente de mais fogos, mais espaços a “urbanizar” e novas áreas a integrar no contexto urbano.

A delimitação da área do PGU teve em consideração vários aspectos: o primeiro critério procura a ligação dos vários aglomerados dispersos na envolvente da vila; Um outro critério importante visa criar condições para que as conexões da malha urbana mantenham uma relação de proximidade e de ligação às Estradas Nacionais (EN2 e EN304-3) uma vez que a EN2 atravessa o centro da vila e permite uma ligação à Régua, a sul, e Vila Real, a norte, passando pela Cumieira, a EN304-3 liga a sede do concelho às freguesias de Sanhoane, Medrões e Fontes.

(15) Usaram-se as “Normas para a Programação de Equipamentos Colectivos – Recolha de Critérios Existentes”.

Um outro critério importante visa criar condições para que as conexões da malha urbana mantenham uma relação de proximidade e de ligação às Estradas Nacionais (EN2 e EN304-3) – a EN2 atravessa o centro da vila e permite uma ligação à Régua, a sul, e Vila Real, a norte, passando pela Cumieira; a EN304-3 liga a sede do concelho às freguesias de Sanhoane, Medrões e Fontes.

O lugar de Santa Comba é um dos aglomerados dispersos da envolvente da Vila de Santa Marta e é dependente desta em relação à circulação, o mesmo sucedendo com outro dos aglomerados dispersos, designado lugar do Alto. Em relação ao aglomerado de São Miguel de Lobrigos, refere o Plano que “a sua existência e identidade deve ser preservada, estabelecendo uma relação mais directa com a vila, sugerindo a criação de inter-relações urbanas”, pelas razões anteriormente referidas.

A Vila de Santa Marta apresenta uma relação directa com a EN2, mas é má a conexão entre a sua malha urbana e aquela via estruturante, uma vez que dos quatro cruzamentos principais existentes em 1982, nenhum deles apresentava uma boa relação com a EN2.

Em 1982 estava em conclusão o Centro de saúde, no mesmo local que o plano de 1948 previa um centro cívico ou social. Estava terminada a primeira fase da construção da escola preparatória do ensino unificado, até ao 9º ano de escolaridade, nos terrenos onde estava planeado um novo arruamento do plano de 1948. Neste Plano previu-se a extensão ao ensino secundário, nomeadamente até ao 12º ano de escolaridade, o que não chegou a acontecer.



Imagem 50 - Escola e bairro do Fundo de Fomento de Habitação, anos 80
Foto: Diogo Seixas, publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”.

a) Área de expansão no núcleo urbano da Vila de Santa Marta

O PGU de 1982 estabelece como área nevrálgica, para a expansão da vila, a zona localizada a norte dos Paços do Concelho, hoje designada por Alameda 13 de Janeiro. Na Imagem 51 é possível verificar a localização dos principais edifícios públicos, respectivos serviços e, por delimitação a preto tracejado a área de expansão da vila. Esta área nova procurou “uma articulação e reestruturação do núcleo urbano” constituindo um prolongamento natural do centro cívico, permitindo criar novos espaços públicos, gerar espaços para equipamentos públicos e estabelecer uma melhor articulação viária, nomeadamente com a EN2, sendo criado para o efeito um novo cruzamento.

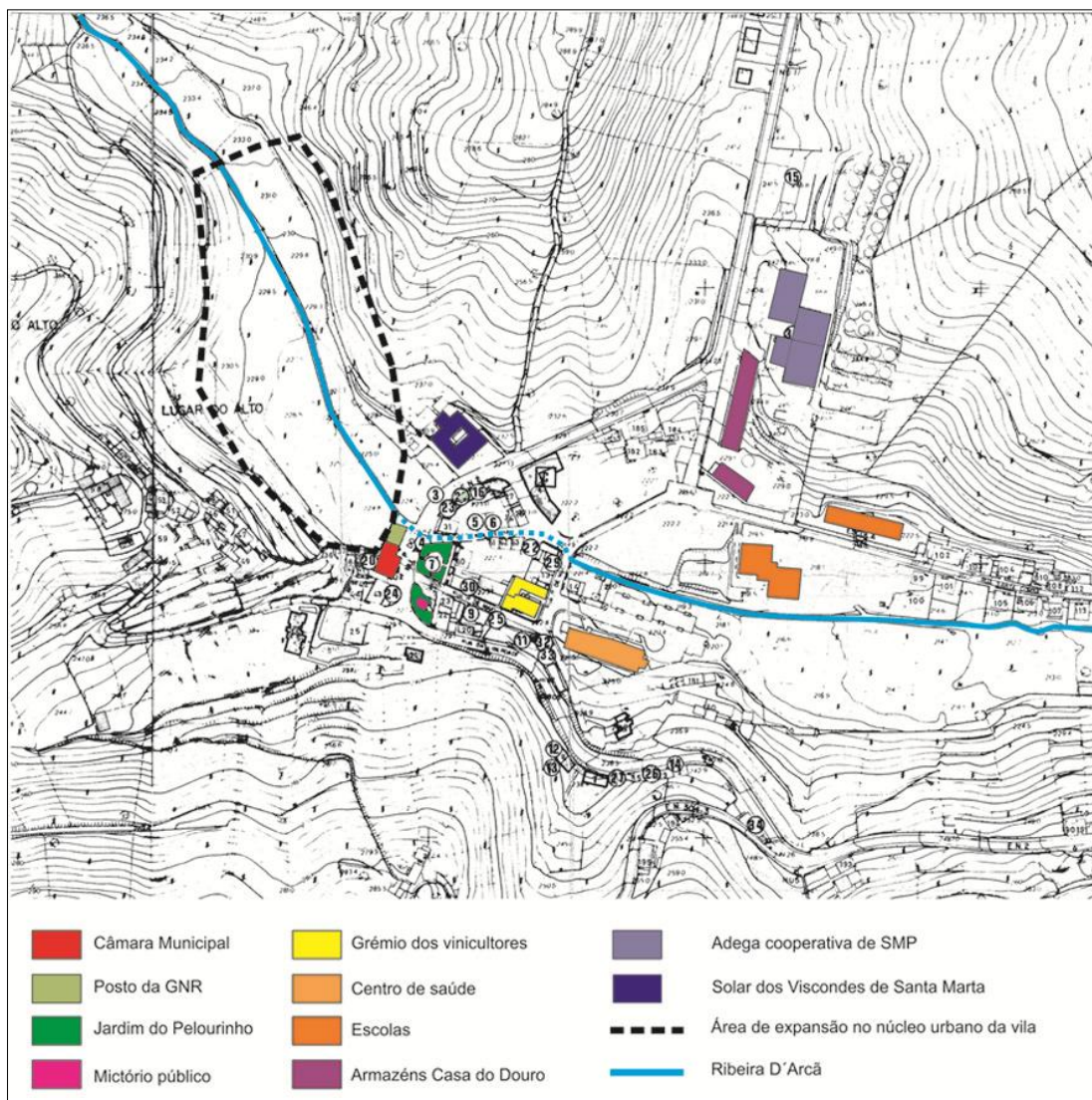


Imagem 51 - Área de expansão do núcleo urbano da Vila de Santa Marta (1982)

Fonte: Cartografia digital fornecida pela CM de SMP; Legenda: Alterada pelo Autor.

Pretendia-se que na nova área fossem instalados o mercado municipal, quartel dos Bombeiros, estádio Municipal, lar para idosos, centro de dia, centro cultural, parque infantil, uma nova escola primária e um equipamento hoteleiro, este último no antigo solar dos Viscondes de Santa Marta, que actualmente funciona como edifício da Câmara Municipal. Foi ainda prevista habitação de várias tipologias, nomeadamente unifamiliar em banda, geminada e habitação colectiva com comércio.

Neste PGU regressa a problemática da canalização da Ribeira D'Arcã, desta vez sugerindo-se que esta operação se prolongue, mais ainda, em extensão, em relação à proposta de 1948, facto que se deve, fundamentalmente, ao atravessamento desta área de expansão por aquela linha de água.

A Imagem 52 corresponde a um estudo realizado em 1981, anterior à elaboração do PGU, e refere-se à área de expansão da vila¹⁶, correspondendo à proposta para o centro cívico da Vila de Santa Marta, posteriormente incluída na proposta do PGU de 1982.

Aquela proposta procurou definir uma forma urbana organizada a partir de uma Alameda, gerando um espaço amplo e aberto, cujas margens suportariam os principais edifícios públicos, nomeadamente um polidesportivo descoberto, uma escola primária, um lar para a terceira idade, um centro cultural, um equipamento hoteleiro, o mercado municipal, o quartel dos bombeiros e um parque infantil; previa ainda a inclusão de edifícios de rés-do-chão e três pisos, sendo o rés-do-chão destinado ao comércio e os pisos superiores à habitação e que rematariam a alameda; finalmente a criação de duas novas vias, conectadas à alameda e que suportariam três novas zonas de moradias em banda e geminadas exclusivamente destinadas à habitação.

A proposta para o centro cívico da vila de Santa Marta, em 1981, apresenta uma solução revestida de elementos morfológicos, como são exemplos a alameda, as ruas, os edifícios públicos e privados, e bem visível a segregação da distribuição das funções, subjacente a um zonamento funcional.

(16) Hoje designada por Alameda 13 de Janeiro.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

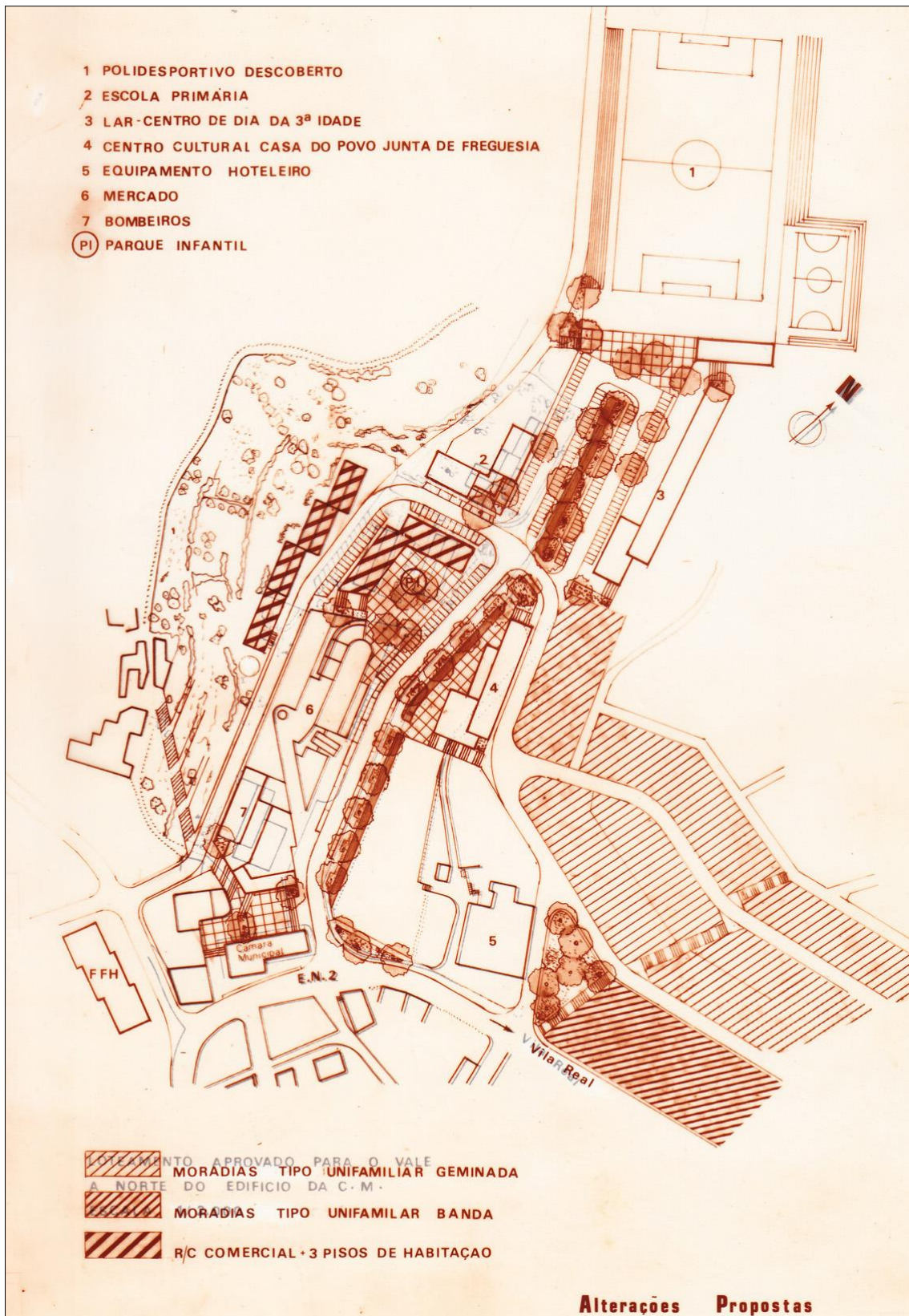


Imagem 52 - Planta do estudo para a área de expansão da Vila de Santa Marta (1981)
 Fonte: Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.

b) Tipologias e modo de implantação

A definição das tipologias propostas no plano de 1982 estava directamente relacionada com o tipo de relevo do terreno. Relativamente ao sector habitacional, e para os terrenos com piores condições topográficas e de fraca acessibilidade, a opção passaria por moradias unifamiliares geminadas, implantadas do modo como ilustra a Imagem 53. Refira-se ainda em relação a este ponto, que entre os anos de 1979 e 1981, tinham sido construídos através do Fundo de Fomento da habitação cerca de 60 fogos, edifícios multifamiliares compostos por quatro pisos que permitiram instalar muitas famílias.

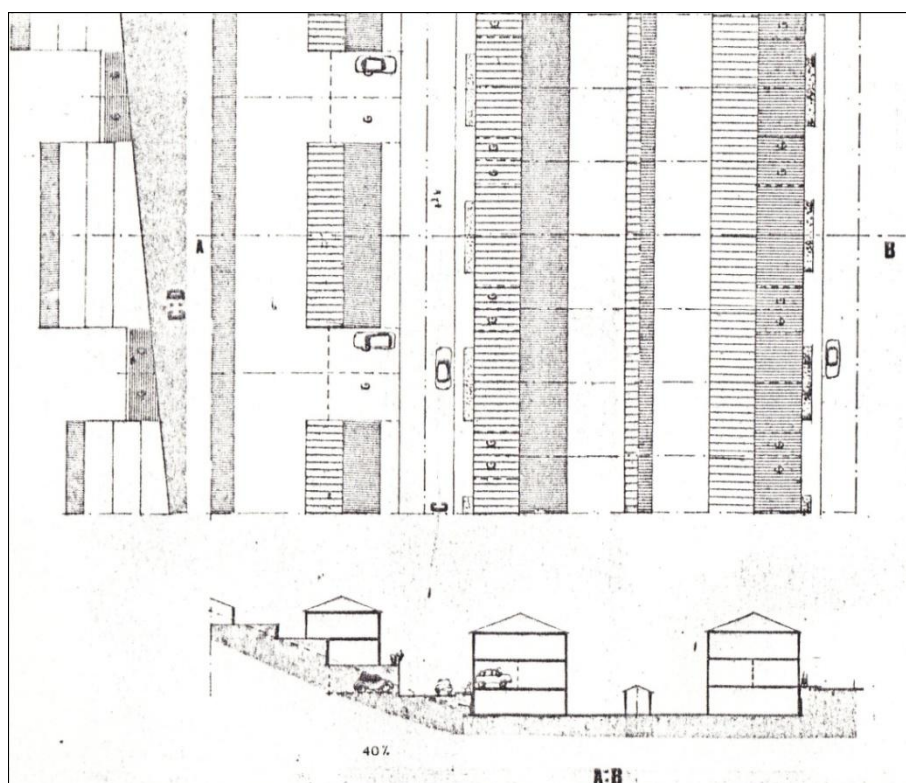


Imagem 53 - Esquema de implantação de edifícios para declives > 40%;
Fonte: Plano Geral de Urbanização, 1982. Câmara Municipal de SMP.

Para tirar partido das melhores condições do relevo (do que as anteriores), a opção passaria pela adopção de moradias unifamiliares em banda (Imagem 54), por fim nas áreas adjacentes ao núcleo urbano, a opção seria a de edifícios de habitação colectiva compostos por rés-do-chão e 3 pisos, cujo rés-do-chão se destinava ao comércio. Quanto à implantação dos equipamentos, sugeriu-se que esta se praticasse o mais junto possível da base dos taludes, um procedimento, que permitia manter maior área plana destinado ao espaço público.

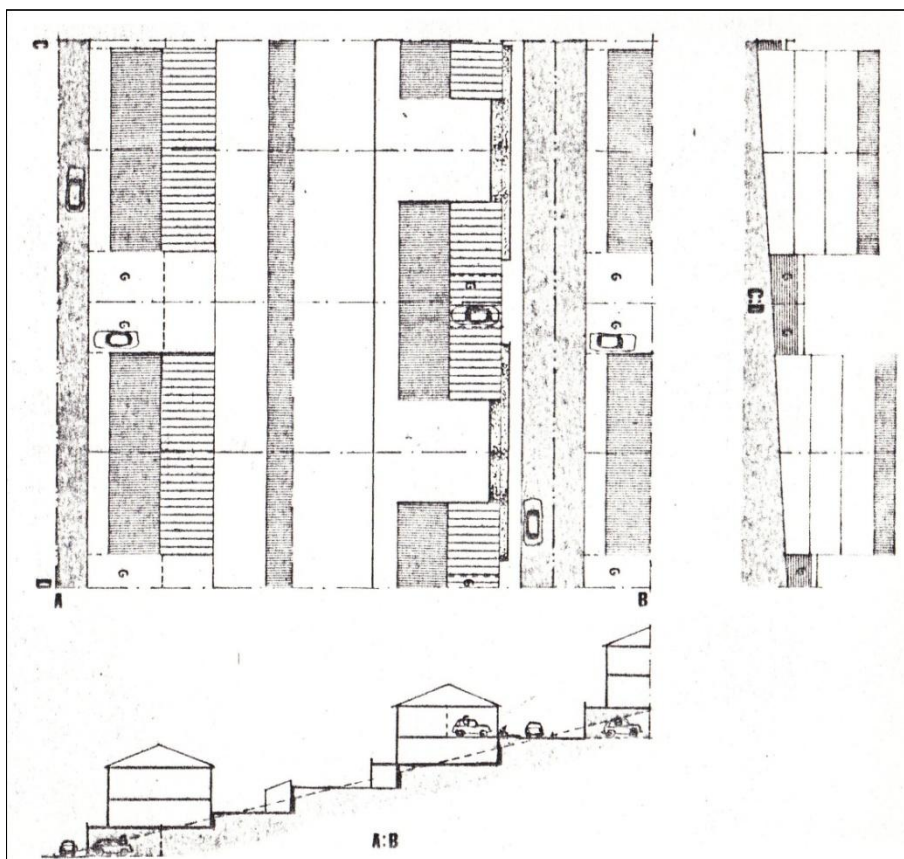


Imagem 54 - Esquema de implantação de edifícios para declives > 15% e < 30%)
Fonte: Plano Geral de Urbanização, 1982. Câmara Municipal de SMP.

c) Rede viária

No estudo do PGU de 1982 foi idealizada uma variante à EN2, uma vez que esta atravessava o centro da vila, como mostra a Imagem 55. A proposta sugere a criação de um viaduto com alguma extensão, mais de 1000m (assinalado a cor mais densa), que se inicia junto da Adega Cooperativa e atravessa pelo lado nascente o núcleo urbano, ligando-se novamente à EN2 junto ao aglomerado de São Miguel de Lobrigos. Esta hipótese não foi adoptada porque não reuniu a concordância da Câmara Municipal, dado que esse traçado passaria nos terrenos que se destinavam à escola preparatória, comprometendo aquele espaço, bem como os edifícios escolares, que à data se encontravam concluídos e a funcionar. Por outro lado, não existiu parecer favorável da JAE, já que a realização de tal obra de arte traria custos elevados, descaracterizaria o povoamento e alteraria o circuito dos transportes públicos.

No entanto, esta entidade propõe, em alternativa, a desafecção do troço que atravessa a vila, tornando possível a implementação do Plano e a criação de estacionamento ao longo da via (faixa de 2.00m em cada um dos lados), uma solução que foi parcialmente implementada.

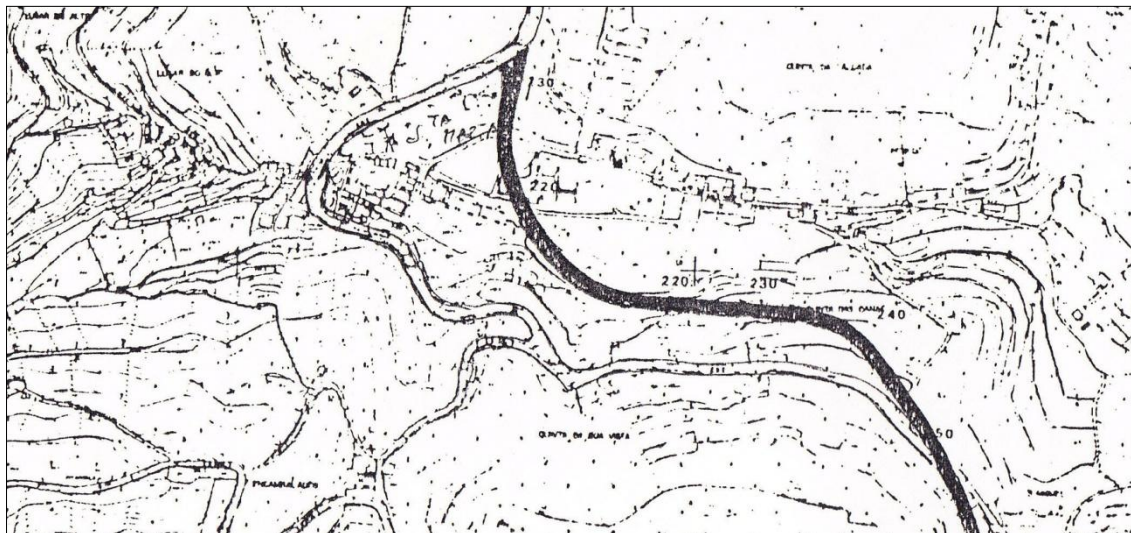


Imagem 55 - Santa Marta: proposta da Variante em Santa Marta (1982)
Fonte: Plano Geral de Urbanização, 1982. Câmara Municipal de SMP.

Ainda na questão viária, o Plano previa uma via de ligação ao lugar de Santa Comba. Essa infra-estrutura permitiria servir de alternativa ao arruamento existente, de perfil muito reduzido, traneis com declives muito acentuados nalguns troços, não oferecendo as condições de segurança, comodidade e fluidez necessárias. Uma outra via importante que o Plano prevê é uma via transversal, que permite ligar a parte mais central da vila, iniciando-se junto do Centro de Saúde, à zona da escola primária.

d) Zona industrial

Uma outra zona específica deste plano diz respeito à zona industrial, a qual se prevê ser de reduzida dimensão, como ilustra a Imagem 56, “mas que procure dar resposta a algumas oficinas e ao armazenamento”, e que se localizaria na zona norte da vila, na saída em direcção a Vila Real.

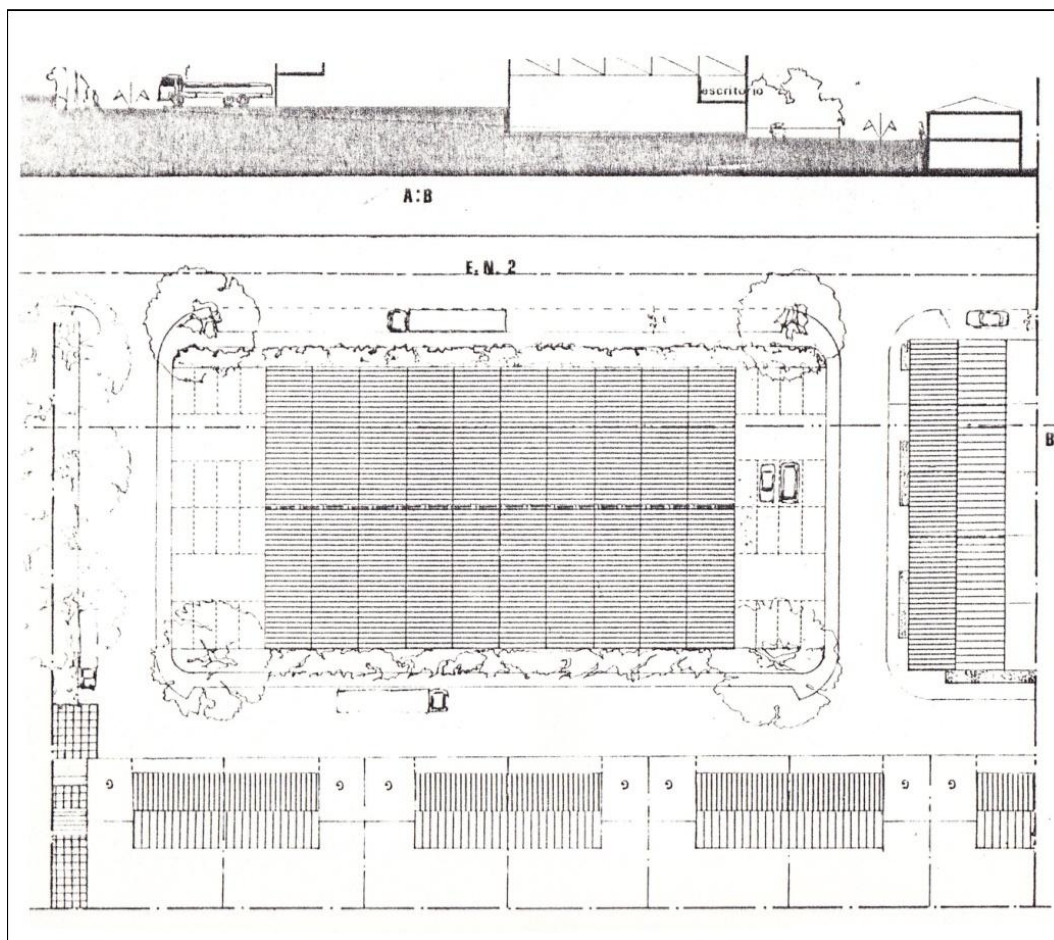


Imagem 56 - Santa Marta: planta e corte do parque industrial (1982)
Fonte: Plano Geral de Urbanização, 1982. Câmara Municipal de SMP.

e) Hortas sociais

Um aspecto que pensamos ser necessário realçar é a introdução do conceito de áreas destinadas a “Hortas Sociais”. Estas seriam localizadas nas áreas encaixadas do vale, devido à humidade e riqueza mineral dos solos, não se propondo a sua “ocupação urbana”, ou seja, construção. Estas hortas teriam como principal objectivo a produção agrícola, nomeadamente de produtos hortícolas e outros de crescimento rápido, adicionalmente manteriam alguma população nesta actividade, permitiriam a manutenção do escoamento natural das águas superficiais e percoladas no subsolo.

Algumas Reflexões sobre o Plano Geral de Urbanização, de 1982

A legislação fundamental que sustentou este PGU foi o Decreto-Lei n.º 560/71, de 17 de Dezembro, segundo o qual todas as sedes dos municípios deveriam promover a elaboração de Planos Gerais de Urbanização e que justifica a necessidade de revisão do plano de 1948. Este diploma procura resolver um problema que tinha estado cristalizado durante 25 anos, nomeadamente a dificuldade para realizar de expropriações, pelos municípios, para a execução e implementação dos planos, cuja importância, no âmbito do presente trabalho, se clarificará em capítulos seguintes.

Por outro lado, o mesmo diploma refere a necessidade da elaboração de PGU para as áreas territoriais em que a estrutura urbana justifique planos de conjunto, abrangendo vários centros urbanos e zonas rurais intermédias ou envolventes. Em relação a este aspecto pensamos que o PGU de 1982 procurou dar cumprimento a esta premissa, embora de forma limitada, pois consideramos que as ligações propostas para unir os vários núcleos urbanos não promovem uma malha urbana bem estruturada, mantendo-se a desarticulação entre os núcleos urbanos existentes; ainda assim, entendemos que com essas tenha sido dado um primeiro passo para posterior revisão do Plano.

De modo semelhante, no que diz respeito às colmatações urbanas, estas deveriam procurar gerar uma continuidade urbana unificadora dos vários núcleos e garantir uma maior coesão entre os vários núcleos primitivos, situação que entendemos não ter sido conseguida. Acreditamos, no entanto, que tal facto se deve à tendência de concentração urbana e ao pensamento urbanístico que os planos apresentavam nesta época, minimizando impactos sobre o solo agrícola, sendo reforçadas estas considerações com o parco crescimento demográfico apontado nas projecções realizadas para o efeito.

Quanto à conformação funcional geral, na planta de síntese do PGU de 1982 pode observar-se a importância atribuída ao zonamento, traduzindo a influência do *Movimento Moderno* e o carácter modernista que este plano incorpora (Imagem 57).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

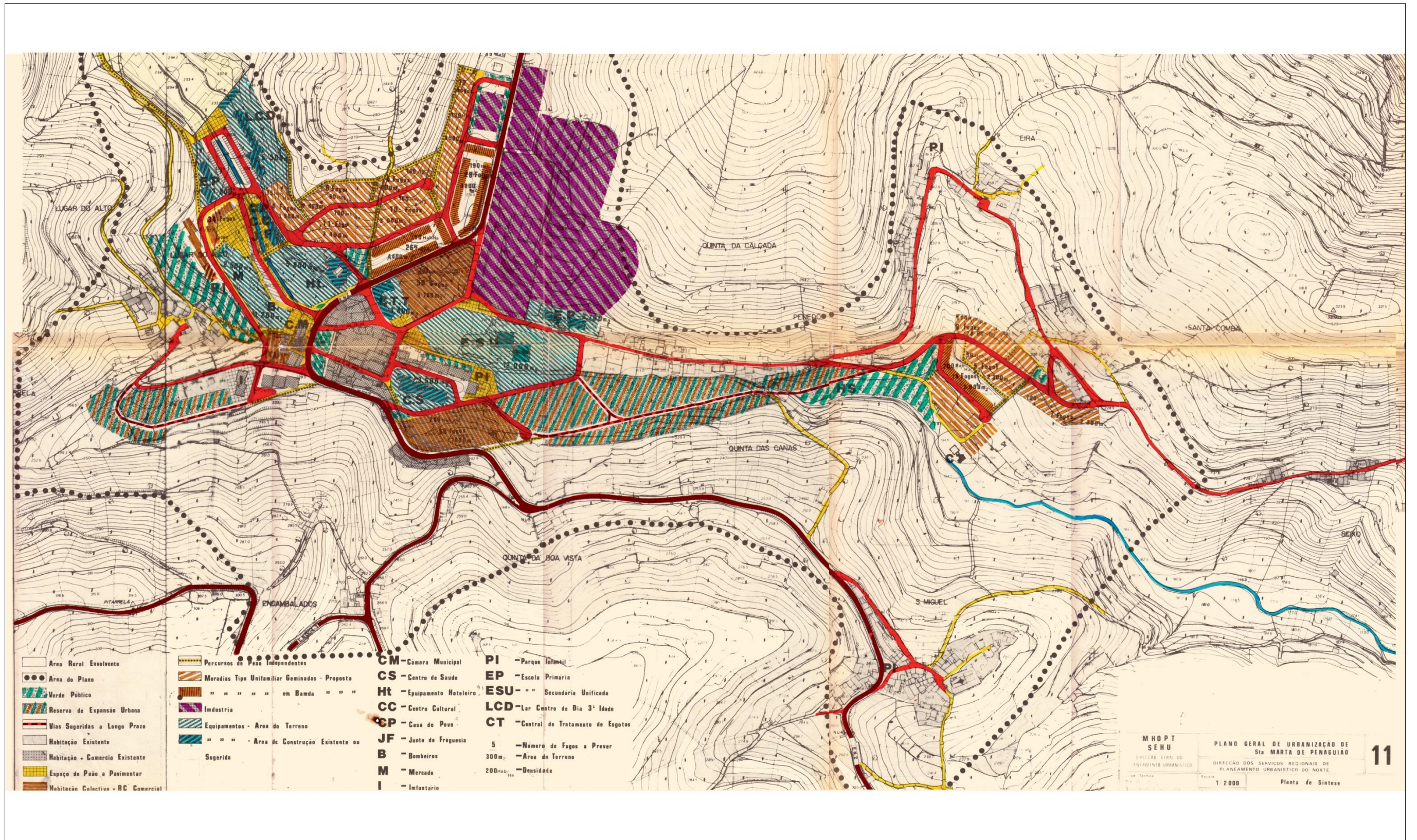


Imagem 57 - Planta de Síntese do PGU da Vila de Santa Marta de Penaguião (1982)
 Fonte: Plano Geral de Urbanização, 1982. Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.

4.2.2.2 Revisão do Plano de Urbanização, de 1997

A revisão do PGU, de 1982, acontece em 1992, pelo Gabinete de Arquitectura “*Arquitectos Pioledo*”, com sede em Vila Real, sob a coordenação do Arquitecto Albino Costa Teixeira. No entanto, por várias vicissitudes, apenas foi aprovado e publicado em 16 de Maio de 1997, na II Série do Diário da Republica, através da Declaração n.º 33/97.

a) Estratégia e objectivos do Plano

O Plano de Urbanização de 1997 propõe alterações significativas face ao Plano anterior, que se devem fundamentalmente à negociação com os particulares para a aquisição de grandes extensões de terrenos localizados entre os três núcleos principais da freguesia-sede. Referimo-nos concretamente à aquisição da Quinta Canas, uma parte significativa da Quinta de Santa Marta e a Quinta da Corredoura, sendo a primeira aquela de maior área de superfície, com cerca de 30.000m².

Em função do que anteriormente se referiu, este Plano de Urbanização, integrará o Plano de Pormenor da Quinta das Canas, redefine o programa tipológico/funcional para a Alameda 13 de Janeiro e vem propor a necessidade de “colmatação da zona a sudeste”, ou seja, a zona urbana entre a vila e o núcleo urbano de São Miguel, dando origem mais tarde ao Plano de Pormenor da Quinta da Corredoura.

b) Alterações programáticas/funcionais

O Plano de Urbanização para a Vila de Santa Marta propõe a alteração da localização de alguns dos equipamentos previstos no Plano anterior, bem como o tratamento das suas áreas envolventes. Foi também alterado o traçado da via que liga o núcleo urbano de São Miguel à Vila de Santa Marta, prevendo-se a construção nos terrenos adjacentes, de modo a dar continuidade ao tecido urbano, gerando assim um contínuo dos núcleos em vez de uma simples ligação, como previa o PGU anterior.

Foi ainda revista a proposta para o centro cívico, o qual foi totalmente modificado, tendo-se dado prioridade à construção de habitação e comércio, embora tenham sido construídos alguns dos equipamentos inicialmente previstos, o mercado municipal e auditório, em substituição do centro cultural. Os restantes equipamentos previstos no Plano de 1982 foram deslocalizados para outras áreas da Vila, atendendo à expansão significativa que o Plano de 1997 previu.

Finalmente, o Plano Propôs a deslocalização da área destinada à indústria e armazenamento, transferindo-o para um local mais a norte, cerca de 300m do local previsto no PGU de 1982, tendo-se para o efeito mandado elaborar um Plano de Pormenor específico para essa área.

c) Rede viária

Relativamente a este aspecto, o Plano propõe a “melhoria da malha urbana e respectivas conexões com as estradas nacionais”, nomeadamente com os entroncamentos com a EN 304-3, com a ligação a norte do núcleo urbano de São Miguel de Lobrigos, e o entroncamento com o lugar das Lamas, pequeno núcleo urbano de São Miguel que se encontrava descontextualizado. Prevê ainda a “criação de duas rotundas de características urbanas”, nomeadamente no início da vila, na direcção sul-norte, e uma outra no centro da vila, no cruzamento da 304-3 com a EN2.

Foram redimensionados, de modo hierarquizado, três arruamentos, designados pelas letras A, B e C que corresponderão aos eixos principais de circulação e de estruturação da nova forma da Vila de Santa Marta (Imagem 58).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

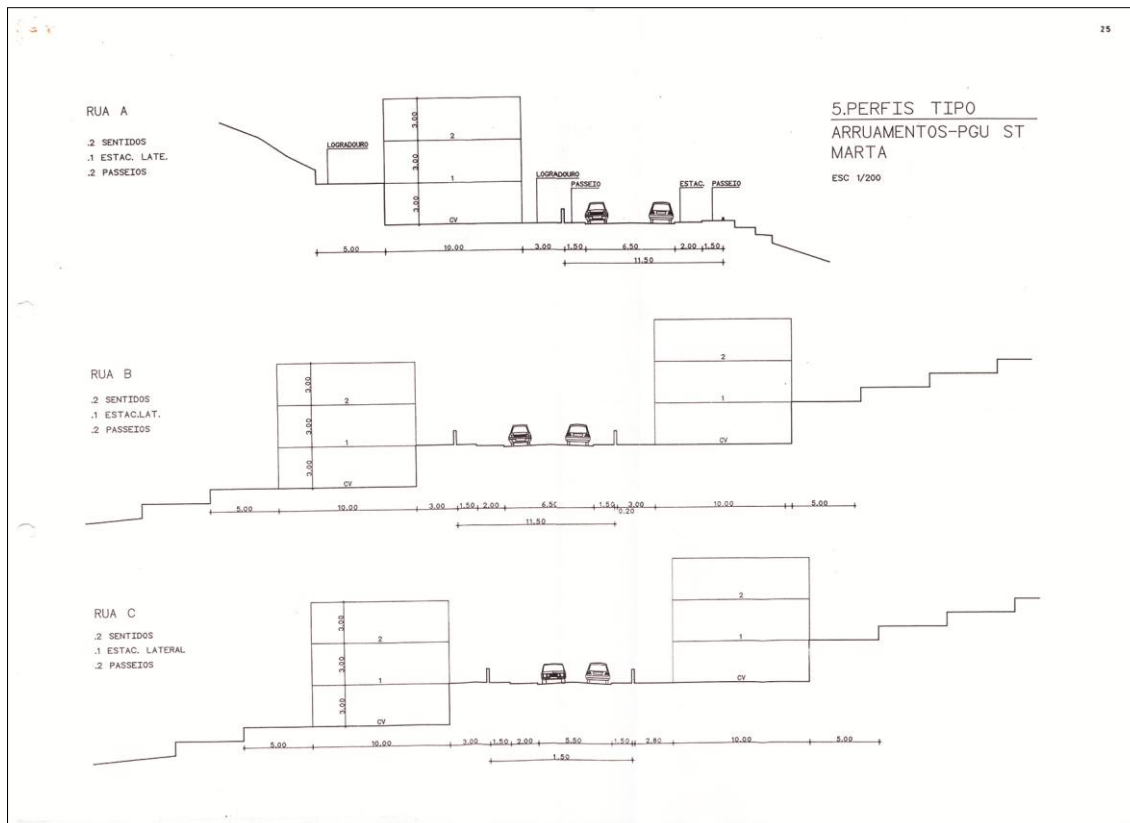


Imagem 58 - Perfis dos arruamentos A, B e C para a Vila de Santa Marta
Fonte: Plano Urbanização da Vila de Santa Marta, 1997. Câmara Municipal de SMP.

Algumas reflexões acerca do Plano de Urbanização de 1997

Este plano surge como uma evolução natural dos anteriores, incorporando as suas ideias essenciais e revisando-os à luz de um pensamento mais contemporâneo. A prova deste facto é a organização das várias partes da vila utilizando uma outra escala, mais alargada, com mais espaço físico consumido e a transformar (Imagem 59). Uma característica fundamental deste plano corresponde à multiplicidade de tipologias e multifunções propostas, permitindo assim uma maior variedade de espaços, tornando-os mais flexíveis, mais dinâmicos, evitando a monotonia da permanente repetição tipológica com reflexos directos na qualidade do espaço público.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião



Imagem 59 - Planta de síntese do Plano de Urbanização da Vila de Santa Marta (1997)
 Fonte: Plano de Urbanização da Vila de Santa Marta. Câmara Municipal de SMP.

4.2.2.3 Os Planos de Pormenor da Vila de Santa Marta

Nos pontos anteriores referimo-nos aos Planos de Urbanização para a Vila da Santa Marta, e atendendo às particularidades específicas desta Vila, nomeadamente à complexidade do relevo e à posse dos terrenos por particulares, foi necessário para operacionalizar e executar os conteúdos programáticos do PU a elaboração de diversos planos de Pormenor e estudos que apresentamos resumidamente.

4.2.2.4 Plano de Pormenor da Quinta das Canas, 1988

O Plano de Pormenor da Quinta das Canas surge em 1988, pretendendo-se com este instrumento “expandir o núcleo central da vila para este”. Localiza-se no lado Este do aglomerado antigo, a Sul do terreno onde estava implantada a zona escolar e a Oeste de um conjunto de edifícios multifamiliares de habitação social construído em 1981. Este Plano virá a ter uma segunda versão, que descreveremos em seguida, mas convém referir que a primeira proposta encaminhava-nos para a definição de um novo quarteirão, no qual seria implantado um edifício de serviços públicos, representado na Imagem 60 pelas siglas «EP»; o restante terreno seria libertado para um parque público.

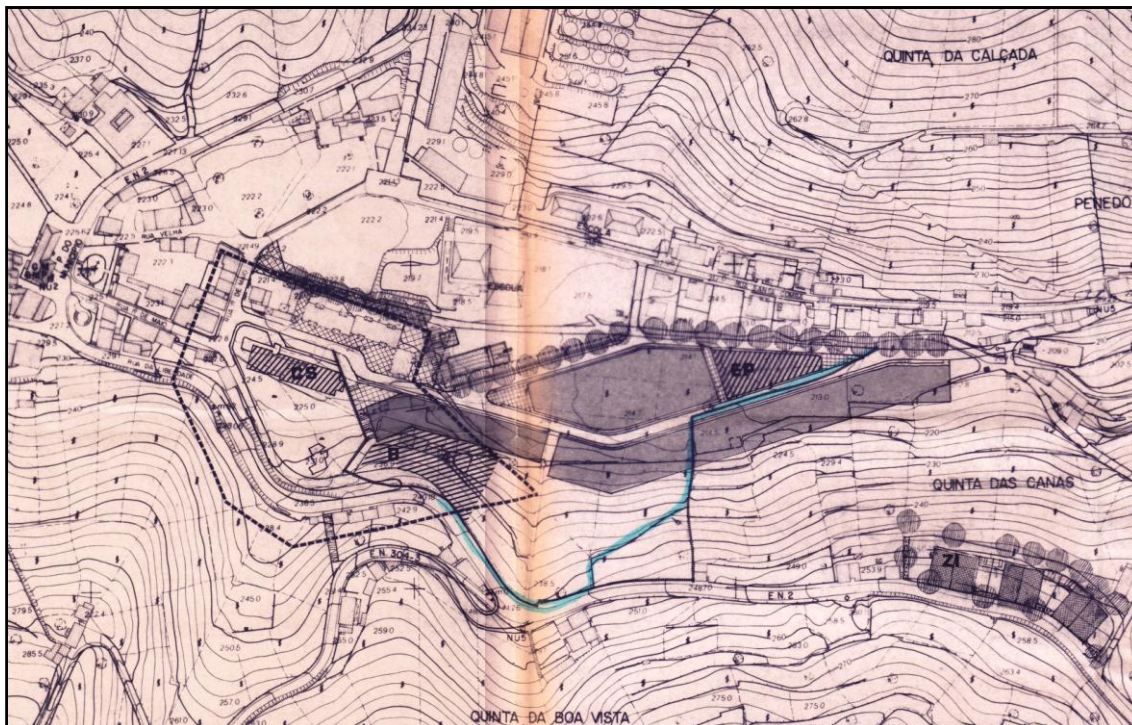


Imagem 60 - Planta de estudo. Plano de Pormenor da Quinta das Canas (1988)
Fonte: Plano de Pormenor da Quinta das Canas. Câmara Municipal de SMP.

A segunda versão é, na nossa opinião, uma solução mais coerente face à metodologia adoptada no contexto global do planeamento das restantes partes da vila, devido à diversidade e multiplicidade de tipologias introduzidas. Na parte da vila sujeita ao Plano de Pormenor eram previstos edifícios multifamiliares de rés-do-chão e três pisos, destinados ao comércio e habitação, e ainda edifícios unifamiliares em banda e isolados. Enunciavam-se também alguns equipamentos: piscinas municipais, quartel dos bombeiros, escolas (três primeiros ciclos de ensino), casa mortuária e oficina de automóveis (Imagem 61).

Esta proposta promoveu a criação de um novo cruzamento, no qual se conectam duas ruas, igualmente novas, cuja designação lhes foi entretanto atribuída: a Avenida 25 de Abril e a rua Marechal Teixeira Rebelo.

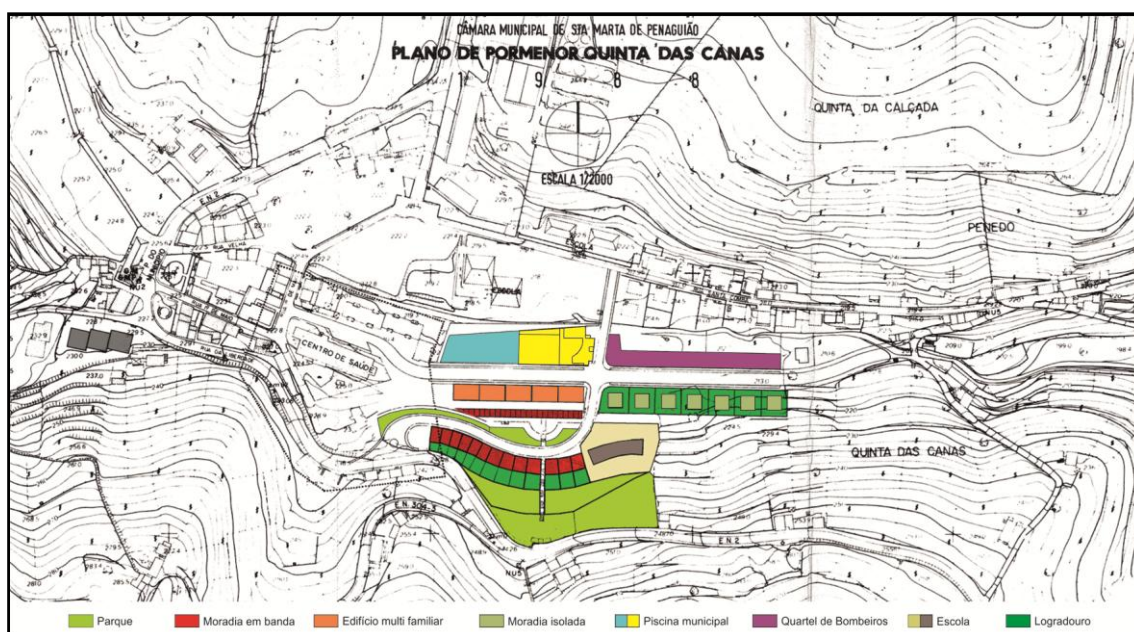


Imagem 61 - Plano de Pormenor da Quinta das Canas (1992)
Fonte: PP da Quinta das Canas. Câmara Municipal de SMP; Legenda: alterada pelo Autor.

A Avenida 25 de Abril surge como prolongamento do largo a norte do centro de saúde, eliminando o “cul-de-sac” que anteriormente existia e atravessando longitudinalmente todo o conjunto, desse modo estruturando a sua área central (Imagem 62). Esta avenida prima pelo espaço que oferece, no que diz respeito à circulação automóvel, ao abundante número de lugares de estacionamento; no entanto apresenta duas lacunas principais, a primeira diz respeito à parca largura dos passeios para a circulação de

peões, a segunda refere-se ao constante sombreamento provocado pelos edifícios a sul, que torna aquele espaço frio e húmido durante o Inverno.



Imagem 62 - Largo do Centro de Saúde. Santa Marta
Foto: Autor (2010).



Imagem 63 - Conjunto da Quinta das Canas. Santa Marta
Foto: Autor (2010).

A rua Marechal Teixeira Rebelo apresenta-se transversal ao conjunto e o seu trajecto é realizado na direcção de Sul para Norte, ligando a zona do Centro de Saúde, ao referido novo cruzamento. Esta rua, de declive muito acentuado, é marginada por uma nova frente urbana e constituída por moradias unifamiliares em banda, compostas por rés-do-chão e dois 2 pisos.



Imagem 64 - Santa Marta: zona central da vila e Avenida 25 de Abril
Foto: Autor (2010).

4.2.2.5 Plano de Reabilitação da Alameda 13 de Janeiro

A Alameda 13 de Janeiro corresponde à zona da vila em que se promoveu a primeira expansão do núcleo urbano, localizada no lado poente do núcleo antigo, tendo sido realizado um novo plano de intervenção, em 1996, Plano de Reabilitação do Centro da Vila de Santa Marta de Penaguião. As propostas do Plano de Urbanização, de 1997 (mas elaborado em 1992), que difere substancialmente da proposta inicial, de 1981, introduzindo uma nova frente urbana, composta por edifícios multifamiliares, destinados ao comércio e serviços no rés-do-chão e três pisos destinados à habitação, e mantendo alguns equipamentos, como é o caso do mercado municipal. Substitui-se o quartel de bombeiros por um auditório e os paços do concelho são transferidos para o edifício dos Viscondes de Santa Marta.

Nesta parte da Vila estão ainda localizados o estádio municipal, parque de estacionamento e quartel da GNR. Trata-se assim de dar cumprimento às ideias iniciais na criação de uma área de equipamentos e serviços, acrescentando, no entanto, fortemente a componente habitacional (Imagem 65). A proposta de intervenção na Alameda de 13 de Janeiro altera o eixo viário, dotando-o de um separador, em alguns troços com tratamento vegetal e com estacionamento. Este espaço apresenta-se como porta principal da vila, enfatizado pelo edifício dos Paços do concelho e praça do Município, reforçando a sua imagem de centralidade da Vila.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguão

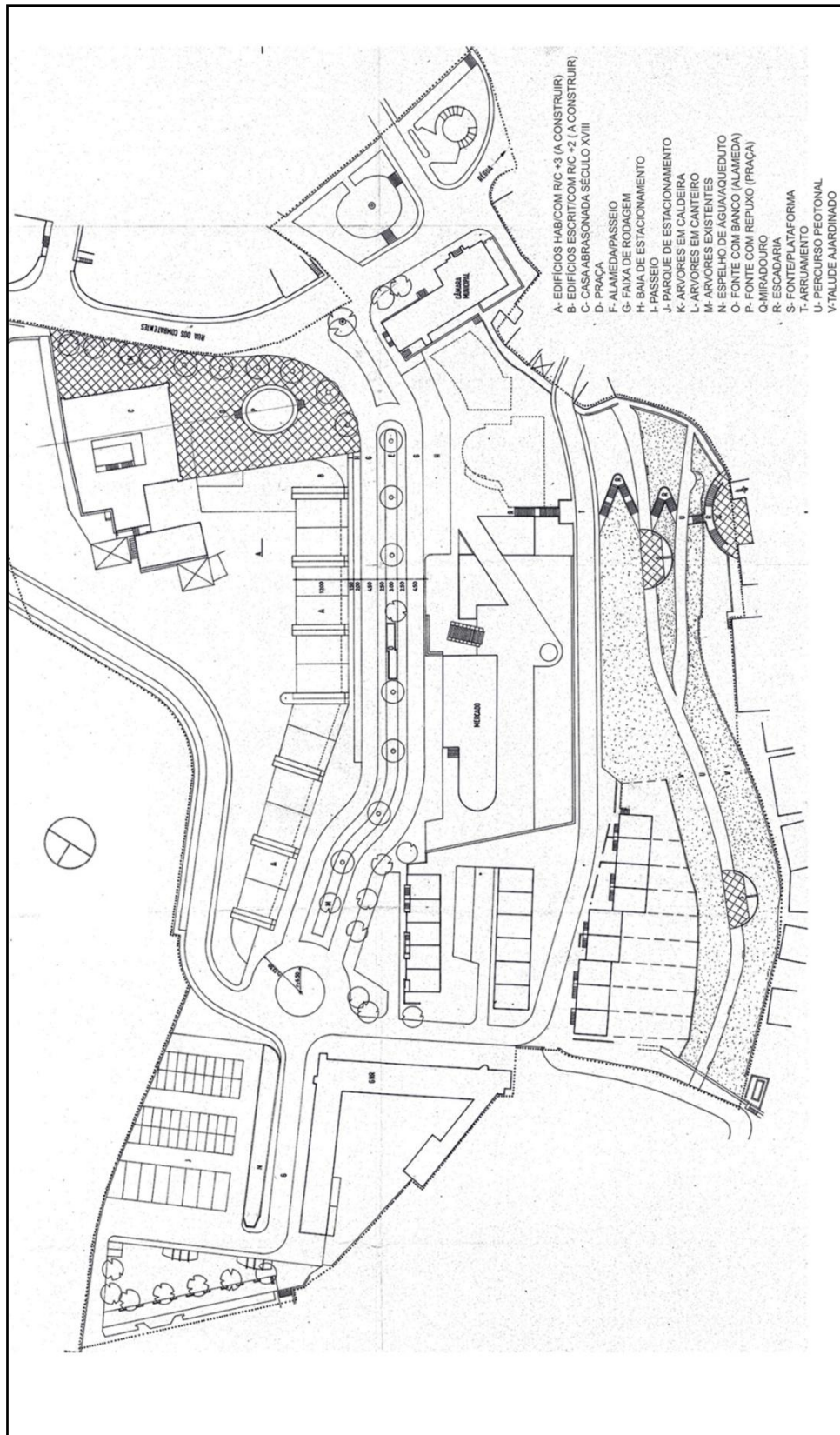


Imagem 65 - Planta de síntese do Plano de Reabilitação para a Alameda 13 de Janeiro (1996)
Fonte: Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguão.

A aquisição do edifício dos Viscondes de Santa Marta e a sua reabilitação para edifício sede do município renovou o seu carácter estatutário de poder. A actual Praça do Município, que antes de 1997 era inexistente, hoje é um espaço público acrescentado, aberto à EN2, a nascente, à Alameda 13 de Janeiro, a sul, confinado a norte pelo edifício da Câmara Municipal e a poente pela nova urbanização (Imagens 66 e 67).



Imagem 66 - Alameda 13 de Janeiro e praça do Município. Santa Marta
Fotos: Autor (2010).



Imagem 67 - Conjunto envolvente à Praça do Município. Santa Marta
Foto: Autor (2010).

4.2.2.6 Plano de Pormenor Quinta da Corredoura

O Plano de Pormenor da Quinta da Corredoura resulta das propostas apresentadas no Plano de Urbanização de 1997. Para lhes dar cumprimento o Município procedeu à aquisição dos terrenos e mandou elaborar o respectivo plano, cuja autoria coube ao mesmo autor do Plano de Urbanização da Vila de Santa Marta, de 1997, o arquitecto Albino Teixeira.



Imagem 68 - Vista parcial da Quinta da Corredoura. Santa Marta
Fonte: Autor (2010).

A área a sujeitar ao Plano localiza-se a poente do núcleo antigo, entre o lugar de São Miguel e a Quinta das canas, tendo este “pequeno” plano como objectivo fundamental realizar a colmatação entre estes dois lugares. Em termos viários está servida a sul pela EN2 e a norte pela Avenida 25 de Abril.

Na proposta encontramos um programa diversificado e de cariz social, uma vez que nele se prevê a instalação de um Lar de idosos, com creche e serviço de apoio domiciliário, dois blocos destinados à habitação social, um conjunto de edifícios multifamiliares compostos por rés-do-chão e três pisos, destinados a habitação e comércio, bem como uma fila de edifícios de habitação unifamiliar geminados (Imagem 69).

Pretendeu-se com este Plano, a colmatação do espaço que ainda se encontrava expectante na zona Este da Vila, permitindo, com a sua execução, aproximar o núcleo antigo de São Miguel de Lobrigos à Vila de Santa Marta.

Esta parte da vila de Santa Marta é na nossa opinião, aquela de mais difícil tratamento urbanístico, essencialmente por dois factores principais: o primeiro pelo acentuado declive que ali se verifica, mais de 40%; o segundo pelo sombreamento quase permanente durante todo o ano, uma vez que a encosta está voltada a Norte. Em todo o caso este quarteirão é mais um exemplo que apresenta multifuncionalidade e diversidade de tipologias.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

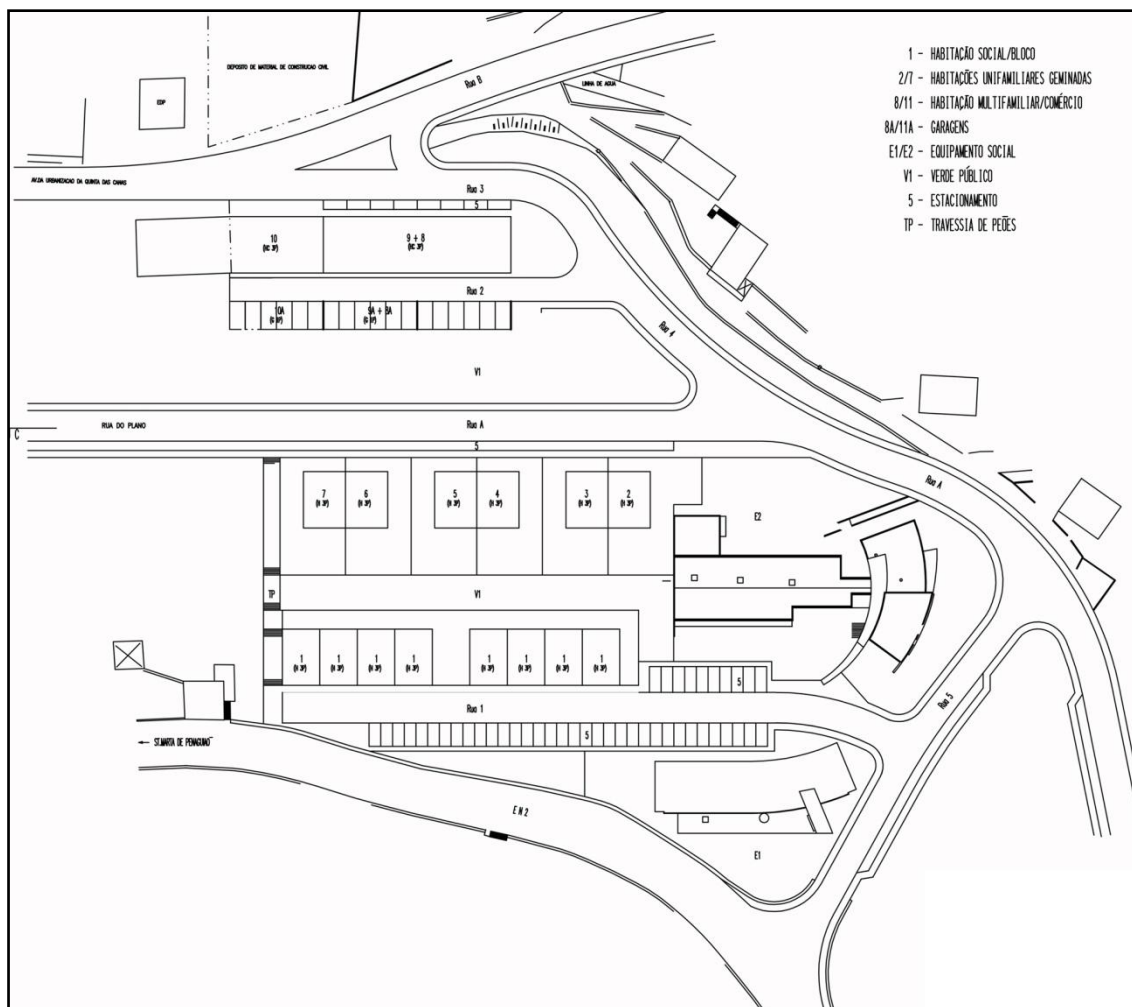


Imagem 69 - Planta de síntese da Quinta da Corredoura (2003)
Fonte: Plano de Pormenor da Quinta da Corredoura. Câmara Municipal de SMP.

4.2.2.7 Plano de Pormenor da Zona Oficial (2006-2011)

A localização deste plano de Pormenor da Zona Oficial (ZO) surge com o Plano de Urbanização de 1997, que estabeleceu que esta fosse realizada no lugar de Sarnadelo, cuja proximidade com o centro da Vila foi considerada importante para a fixação populacional e a dinamização daquela actividade, que variará entre o sector secundário e o terciário. Este Plano de Pormenor tem por objectivo principal organizar um espaço mais ou menos autónomo para as actividades officinais e industriais, criando de um modo geral, um conjunto de lotes de terreno para a implantação de edifícios destinados à actividade previamente estabelecida e promovendo a concentração dos pequenos empresários que actualmente se encontram estabelecidos de forma aleatória na vila e no concelho.

O espaço criado por esta transformação, e atentos à sua localização, representa uma nova porta de entrada na Vila de Santa Marta, designadamente a porta norte na direcção a Vila Real.

Numa versão inicial, neste plano estava prevista uma rede viária que funcionava em “cul-de-sac”; a versão final alterou essa proposta criando uma via de atravessamento, que se liga em dois pontos da EN2, a norte, por meio de um cruzamento e a sul com a criação de uma rotunda, gerando uma espécie de variante ou alternativa à EN2 naquele troço (Imagens 70 e 71).

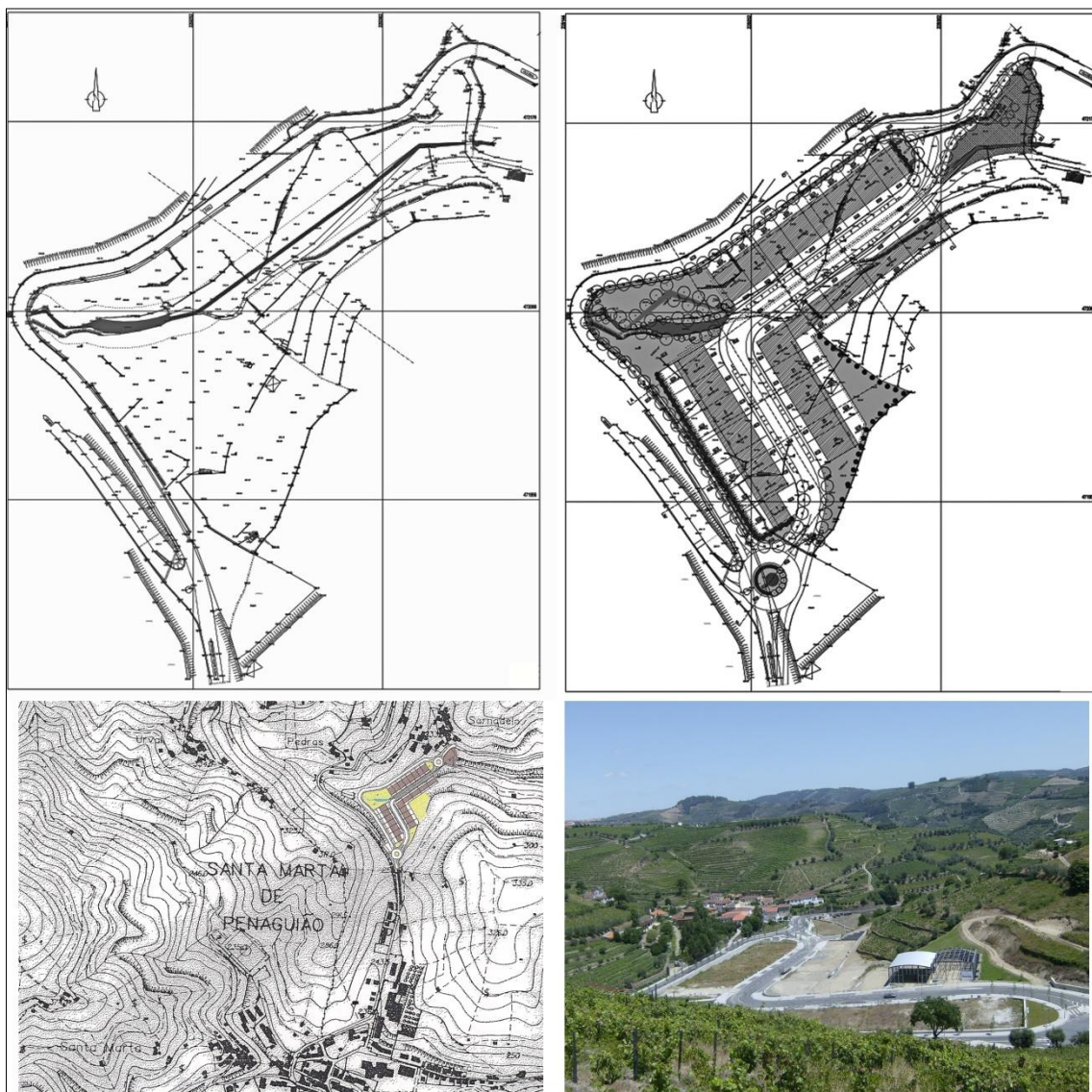


Imagem 70 - Plantas da zona oficial: Localização, situação existente e proposta (2008)
Fonte: Plano de Pormenor da Zona Oficial. Câmara Municipal de SMP; Foto: Autor (2011).



Imagem 71 - Zona Oficial (em construção)
Foto: Autor (2011).

4.2.2.8 Plano Director Municipal do Concelho de Santa Marta de Penaguião

- **Plano Director Municipal de 1995**

O Plano Director Municipal (PDM) do concelho de Santa Marta de Penaguião é publicado no Diário da Republica, I Série B, em 21 de Março de 1995¹⁷. O Plano constitui o instrumento de definição das linhas gerais da política de ordenamento e de gestão do território sob jurisdição municipal. Os elementos fundamentais que constituem o PDM são: a carta de ordenamento, a carta de condicionantes e o respectivo Regulamento, devendo subordinar todo o território do concelho à sua implementação.

Dos objectivos principais referenciados por este Plano destacamos: a concretização de uma política de ordenamento do território que garanta as condições para um desenvolvimento sócio-económico equilibrado; e a definição dos princípios e regras de uso, ocupação e transformação do solo que consagrem uma utilização racional do espaço, e ainda a compatibilização das diversas intervenções sectoriais.

Este Plano define um conjunto de regras, que devem ser observadas: na elaboração, apreciação e aprovação de qualquer plano, programa ou projecto; bem como o licenciamento de qualquer obra ou acção que implique a ocupação, uso ou transformação de uso do solo com carácter definitivo ou precário na área abrangida.

(17) Nele foram cumpridas as formalidades exigidas pelo Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de Março. Aprovado através da resolução do Conselho de Ministros n.º 21/95.

O Plano procura organizar o território concelhio, definindo usos específicos do solo a partir da classificação em diversos espaços: espaços urbanos, espaços industriais, espaços agrícolas, espaços florestais, espaços naturais e culturais e espaços-canais.

Relativamente ao espaço urbano, o Plano estabelece um limite para o contorno do perímetro urbano, sendo a área ali contida classificada como área urbana e área de expansão urbana; correspondendo a área urbana aos espaços caracterizados por um elevado nível de infra-estruturação, edificação e população residente, onde é permitida a edificação tendente à colmatação e consolidação do espaço urbano; as áreas urbanizáveis caracterizam-se por reunirem as melhores condições para a expansão urbana dos aglomerados existentes.

A análise realizada ao nível de infra-estruturação, ao número de edifícios e população residente permitiu, que no PDM, fosse definida uma hierarquia urbana para os diferentes aglomerados urbanos, sendo atribuído o nível 1 à Vila de Santa Marta; nível 2 aos núcleos da Cumieira, Fontes e São João Baptista; nível 3 para os núcleos de Alvações do Corgo, Fornelos, Sanhoane, Medrões, aos três núcleos principais da freguesia de Louredo (Fiolhais, Paradela do Monte e Carvalhais), e aos principais núcleos da freguesia de Sever (Banduje, Mafomedes, Paredes D'Arcã e Concieiro); e finalmente o nível 4 para os restantes núcleos que estão disseminados pelo território concelhio.

Os espaços industriais correspondem às áreas nas quais estão localizadas as actividades transformadoras e serviços próprios apresentando ou pretendendo vir a apresentar um elevado nível de infra-estruturas, estando neste Plano referida a Zona Oficial de Santa Marta.

Os espaços agrícolas são fundamentalmente resultantes das áreas de solo contidas na Reserva Agrícola Nacional (RAN), cujo solo é caracterizado pela sua aptidão agrícola e sem condicionantes biofísicas; mas também pelas áreas de solo contidas na Reserva Ecológica Nacional (REN), cujo solo apresenta condicionantes biofísicas que é necessário preservar para o equilíbrio dos ecossistemas. Neste Plano existem algumas áreas integradas na RAN, mas muito reduzidas face à dimensão que a REN representa no contexto do território concelhio, ou seja, uma parte substancial deste concelho

encontra-se integrado em REN, motivado pela orografia do relevo, pela quantidade de linhas de água e pelas espécies biológicas existentes.

Os espaços florestais correspondem às áreas de floresta de produção e protecção, procuram assegurar a permanência da estrutura verde e a preservação do relevo natural, do solo e da diversidade ecológica. Os espaços florestais estão essencialmente localizados nas zonas de maior altitude deste concelho, iniciando-se nas encostas da Serra do Marão e prolongando-se pelos vales até encontrarmos a cultura da vinha.

Os espaços naturais e culturais são áreas de elevado valor patrimonial e de reconhecido interesse cultural e paisagísticos, estão subordinados à protecção, conservação e reabilitação, incluindo-se naturalmente neste tema o património cultural.

Finalmente, os espaços-canais e de protecção de infraestruturas primárias correspondem às áreas que confinam: a rede viária, a rede eléctrica, a rede de abastecimento de água, a rede de deposição de resíduos sólidos, a rede de saneamento básico, a rede ferroviária e a rede de telecomunicações.

No que diz respeito às áreas urbanas propriamente ditas, o PDM de 1995, estabelecia um conjunto de directrizes para a globalidade do território concelhio. Destacamos o seu artigo 10º que estabelecia as disposições gerais para a edificação dentro do perímetro urbano. Este artigo referia que,

“A construção ou edificação deve garantir a coerência da malha urbana e a qualidade de vida das populações e devem ser mantidas e preservadas as características dominantes da arquitectura e do aglomerado. (...) A implantação deverá respeitar os alinhamentos estabelecidos pelas construções existentes. (...) A altura total das fachadas não pode ser superior à largura do arruamento que o serve. Manutenção da cércea dominante do conjunto, respeitando a morfologia e volumetria dos edifícios envolventes.”

A área onde está localizada a Vila de Santa Marta é classificada como de nível 1, sendo remetido o conceito, normas e regulamento para o respectivo plano de Urbanização da Vila de Santa Marta de 1997.

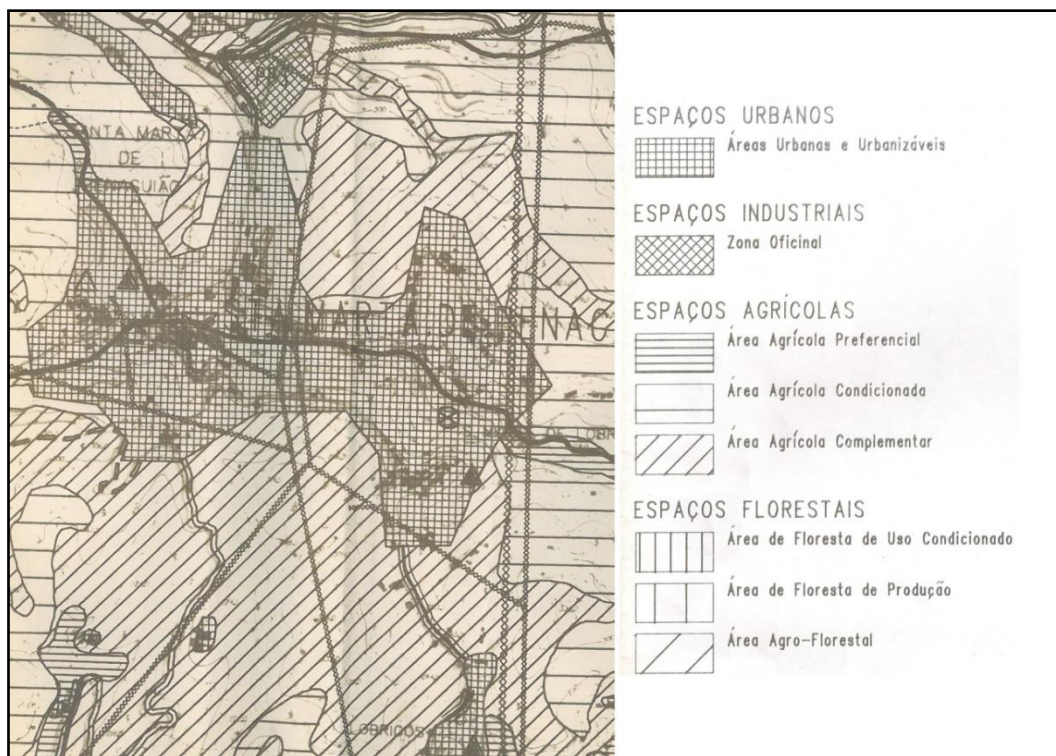


Imagem 72 - Carta de Ordenamento para a Vila de Santa Marta (1995)
Fonte: Plano Director Municipal de SMP. Câmara Municipal de SMP.

a) Plano Director Municipal de 2011

A revisão do PDM de 1995 foi publicada em Diário da Republica, II série, Nº 5, em 7 de Janeiro de 2011, através do aviso n.º 779/2011. Nesta revisão é observado o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro. Para além dos vários estudos realizados (demográficos, mapa de ruído, carta educativa, relatórios vários, etc.); o Plano é constituído pela planta de ordenamento, plantas de condicionantes (incluindo a planta relativa à perigosidade de incêndios), à escala 1/10.000, e o respectivo Regulamento.

O novo Plano, de 2011, observou os seguintes instrumentos de planeamento: Plano da Bacia Hidrográfica do Douro (PBHD); Plano de Urbanização de Santa Marta; Plano Intermunicipal do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV); Plano Regional de Ordenamento Florestal do Douro (PROF do Douro) e Plano sectorial da Rede Natura 2000, com os quais deve manter a compatibilização e inter-relação programática e regulamentar.

Dos objectivos definidos neste Plano destacamos os seguintes: garantir a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes; promover o desenvolvimento policêntrico do concelho e reforçar as infra-estruturas de suporte à integração e coesão territorial; controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural.

O sistema urbano nesta revisão mantém a distinção entre quatro níveis de aglomerados, como acontecia no PDM de 1995, mas refere o *sistema urbano* como *policêntrico*, que o Plano de 1995 não fez referencia, e entendeu o território como um conjunto de núcleos urbanos praticamente autónomos. Por este facto a estratégia do novo Plano deverá procurar uma maior coesão territorial, devendo criar um sistema concelhio equilibrado e racional para a localização e gestão dos equipamentos de utilização colectiva, mas mantendo e reforçando o papel da vila-sede como centro organizador e administrativo do concelho de Santa Marta de Penaguião.

Relativamente à qualificação do solo urbano estabelece seis subcategorias, como consta no artigo 48º (PDM de 2011). Define ainda duas subsecções para os solos de urbanização programa. Um outro aspecto importante e que é novidade em relação ao PDM de 1995 diz respeito aos espaços verdes de enquadramento, que correspondem às áreas de enquadramento dos principais elementos estruturantes dos aglomerados urbanos, como infra-estruturas viárias e linhas de água, criando a transição entre as áreas verdes de protecção e as áreas urbanizadas ou, simplesmente, respeitando as pequenas parcelas sem aptidão para a edificação por razões topográficas ou paisagísticas.

A planta de ordenamento do PDM de 2011 para a Vila de Santa Marta define um conjunto de subcategorias de espaços, concretizando as opções de uso, tipológicas e volumétricas (Imagem 73); O novo Plano estabelece ainda, a criação de três UOPG, designadamente UOPG n.º1, n.º 2 e n.º 3, definindo os seus objectivos do seguinte modo:

A UOPG n.º 1,

“tem como principal objectivo a concepção geral da organização urbana da Vila de Santa Marta ajustando a área urbana à realidade existente e, ao mesmo tempo dotá-la de uma área de crescimento de forma ordenada perspectivando um centro urbano com as valências urbanas inerentes às funções de uma sede de concelho, devendo por este motivo, proceder-se à alteração do PU de 1997”.

A UOPG n.º 2,

“engloba a área do Plano de Pormenor da Zona Oficinal e visa essencialmente a sua ampliação de forma ordenada e na perspectiva de integração das diversas valências, indústria e comércio”. Ficando uma futura ampliação condicionada a alteração do Plano de Pormenor em vigor”.

A UOPG n.º 3,

” designado por mirante Sul, tem por objectivo proporcionar uma área de crescimento da Vila de Santa Marta de forma ordenada e na perspectiva de integração das diversas valências urbanas; residencial e de utilização colectiva; integrando o traçado de uma nova via de ligação do IC26 ao espaço urbano da sede do concelho”.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

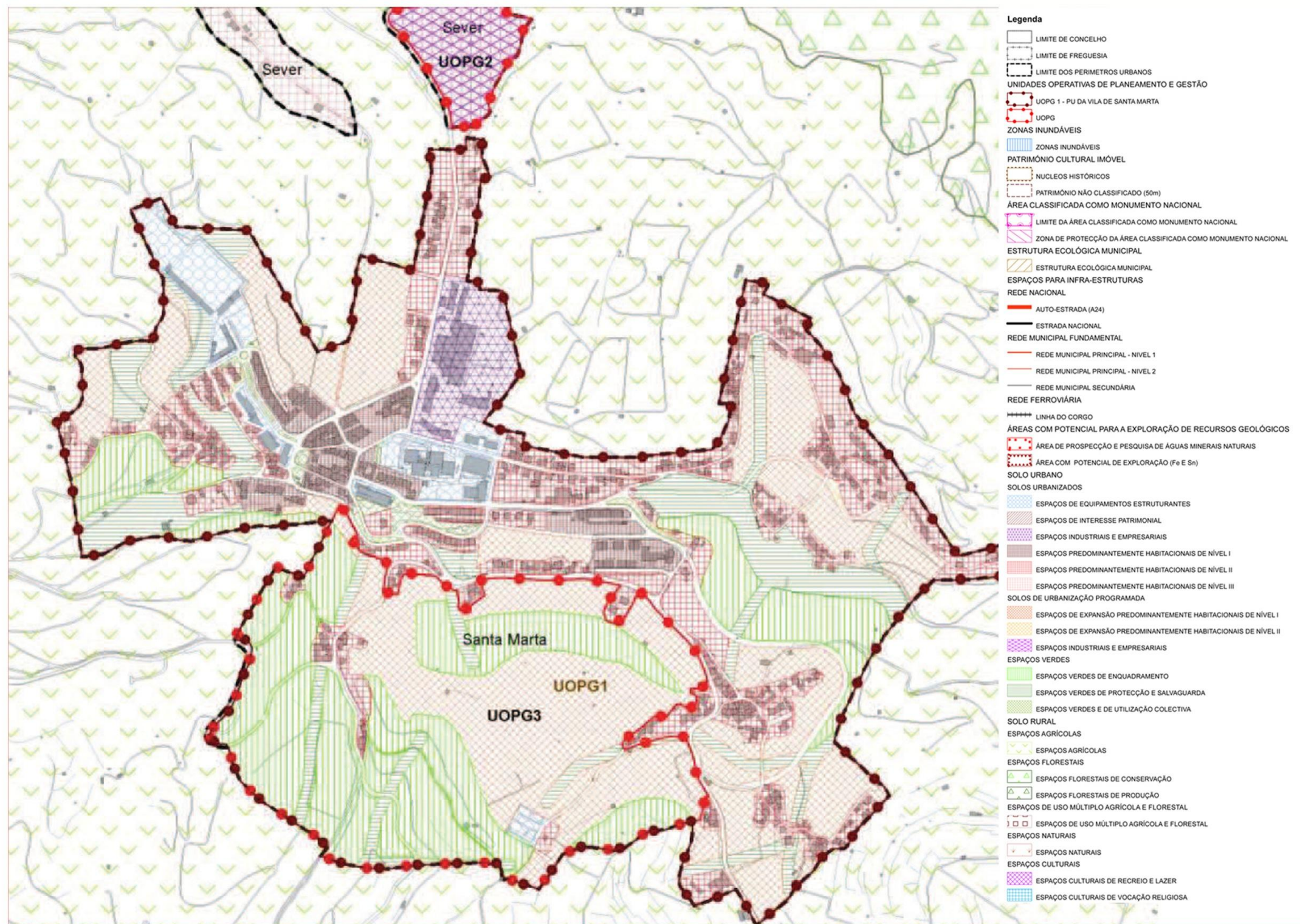


Imagem 73 - Planta de Ordenamento para a Vila de Santa Marta
 Fonte: Plano Director Municipal, 2011. Câmara Municipal de SMP.

Algumas reflexões do processo de evolução urbana da Vila de Santa Marta

Para concluir este breve périplo pelos três momentos fundamentais do urbanismo da Vila de Santa Marta de Penaguião, sem pretendermos esvaziá-los das suas ideias e propostas principais, torna-se interessante encontrarmos do ponto de vista teórico em cada plano características inerentes a alguns dos modelos do urbanismo do século XX.

O Plano de 1948 apresenta-se como uma variante da “Cidade-Jardim”; os edifícios geminados apresentam-se implantados ao longo das vias, mantendo uma relação de diálogo directo com este. Os logradouros são privados, sendo a sua utilização essencialmente para fins agrícolas. Este «modelo» veio a tornar-se o mais utilizado na conceptualização da maioria dos projectos de loteamento neste concelho, uma vez que adapta-se melhor ao relevo e preserva algumas das características campestres ou rurais pré-existentes.

O Plano de 1982 apresenta-se organizado através das premissas do zonamento funcional, separando assim as funções da habitação, trabalho, recreação e circulação, sendo ainda possível encontrarmos neste plano conjuntos a edificar implantados de forma isolada perdendo a relação directa com as vias de circulação. Na sua concepção relega para segundo plano a continuidade dos tecidos urbanos, preocupando-se essencialmente com o núcleo antigo e a sua envolvente mais próxima, prova disso é a secundarização de uma proposta que ligasse os lugares dispersos, cujo processo mental mais se aproxima do *Movimento Moderno* do século XX.

O Plano de 1992, aprovado em 1997, apresenta como principais premissas de organização do espaço a variedade tipológica, a multifuncionalidade dos espaços e de ambientes diversificados, bem como a necessidade de serem estabelecidas ligações “fortes” que permitam uma maior coesão entre os lugares dispersos. Estas características podem, por este motivos, associar-se em parte às ideias do urbanismo mais recente ou contemporâneo, numa lógica de espaços multifuncionais e mais multifacetados como refere François Ascher.

4.3 Vila de Fontes

4.3.1 Localização e Origem

a) Localização

O núcleo urbano de Fontes localiza-se na parte mais a Oeste do concelho de Santa Marta de Penaguião, a uma distância de cerca de 7km em relação à sede do concelho, e está implantado na parte superior de um sistema de dois vales, cuja cota altimétrica é de cerca de 650m (Imagem 74).

b) Origem do povoamento

A escolha da sua localização como povoamento humano advém de tempos remotos, existindo vestígios castrejos na envolvente da actual capela de São Pedro (Imagem 75). Depois da fundação da nacionalidade portuguesa, D. Sancho I concede foral a Fontes em 1202, e uns séculos mais tarde D. Manuel I, em 15 de Dezembro 1514, fê-la vila e sede de concelho, cujo estatuto manteve até 1836¹⁸. A Vila de Fontes apresenta-se como um aglomerado urbano relativamente concentrado, cuja forma baseia-se na construção à face do principal arruamento que o atravessa, e a partir deste ao longo da sua malha capilar.

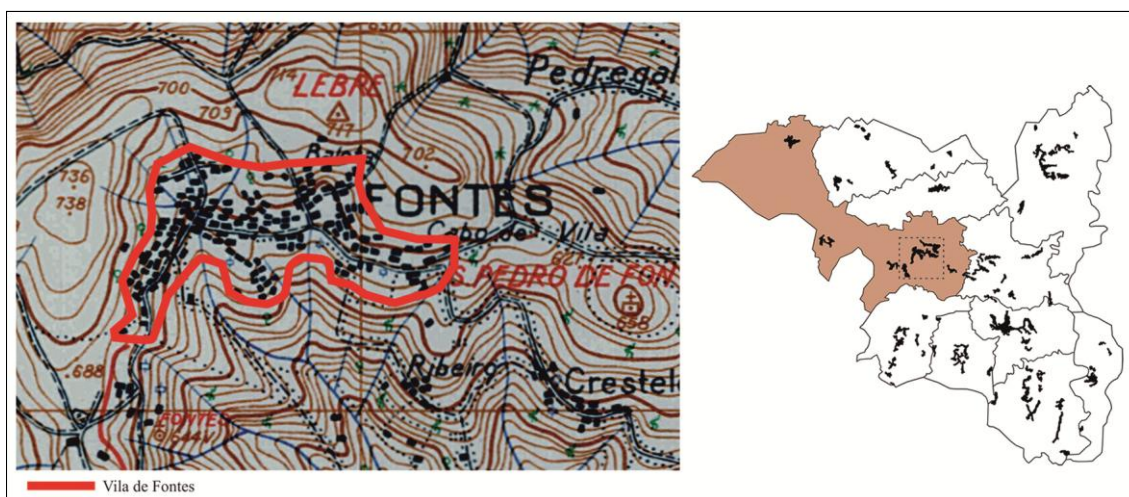


Imagem 74 - Núcleo urbano de Fontes (1950) e localização
Fonte: Instituto Geográfico do Exército. Elaboração e alteração do Autor.

(18) Consultada a página do município: www.cm-smpenaguiao.pt [consultado em 20/01/2011].

Na região do Douro, no período anterior à romanização os povoadamentos desenvolviam-se preferencialmente nas zonas de cota mais elevada, evitando a humidade e a forte arborização do fundo dos vales, levando à subida das comunidades para os pontos mais elevados e permitindo assim desenvolver o seu estilo de vida (Almeida, 2006). Este procedimento implicava que, na escolha do local, existisse abundância de água e de terrenos férteis propícios para o desenvolvimento da agricultura e pastorícia; mas a escolha principiava também nos locais com boa orientação solar e o modo de abrigo do assentamento, menorizando os efeitos dos ventos fortes e nevoeiro que nestas terras são muito frequentes.



Imagem 75 - Localização do antigo castro. Capela de S. Pedro. Fontes
Fonte: Autor (2010).



Imagem 76 - Vista do núcleo urbano de Fontes
Fonte: Autor (2010).

4.3.2 Rede viária

A rede viária principal deste núcleo urbano caracteriza-se por uma via que procura acompanhar as particulares do terreno, ou seja, acompanhar as curvas de nível. Dela destaca-se uma via estruturante que atravessa longitudinalmente o núcleo urbano, designada por rua Central, de perfil reduzido para as condições actuais de tráfego, desprovida de passeios, mas que apresenta um declive médio “aceitável” para o meio urbano, ou seja, inferior a 10%.

A malha viária que se vai conectar à Rua Central apresenta características de caminhos antigos, de perfil muito reduzido, não ultrapassando em muitos casos os 2.50m de largura, que ao longo do tempo foram alargados casuisticamente. A malha capilar que liga esta rua principal aos conjuntos edificados que a marginam apresenta declives bastante acentuados, uma vez que não acompanham as curvas de nível do terreno, mas foi o processo que a população, ao longo do tempo, encontrou para aceder aos terrenos do lado norte da rua Central, e aí proceder à sua ocupação e transformação.



Imagem 77 - Cruzamento do cemitério. Fontes
Fonte: Autor (2010).

A *porta de entrada* do núcleo de Fontes é composta por um cruzamento, que é marginado por um jardim, maioritariamente relvado, um parque de estacionamento e o cemitério, confinado pelos seus muros de vedação pintados a branco (Imagem 77). Neste cruzamento é ainda possível perceber a proximidade do edifício da igreja, embora localizada no fundo da encosta voltada a nascente. A existência deste elemento morfológico (cruzamento) deve-se ao alargamento realizado, em 1935, dos troços do lugar da Aveleira e do lugar da Trapa, localizados na parte Oeste da Vila de Fontes.

Esta obra pública permitiria a extensão da rua Central, ligando à EN304, alterando deste modo a estrutura viária do núcleo e promovendo a sua extensão para sudoeste e originando uma nova forma urbana, nomeadamente o lugar do Barreiro.

a) O largo da rua Central

O largo da rua Central surge por questões funcionais de acesso e circulação, uma vez que não existia um largo no interior do núcleo com dimensão suficiente para a manobra de inversão de marcha de um autocarro. Este largo pode ser referenciado, actualmente, como o centro da Vila, estando aberto para Sul e confinando nas restantes orientações por um conjunto de fachadas com vãos abertos para o seu interior (Imagem 78).



Imagem 78 - Largo da rua Central. Fontes
Fotos: Autor (2010).

b) Variante à rua Central

Em meados dos anos 90 foi executada uma via variante à rua Central, cujos objectivos iniciais tiveram em conta a possibilidade de descongestionar a referida rua, melhorando o tráfego local e criar uma nova bolsa de solo para a expansão desta Vila (Imagem 79).

Sucedo, no entanto, no nosso ponto de vista, que as intenções iniciais foram redutoras, pelo facto de não terem sido previstas as conexões intermédias, pedonais ou de outro tipo, entre esta nova área urbana e a existente. Nas condições actuais apenas existe uma adição de território para “urbanizar”, desarticulado relativamente ao aglomerado existente, não gerando uma unidade, uma malha, nem uma composição de conjunto com a desejável harmonia.

Teria sido bem mais proveitoso, que esta transformação tivesse ocorrido a sul do aglomerado consolidado, permitindo reactivar o antigo caminho da Igreja, passando pela zona do edifício da escola primária e ligando-se novamente à rua Central. A hipótese permitiria, no nosso entender, criar novas conexões à malha urbana consolidada, geradora de novos espaços públicos mais abrigados e mais próximos do núcleo antigo, permitindo reforçar o carácter de centralidade da zona envolvente ao largo da rua Central.



Imagem 79 - Variante à rua Central; planta existente, proposta e localização. Fontes
Fonte: Cartografia digital fornecida pela CM de SMP.



Imagem 80 - Perfil da Variante e vista aérea da Variante. Fontes
Fonte: Autor (2010).

c) Cruzamento do Santo

O cruzamento do lugar do Santo localiza-se junto à capela de São Sebastião (século XVIII), a sua relevância, do ponto de vista urbano, deve-se essencialmente ao seu carácter central no contexto do aglomerado, possibilitando a ligação a um núcleo a Sul, designado por lugar do Outeiro (Imagem 81); este cruzamento apresenta, por isso, um papel distribuidor, e ao mesmo tempo mostra-se como um lugar identitário de Fontes, o que é enfatizado pela presença do simbolismo religioso, tendo sido no passado um dos lugares de maior legibilidade e ponto de encontro da população deste núcleo urbano.



Imagem 81 - Localização do largo da rua Central e cruzamento do lugar do Santo. Fontes
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de SMP; Foto: Autor (2010).

4.3.3 Organização do Núcleo de Fontes

Os equipamentos de referência do núcleo de Fontes são o seu quartel de bombeiros, a Fundação Dr. Carneiro Mesquita, que presta serviço social a idosos, uma creche e serviço de apoio domiciliário. No âmbito das actividades económicas, o sector primário predomina, sendo a viticultura a actividade maioritária, mas existindo alguma pecuária e actividades ligadas à floresta. É cada vez mais frequente a acumulação de outras funções em complementaridade, nomeadamente trabalho sazonal na região e fora dela, actividades relacionadas com os serviços na sede do concelho e alguma distribuição de bens e serviços. Existe ainda uma agência bancária e algum comércio. Na Imagem 82 localizamos os principais serviços e comércio do núcleo urbano de Fontes. O edifício da Igreja Paroquial e o cemitério localizam-se fora do núcleo urbano.

A Igreja foi construída no século XVIII e é servida por um caminho, ainda hoje existente, mas secundarizado depois da obra de extensão da rua Central, passando, por este motivo, o cemitério a ser o elemento construído que remata o cruzamento de acesso à vila.

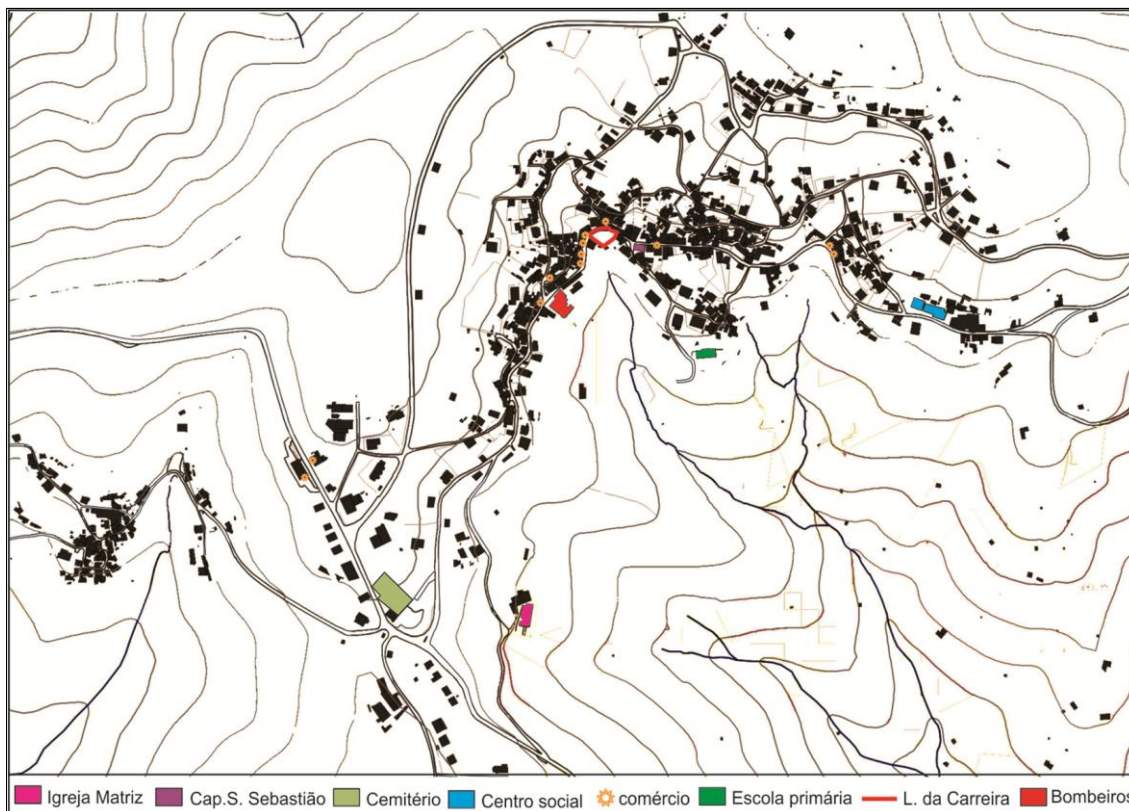


Imagem 82 - Planta da Vila de Fontes, localização de algumas funções

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

• A importância do cadastro fundiário

O crescimento deste aglomerado urbano pode assemelhar-se a um loteamento natural, organizado pela sua topografia e pela rede de caminhos existentes, que ao longo do tempo serão marginalmente construídos por edifícios. O crescimento foi também regulado pelo cadastro das propriedades privadas, ou seja, o cadastro vai determinar e potenciar os lotes de suporte dos edifícios. Através da planta cadastral é possível identificar e localizar o conjunto de parcelas de solo, sendo notória a frequência com que surge a pequena propriedade, de um modo muito mais homogéneo junto da zona do aglomerado e na sua proximidade (Imagem 83). Este facto possibilitou, por um lado, a construção individual lote-a-lote, mas, por outro, originou uma construção bastante

condicionada, devido à reduzida largura dos lotes, agravada pela construção à face das ruas e que torna incontornável o constrangimento das mesmas.



Imagem 83 - Planta cadastral do núcleo de Fontes (1948)

Fonte: Levantamento Cadastral. Serviço Local de Finanças de Santa Marta de Penaguião.

4.3.4 Instrumentos de Planeamento na Vila de Fontes

O Plano Director Municipal corresponde ao instrumento de planeamento para a Vila de Fontes, tendo sido no subcapítulo 4.2.2.8 destacadas as considerações, que no nosso ponto de vista nos parecem mais pertinentes.

a) Plano Director Municipal de 1995

O Plano Director Municipal do concelho de Santa Marta de Penaguião atribui ao núcleo urbano de Fontes, segundo a hierarquização dos núcleos urbanos, o nível 2, caracterizando-o como aglomerado com elevado nível de infra-estruturas e remetendo-o para uma tendência de colmatação e consolidação do espaço urbano. Como se ilustra na Imagem 84, a Carta de Ordenamento, cuja versão original está definida à escala 1/10.000, permite observarmos a contorno delimitado por uma linha fechada, designado

por limite do *perímetro urbano*, tendo ficado toda a área incluída no seu interior sujeita às mesmas regras urbanísticas.

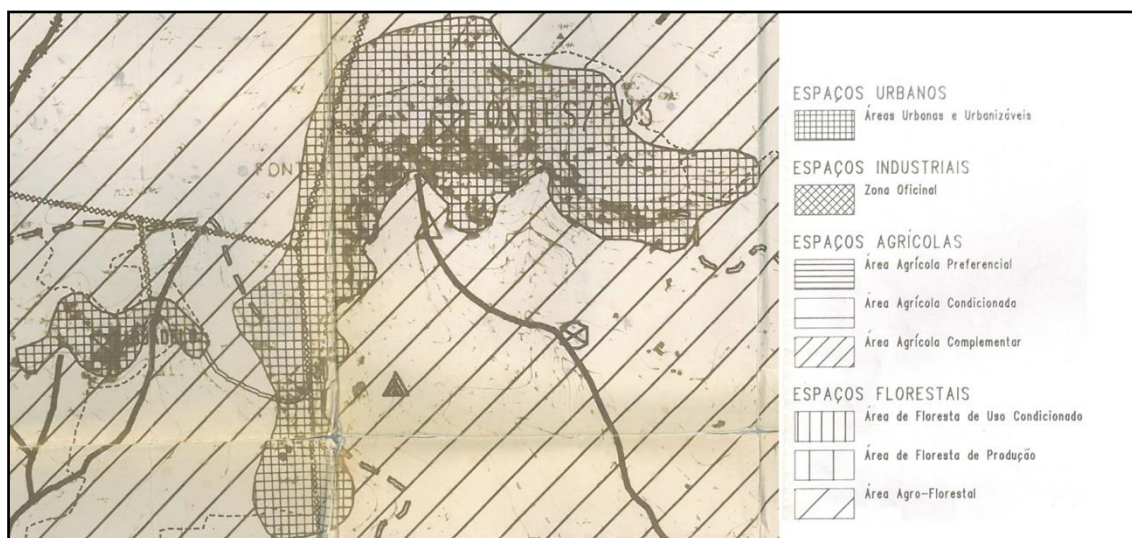


Imagem 84 - Carta de Ordenamento para Fontes
Fotos: Plano Director Municipal, 1995. Câmara Municipal de SMP.

Os índices urbanísticos para a área do núcleo urbano de Fontes foram os seguintes:

Designação	Índices/valores
Densidade populacional	100 hab/ha
Índice máximo de ocupação do solo	0.60
Índice máximo de construção	1.80
Altura máxima dos edifícios	9.0m ou três pisos
Altura máxima da cobertura	2.50m
Profundidade máxima dos edifícios	12,0m

Tabela 2 - Índices urbanísticos para Fontes (1995)
Fonte: Plano Director Municipal, 1995. Câmara Municipal de SMP.

b) Plano Director Municipal de 2011

A revisão do PDM_1995 foi realizada durante vários anos e publicada em Diário da Republica, II Série, nº 5, em 7 de Janeiro de 2011, através do aviso n.º 779/2011. Nesta nova versão é mantida a hierarquia do sistema urbano concelhio anterior, ou seja, este aglomerado manterá uma classificação de nível 2, definido segundo os critérios específicos no Regulamento do Plano Director Municipal. Comparativamente à definição do uso do solo e sua qualificação, esta nova versão do PDM introduz uma variedade de usos, face à versão de 1995 (Imagem 85).

O limite do perímetro urbano definido em 1995 é de certo modo mantido, mas no seu interior foram tidos em consideração aspectos novos, decorrentes da Legislação mais recente no domínio do ordenamento do território, como são exemplos a protecção das zonas de maior escoamento de água, estrutura ecológica municipal e espaços verdes de enquadramento. São ainda acrescentadas ao perímetro urbano do PDM de 1995 duas unidades operativas de planeamento de gestão, designadas por UOPG n.º 4 e UOPG n.º 5, cujos objectivos estão definidos do seguinte modo:

“A UOPG n.º 4 tem por objectivo a criação de uma nova zona de localização de actividades empresariais, nomeadamente de armazenamento, distribuição, indústria, valorização de resíduos, comércio e serviços de restauração, equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva, bem como integrar e reordenar as actividades já existentes.”

“A UOPG n.º 5 tem por objectivo urbanizar a faixa confinante com a nova via de acesso ao aglomerado, nomeadamente a variante à Rua Central, conferindo um carácter urbano a este troço da via e faz a ligação entre a nova zona industrial e o centro do aglomerado urbano, prevendo-se também várias áreas verdes e de utilização colectiva para equipamentos. Acreditamos que o surgimento desta última unidade operativa de planeamento e gestão deve-se no essencial aos problemas criados pela abertura da variante à rua Central, na década de 90.”

Relativamente aos índices urbanísticos o PDM de 2011 vem reduzir significativamente a capacidade construtiva e consequentemente a volumetria como se pode verificar na Tabela 3, se a compararmos com os valores da Tabela 2.

Designação	Índices/valores
Densidade populacional	(...) ¹⁹
Índice médio de utilização do solo	0.90
Área de impermeabilização máxima	0.75
Altura máxima dos edifícios	9.0m ou três pisos
Altura máxima da cobertura	(...) ¹⁹
Profundidade máxima dos edifícios	16,0m

Tabela 3- Índices urbanísticos para Fontes (2011)
Fonte: Plano Director Municipal, 2011. Câmara Municipal de SMP.

(19) Valores omissos no regulamento do PDM de 2011.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

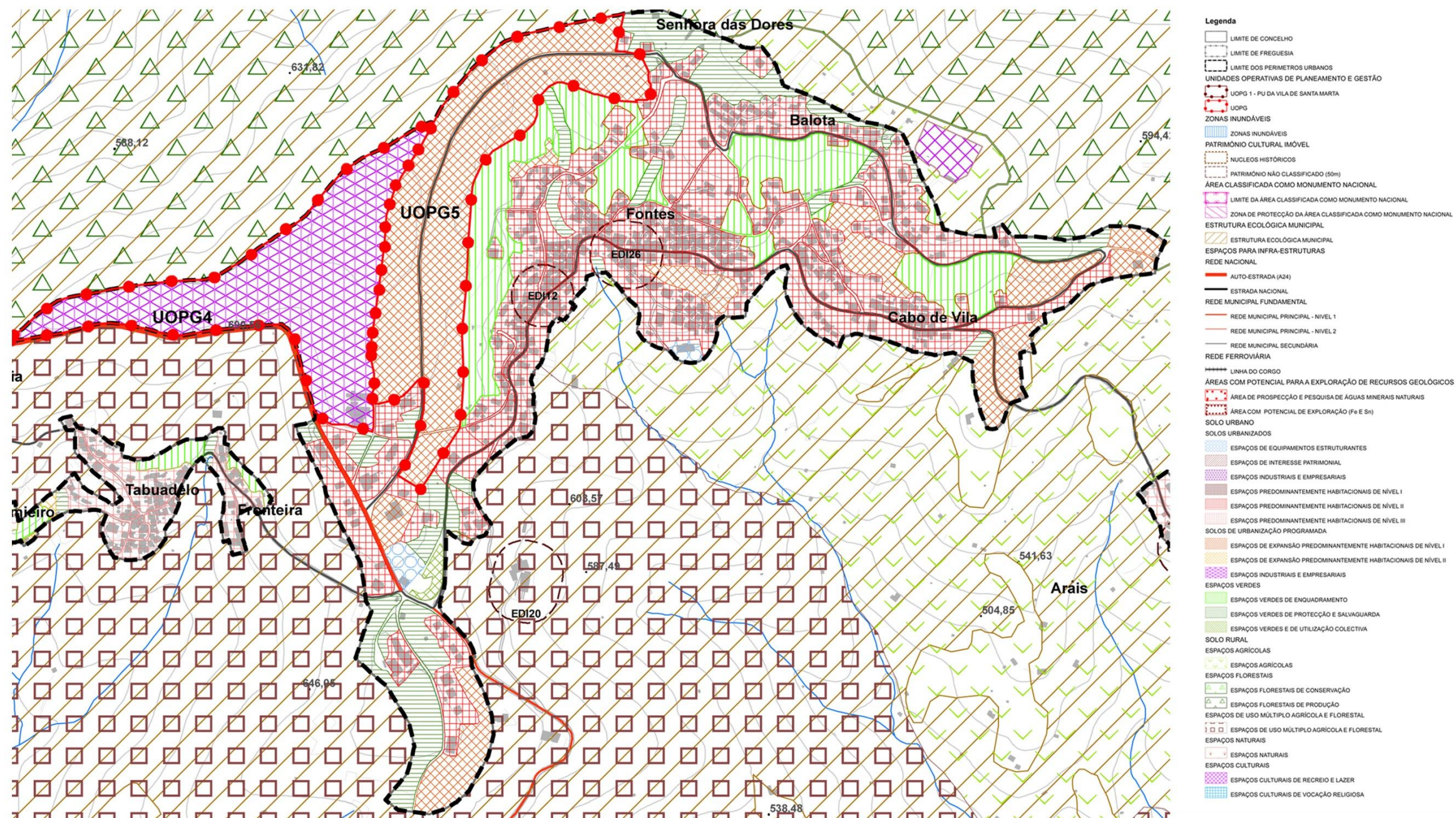


Imagem 85 - Planta de Ordenamento para Fontes (PDM 2011)
Fonte: Plano Director Municipal de SMP. Câmara Municipal de SMP.

4.4 Vila da Cumieira

4.4.1 Localização e origem

a) Localização

O núcleo urbano da Cumieira localiza-se a cerca de 7km da Vila de Santa Marta e cerca de 8km da cidade de Vila Real, estando por isso sensivelmente a meio do percurso entre estes dois pontos de referência. Aparece referido em documentação escrita desde 1139, como doação feita por D. Afonso Henriques ao Mosteiro da Ermida²⁰, revelando desde logo, e por este facto, o carácter de antiguidade deste aglomerado urbano.

b) Origem do povoamento

A escolha para a localização deste povoado segue, com as devidas variações específicas um procedimento semelhante àquele que deu origem a muitos dos povoamentos castrejos, uma vez que o solo onde está sitiado este núcleo apresenta uma altimetria de cerca de 400m, mas também pela existência de recursos naturais, como a presença de água, terrenos férteis, boa orientação solar, protecção do nevoeiro e ventos fortes de Oeste.

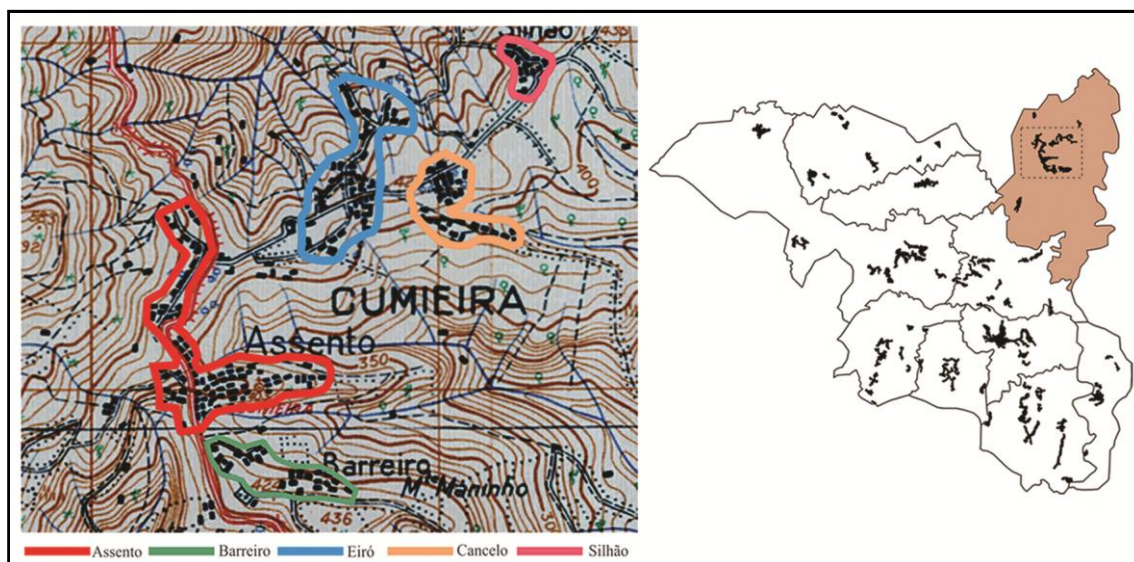


Imagem 86 - Núcleo urbano da Cumieira e localização

Fonte: Instituto Geográfico do Exército. Carta militar 1950; Elaboração e alteração do Autor.

(20) Consultada a página do município: www.cm-smpenaguiao.pt [consultado em 20/01/2011]

A Vila da Cumieira é composta por um conjunto de pequenos núcleos, designadamente Assento, Barreiro, Eiró, Cancelo e Silhão. Todos estes núcleos, excepto o lugar do Barreiro, apresentam um povoamento concentrado e características morfológicas intrínsecas aos aglomerados antigos, estruturados segundo uma forma orgânica. No final do século XX surgem outros dois núcleos, os Bairros da Amoreira e do Bairro Novo.

Atendendo à disposição dos núcleos no território pode dizer-se que a Cumieira é constituída por duas partes principais, como é perceptível na Imagem 86, uma correspondendo ao conjunto do Assento e Barreiro, a sul, e outra parte, a norte, que designaremos, por isso, Cumieira Norte, e que cresce essencialmente em volta de *Casas Quinta* que ali se instalaram, fundamentalmente durante os séculos XVII e XVIII.

4.4.2 A Rede viária

A rede viária define uma hierarquia bem marcada, podendo distinguir-se uma rede principal que liga os vários lugares e uma rede capilar que serve o interior de cada pequeno núcleo. Relativamente à primeira, esta tem uma origem remota, desde o período da romanização nesta região, que aconteceu durante o século II d.C., uma vez que existem achados catalogados dessa época que o comprovam (Alarcão, 1988). A via romana que ligava os lugares de Veiga e de Relvas, atravessava uma parte das áreas do actual núcleo da Cumieira, sendo o seu trajecto realizado ao longo das linhas de fecho. Refira-se a este propósito, que a via que ligava os vários lugares, e que assinalamos a vermelho, corresponde a uma parte da antiga via que foi remodelada e/ou destruída, já no século XX, por causa da construção da EN2, restando actualmente poucos dos seus elementos (Imagem 87).

Relativamente à malha capilar que serve o interior dos núcleos, estas caracterizam-se por um perfil reduzido, sendo em muitos casos inacessíveis aos automóveis, com uma pavimentação que é na generalidade dos casos, em *calçada à portuguesa* ou calcetamento a cubo de granito.

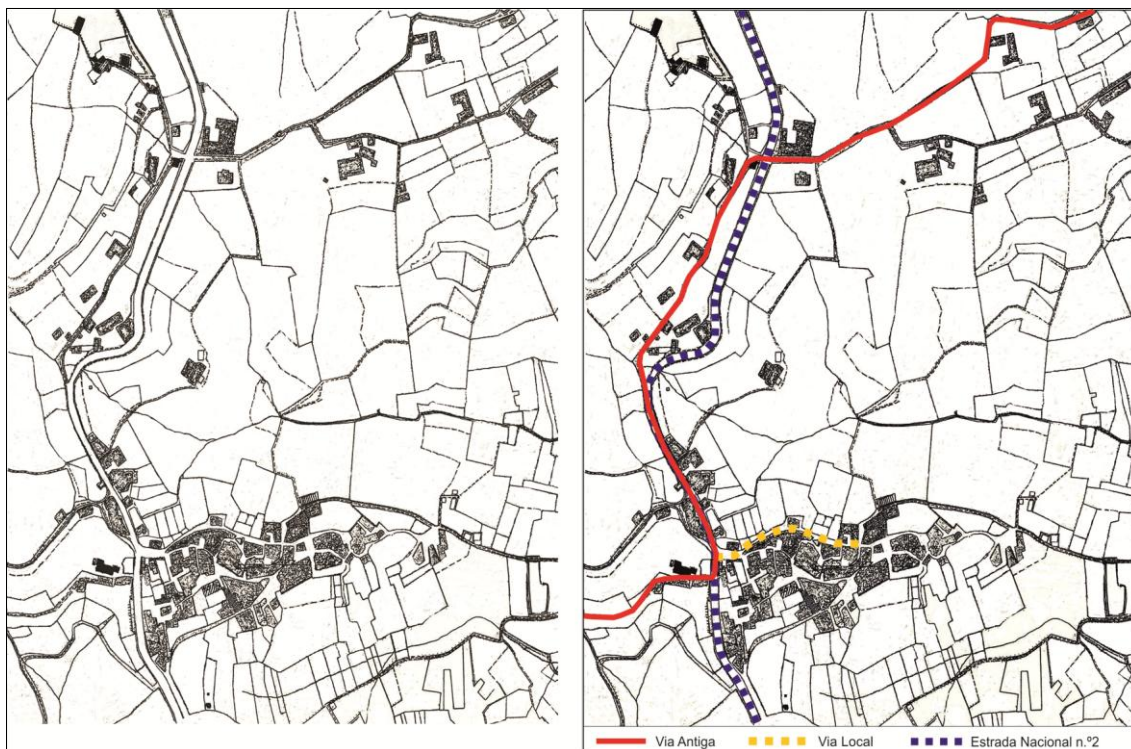


Imagem 87- Planta cadastral do núcleo do Assento, em 1948
Fonte: Plantas Cadastrais. Serviço Local de Finanças de SMP. Alterado pelo Autor.

▪ A Estrada Nacional N2

A EN2 foi construída no início do século XX, tendo como objectivo principal uma ligação longitudinal do território português, entre a Cidade de Chaves e a Cidade de Faro, o que faz dela como a via de maior extensão em Portugal. No núcleo da Cumieira a EN2 apresenta um perfil com cerca de 7.50m e é murada do lado do terreno de cota mais baixa. Apresentou originalmente, e durante décadas, um revestimento a cubo de pedra de granito, que foi “substituído” por pavimento betuminoso no final dos anos 70.

A EN2 atravessa o núcleo da Cumieira nos quilómetros 71 a 73, tornando-se como a sua principal via estruturante ao estabelecer com ele um conjunto de relações morfológicas e funcionais que transformaram este lugar. São principalmente os cruzamentos que criou, que mostram este facto, correspondendo às principais conexões com este aglomerado, e desses destacaremos os cruzamentos da Escola primária, do Assento e da Estação (Imagem 88).

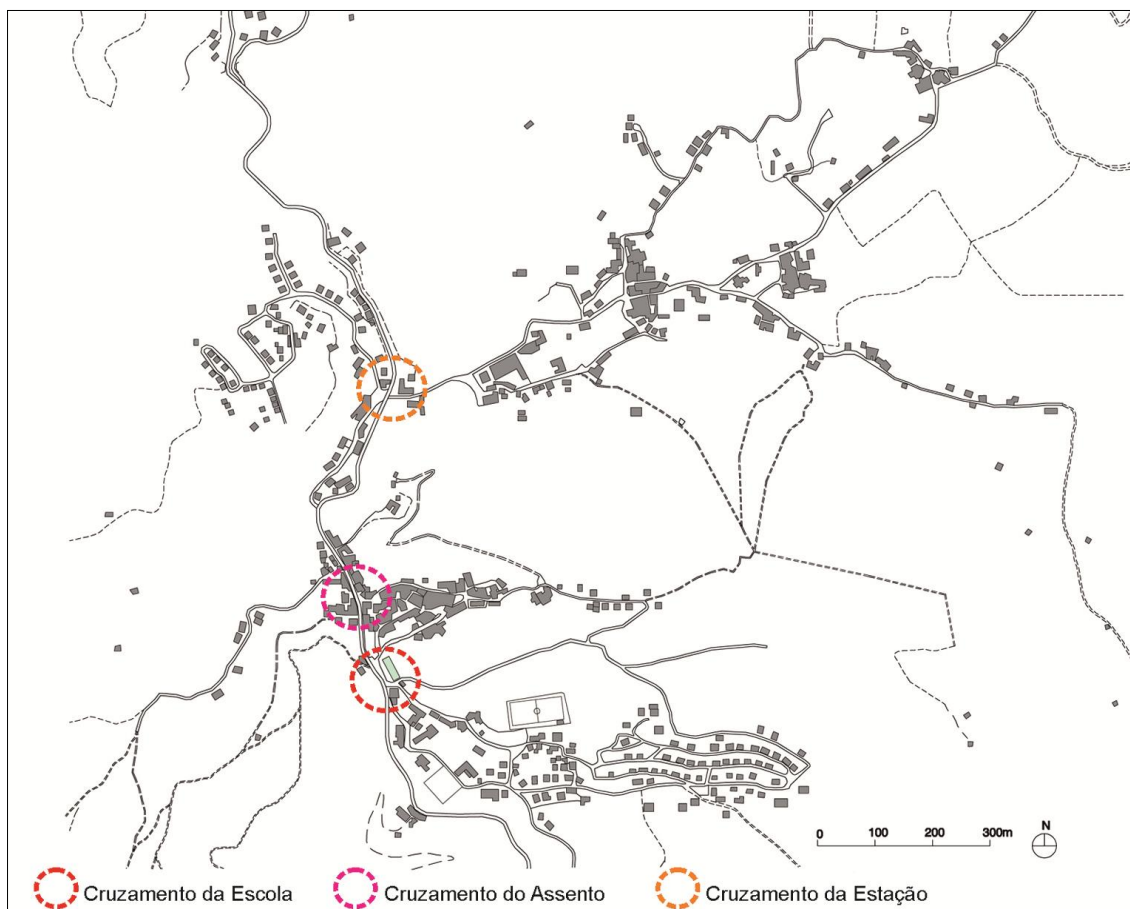


Imagem 88 - Localização dos principais cruzamentos. Cumieira

Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

▪ **Cruzamento da Escola**

O cruzamento da Escola primária, enfatizado por este equipamento escolar, actualmente é um cruzamento importante no contexto global da Cumieira, uma vez que a partir dele acedemos à parte sul do núcleo urbano, nomeadamente aos lugares do Barreiro e do Bairro Novo. Este cruzamento apresenta algumas limitações espaciais e de visibilidade, para as funções que desempenha, uma vez que nele convergem os principais acessos dos dois lugares referidos, conectando-se directamente ao perfil da EN2.

▪ **Cruzamento do Assento**

O cruzamento do lugar do Assento com a EN2 localiza-se junto de um antigo terreiro, com função de praça colectiva e com a passagem desta via esse espaço foi cortado em duas partes.

No presente apenas uma delas, a ponte, mantém um carácter de praça, onde está localizado algum comércio e alguns elementos de mobiliário urbano; já a parte restante é utilizada como espaço de estacionamento, de passagem e funciona como ligação à rede capilar de ruas locais.

▪ **Cruzamento da Estação**

Na Cumieira Norte a conexão acontece no lugar da Estação, ponto a partir do qual acedemos a todo este aglomerado e ainda ao Bairro da Amoreira localizado no lado oposto, a ponte. Os problemas desta conexão são devidos fundamentalmente a limitações de visibilidade na transição, mas também ao declive acentuado das ruas a conectar.

4.4.3 Organização funcional do Núcleo urbano da Cumieira

A Cumieira apresenta uma estrutura urbana fragmentada, como resultado da génese da sua formação, ou seja, de um conjunto de pequenos núcleos dispersos que se ligavam entre si através de uma via que remonta a tempos muito antigos. O lugar do Assento, tendo o estatuto de núcleo mais antigo, é tido ainda hoje como a centralidade da Vila da Cumieira, estando no seu interior organizadas principais funções como o comércio e serviços; mas é também o principal lugar de encontro e de concentração de pessoas nas diversas práticas sociais e culturais colectivas, um papel reforçado pela adaptabilidade conseguida depois da construção da EN2.

A Cumieira Norte ligava-se ao lugar do Assento a partir da via antiga, que já no século XX foi praticamente eliminada, passando deste modo a EN2 a realizar essa função. Uma das características fundamentais desta parte do núcleo em análise, refere-se ao conjunto de pequenos cruzamentos e pequenos largos que ao longo do percurso da via que o serve vamos encontrando, e que na maioria dos casos, correspondiam a fontes de abastecimento de água à população, e também a lugares de encontro e convívio entre as pessoas, que hoje perderam esse carácter social. Para concluirmos esta breve descrição devemos referir que é nesta parte da Cumieira que está localizada a Adega Cooperativa da Cumieira, caso singular, uma vez que a função predominante do conjunto é residencial (Imagem 89).

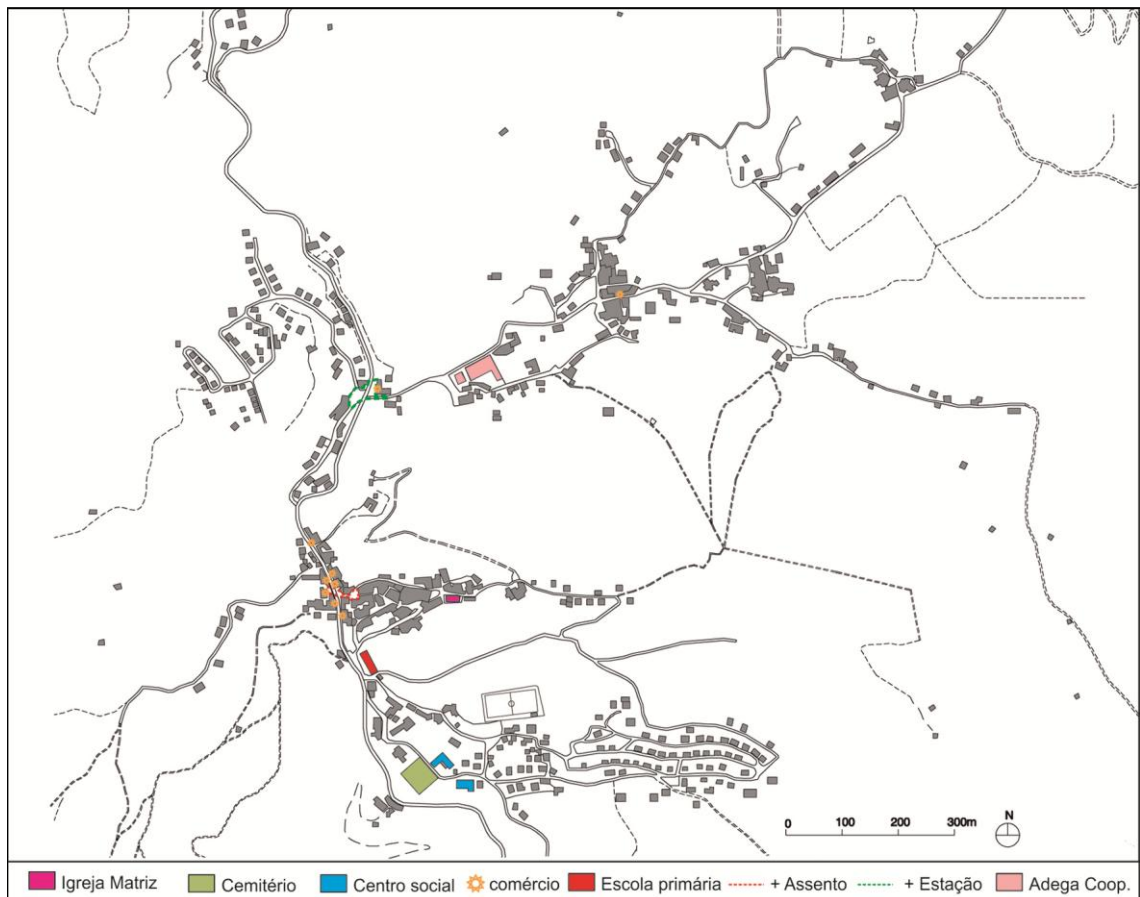


Imagem 89 - Planta da Vila da Cumieira: algumas funções

Fonte: Elaboração própria, sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

a) O núcleo do Assento

O núcleo do Assento corresponde ao núcleo mais antigo da Cumieira, facto evidenciado pela localização da Igreja paroquial, cemitério, pelas formas orgânicas que caracterizam a sua malha urbana concentrada. Esta, que se baseia no quarteirão para definir o seu traçado, permite ainda encontrar algumas pracetas no seu interior, marcando bem o carácter dos povoados medievais em que as suas pracetas correspondiam a espaços onde se realizavam diversas funções como feiras, actividades de lavoura e eram também o local privilegiado de encontro e convívio da população (Imagem 90).



Imagem 90 - Largo do Cruzeiro, no lugar do Assento. Cumieira (1948)
Fonte: Diogo Seixas. Publicada na exposição “Foto Seixas 50 anos”, 1998.

A Igreja de Santa Eulália da Cumieira²¹ foi construída no início do século XVIII, aparece no lado oposto da EN2, ou seja, no extremo Oeste do núcleo do Assento e funcionou durante muito tempo como o limite construído deste núcleo, tendo no entanto ocorrido nas últimas décadas alguma expansão para além daquele limite (Imagem 91).



Imagem 91 - Igreja de Santa Eulália e vista sul do lugar do Assento
Foto: Autor (2010).

(21) A pintura das suas paredes interiores e abobadas foram da autoria de Nicolau Nasoni, a expensas da Casa de Mateus de Vila Real. Em meados do século XX foram realizadas obras de conservação e no decorrer dessas obras as referidas pinturas foram sobrepostas com outros materiais.

b) O Bairro Novo

A partir dos anos 70, os terrenos baratos do Monte do Maninho, localizados a nascente do lugar do Assento, são objecto de uma transformação para urbanização. Tratando-se de uma área de baldios, administrada pela Junta de freguesia, é sem um plano ou projecto para aquela área, que se definem os lotes de terreno para a construção, segundo a modelação do terreno, ou seja, a partir dos socalcos criados no acidentado relevo (Imagens 92 e 93).



Imagem 92 - Bairro Novo e Barreiro, em 1948
Foto: Diogo Seixas. Publicada em “Foto Seixas 50 anos”, 1998.



Imagem 93 - Bairro Novo e Barreiro, em 2010
Foto: Autor (2010).

Iniciaram-se as primeiras construções, moradias isoladas, de dois pisos, destinadas à habitação e, por não existirem regras orientadoras, a implantação dos edifícios foi variável, não seguindo afastamentos coerentes em relação ao caminho público e aos limites laterais, e a construção de anexos nas extremas dos lotes vem acrescentar mais alguma desordem ao conjunto.

Com o crescimento deste bairro, as autoridades sentiram a necessidade de o dotar de infra-estruturas, rede de água, numa primeira fase, e esgotos posteriormente; a pavimentação das ruas surge em seguida. Quanto à possibilidade de rectificação dos perfis das ruas, pouco havia a fazer, uma vez que os constrangimentos, entretanto criados pelas construções, limitavam significativamente qualquer intervenção mais profunda.



Imagem 94 - Planta de síntese para o loteamento do Bairro Novo (2011)
Fonte: Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião.

Recentemente foi elaborado um projecto de requalificação para o Bairro Novo, que procurou estabelecer alguma hierarquia na rede viária, alguns acessos transversais para peões, alargamentos de vias e um espaço destinado a um parque de lazer na zona de cota mais baixa (Imagem 94).

4.4.3 Instrumentos de Planeamento na Vila da Cumieira

O Plano Director Municipal corresponde ao instrumento de planeamento para a Vila da Cumieira, tendo sido no subcapítulo 4.2.2.8 destacadas as considerações mais pertinentes.

a) Plano Director municipal de 1995

O Plano Director Municipal do concelho de Santa Marta de Penaguião (1995), no que diz respeito ao núcleo urbano da Cumieira, classifica-o como aglomerado de nível 2. Na Carta de Ordenamento de 1995 (Imagem 96) define um contorno através de uma linha fechada, designado por limite do perímetro urbano, ficando toda a área incluída no seu interior sujeita às mesmas regras urbanísticas, cujos parâmetros indicamos na Tabela 4. Os limites do perímetro urbano estão ajustados às diferentes áreas já construídas, incluído, os espaços sem construção ao longo das vias, pretendendo-se de um modo geral, a colmatação dos terrenos expectantes que as marginam.

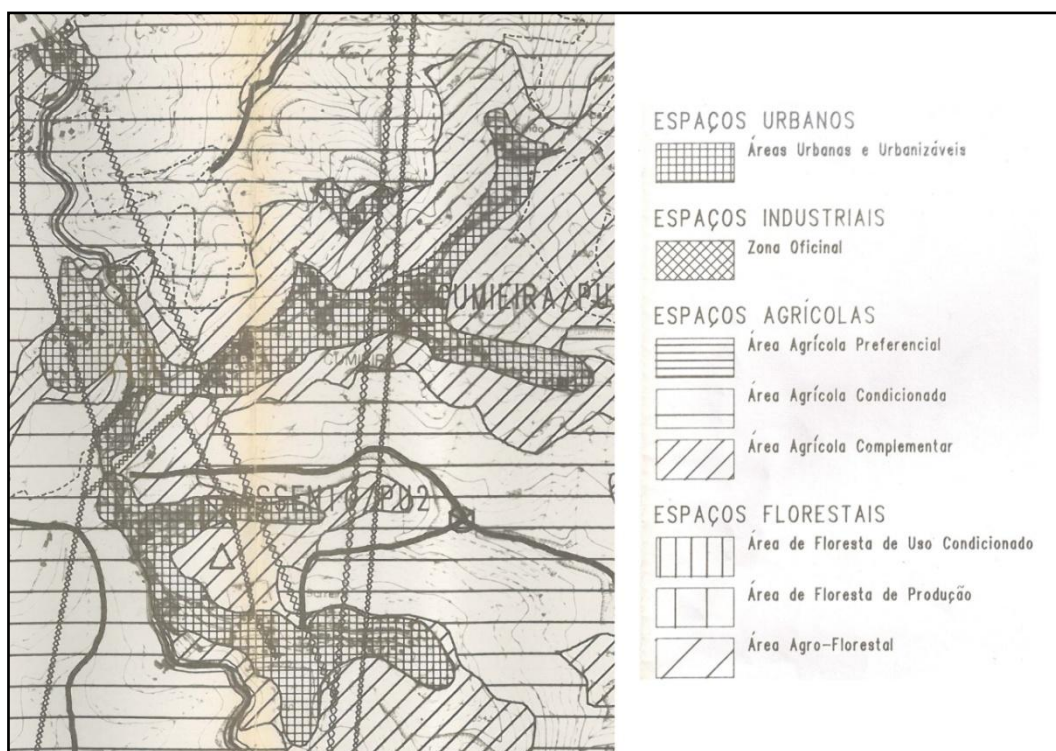


Imagem 96 - Carta de Ordenamento para a Cumieira
Fonte: Plano Director Municipal de SMP, 1995. Câmara Municipal de SMP.

Os índices urbanísticos para a área do núcleo urbano da Cumieira foram os seguintes:

Designação	Índices/valores
Densidade populacional	100 hab/ha
Índice máximo de ocupação do solo	0.60
Índice máximo de construção	1.80
Altura máxima dos edifícios	9.0m ou três pisos
Altura máxima da cobertura	2.50m
Profundidade máxima dos edifícios	12,0m

Tabela 4 - Índices urbanísticos para a Cumieira (1995)

Fonte: Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião. Câmara Municipal de SMP.

b) Plano Director Municipal de 2011

A Planta de Ordenamento para o núcleo urbano da Cumieira, constante no novo Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião de 2011 (Imagem 97) permite encontrar algumas alterações face à versão anterior (1995): o perímetro urbano foi praticamente mantido, mas foram tidos em consideração novos aspectos, como é o caso da protecção das zonas de maior escoamento de água, a definição de uma estrutura ecológica municipal e espaços verdes de enquadramento; foi ainda acrescentada ao perímetro urbano definido na versão anterior, uma Unidade Operativa de Planeamento de Gestão, designada por UOPG n.º 10, e mantida a hierarquia do sistema urbano definido em 1995, que será de aglomerado de nível 2; os índices urbanísticos serão os mesmos que foram definidos para a Vila de Fontes.

O Regulamento do Plano Director Municipal (2011) define a UOPG n.º 10 do seguinte modo:

A UOPG n.º 10 “corresponde à área necessária para a expansão do aglomerado urbano da Cumieira, e que desempenha uma posição de destaque na rede urbana concelhia, que importa reforçar. Neste intuito deverão ser criadas novas infra-estruturas em interligação com as existentes, prevendo-se também áreas verdes de utilização colectiva e para equipamentos.”

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

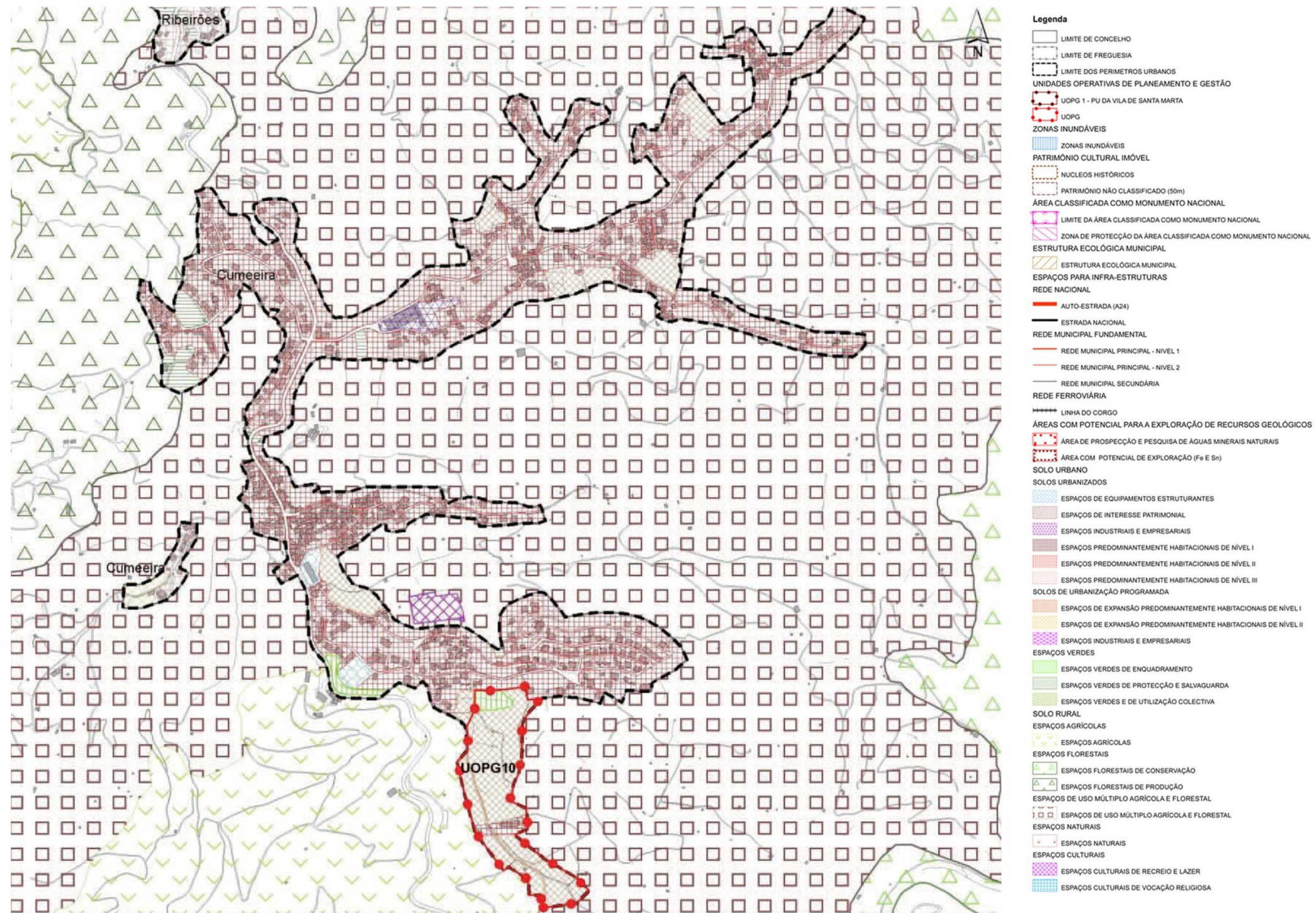


Imagem 97 - Planta de Ordenamento para a Cumieira (2011)
 Fonte: Plano Director Municipal de SMP. Câmara Municipal de SMP.

V Análise da Paisagem Urbana

5.1 Introdução

No presente capítulo procederemos a uma análise urbana dos núcleos em estudo, e para se compreender a morfologia urbana, ou seja, a forma física da cidade ou das suas partes é necessário definir um método de análise, dotado de instrumentos de leitura que hierarquize os diferentes elementos da forma (Lamas, 2010), a sua interrelação, os processos de transformação e modos de crescimento, sejam eles culturais, socioeconómicos ou tecnológicos.

5.2 Elementos de Forma

Os elementos morfológicos são considerados elementos mínimos de composição do espaço urbano, como indicamos na Tabela 5, a forma urbana será o resultado de como estes elementos se organizam e se articulam entre si.

Designação	Principais características
O solo/pavimento	O elemento de suporte
Os edifícios	O elemento mínimo construído
O lote	A parcela fundiária
O quarteirão	A parte mínima da estrutura urbana
A fachada	O elemento que estabeleceu a relação do edifício com o espaço público
O logradouro	O elemento associado à densificação, reconstrução e ocupação
O traçado	A regulação da forma urbana. A ligação das partes da cidade
A praça	A confluência de traçados e lugar de práticas sociais
O monumento	O elemento com significado (poder, cultural ou religioso)
A árvore/vegetação	O elemento regulador de percursos e com valor relacional com o construído
O mobiliário urbano	O elemento qualificador e de comodidade do espaço urbano

Tabela 5 - Elementos Morfológicos
Fonte: Lamas, J. (2010), p.79. Elaborada pelo Autor.

5.3 Dimensões Espaciais da Morfologia Urbana

Segundo Lamas (2010), “A dimensão e a escala estão sempre presentes nas formas urbanas”, e as particularidades identificáveis num determinado espaço urbano variarão em função da escolha da escala.

A dimensão sectorial, ou escala de rua, será a mais pequena unidade de análise com forma própria; a dimensão urbana, ou escala do bairro, é aquela em que verdadeiramente se pode falar em área urbana, podendo englobar a totalidade da vila, da aldeia, ou da própria cidade; finalmente, a dimensão territorial, ou escala urbana, estrutura-se através da articulação de diferentes formas à escala urbana, diferentes bairros ligados entre si. A cada tipo de dimensão espacial pode associar-se um conjunto de elementos morfológicos (Lamas, 2010), como indicamos na Tabela 6:

Escala de rua	Escala de bairro	Escala urbana
Edifícios	Traçados e praça	Bairros
Traçado	Quarteirões e monumento	Grandes infra-estruturas viárias
Árvore ou estrutura verde	Jardins e áreas verdes	Grandes zonas verdes, estruturas físicas da paisagem
Desenho do solo		
Mobiliário urbano		

Tabela 6 - Principais relações entre elementos de forma e dimensão espacial
Fonte: Lamas, J. (2010), p.78. Elaborada pelo Autor.

5.4 Tecidos Urbanos

O tecido urbano resulta da imbricação de um conjunto de elementos morfológicos, que permitem às diferentes partes da cidade evoluir/crescer mantendo a coesão do conjunto e clareza da sua estrutura. A rede viária, o relevo do terreno ou parcelas fundiárias e os edifícios correspondem aos elementos que combinados caracterizam e identificam um determinado tecido urbano (Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M., 2009).

A rede viária constitui a armadura da forma urbana e a sua hierarquização tem um papel importante na organização do espaço público, na forma do edificado e mesmo nas categorias da arquitectura dos edifícios, seja em relação ao estilo arquitectónico seja à tipologia/função do edificado (Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M., 2009).

O conjunto fundiário, ou parcelas de terreno, é outro elemento principal que vai influenciar a forma urbana, seja pela regularização das fachadas ou reagrupamento de edifícios. A alteração dos limites fundiários é uma transformação que vai também alterar a forma urbana, seja por questões de alinhamento dos edifícios, afastamentos

regulamentares do urbanismo, ou pelo alargamento de ruas (Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M., 2009).

Os edifícios são implantados de modo a estabelecerem uma relação harmoniosa com os dois temas anteriores, ou seja, manter uma relação topológica com o solo e uma relação fisiológica com a estrutura viária. Esta teorização é compreendida e aceite facilmente, tendo como principal imagem a cidade clássica, mais densa e compacta. Esta correlação foi questionada durante o *Movimento Moderno*, nomeadamente através do número 27º da *Carta de Atenas* (1933), que diz: “ O alinhamento das habitações ao longo das vias de comunicação deve ser proibido”, e que denota um claro distanciamento relativamente aos princípios do entendimento da definição mais clássica do conceito de tecido urbano.

5.5 Elementos Morfológicos Estruturantes

Kevin Lynch, influenciado por Gyorgy Kepes através das experiências da Bauhaus e das teorias alemãs da análise da forma, propõe a procura de elementos morfológicos que se combinam para formar uma imagem global, utilizando para esse efeito *o sentido* (Lynch, 2008). Os elementos morfológicos estruturantes, que indicamos na Tabela 7, devem permitir aos habitantes de um determinado espaço urbano, a compreensão da estruturação, dos valores culturais e conceptuais no tempo e no espaço desse espaço.

Designação	Principais características
As vias	Canais por onde o observador se desloca
Os limites	Correspondem a uma separação ou descontinuidade
Bairros	Partes urbanas identificáveis
Cruzamentos	Pontos irradiantes e de mudança de direcção
Pontos Marcantes	Elemento isolado ou não que mantém a sua presença ao longo de um percurso

Tabela 7 - Os elementos morfológicos estruturantes
Fonte: Lynch, K. (2008), p.39.

A conjugação destes elementos morfológicos, segundo Kevin Lynch (2008), permite criar uma imagem da cidade, a partir da capacidade de identificar uma identidade, uma estrutura e um significado. As relações estabelecidas entre o observador ou residente com os vários elementos estruturais determinarão a *estrutura do espaço urbano*; o *significado*, que poderá ser de natureza prática ou emocional, será função da tipologia

e/ou da apropriação espacial assumida pelos residentes, e será da combinação destes conceitos resultará a definição de *legibilidade e identidade* do espaço urbano.

5.6 Metodologia de Análise

A metodologia que utilizaremos para a análise da paisagem urbana terá como contributos teóricos as noções dos autores anteriormente referidos, nomeadamente José Manuel Garcia Lamas, Philippe Panerai e Kevin Lynch. Esta escolha teve por base os conteúdos programáticos que cada um aborda, nomeadamente os conceitos, as definições, mas também os métodos de análise: Antes de iniciarmos uma explicação mais operativa do método de análise, definiremos os objectivos que pretendemos obter pela aplicação deste método:

- a) Aprender os modos de crescimento de cada núcleo em estudo;
- b) Reconhecer e identificar as transformações ocorridas entre diferentes intervalos temporais e a partir de alguns elementos morfológicos seleccionados.
- c) Reconhecer e identificar a existência de entidades urbanas, ou áreas homogéneas, definidas pelos seus elementos morfológicos e pelas suas interrelações.

5.6.1 Procedimentos e recursos do método de análise

Para o estudo do crescimento dos aglomerados urbanos é necessária cartografia que nos permita comparar a forma urbana em momentos temporais diferentes, usaremos por isso as cartas militares dos anos 1950, 1987 e 1998, uma opção que se deve ao facto desta cartografia apresentar ao longo do tempo uma coerência formal e gráfica que nos interessa garantir, uma vez que é produzida pela mesma entidade oficial. Para completar a informação cartográfica para o intervalo temporal de 1998 a 2010, em cada núcleo urbano, foram usadas fotografias aéreas actualizadas, do ano de 2010, retiradas do Google, que serviram para actualização dos mapas que apresentamos, tendo sido as alterações confirmadas no local; a representação síntese do crescimento urbano, em cada núcleo urbano, será apresentada através de um esquema policromático com as sucessivas adições de tecidos urbanos referenciadas aos sucessivos períodos temporais.

5.6.2 Dimensão para a análise urbana

Dada a reduzida dimensão espacial dos três aglomerados em estudo, será adoptada a dimensão urbana, ou seja a *escala de bairro* (Lamas, 2010). Considerando a definição de *tecido urbano* referido por Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M. (2009), os conjuntos de elementos de forma que vamos considerar mais relevantes serão as vias, o relevo e os edifícios. Finalmente, para a identificação dos elementos morfológicos estruturantes utilizaremos aqueles que foram enunciados por Kevin Lynch. Este procedimento permitirá identificar e localizar dentro de cada núcleo principal os sub-núcleos passíveis de constituírem uma *entidade urbana*.

5.6.3 Crescimento urbano

O crescimento urbano pode definir-se pelo conjunto de fenómenos de extensão e densificação dos aglomerados, que ocorrem no espaço e no tempo. A sua materialização é um dos campos do estudo da morfologia urbana – *O construído*. O estudo do crescimento urbano é assim importante para o entendimento da cidade e das suas partes, permitindo uma compreensão global da sua evolução, numa perspectiva dinâmica.

Neste contexto será possível entendermos em que períodos ocorre uma maior estabilização, afirmando-se a consolidação interna dos aglomerados, e quais os momentos de ruptura marcados por extensões importantes, nomeadamente ocupações bruscas no território. Esta ferramenta de análise permitirá ainda revelar os pontos fixos das sucessivas transformações na relação tempo/espaço e estabelecer as lógicas de crescimento dos aglomerados, uma vez que a forma urbana é resultado de um processo contínuo, estudado cronologicamente, bem como das características que lhe estão associadas em cada período.

5.6.3.1 Modos de crescimento urbano

Segundo Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M., (2009), o crescimento é caracterizado pelo modo como ocorre, ou seja, poderá ser *contínuo*, *descontínuo* ou *linear*; será contínuo quando as extensões de crescimento em cada momento ocorrem a partir do prolongamento directo de partes construídas ou consolidadas, em que as sucessivas adições não alteram a coesão do conjunto; será descontínuo quando se caracteriza por uma ocupação do território mais aberta, ordenando as partes cortadas do

espaço agrícola com as novas extensões e as partes antigas existentes, um tipo de crescimento que provoca a ruptura da forma do antigo aglomerado consolidado; será linear quando as extensões de crescimento em cada momento ocorrem ao longo de uma “linha” com uma orientação mais ou menos bem definida, que se relaciona na maioria dos casos com as infra-estruturas viárias e com os transportes públicos. O esquema, ilustrado na Imagem 98, procura traduzir os modos de crescimento urbano estabelecidos nos propósitos deste trabalho.

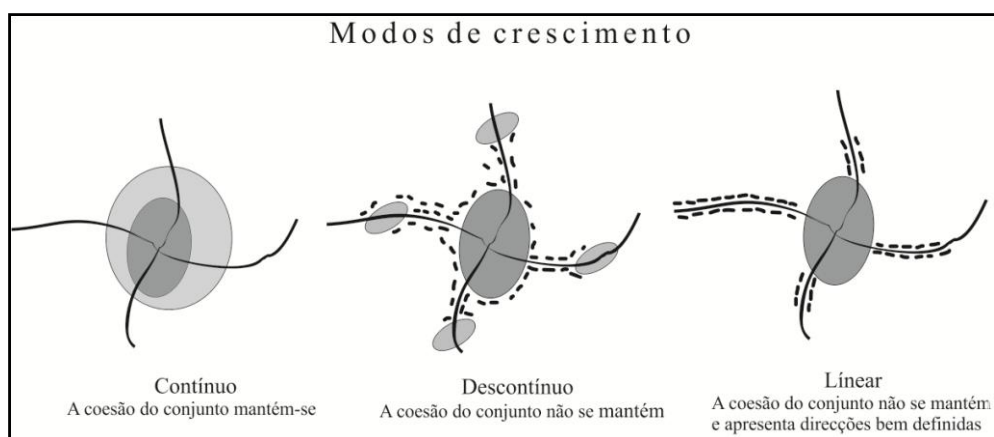


Imagem 98 - Modos de crescimento urbano (pequenos núcleos urbanos)
Fonte: Elaboração própria.

A análise da malha urbana permite estabelecer uma diferenciação entre os sub-núcleos urbanos; os que apresentam uma ordem mais antiga caracterizam-se por uma maior densificação do tecido construído, cuja massa parcelar é mais concentrada, mais estruturada, contrapondo com uma ordem mais recente representada por massas parcelares menos densas. Assim no estudo do crescimento urbano de um aglomerado urbano é possível identificarmos alguns elementos morfológicos tidos como mais conservadores da imagem da paisagem urbana, como os monumentos históricos, os traçados e geralmente a estrutura fundiária, embora esta última pode variar bastante ao longo do tempo em função das dinâmicas económicas.

5.6.4 Processos de transformação

Os processos de transformação devem-se a diversos factores, que ocorrem no tempo e no espaço, na cidade ou nas suas partes, e são estes que vão provocar modificações na forma urbana. As alterações socioeconómicas, a urbanização associada à modificação da estrutura fundiária, a introdução de uma infra-estrutura relevante ou a proximidade

de um aglomerado que tenha reforçado a sua centralidade são exemplos de factores precursores para o surgimento de transformações urbanas (Domingues, 2006). Podem ser ainda consideradas transformações urbanas acções de menor impacto, mas que promovem igualmente a alteração da forma, como é o exemplo da abertura, alargamento de vias de circulação e a implementação de equipamentos de serviços.

Segundo Lamas (2010), correntemente a produção do espaço urbano deve ser precedido de um plano geral, com uma programação e planificação que define essencialmente os objectivos que a transformação pretende alcançar. O passo que lhe segue, designado por *nível urbanístico*, deve precisar os objectivos no espaço e no tempo da espacialização pretendida dando cumprimento aos objectivos programados; é neste nível urbanístico que será definida a forma do espaço associado ao desenho do espaço urbano. Finalmente, surge o projecto como instrumento para a efectiva construção e materialização dos objectivos anteriores. Torna-se assim evidente que poderemos estabelecer uma distinção entre as transformações que ocorreram através de processos planeados e programados, e os processos não planeados.

A urbanização, como principal mecanismo operativo de transformação, pode ser classificada em função da forma como é inscrita no território (Fadigas, 2010); e face aos núcleos antigos pode ser adjectivada como de *dispersão*, *expansão*, *colmatação ou densificação*.

Segundo Lynch (2007), a malha urbana de um aglomerado populacional é uma característica representativa da sua *textura*, referindo-se ao modo como os diferentes elementos de forma se misturam no espaço. Pode dizer-se que a malha urbana é *nítida*, quando a transição de um conjunto de elementos semelhantes para os elementos vizinhos for abrupta, e *disforme* se essa transição for gradual.

A malha urbana através das relações dos elementos de forma pode ser classificada e enquadrada entre aberta e fechada. Entende-se que a malha é *fechada* quando o espaço público é dominado pelas ruas, os edifícios estabelecem uma divisória entre a rua e o interior do quarteirão. A malha é *aberta* quando os edifícios não se relacionam directamente com a rua, e não se forma o anel edificado próprio do quarteirão.

5.6.5 Tipificação das áreas homogéneas

Das considerações pesquisadas e referidas nos sub-capítulos 5.6.3 a 5.6.4, iremos estabelecer uma combinação entre os modos de crescimento, os tecidos urbanos e as características das transformações, procurando estabelecer uma tipificação para *áreas homogéneas*, que definiremos do seguinte modo:

- a) Áreas de crescimento contínuo por colmatação e densificação do núcleo primitivo;
- b) Áreas de crescimento descontínuo por expansão do núcleo ou núcleos primitivos;
- c) Áreas de crescimento linear por expansão.

Estas áreas tipificadas correspondem, no nosso entender, às situações que encontraremos na análise de cada núcleo urbano, tendo ainda em consideração o quadro descritivo enunciado no Capítulo IV, e que definiremos do modo seguinte:

Tipo 1: as áreas de crescimento contínuas do núcleo antigo correspondem às extensões urbanas que a cada momento mantêm uma relação de continuidade e coesão com o núcleo antigo. Apresentam-se fortemente estruturadas e o seu processo de transformação ocorre por colmatação, ou seja, por preenchimento de interstícios vagos no interior do tecido urbano, provocando uma maior densificação da malha urbana. Devemos referir que a colmatação pode ainda acontecer nos espaços vagos entre o tecido consolidado e os limites ou barreiras intrínsecas ao próprio núcleo primitivo.

Tipo 2: as áreas de crescimento descontínuo correspondem às extensões urbanas que resultam de um prolongamento do núcleo antigo, por expansão descontínua, perdendo-se a coesão da malha com o núcleo primitivo. Neste caso a extensão resulta numa mudança da forma da malha, gerando uma forma diferente do núcleo primitivo.

Tipo 3: As áreas de crescimento linear correspondem às extensões do tecido urbano por expansão do núcleo primitivo, quando prevalece uma direcção clara na sua estruturação, perde a coesão com o núcleo primitivo e ocorre uma mudança clara da forma da malha urbana.

O método que propomos está esquematicamente ilustrado na Imagem 99, e procura através da utilização de variáveis associadas aos elementos de forma, às características da malha urbana, ao reconhecimento dos processos de transformação e aos modos de crescimento, localizar e identificar as entidades urbanas de cada núcleo.

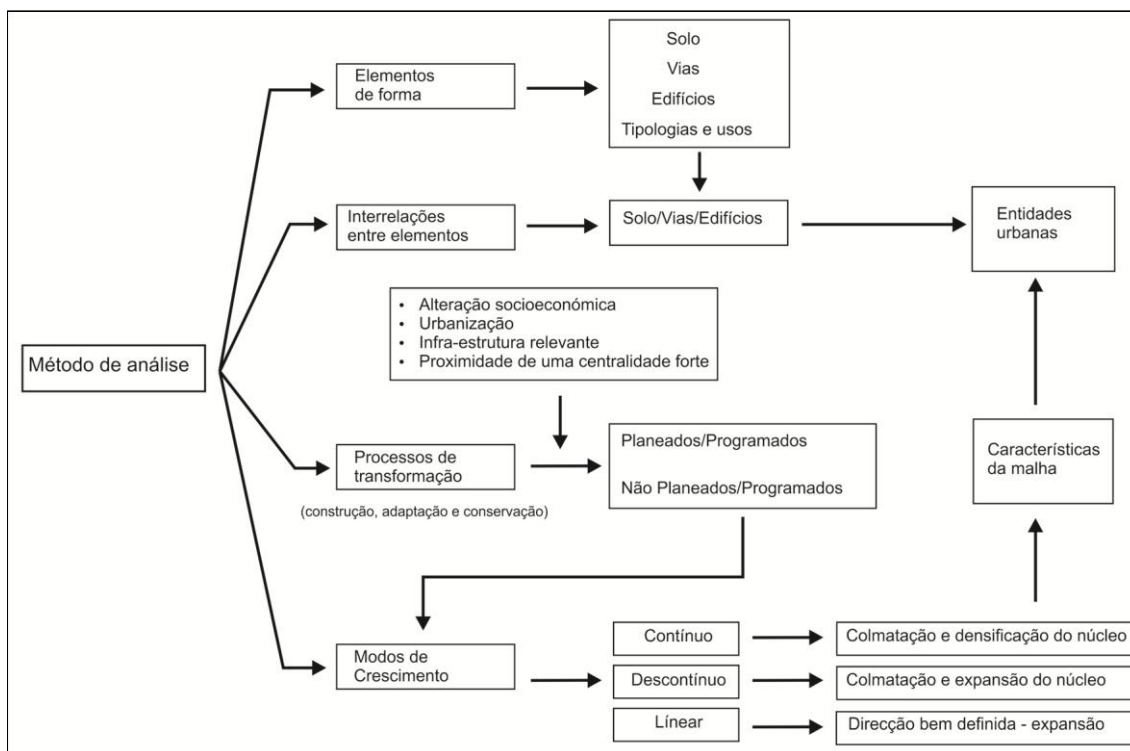


Imagem 99 - Esquema resumo do método de análise
 Fonte: Autor.

5.6.6 A Componente Estruturante das Entidades Urbanas

Como referimos no início deste capítulo, os elementos morfológicos permitem analisar o espaço urbano e identificar entidades com formas próprias e intrínsecas às inter-relações dos elementos de forma considerados. Enunciaremos em seguida a associação dos elementos morfológicos às respectivas componentes formais que estruturam a imagem da paisagem urbana.

a) Limites – Solo, obstáculos geográficos e construídos

A forma do espaço urbano é fortemente condicionada pelo relevo, principalmente à escala urbana e de rua. As linhas de água e elevações montanhosas são elementos geográficos que funcionam fisicamente como barreiras às condições dos assentamentos urbanos, sendo por isso, geradores, em planta, de uma linha ou superfície definidora do

exterior da forma urbana. Uma consequência semelhante acontece quando um limite é originado por um elemento construído, como é o exemplo de *espaços-canaís* destinados a uma via rápida ou uma linha de caminho-de-ferro. No nível de rua o relevo é determinante no declive das vias, condicionando a acessibilidade pedonal, o modo da implantação dos edifícios, bem como a forma e dimensão dos espaços públicos.

b) As vias – traçados, praças e cruzamentos

As vias são um elemento morfológico cujo traçado é caracterizado pelo seu perfil, pela sua directriz que mostra o percurso mais linear ou sinuoso, podendo ser ainda identificado a partir da relação entre as vias e os planos marginais dos elementos construídos. O pavimento das vias é muitas vezes definidor do tipo de tráfego, local ou de atravessamento. As vias podem ainda ser dotadas de acontecimentos ao longo do seu traçado, como é o caso de praças, que são pontos de paragem, repouso e espaços privilegiados para o convívio social. Devem por isso as praças, praças ou largos apresentar características adequadas às suas funções, dotadas de mobiliário urbano, sendo estudados os sombreamentos, da presença ou não de água e um pavimento condizente com o espírito do lugar.

Os cruzamentos são pontos do espaço urbano, que representam uma mudança de direcção, implicam um momento de tomada de decisão e mais facilmente memorizados pelos sentidos; podem ser ainda um momento de redução da velocidade do tráfego, um constrangimento do fluxo da circulação rodoviária, representando muitas vezes uma mudança da imagem sequencial da paisagem urbana.

c) Bairros – edifícios, usos e tipologias

É através dos edifícios que se constitui o espaço urbano e se organizam os diferentes espaços identificáveis e com forma própria (Lamas, 2010). Por sua vez a tipologia e uso dos edifícios vai determinar a forma mais ou menos intimista como o conjunto se vai revelar. Um bairro essencialmente constituído por edifícios destinados à habitação apresentará um carácter mais privado e mais sossegado do que um outro dotado de serviços, comércio ou marginado por uma via de maior fluxo rodoviário.

Neste contexto é importante referenciar e identificar as partes dos núcleos urbanos em estudo representativas de bairros, ou sub-núcleos equivalentes a bairros, a sua diversificação tipológica e os seus usos, bem como as suas características mono-funcionais ou multifuncionais. Este ponto é fundamental para a procura da designada *entidade urbana*, uma vez que é através da definição de bairro e da sua forma própria que nos localizamos facilmente no contexto.

d) Pontos marcantes

Os pontos marcantes correspondem a elementos que pela sua especialização, volumetria ou simbolismo são facilmente identificados pelo observador e permitem a contextualização do conjunto. É esse o caso dos monumentos históricos, casas brasonadas, equipamentos de referência, jardins, composições urbanas em planos visuais diferenciados (Cullen, 2009), etc.

5.6.7 Sistematização do método de análise urbana

Para uma melhor compreensão da sistematização do método de análise, procuramos através do esquema ilustrado na Imagem 100 fazer um resumo dos procedimentos realizados para encontrarmos em cada núcleo urbano em análise as várias *entidades urbanas* e justificando-as segundo as premissas estabelecidas, ou seja, as formas urbanas com propriedades intrínsecas homogeneizadas são reconhecidas através dos seus elementos de forma, associando os seus processos de transformação e modos de crescimento.

Pode ainda proceder-se à verificação e comprovação no local e/ou através das imagens fotográficas de conjunto, da identidade que motivou desde o princípio a nossa pesquisa, apresentando, por esse facto, um conjunto de imagens complementares aos mapas, representativas da sua forma exterior e forma interior.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

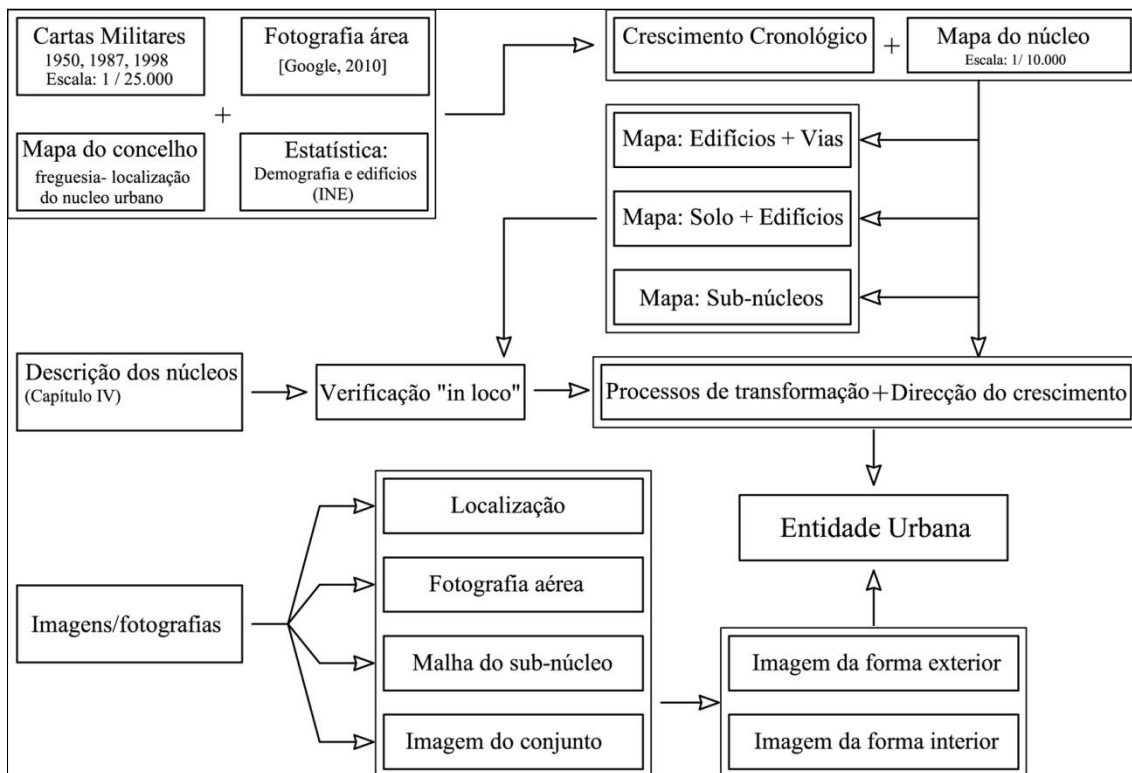


Imagem 100 - Esquema de resumo das operações de análise
 Elaboração: Autor.

5.7 Análise da Vila de Santa Marta

5.7.1 Crescimento Urbano

Através das cartas militares (Imagem 101), representadas à escala 1/25.000, verifica-se que, no início dos anos 50, a Vila de Santa Marta estava constituída por pequenos núcleos dispersos e a malha apresentava-se muito aberta; no entanto visíveis eram os principais eixos viários, nomeadamente a EN2 e a EN 304-3. No final da década de 80, verifica-se um reforço da coesão da malha, a partir da expansão do núcleo primitivo para Este e Oeste. Na década de 90 verifica-se uma densificação da parte central da vila, que se expande ao longo do talvegue como suporte principal para o seu crescimento.

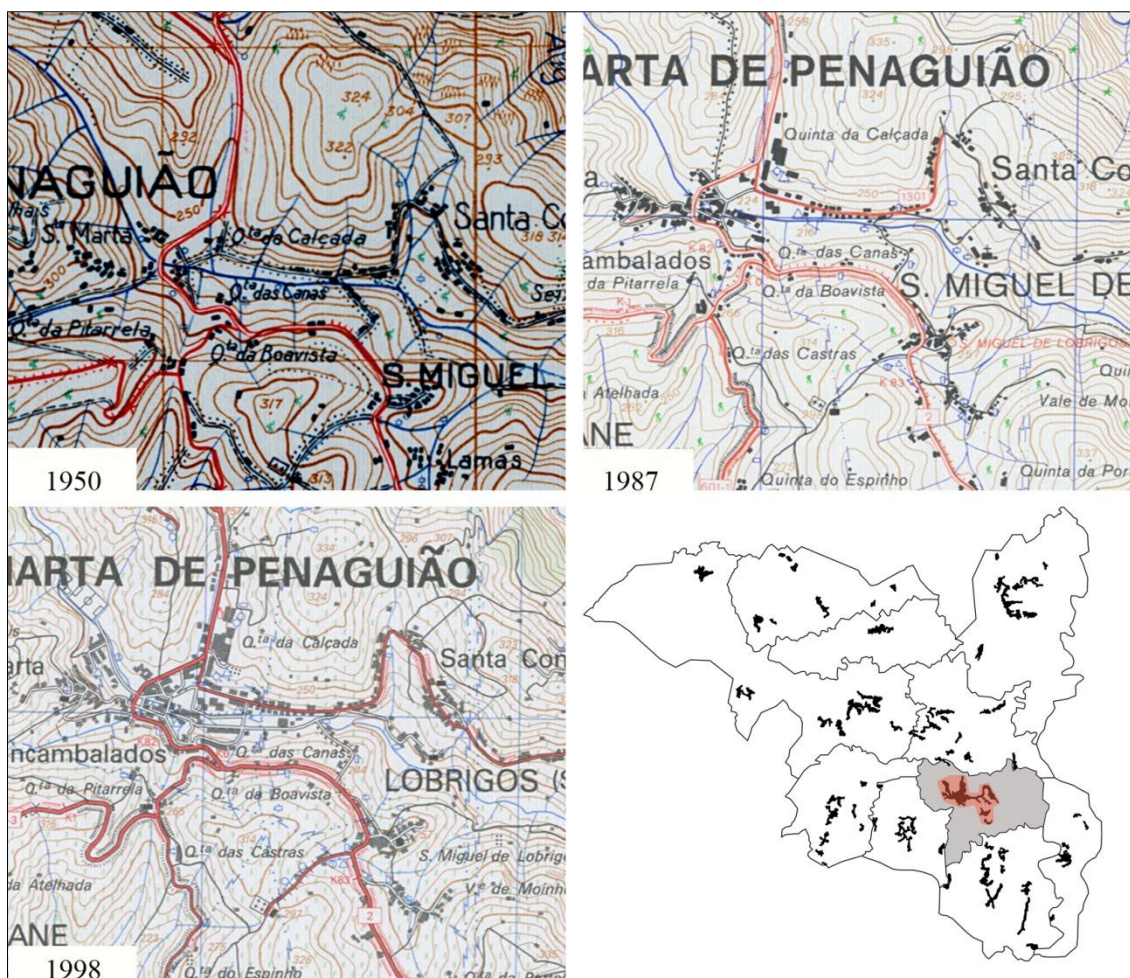


Imagem 101 - Extractos das Cartas Militares de 1950,1987,1998 do núcleo de Santa Marta
Mapa: Elaboração própria sobre CAOP do Instituto Geográfico Português.
Fonte: Cartas Militares, Instituto Geográfico do Exército.

A Imagem 102 representa uma síntese do crescimento urbano da Vila de Santa Marta, dos últimos 60 anos, nos períodos temporais indicados na legenda; no último período cronológico, entre os anos 1998 a 2010, percebemos que ocorre uma maior intensificação na colmatação e consolidação do interior da Vila, mas também a execução das ligações aos núcleos de Santa Comba e São Miguel, processo esse que teve como objectivo aumentar a coesão do conjunto.

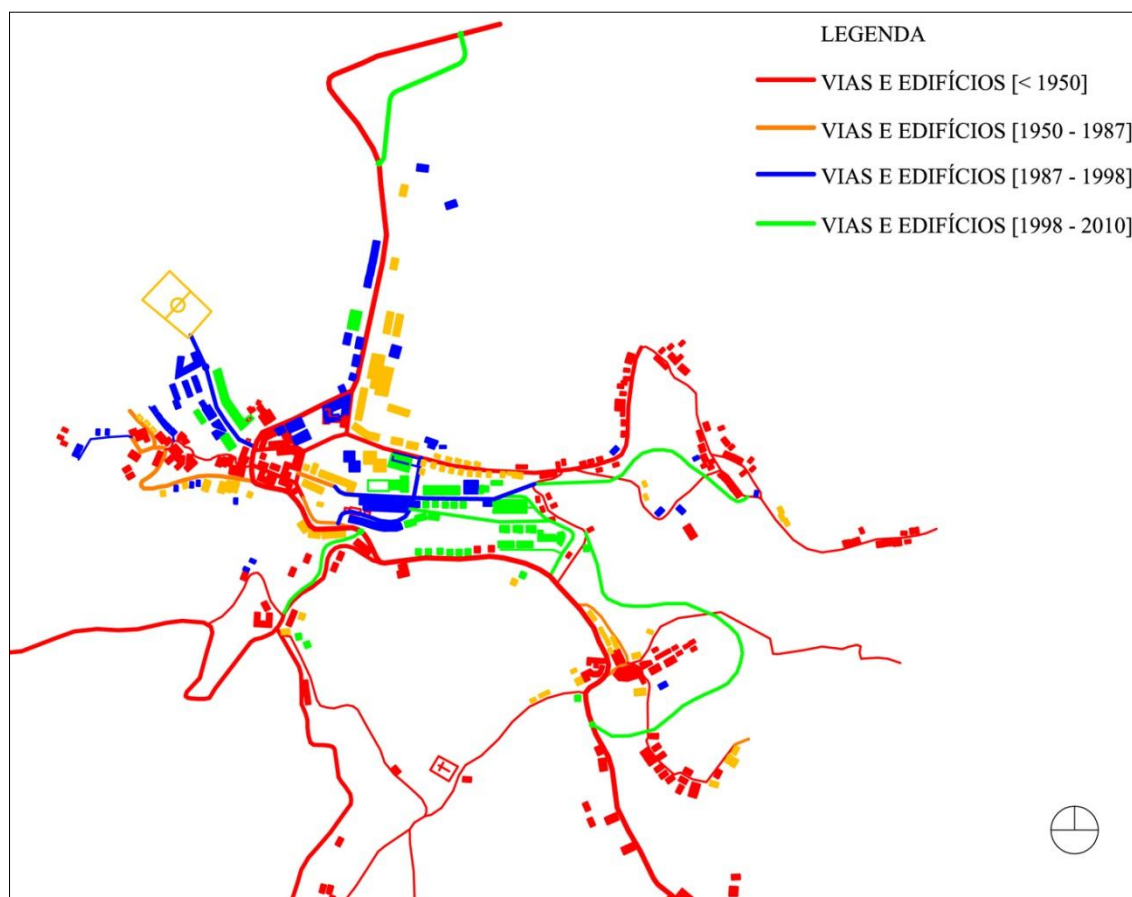


Imagem 102 - Evolução cronológica das vias e edifícios [1950-2010]. Santa Marta
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

A imagem 103 traduz graficamente a evolução demográfica, da densidade populacional bem como a evolução do número de fogos. Todos os gráficos apresentam um crescimento positivo ao longo dos períodos considerados para a Vila de Santa Marta demonstrando que o aumento do número de edifícios é acompanhado pelo aumento demográfico.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

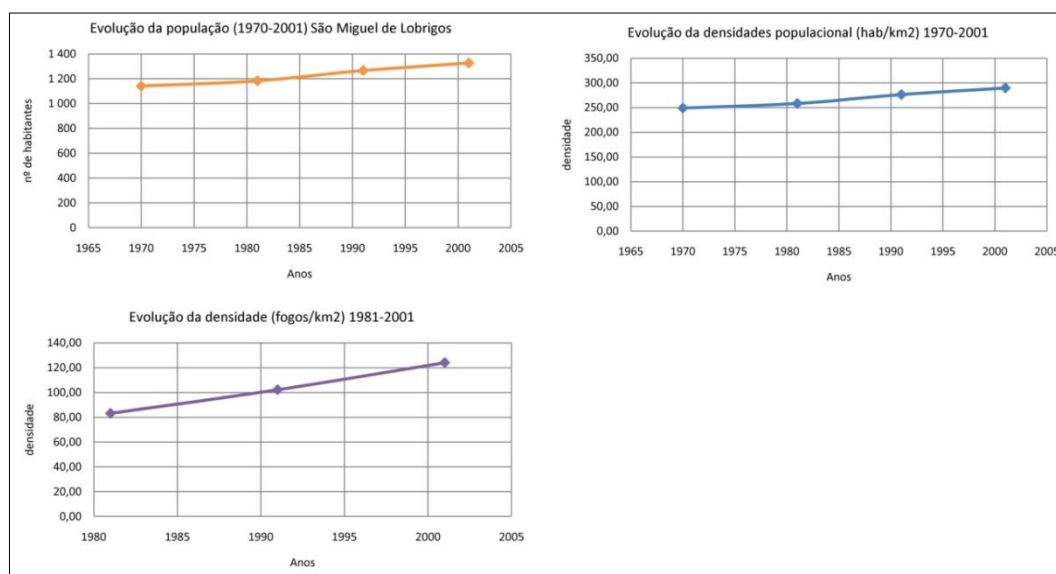


Imagem 103 - Evolução da população e dos edifícios. Santa Marta
Fonte: Elaboração própria a partir a informação do INE (2001).

5.7.2 Relações entre os elementos de forma do núcleo da Vila de Santa Marta

A Imagem 104 traduz a relação existente entre a rede viária e os edifícios, sendo possível percebermos que essa relação não é apenas resultante de uma lógica de acesso ou de caminho antigo, mas de uma profunda reestruturação fundiária.

A Imagem 105 estabelece a relação entre o relevo e a implantação dos edifícios da Vila de Santa Marta. O relevo é marcadamente acidentado, composto por um conjunto de vales, cujo talvegue resultante será transformado em solo urbano e no qual ficará encaixada a Vila, resultando por esse facto que os vales envolventes à vila de Santa Marta correspondem às barreiras físicas naturais. A implantação dos edifícios segue a ordem estabelecida pelo relevo, uma vez que os alinhamentos existentes apresentam-se sensivelmente paralelos às curvas de nível.

A malha urbana da Vila de Santa Marta é composta fundamentalmente por dois eixos, que se cruzam na zona mais central: a EN2 no sentido Norte-Sul e a Alameda 13, conjuntamente com a avenida 25 de Abril, definem o eixo Este-Oeste. A malha urbana da Vila de Santa Marta apresenta-se relativamente aberta, dado que a implantação dos edifícios em relação à rua não definem o anel de quarteirão construído, no entanto, nas áreas mais antigas apresentam-se bem mais fechadas, mais densas, cujo logradouro interiorizado é mais fechado e praticamente imperceptível para o transeunte.

Pode ainda verificar-se que existe uma clara distinção entre a malha da vila e os dois núcleos a ele ligados. No caso de São Miguel de Lobrigos, essa malha apresenta-se bastante fechada e servida por arruamentos de perfil reduzido. No caso de Santa Comba a malha corresponde fundamentalmente a uma rua que se estende e vai agregando no seu percurso edifícios, que não geram uma frente urbana contínua, conecta-se a caminhos pedonais e malhas capilares muito localizadas de ligação a alguns edifícios, consideraremos por esse facto que se trata de uma *malha aberta* e de textura *nítida* em relação à Vila.

Em termos tipológicos, neste núcleo é possível encontrarmos múltiplas formas tipológicas: moradia unifamiliar, multifamiliar e equipamentos de vários tipos; mas também uma variabilidade no modo de implantação: moradias unifamiliares isoladas, em banda, geminadas e edifícios multifamiliares em banda. A volumetria do conjunto é controlado principalmente pela cércea, imperando os 2 e 3 pisos, e em casos mais excepcionais 4 pisos acima da cota da rua que os serve.



Imagem 104 - Relação entre os edifícios e as vias. Santa Marta
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

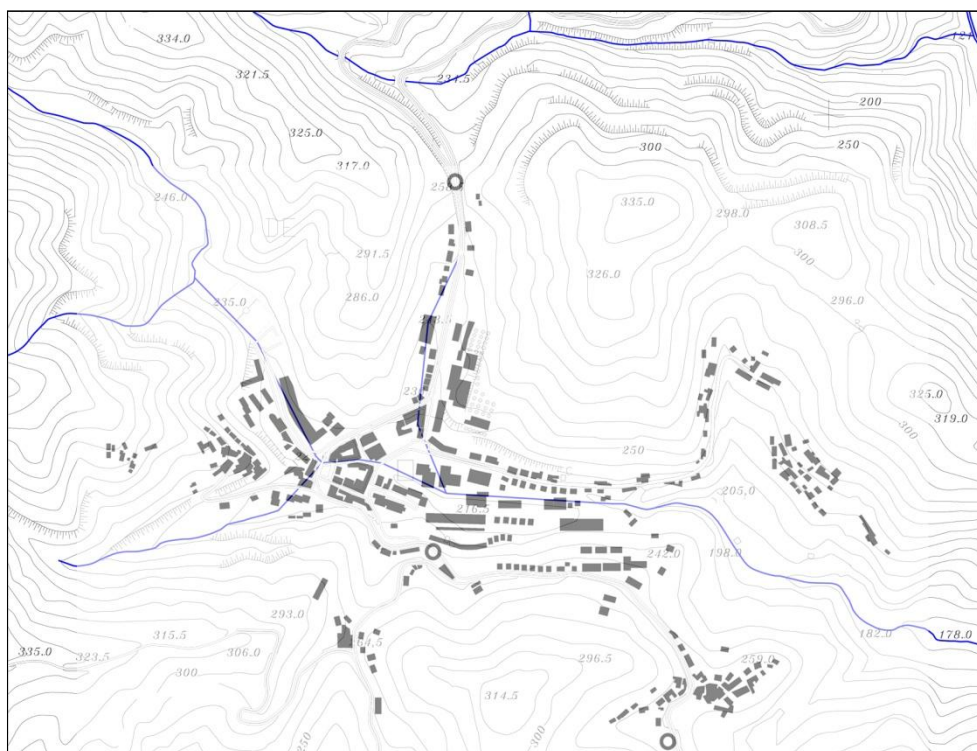


Imagem 105 - Relação entre o solo e os edifícios. Santa Marta

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.7.3 Direcções de crescimento e principais cruzamentos

Na Imagem 106 identificam-se os núcleos primitivos e a delimitação das diferentes áreas que resultaram dos processos de transformação específicos referidos no Capítulo IV, ou seja, pretendemos com esta imagem dar a perceber que a forma do aglomerado é resultante de um conjunto intervenções realizadas por partes e em momentos distintos.

Na Imagem 107 indicámos os núcleos primitivos, ou seja, os “pontos” fixos, os principais cruzamentos e as direcções de crescimento do aglomerado urbano, sendo perceptível a importância dos cruzamentos na estruturação geral da Vila de Santa Marta, uma que vez que é a partir deles que vai ser possível articular a sua malha urbana, destacando os cruzamentos com a EN2 e alguns cruzamentos no interior da Vila que resultaram das extensões do tecido urbano, apresentando uma função estruturante na funcionalidade da malha urbana resultante.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

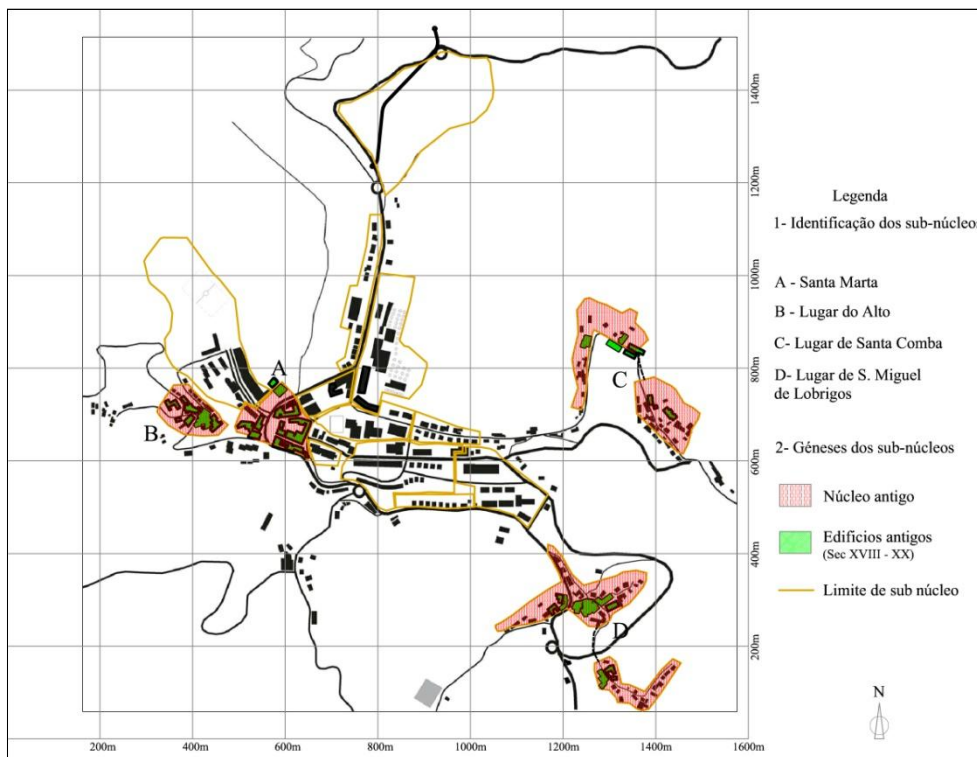


Imagem 106 - Sub-Núcleos urbanos. Santa Marta

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

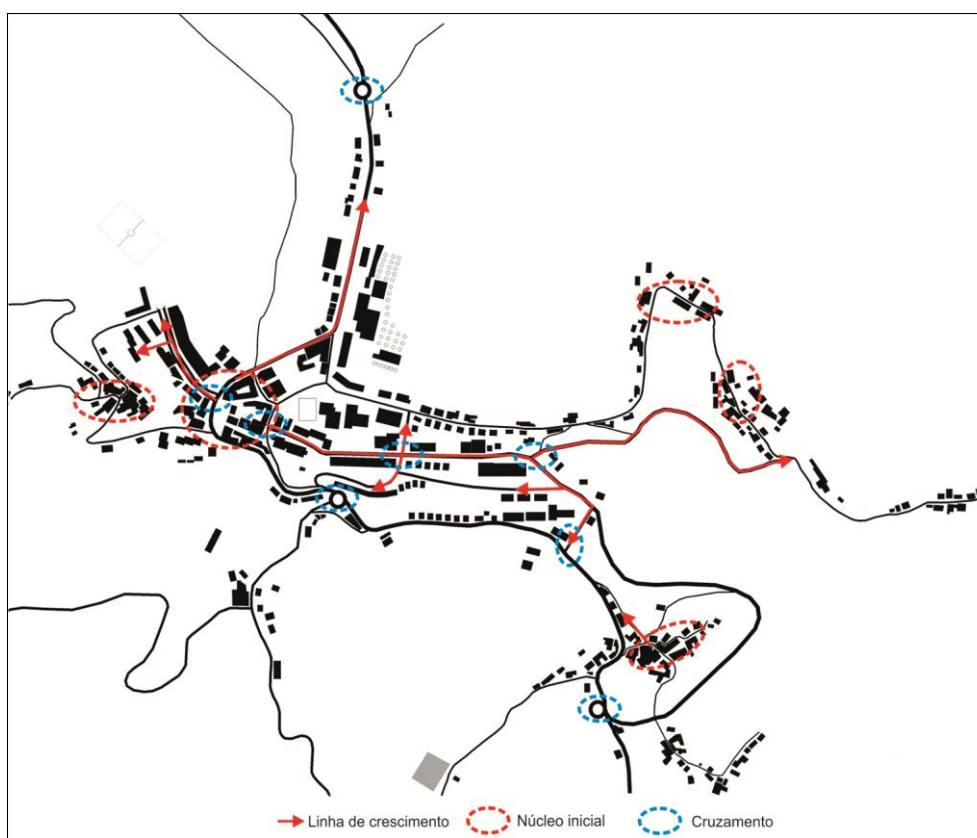


Imagem 107 - Direcções de crescimento e cruzamentos mais relevantes. Santa Marta

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.7.4 Tipificação das “áreas homogéneas” no núcleo urbano de Santa Marta

Na Imagem 108 identificam-se as áreas primitivas do núcleo de Santa Marta através das letras A, B, C e D, bem como as principais áreas sujeitas a transformações urbanas; representamos ainda a tipificação que definimos no sub-capítulo 5.6.5., classificando cada sub-núcleo pelo tipo de transformação e modo de crescimento.

Na Imagem 109 representamos as *entidades urbanas* resultantes do processo de pesquisa, obtidas pela da combinação da classificação realizada no parágrafo anterior, e as suas características morfológicas intrínsecas, que permitem individualizar quatro entidades urbanas, com uma estrutura e forma urbanas semelhantes. No sub-capítulo 5.7.5 realizaremos uma descrição mais pormenorizada de cada uma dessas entidades urbanas, com excepção do caso da Zona Oficinal por se apresentar ainda em fase de construção.

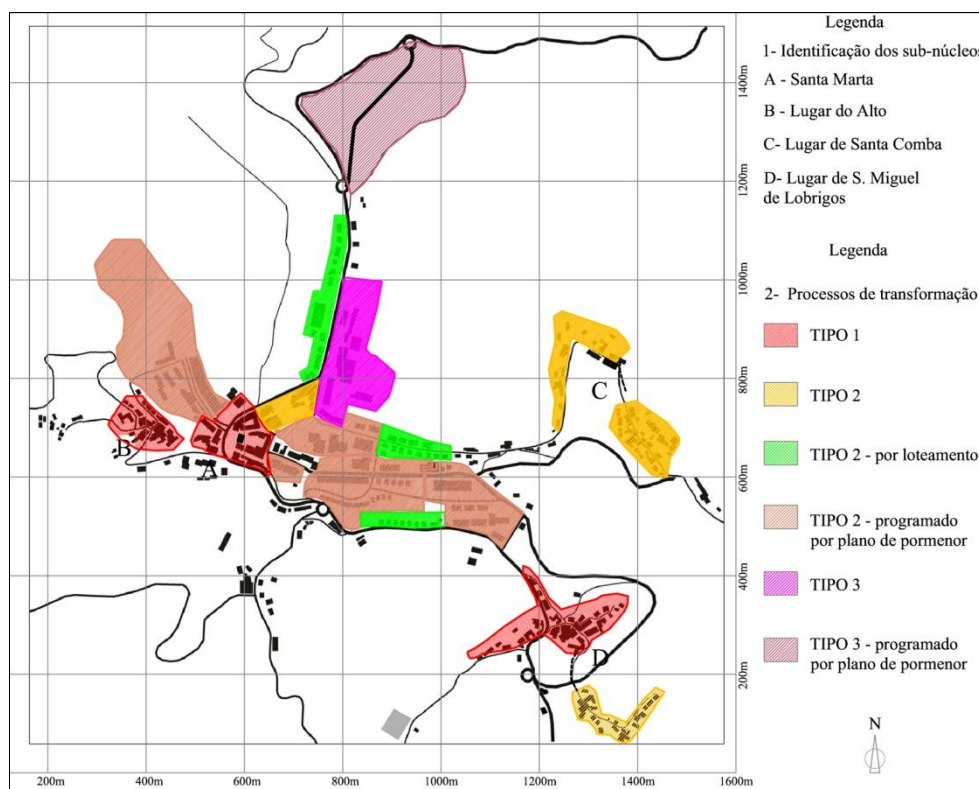


Imagem 108 - Processos de transformação. Santa Marta

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

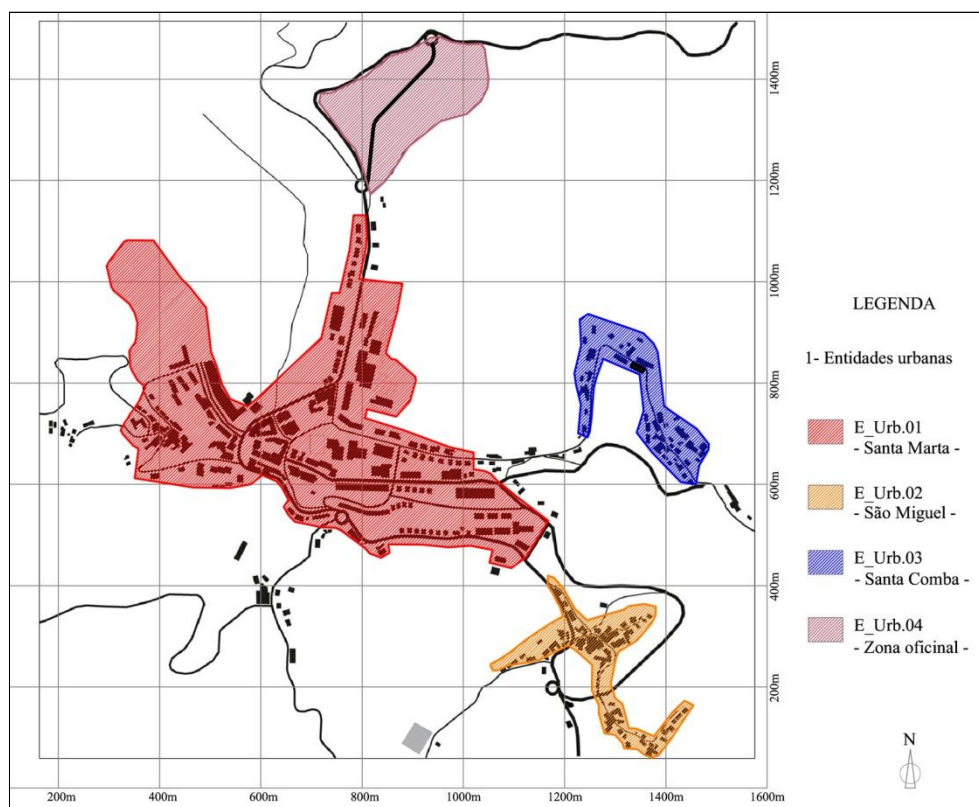


Imagem 109 - Entidades urbanas. Santa Marta

Elaboração: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.7.5 Entidades Urbanas na Vila de Santa Marta

a) Santa Marta – Entidade Urbana n.º1

As Imagens 110 e 111 representam a área da Vila de Santa Marta, que designamos por entidade urbana n.º1. Esta área corresponde à centralidade da sede do concelho de Santa Marta de Penaguião, e nela está organizado o centro administrativo: Câmara Municipal, centro de saúde, escolas dos 3 ciclos de ensino, creches, lar de idosos, e demais serviços públicos, habitação, comércio, serviços e espaços destinados à prática desportiva.

As vias principais que estruturam esta *entidade urbana* são recentes, como vimos no Capítulo IV, apresentando perfis de largura superior aos 6.50m, dotadas de passeios para peões, de estacionamento, de linhas arbóreas ao longo dos principais percursos no interior da Vila e algum mobiliário urbano distribuído nas áreas mais próximas do seu centro; apresenta ainda um conjunto de cruzamentos, muitos deles transformados em rotundas urbanas, que estabelecem uma relação de conexão com a EN2 e a rede viária de distribuição local.

A forma urbana actual da Vila de Santa Marta resulta da imbricação de diversas formas, que se foram sobrepondo e adicionando ao longo do tempo, podendo caracterizar-se como sendo um mosaico de formas, comprovado pelas diferentes tipologias existentes: o bloco e a banda de blocos multifamiliares destinados ao comércio e serviços; a moradia unifamiliar isolada e em banda. A alternância de posicionamento entre os edifícios multifamiliares e os equipamentos é revelador do modo como foram distribuídos os edifícios, proporcionando deste modo, alguma variedade e riqueza visual ao longo dos traçados. A malha apresenta-se relativamente fechada, dada a continuidade dos planos verticais dos edifícios e acentuada pelo forte declive dos vales que envolvem o conjunto, mas que ao mesmo tempo lhe confere uma tonalidade de verde contínuo.

Como elementos marcantes, na Vila de Santa Marta, destacamos os antigos armazéns da Casa do Douro, os edifícios das Caves Santa Marta e mais recentemente o edifício do ginnodesportivo integrado no complexo escolar, uma vez que pela sua localização e dimensão são percebidos no contexto global desta entidade urbana.

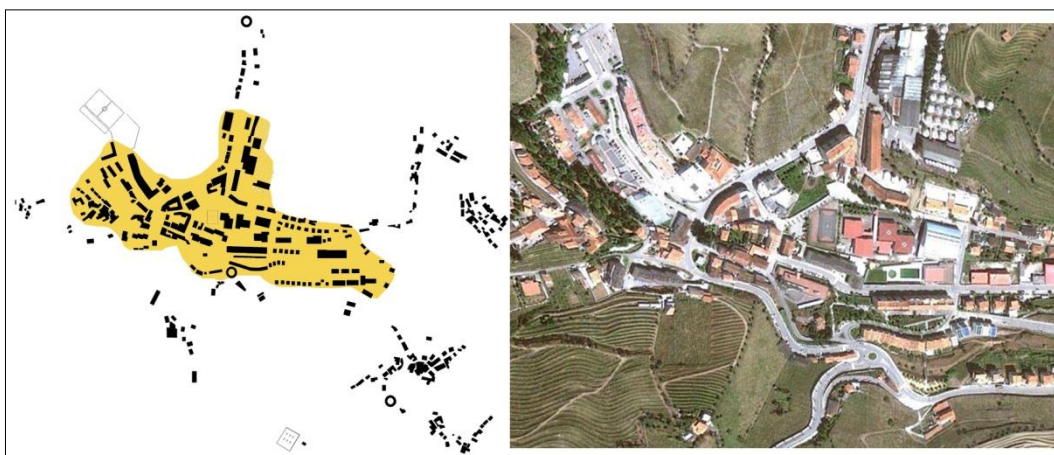


Imagem 110 - Localização da entidade Santa Marta e fotografia aérea
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).

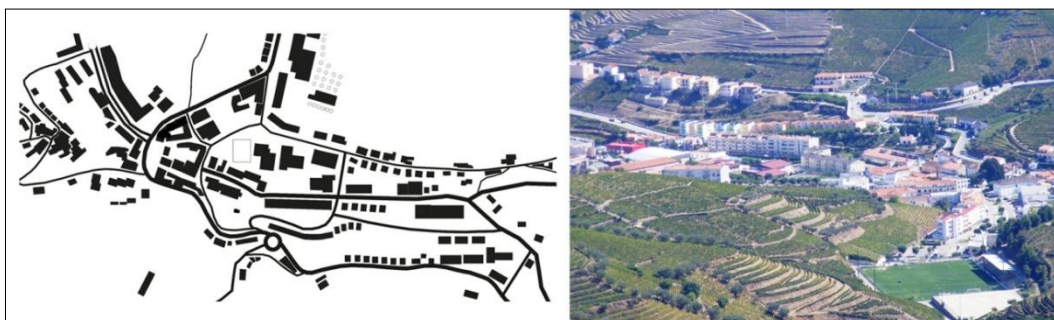


Imagem 111 - Malha urbana e imagem do conjunto de Santa Marta
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

A Imagem 112 ilustra uma sequência de imagens da Vila de Santa Marta, focando a nossa atenção para alguns elementos morfológicos: edifícios, traçados, cruzamentos e elementos marcantes. Na primeira linha da esquerda para a direita: o cruzamento do Cruzeiro e Jardim do Pelourinho; Os silos das Caves Santa Marta e antigos armazéns da Casa do Douro. Na segunda linha: Avenida 1º de Maio, e no plano de fundo o antigo edifício da Câmara Municipal. Na terceira linha: Bairro da Alameda 13 de Janeiro (construído no anos 80) edifícios em banda; última imagem: centro de saúde, avenida 25 de Abril e um bairro social.



Imagem 112 - Imagens representativas da Vila de Santa Marta
Fonte: Autor (2010).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

A Imagem 113 ilustra uma sequência de imagens da Vila de Santa Marta, focando a nossa atenção para a globalidade da Vila de Santa Marta e destacando: os blocos de edifícios multifamiliares e o modo como estão implantados definindo os traçados e o limite do espaço público; cruzamento do centro da Vila com a EN2 e a Alameda 13 de Janeiro; a distribuição funcional e a presença de equipamentos atendendo à forma tipológica dos edifícios; estádio municipal; e finalmente os limites do conjunto definidos pelas encostas dos vales envolventes.



Imagem 113 - Imagens representativas da Vila de Santa Marta
Elaboração: Autor (2010).

b) São Miguel de Lobrigos – Entidade Urbana n.º 2

As Imagens 114 e 115 ilustram a *entidade urbana* relativa ao núcleo antigo de São Miguel, que se organiza a partir de uma malha urbana relativamente fechada, formando quarteirões, cujas vias se baseiam na lógica do acesso, em caminhos antigos, que estabelece uma relação com o solo seguindo ao longo de uma linha de festo, e cujo perfil médio não ultrapassa os 4,50m; estas ruas são pavimentadas a cubo de granito, servindo deste modo os edifícios, que na sua totalidade estão implantados à face da rua. Este conjunto não apresenta variedade tipológica, sendo fundamentalmente residencial, composto por moradia unifamiliares de 2 ou 3 pisos, e desse conjunto ressaltamos a presença do edifício da Igreja centrado numa pequena praça, que se localiza no epicentro do aglomerado. A arquitectura dos edifícios é relativamente antiga e de origem popular, existindo ainda alguns edifícios do séculos XVIII que atribuem ao local um significado e de memória. A paisagem envolvente é composta por socalcos que moldam o solo, uma vez que a actividade predominante é a cultura da vinha.

A nova via proposta pelo Plano de Urbanização, de 1997, está actualmente executada, faz o contorno do aglomerado, a uma cota bastante inferior a este. A sua “urbanização”, no futuro, não será geradora de um crescimento do tipo contínuo do núcleo primitivo, mas poderá antes resultar no prolongamento da *entidade urbana n.º 1*, desde sejam mantidas algumas das características tipológicas e multifuncionais, caso contrário resultará uma nova forma urbana.



Imagem 114 - Localização da entidade e fotografia aérea de São Miguel
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 115 - Malha urbana e imagem do conjunto de São Miguel
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

c) Santa Comba – Entidade Urbana n.º3

As Imagens 116 e 117 ilustram a *entidade urbana* relativa ao núcleo de Santa Comba, que se organiza a partir de uma malha urbana relativamente fechada, principalmente nas zonas de maior construção. Esta *entidade urbana* apresenta-se relativamente extensa e agregada à margem do arruamento que o serve; não apresenta um contínuo construído, existindo uma série de interrupções devidas essencialmente: ao desnível topográfico que é de cerca de 9,0m, entre a cota do arruamento e a cota dos terrenos confinantes (em ambos os lados); mas também devido à presença de uma linha de água que atravessa diagonalmente o conjunto, dividindo-o em duas partes; e ainda pela presença do edifício de uma “Casa de Quinta” que está implantado à face da rua e relativamente central às duas partes que compõem o conjunto, tornando aquele troço muito limitado para o tráfego automóvel e que estabelece um ponto de divisão entre as partes.

A nova via proposta no Plano Geral de Urbanização de 1982 está executada e faz a ligação do centro da Vila a este núcleo urbano, contornando-o a Sul, a uma cota inferior, possibilitando uma melhor articulação entre aqueles dois núcleos; cujo perfil apresenta uma largura superior aos 6.50m, dotado de passeios para peões e linhas de árvores na sua margem que marcam o percurso.

A rede viária antiga, que estrutura o miolo desta entidade urbana apresenta um perfil reduzido, não ultrapassa os 4.00m de largura, mas o declive que a caracteriza é bem mais suave do que a nova via. Na zona mais consolidada é possível identificarmos alguns caminhos pedonais, em rampa e escada, que estabelecem conexões no seu interior.

Os edifícios estão implantados à face da rua, gerando pequenos quarteirões, cujos logradouros são inexistentes ou a sua área é muito reduzida; os espaços livres existentes no miolo dos quarteirões definidos pelos traçados correspondem a espaços com funções agrícolas. Esta área não apresenta variedade tipológica, sendo fundamentalmente residencial, composta por edifícios de 2 a 3 pisos, do tipo moradia unifamiliar, cujo rés-do-chão é geralmente utilizado para o arrumo de alfaias agrícolas e armazenamento de vinho. A arquitectura dos edifícios é essencialmente tradicional e popular, com algumas pontuações mais recentes, devido às reconstruções e reabilitações entretanto realizadas, ressaltando, no entanto, a presença de alguns edifícios antigos, correspondentes a “*Casas de Quinta*”, cuja presença harmoniza o conjunto e gera um significado emocional e de memória.

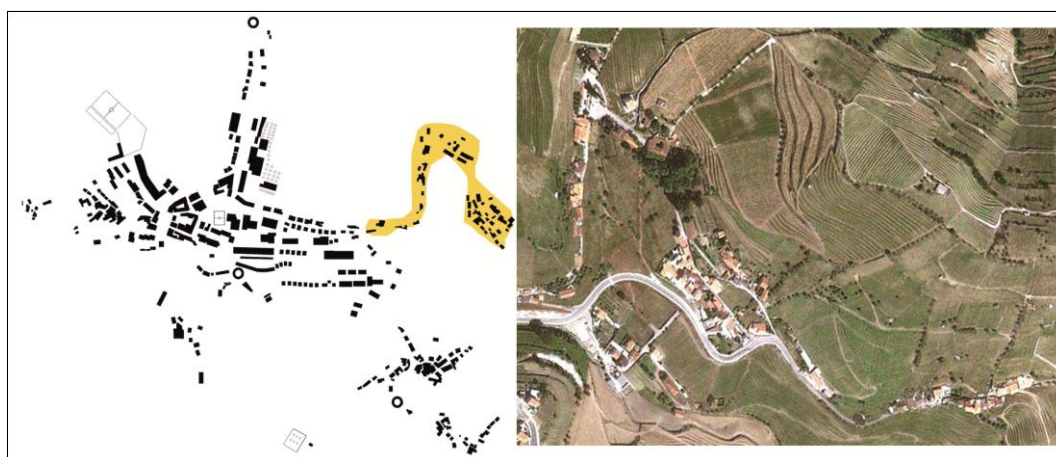


Imagem 116 - Localização da entidade e fotografia aérea de Santa Comba
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).

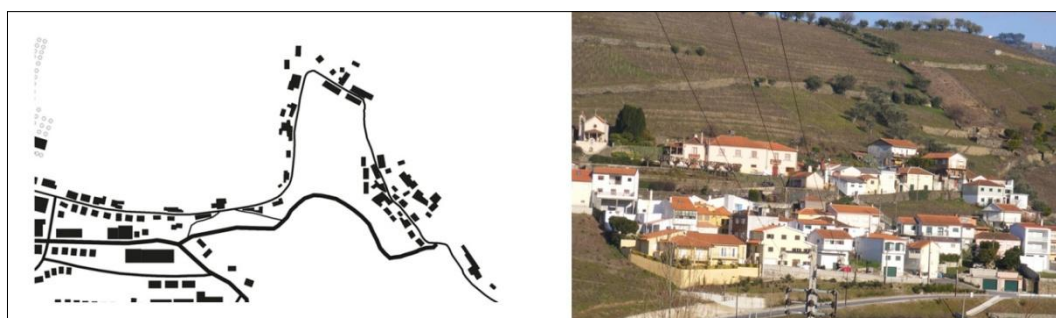


Imagem 117 - Malha urbana e imagem do conjunto de Santa Comba
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

5.8 Análise da Vila de Fontes

5.8.1 Crescimento Urbano

Através das Imagens 118 e 119 podemos constatar que, no início dos anos 50, o núcleo urbano de Fontes apresentava um tipo de povoamento concentrado, uma malha bastante estruturada, cujo traçado se organizava segundo a direcção de um eixo principal, designado por rua Central, e o plano marginal das fachadas dos edifícios implantados à face da mesma. Até ao final da década de 80 verifica-se um crescimento por expansão da zona norte, cuja rede viária resultou da reestruturação e transformação de caminhos antigos permitindo fechar a malha viária entre os lugares do Picoto e Cabo de Vila.

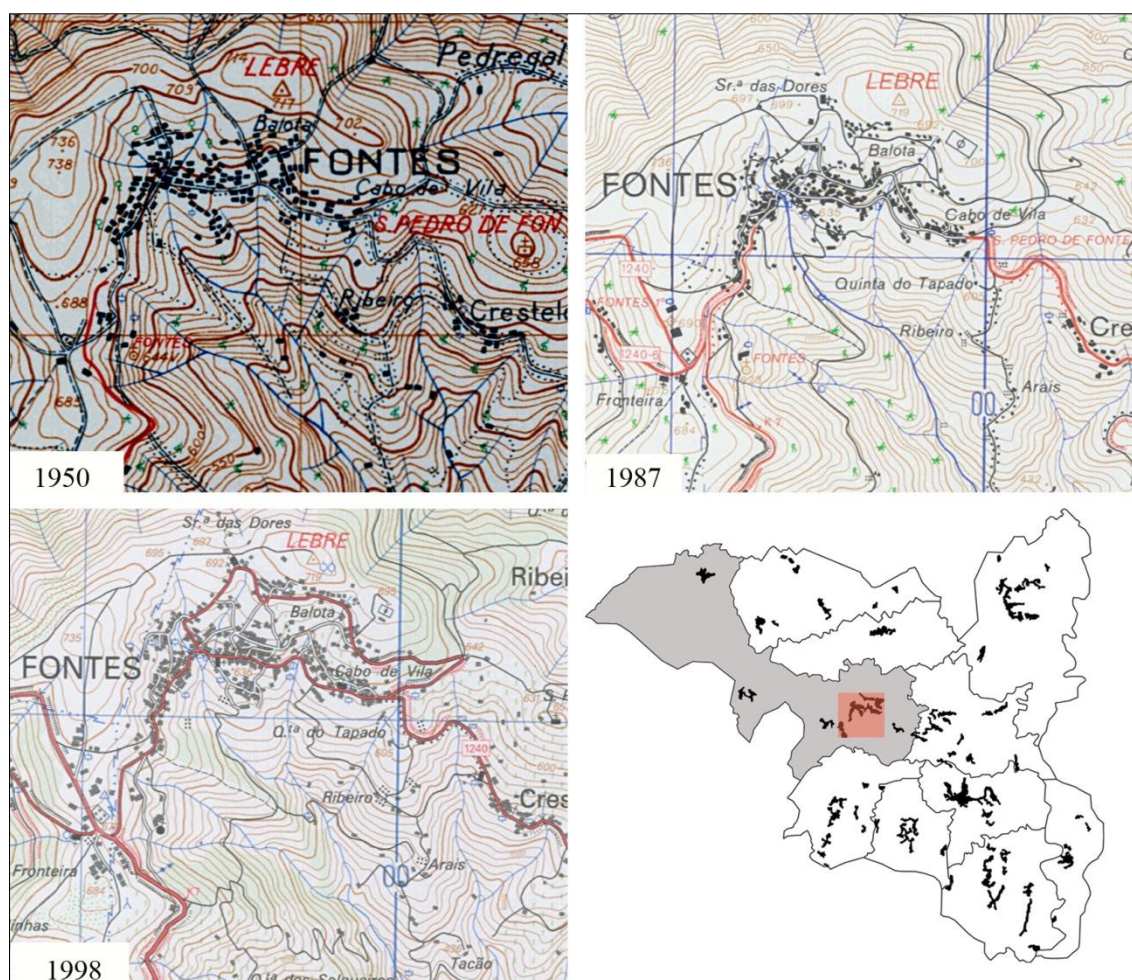


Imagem 118 - Extractos das Cartas Militares de 1950,1987,1998 do núcleo de Fontes
Mapa: Elaboração própria sobre CAOP do Instituto Geográfico Português.
Fonte: Cartas Militares - Instituto Geográfico do Exército;

A Sul do aglomerado, no lugar da Fronteira, verifica-se o surgimento de um pequeno núcleo, resultante da necessidade de construir algumas habitações tendo em vista o retorno de cidadãos portugueses que se encontravam nas colónias africanas.

Até ao final da década de 90 verifica-se uma estabilização do crescimento deste aglomerado, cuja forma é sensivelmente mantida; mas nessa altura foi criada uma nova via, variante à rua Central, cuja directriz segue ao longo da linha de festo do terreno, e na qual são visíveis construções e alguma intensificação no cruzamento a Sul que lhe dá acesso.

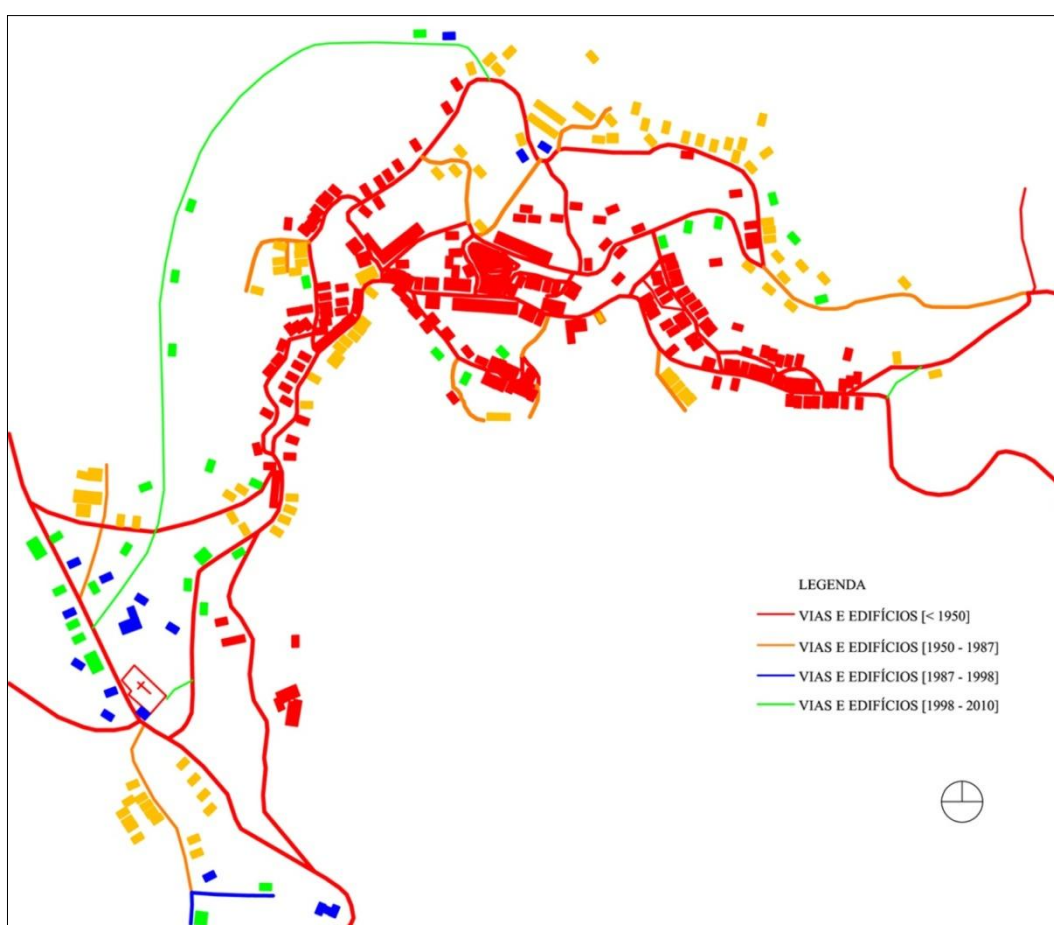


Imagem 119 - Evolução cronológica das vias e edifícios [1950-2010]. Fontes
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

A Imagem 120 traduz sob a forma de gráfico a evolução da demografia, densidade populacional e evolução do número de edifícios, sendo possível verificar nos períodos considerados uma forte regressão demográfica, contrariada por um aumento do número

de edifícios; cremos que este facto deve-se essencialmente às segundas residências e à residência de pessoas emigradas.

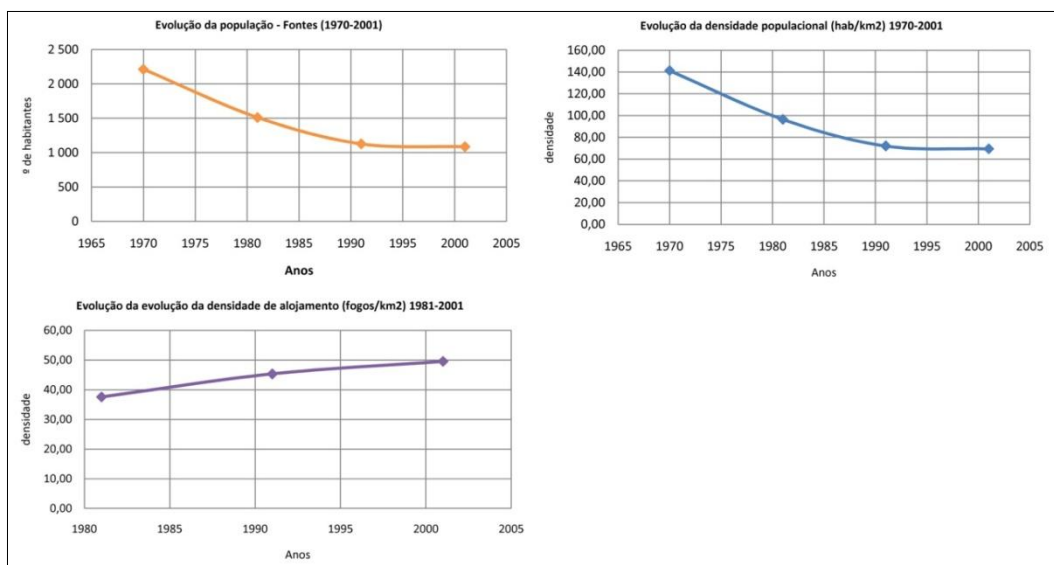


Imagem 120 - Evolução da população e de edifícios. Fontes
Fonte: Elaboração própria a partir a informação do INE (2001).

5.8.2 Relações entre os elementos de forma do núcleo da Vila de Fontes

O conjunto organiza-se através de uma malha hierarquizada, considerando a antiga EN304-3 como a via principal de acesso ao núcleo de Fontes; a rua Central e a variante a Oeste serão os elementos viários estruturantes deste núcleo, apresentando uma função de atravessamento, mas pode dizer-se que a rua Central ainda acumula a função distributiva, devido à relação directa que estabelece com parte significativa dos edifícios. Finalmente identifica-se uma malha capilar que faz a distribuição no interior das áreas mais densas. A Imagem 121 representa a estrutura viária agregada aos edifícios, sendo notória a relação de dependência entre as vias e a implantação dos edifícios, que na sua maioria são habitações unifamiliares, e imperando a lógica do acesso. O centro deste núcleo fica localizado junta das áreas construídas primitivas, destacando o Largo da rua central como epicentro do conjunto, e junto a ele se localizam os principais serviços e comércio.

O relevo pode ser considerado bastante acidentado, caracterizado por um coroamento de várias elevações do solo, no lado poente, que constitui a barreira natural deste aglomerado, como ilustra a Imagem 122.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

O núcleo urbano apresenta-se implantado a cerca de 100m abaixo da linha de fecho, com uma orientação sudeste protegida dos ventos fortes. Os edifícios apresentam uma relação directa com o solo e a suas implantações seguem as curvas de nível. Pode ainda identificar-se a quantidade de linhas de água que irradiam na envolvente, traduzindo bem o nome deste aglomerado – Fontes.

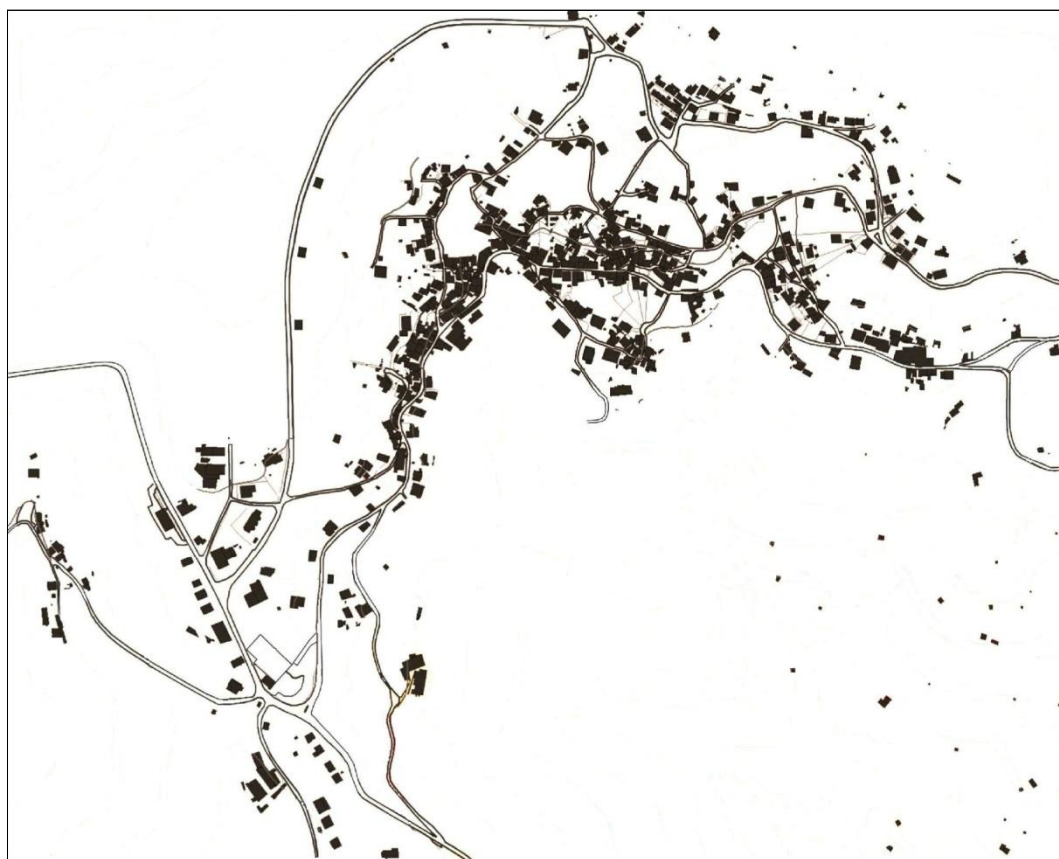


Imagem 121 - Relação entre os edifícios e as vias. Fontes
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

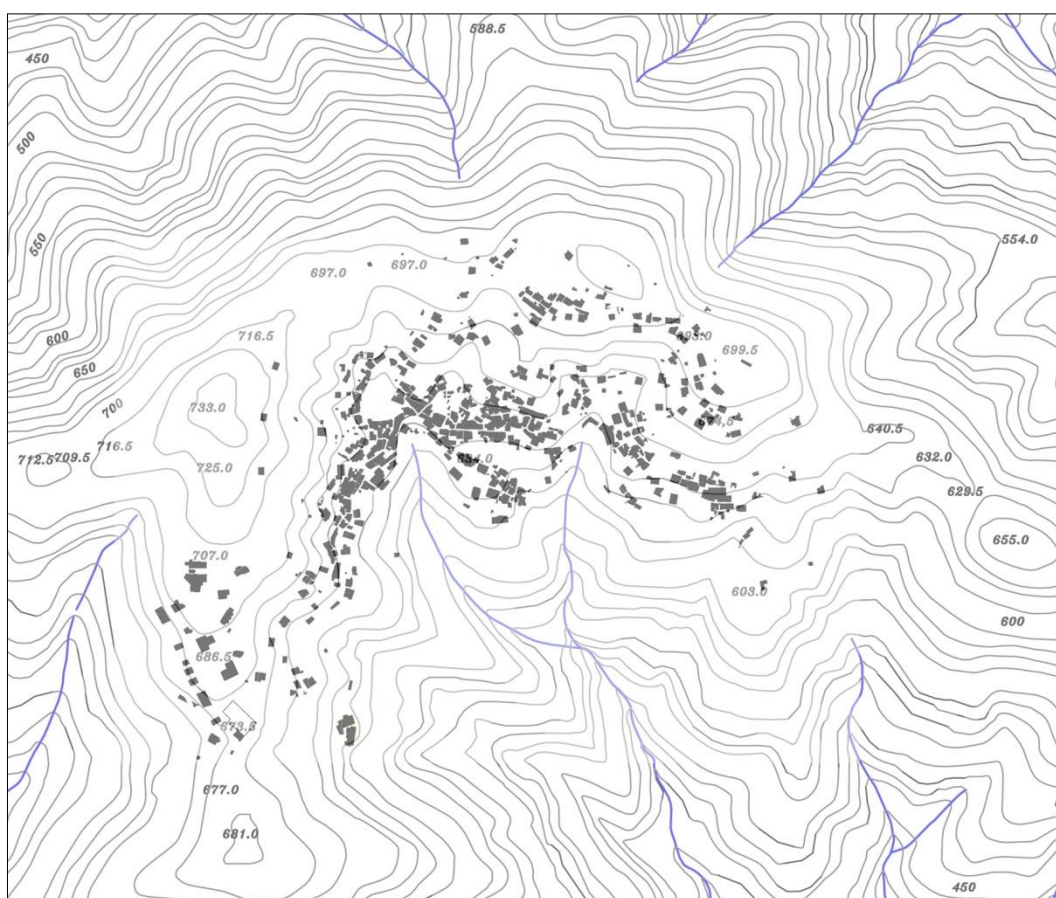


Imagem 122 - Relação entre o solo e os edifícios. Fontes
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.8.3 Direcções de crescimento e principais cruzamentos

Na Imagem 123 delimitaram-se os principais sub-núcleos do aglomerado, indicando o núcleo primitivo, e também as áreas que representam as sucessivas transformações ao longo do tempo.

Na Imagem 124 indicamos as direcções de crescimento urbano, que partem de pontos fixos, assinalados na referida imagem. Indicamos ainda os principais cruzamentos, que na, nossa opinião, são os precursores da ligação entre lugares, que articulam a malha viária, e geradores de pontos de referência para a memorização do conjunto; destacamos neste contexto três cruzamentos que consideramos relevantes:

a) Cruzamento do Cemitério

Este cruzamento faz a conexão entre a EN304-3 e a Vila de Fontes, e apresenta-se como sendo a *porta* de entrada da Vila;

b) Cruzamento da Fábrica

Este cruzamento faz a conexão entre a EN304-3 e a variante à rua central, servindo assim também de *porta* de acesso, agora uma nova área urbana, por expansão.

c) Cruzamento do Picoto

Este cruzamento remata a malha entre o tecido de ordem mais antiga e o de ordem mais recente no interior do aglomerado de Fontes, articulando partes do tecido consolidado que antes apenas se ligavam de modo pedonal.

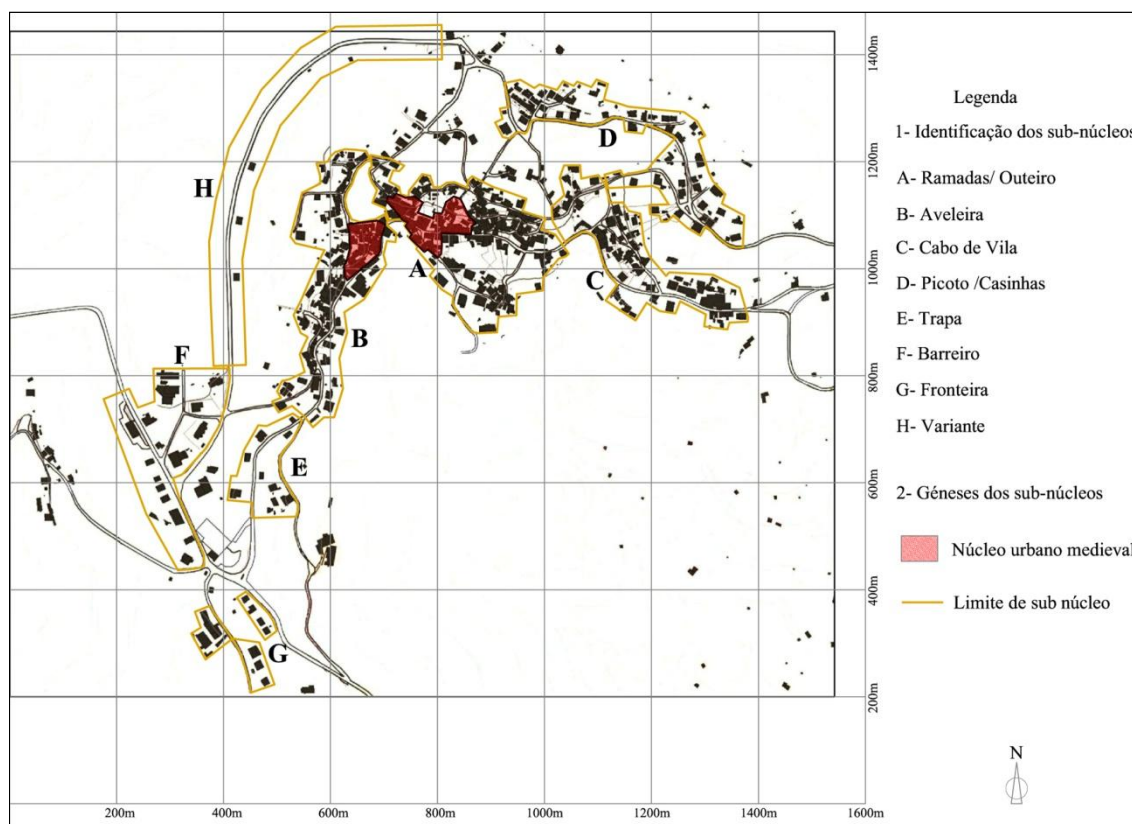


Imagem 123 - Identificação dos sub-núcleos. Fontes

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

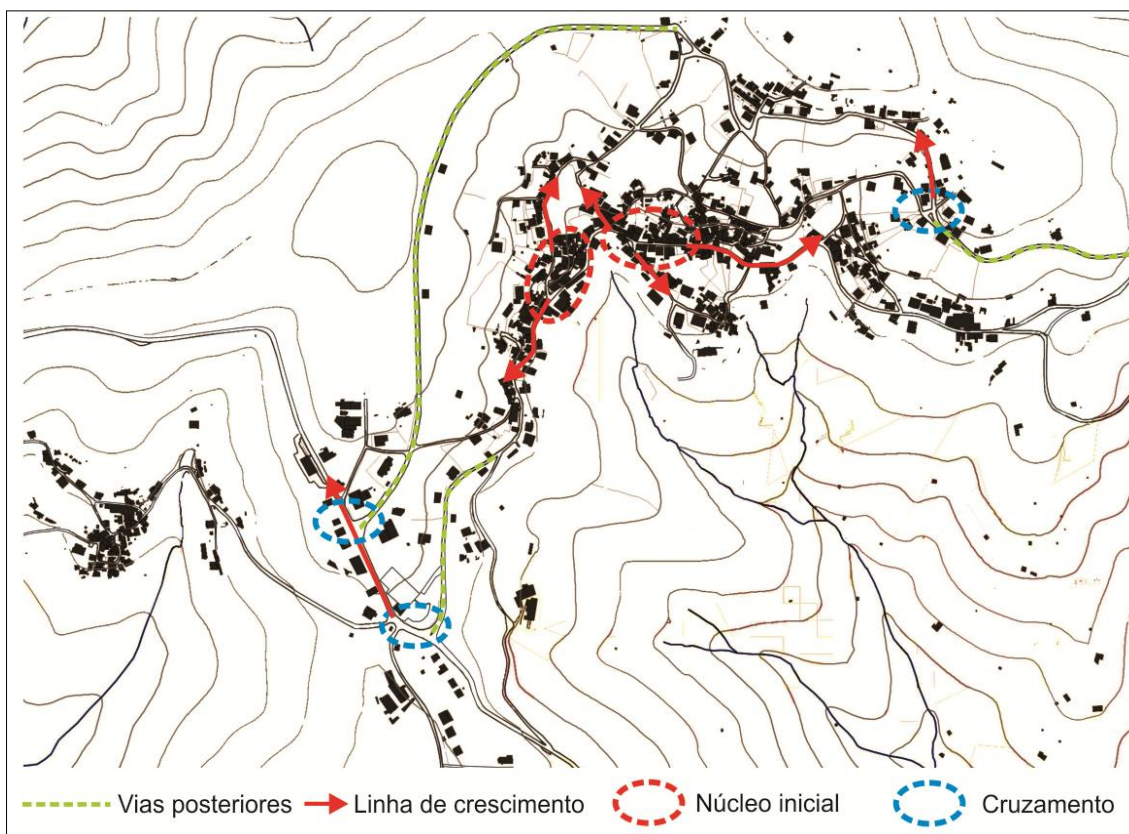


Imagem 124 - Direcções de crescimento e cruzamentos mais relevantes. Fontes
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.8.4 Tipificação das “áreas homogêneas” no núcleo urbano de Fontes

Na Imagem 125 identificam-se as principais áreas do núcleo de Fontes através das letras A, B, C, D, E, F, G e H, que foram sujeitas a transformações urbanas; representamos ainda a tipificação que definimos no sub-capítulo 5.6.5., classificando cada sub-núcleo pelo tipo de transformação e modo de crescimento.

Na Imagem 126 representamos as *entidades urbanas* resultantes do processo de pesquisa, obtidas pela da combinação da classificação realizada no parágrafo anterior, e as suas características morfológicas intrínsecas, que permitem individualizar quatro entidades urbanas, com uma estrutura e forma urbanas semelhantes, que designaremos: *Entidade Urbana* n.º 5 corresponde ao núcleo de Fontes; *Entidade Urbana* n.º 6 ao lugar do Barreiro; *Entidade Urbana* n.º 7 ao lugar da Fronteira; *Entidade Urbana* n.º 8 à área envolvente da variante. No sub-capítulo 5.8.5 realizaremos uma descrição mais pormenorizada dos elementos morfológicos e das suas interrelações para cada uma das entidades urbanas resultantes da nossa pesquisa para a Vila de Fontes.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

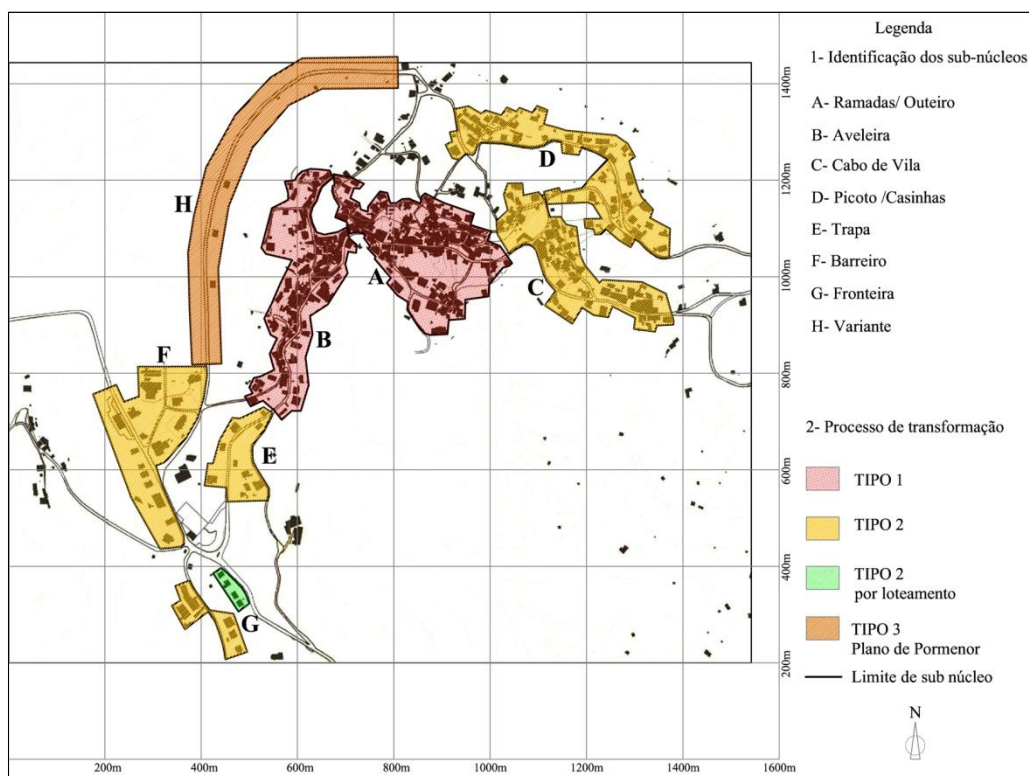


Imagem 125 - Processos de transformação. Fontes

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

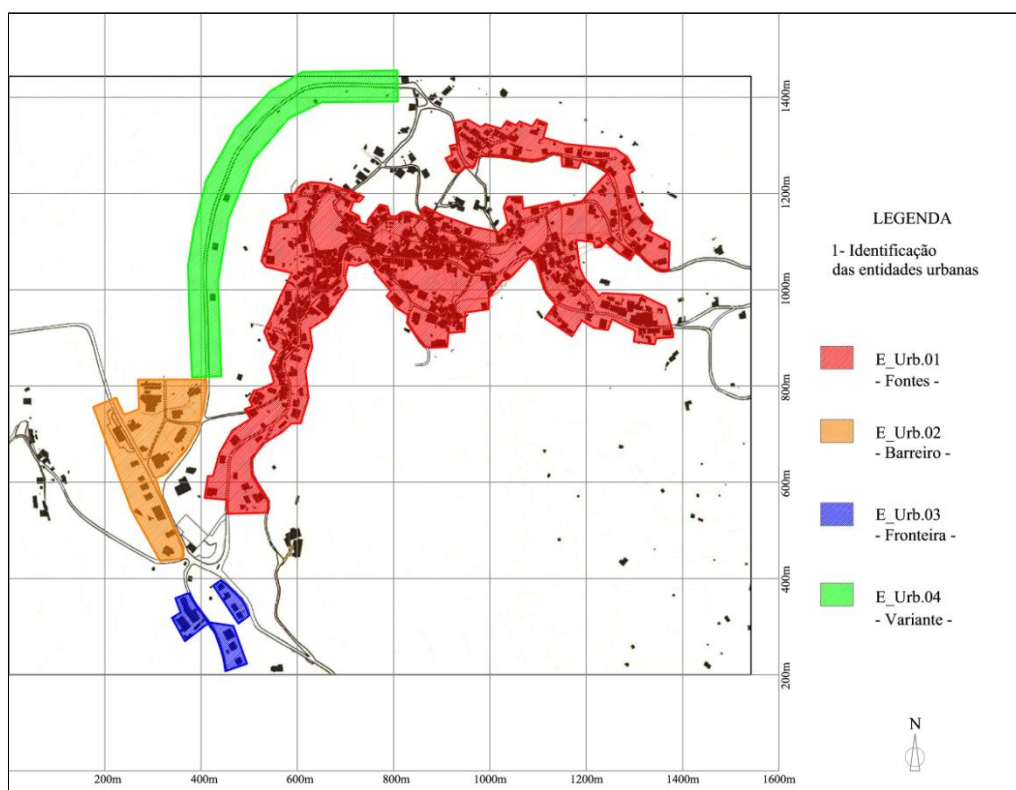


Imagem 126 - Identificação das entidades urbanas. Fontes

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.8.5 Entidades Urbanas para a Vila de Fontes

a) Fontes – Entidade Urbana n.º5

As Imagens 127 e 128 representam a área central da Vila de Fontes. Esta vila organiza-se a partir de um eixo longitudinal, que corresponde à rua Central, que atravessa o principal sistema urbano, pautado por pequenos largos correspondentes aos pontos de conexão com a malha capilar que serve os edifícios.

A Malha deste conjunto apresenta-se relativamente coesa e bastante estruturada, embora heterogénea entre o eixo viário principal e a malha capilar, cuja hierarquia é nítida pela largura dos perfis, sendo a largura muito reduzida para a malha capilar, não ultrapassa os 2.50m e em muitos casos torna-se unicamente pedonal. O pavimento da Rua Central está revestido a asfalto e está desprovido de passeios para peões. A restante malha capilar é ainda mais variada, composta por traçados interrompidos, em “cul-de-sac” e rematados em espaços intersticiais sem saída. O pavimento da malha capilar é na sua maioria revestido a calçada à portuguesa do tipo tradicional, ou em pavimento em cubo de granito para as renovações mais recentes.

Esta área apresenta alguma variedade na linguagem arquitectónica, dada a sua antiguidade e considerando as mais recentes intervenções na reabilitação de edifícios.

As coberturas são na sua generalidade de duas ou quatro águas, revestidas a telha cerâmica, embora identificámos algumas dissonâncias em que esse revestimento é realizado com telha de cimento, na cor negra. É ainda possível encontrarmos alguns edifícios com revestimento exterior em lousa preta, característica construtiva do final do século XIX. A tipologia é pouco variável, sendo a maioria dos edifícios do tipo moradia unifamiliar, destinados à habitação, nalguns mais antigos é ainda possível encontrarmos sinais de uma função comercial ao nível do rés-do-chão, embora na maioria dos casos se destina a funções de vinificação, armazenamento de alfaias e produtos de natureza agrícolas ou simplesmente a garagem particular.

Nesta área do núcleo urbano de Fontes a relação entre a altura dos edifícios e a largura da rua é de cerca do dobro, ou seja, a maioria dos edifícios apresentam dois pisos acima da cota da soleira e geralmente um piso abaixo desta.

O acesso é geralmente praticado directamente a partir da rua, existindo assim, uma promiscuidade entre os acessos pedonais (sem passeios) e o automóvel.



Imagem 127 - Localização da entidade urbana e fotografia aérea de Fontes
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 128 - Malha urbana e imagem do conjunto de Fontes
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

A Imagem 129 reproduz uma sequência de vistas desta entidade urbana, incidindo na imagem exterior de conjunto, enquanto na imagem 130 a sequência incide mais na imagem interior do aglomerado. Permitindo assim percebemos a relação entre a imagem da forma do exterior do aglomerado e do seu interior.

A localização desta entidade urbana corresponde à delimitação entre a paisagem montanhosa, composta por áreas florestais e de mato, a poente, e a paisagem duriense, composta por socalcos e linhas de oliveiras, a nascente.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião



Imagem 129 - Imagens representativas da forma exterior de Fontes
Fonte: Autor (2010).



Imagem 130 - Imagens representativas da forma interior de Fontes
Fonte: Autor (2010).

b) Barreiro – Entidade Urbana n.º6

O lugar do Barreiro corresponde a um sub-núcleo que surge entre os anos 80 e 90, do século XX, tendo como principal ponto de referência o limite construído onde se localiza o cemitério (Imagens 131 e 132). O solo apresenta um declive inferior a 15%. A reestruturação dos caminhos antigos permitiu a manutenção da lógica do acesso, não havendo profundas transformações fundiárias e do relevo.

A malha é aberta, uma vez que a relação entre a implantação dos edifícios e a rua que os serve não forma um anel fechado de quarteirão; e apresenta uma textura nítida em relação ao núcleo primitivo, devido à forma adoptada: edifícios isolados, implantados no lote de terreno com um afastamento superior a 5.00m à frente da rua, o solo envolvente é usado como logradouro, destinado a espaços arborizados e jardins, e apresenta uma área, na maioria dos casos, de três a quatro vezes da área de implantação do edifício, confirmando deste modo a baixa densidade que caracteriza esta *entidade urbana*.

As tipologias nesta área são variadas, embora resumidas a dois tipos fundamentais: moradias unifamiliares e edifícios destinados ao armazenamento e indústria ligeira. A estruturação do conjunto apresenta-se desorganizada na relação entre as várias tipologias e respectivas funções, demonstrado pela mistura casuística de lotes cujos edifícios têm diferentes funções.

A paisagem envolvente é basicamente composta por mato rasteiro, alguns pinhais e soutos, tendo no horizonte como pano de fundo a Serra do Marão.

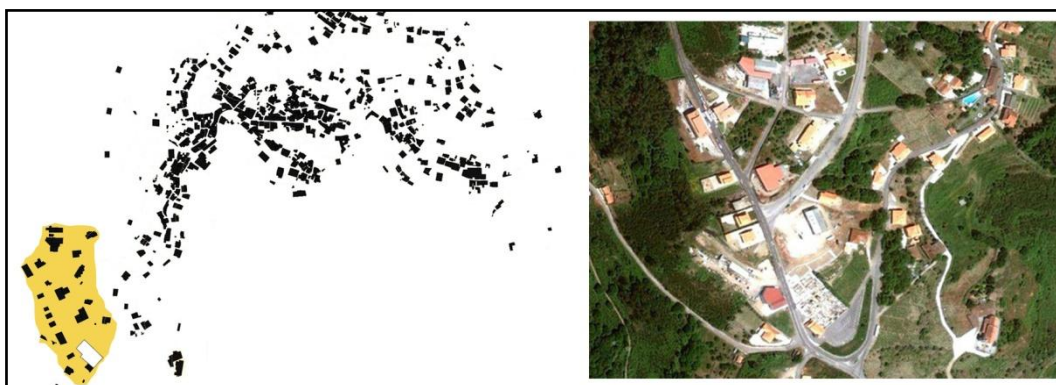


Imagem 131 - Localização da entidade e fotografia aérea do Barreiro
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 132 - Malha urbana e imagem do conjunto do Barreiro
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

c) Fronteira – Entidade Urbana n.º7

Esta entidade urbana de pequena dimensão apresenta-se descontextualizada da restante área do aglomerado, uma vez que se tratou de uma adição de tecido urbano com um propósito de urgência, ou seja, para a construção de habitações para uma população retornada das colónias ultramarinas portuguesas. A prova dessa descontextualização deve-se ao fraco nível de infra-estruturação do local, do arranjo urbanístico do conjunto, com ausência de espaço público e das condições de acesso aos edifícios. Organiza-se a partir de uma rua que se liga à EN304-3, rematada em “cul-de-sac”, cujo perfil apresenta uma largura de cerca de 4.50m com pavimento em betuminoso. Esta entidade é assim, uma área pouco estruturada, de baixa densidade, com uma malha de textura nítida em relação ao núcleo principal, mas aberta na relação entre a implantação dos edifícios e a rua que os serve. Este facto deve-se essencialmente por se tratar de um loteamento de génese ilegal, que no entanto, não deixa de apresentar-se como área com uma identidade própria, e com uma forma urbana diferente das suas vizinhas.

Em termos tipológicos, esta *entidade urbana* é fundamentalmente caracterizada pela moradia unifamiliar, tipo isolada, destinada à habitação e composta por um ou dois pisos, sendo o logradouro destinado a actividades agrícolas, nomeadamente a cultura da vinha e alguns pequenos campos de produção de hortícolas.

A paisagem envolvente é caracterizada por um conjunto de socalcos, nos quais é praticada a cultura da vinha, sendo os limites da propriedade fundiária e os caminhos rurais pedonais marcados por linhas de oliveiras (Imagem 133).



Imagem 133 - Malha urbana e imagem do conjunto da Fronteira
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

d) Variante – Entidade Urbana n.º8

Esta área corresponde a uma recente adição ao núcleo da Vila de Fontes, apresenta uma malha pouco estruturada face ao conjunto do núcleo, uma vez que pode caracterizar-se por uma única via. Organiza-se por isso, ao longo de uma via, que segue ao longo da linha de fecho, e liga dois pontos extremos da Vila de Fontes, nomeadamente o cruzamento do Barreiro com a EN304-3 e o lugar de Nossa Senhora das Dores, que se localiza no extremo norte do aglomerado primitivo. Trata-se assim de um tecido urbano caracterizado por um crescimento linear e de expansão, perdendo a coesão com o núcleo primitivo (Imagem 134 e 135).

A via apresenta um perfil com uma largura de cerca de 6.50m, existindo espaço suficiente para a execução de passeios na margens e linha arbórea, mas que actualmente ainda não estão executadas. O pavimento desta rua está revestido em betuminoso; os declives são variáveis, apresentando-se com um declive bastante acentuado no início do percurso, junto ao cruzamento do Barreiro, passando a suave nos troços de maior altimetria.

A tipologia dos edifícios existentes e previstos pode ser caracterizada pela moradia unifamiliar, implantada de forma isolada, com um a dois pisos acima da cota da rua e um abaixo da rua; dotada de logradouro, que se destina a espaços verdes e de arborização de pequeno porte, caracterizando-se por esse facto como área de baixa densidade.

A paisagem onde se insere esta *entidade urbana* é tipicamente montanhosa, dado que a esta altitude, cerca de 750m, a vegetação, o tipo de solo e as condições climáticas são bem diferentes das do núcleo principal, imperando o mato, algum pinhal e um ambiente “agressivo” pela frequência e intensidade do vento que nesta área desprotegida se pode verificar.

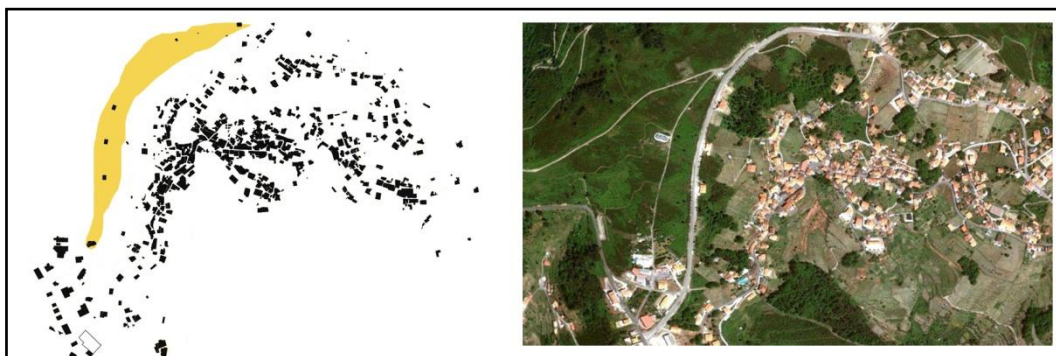


Imagem 134 - Localização da entidade urbana e fotografia aérea da Variante
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 135 - Malha urbana e imagem do conjunto da Variante
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

5.9 Análise da Vila de Cumieira

5.9.1 Crescimento Urbano

Através das Imagens 136 e 137 podemos verificar que no início dos anos 50, o núcleo urbano da Cumieira apresentava já um tipo de povoamento disperso composto por pequenos núcleos, realçando-se o lugar do Assento como núcleo mais estruturado e mais denso do que os restantes; a maioria dos núcleos antigos está implantada ao longo de linhas de festo, libertando o solo dos vales para as actividades agrícolas; a via estruturante que serve de ligação entre as várias partes deste aglomerado é a EN2.

Até ao final da década de 80, verifica-se um crescimento por expansão da zona sudeste e noroeste, correspondendo aos Bairros Novo e da Amoreira. Estes dois bairros, assentes num relevo em vale muito acidentado, correspondem às principais transformações desse período, e alteraram significativamente a forma e imagem do núcleo urbano da Cumieira.

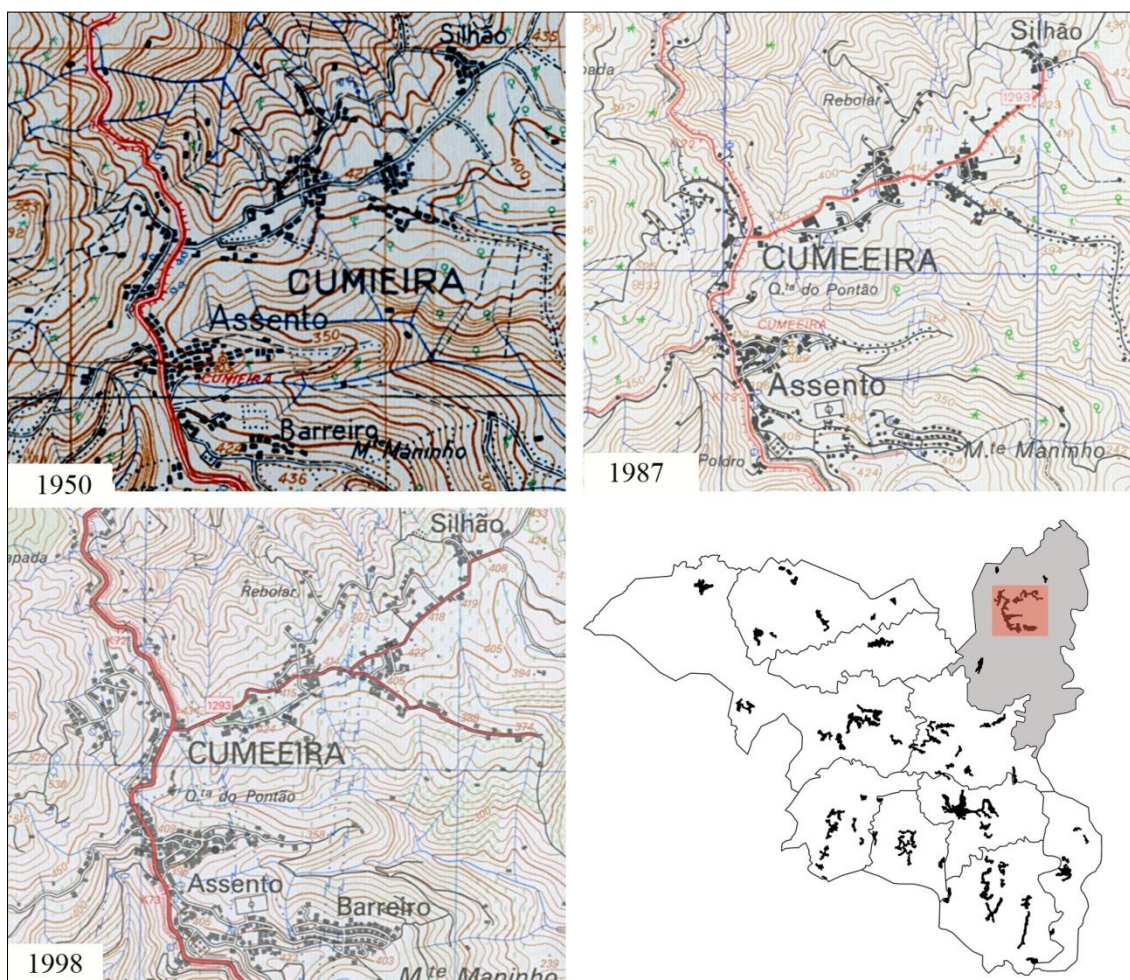


Imagem 136 - Extractos das Cartas Militares de 1950,1987,1998 do núcleo da Cumieira
Mapa: Elaboração própria sobre CAOP do Instituto Geográfico Português.
Fonte: Cartas Militares, Instituto Geográfico do Exército;

No final da década de 90 verifica-se alguma estabilização do crescimento deste aglomerado, uma vez que a forma é de um modo global mantida; devemos realçar, no entanto, que nesse período ocorre alguma construção de edifícios, uma expansão associada à reestruturação de alguns caminhos antigos, como se pode verificar na zona do Cancelo que se localiza a nordeste do núcleo da Cumieira. Surgem ainda algumas construções de colmatação e de extensão associadas aos tecidos pré-existentes.

Recentemente foi criada uma via nova, ao longo do talvegue, entre o lugar do Assento e do Barreiro, que tem como principal objectivo o acesso a uma ETAR, mas que permite outras possibilidades para a reestruturação da malha através da reorganização da rede viária local; verificamos que não existiu uma clara tendência para a colmatção dos espaços envolventes aos núcleos primitivos, tendo passado a opção de crescimento pela criação de novas bolsas de solo, como comprovados pelos Bairros da Amoreira e o Bairro Novo.

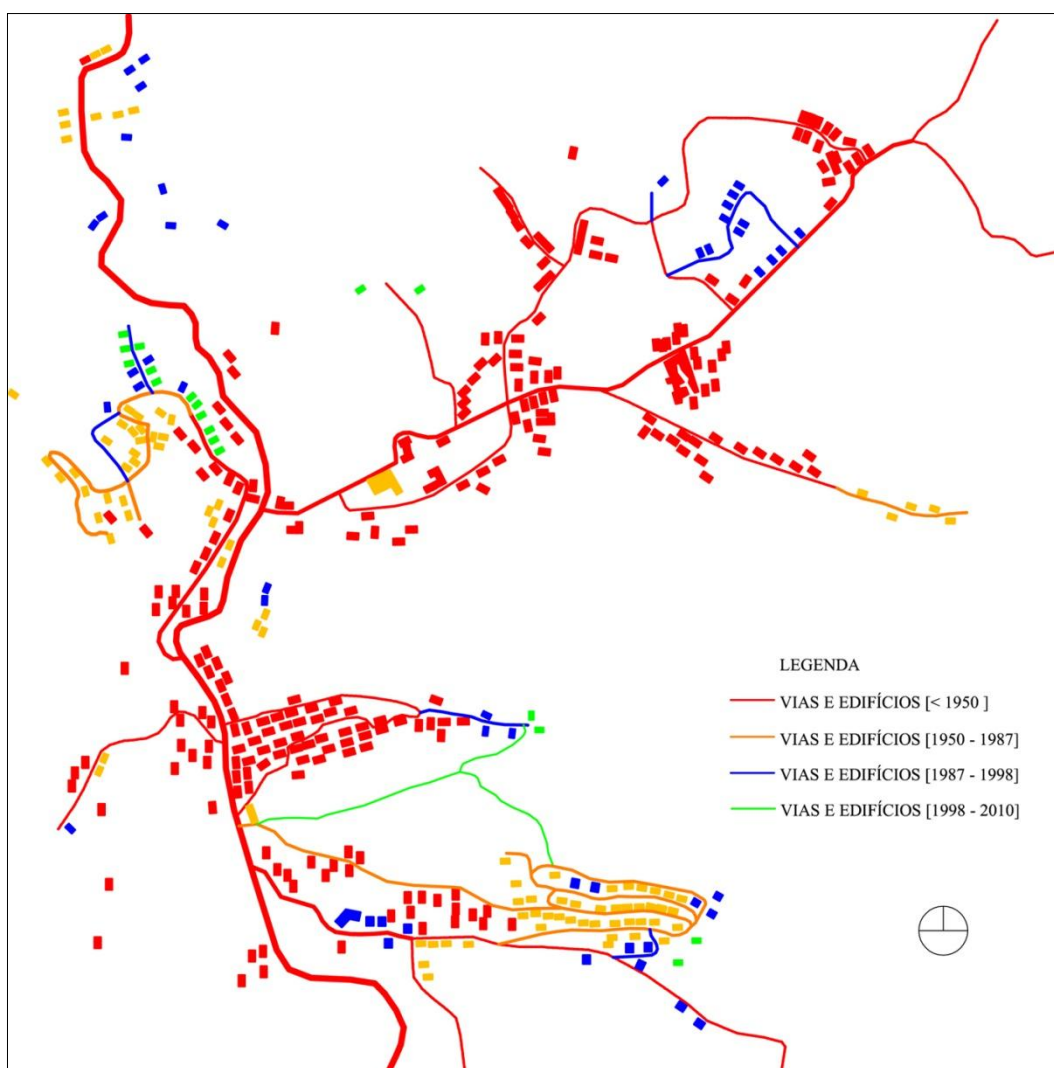


Imagem 137 - Evolução cronológica das vias e edifícios [1950-2010]. Cumieira
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

A Imagem 138 traduz, sob a forma de gráfico, a evolução da demografia, densidade populacional e evolução do número de edifícios. Acontece nos períodos considerados uma forte regressão demográfica e de conseqüente densidade populacional, mas

verificamos um aumento do número de edifícios, facto que se deve essencialmente às segundas residências e à residência de pessoas emigradas.

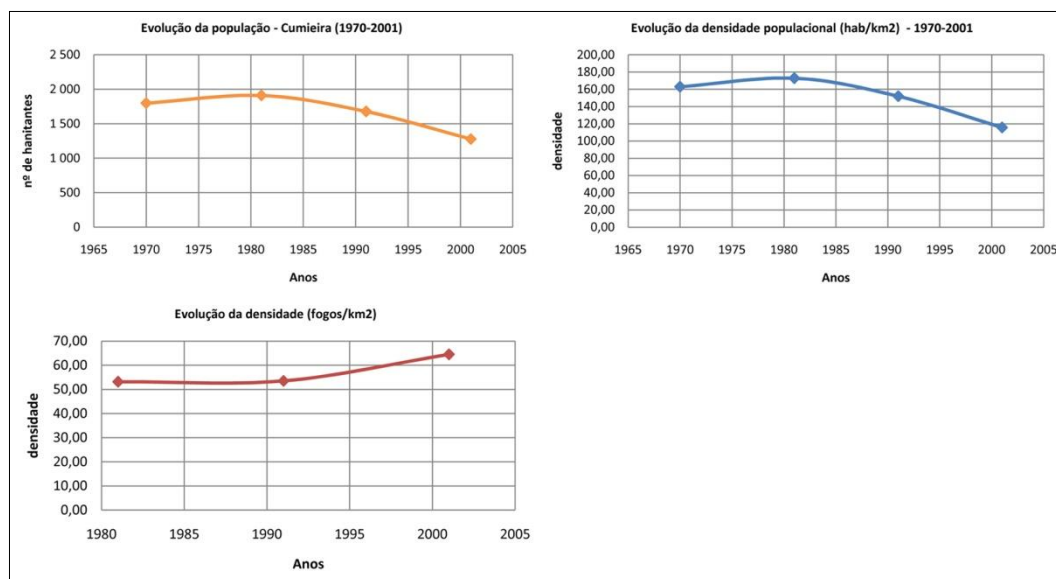


Imagem 138 - Evolução da população e de edifícios na Cumieira
Fonte: Elaboração própria a partir a informação do INE (2001).

5.9.2 Relações entre os elementos de forma no núcleo urbano da Cumieira

A Imagem 139 representa a estrutura viária agregada aos edifícios, traduzindo a notória relação de dependência entre as vias e a implantação dos edifícios, imperando a lógica do acesso. Pensamos que este foi o procedimento que as populações encontraram, para minimizar a transformação fundiária e a remodelação sistemática do relevo, ou seja, para prejudicar o menos possível a produção agrícola, aproveitando os caminhos existentes. A construção de edifícios é praticada ao longo das vias, possibilitando o acesso às infra-estruturas.

O núcleo urbano da Cumieira organiza-se segundo a articulação dos sub-núcleos que o compõe, cujo centro corresponde ao lugar do Assento, e a partir do qual são estabelecidas várias ramificações viárias que o ligam aos outros lugares. Este centro caracteriza-se fundamentalmente pelo cruzamento existente e pelos dois largos adjacentes cortados pela passagem da EN2; neste centro localizam-se os principais e serviços e comércio da Vila da Cumieira, e por isso corresponde ao lugar de maior confluência de pessoas e de actividades sociais.

A malha do conjunto apresenta uma *textura nítida*, sendo mais notória entre os bairros mais recentes, e existindo por isso alguma variabilidade no que diz respeito à organização da malha estruturante, sendo mais aberta e de baixa densidade nas áreas de ordem mais recentes, e mais fechada e densa nas áreas primitivas.

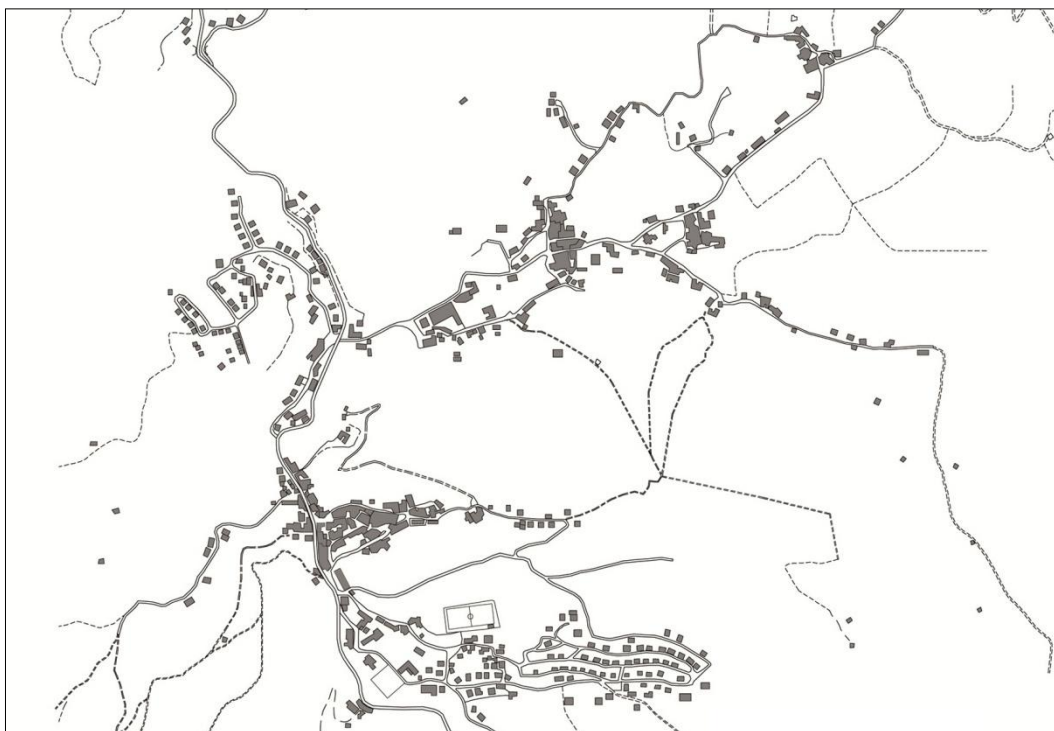


Imagem 139 - Relação entre os edifícios e as vias na Cumieira

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

A Imagem 140 traduz a interrelação entre o relevo e os edifícios, podendo verificar-se que as partes do relevo ocupadas pelos edifícios correspondem a linhas de fecho, uma vez que nestas zonas o declive mantém alguma uniformidade, possibilitando traçados com traneis mais suaves e a utilização das faixas laterais das vias para a implantação dos edifícios. As características do relevo, neste núcleo urbano, condicionam profundamente a forma do aglomerado, uma vez que o declive do solo é na sua generalidade superior a 45%, tornando impraticável a expansão urbana contínua, tornando as encostas em vale acidentado como barreiras naturais deste núcleo urbano.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

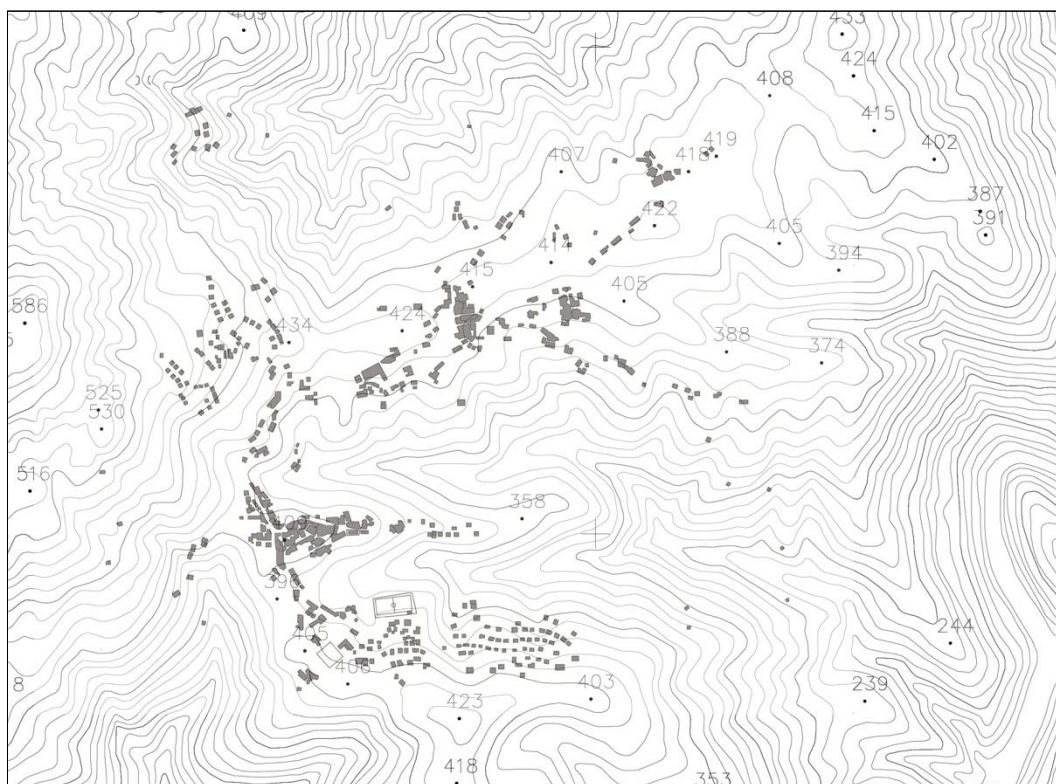


Imagem 140 - Relação entre o solo e os edifícios na Cumieira

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.9.3 Direcções de crescimento e principais cruzamentos

Na Imagem 141 delimitaram-se os principais sub-núcleos deste aglomerado, indicando-se os “pontos fixos” ou núcleos primitivos, que deram origem, por expansão ou por colmatação aos tecidos urbanos envolventes. Estes pontos fixos correspondem, neste caso, a *Casas de Quinta* que ao longo do tempo funcionaram como principal entidade empregadora de uma parte substancial da população residente, que funcionaram como pontos de agregação de novos edifícios; para a criação ou alargamento de arruamentos, originando deste modo pequenos núcleos urbanos que foram crescendo e definindo lugares singulares.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

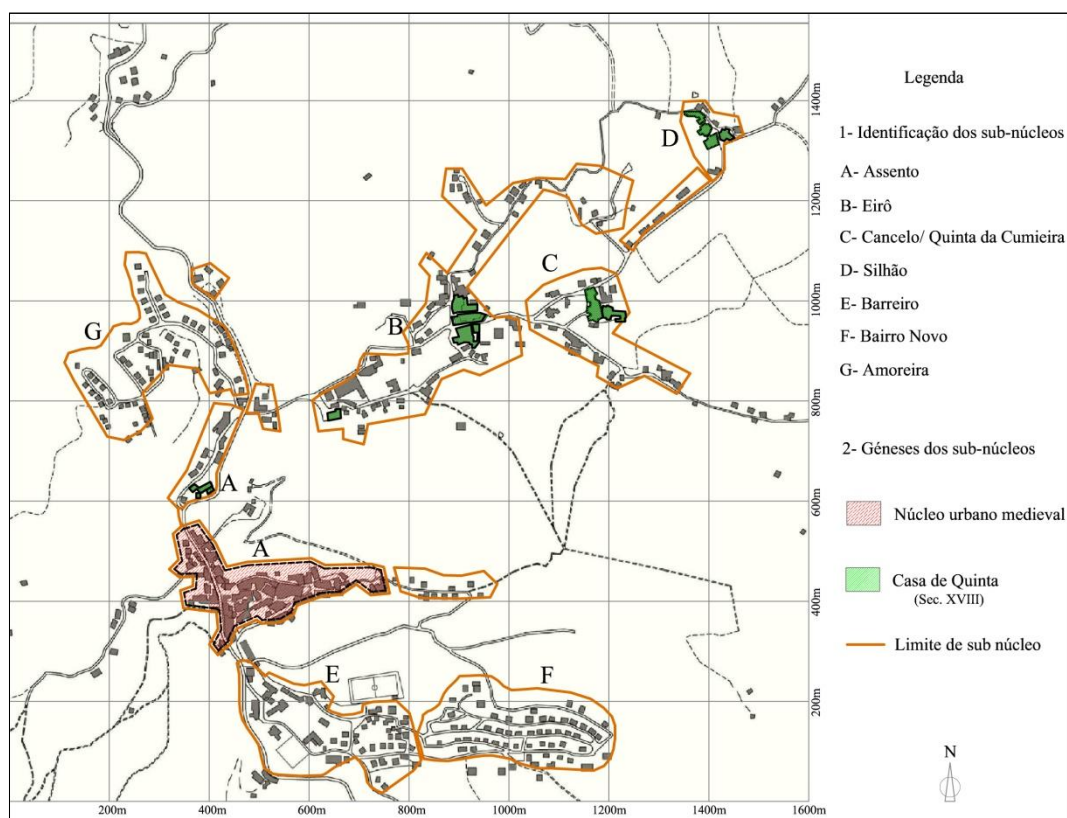


Imagem 141 - Identificação dos sub-núcleos na Cumieira

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

Através da Imagem 142 indicamos as direcções de crescimento urbano, reforçando a indicação dos pontos fixos ou núcleos primitivos, destacamos os seguintes: o lugar do Assento, o lugar do Eiró e o lugar do Cancelo. Indicamos ainda os principais cruzamentos precursores na ligação entre lugares e geradores de pontos de referência para a memorização do conjunto. Localizamos três cruzamentos fundamentais deste aglomerado: o cruzamento da estação, a norte e junto à EN2; o cruzamento da Escola, a sul junto à EN2; e o cruzamento do Cancelo, a nordeste. Salientamos ainda nesta imagem as direcções da ocupação do solo ao longo do tempo, possibilitando desta forma perceber-se a como essas direcções acontecem em função da localização dos núcleos primitivos e da relevância funcional que os cruzamentos indicados introduzem na estruturação do conjunto. Os cruzamentos são assim os pontos de conexão entre partes urbanas, mas também pontos marcantes para o surgimento de novas formas urbanas.

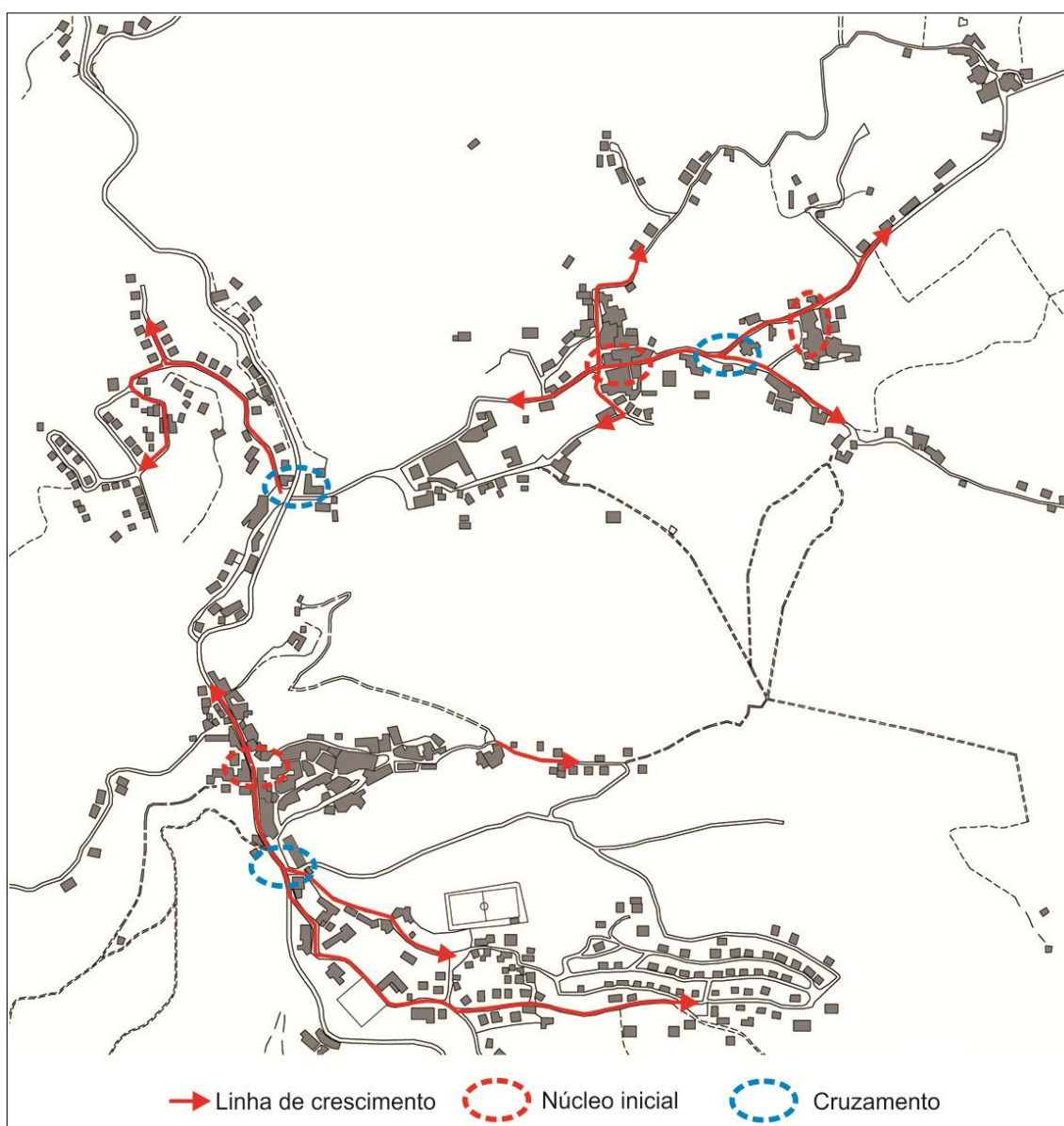


Imagem 142 - Direções de crescimento e cruzamentos mais relevantes na Cumieira
Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.9.4 Tipificação das “áreas homogéneas” no núcleo urbano da Vila da Cumieira

Na Imagem 143 identificam-se as principais áreas do núcleo da Cumieira através das letras A, B, C, D, E, F e G, que foram sujeitas a transformações urbanas; representamos ainda a tipificação que definimos no sub-capítulo 5.6.5., classificando cada sub-núcleo pelo tipo de transformação e modo de crescimento.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

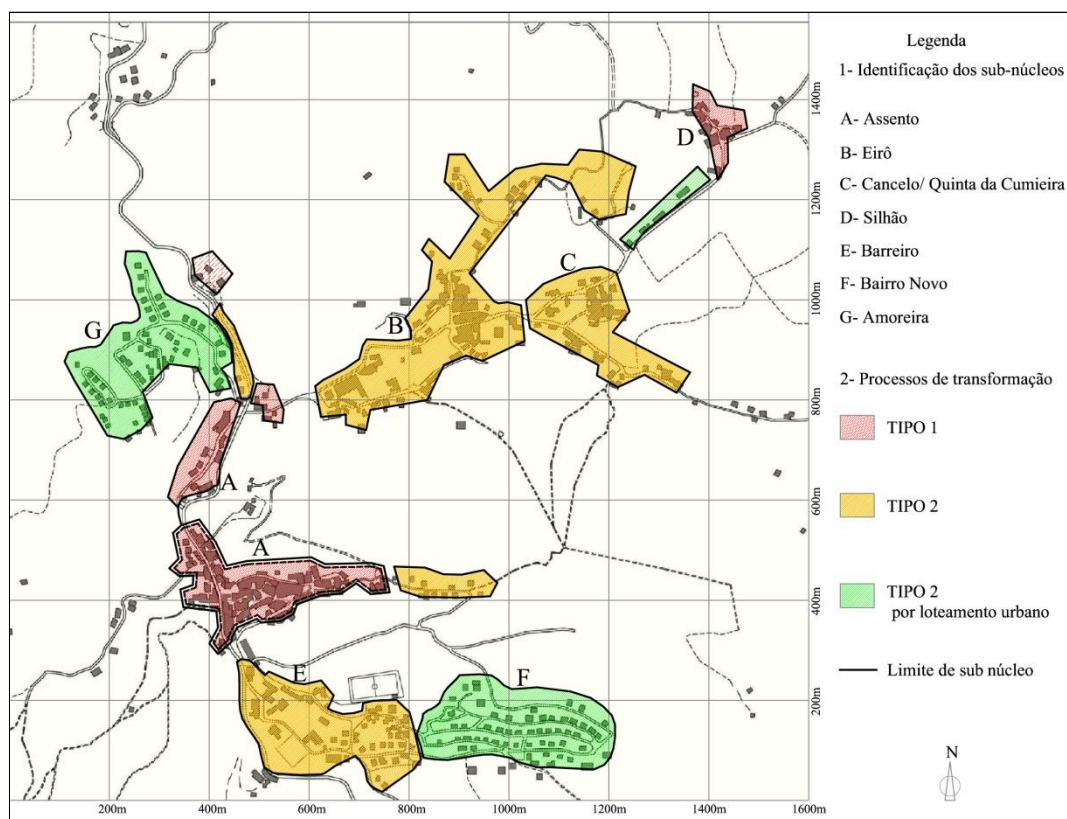


Imagem 143 - Processos de transformação na Cumieira

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

Na Imagem 144 representamos as *entidades urbanas* resultantes do processo de pesquisa, obtidas pela da combinação da classificação realizada no parágrafo anterior, e as suas características morfológicas intrínsecas, que permitem individualizar quatro entidades urbanas, com uma estrutura e forma urbanas semelhantes, que designaremos: Entidade Urbana n.º9 corresponde ao núcleo do Assento; Entidade Urbana n.º10, ao núcleo da Cumieira Norte; Entidade Urbana n.º 11, ao núcleo do Bairro Novo/Barreiro e Entidade Urbana n.º12 ao Bairro da Amoreira. No sub-capítulo 5.9.5 realizaremos uma descrição mais pormenorizada dos elementos morfológicos e das suas inter-relações para cada uma das entidades urbanas resultantes da nossa pesquisa para a Vila da Cumieira.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

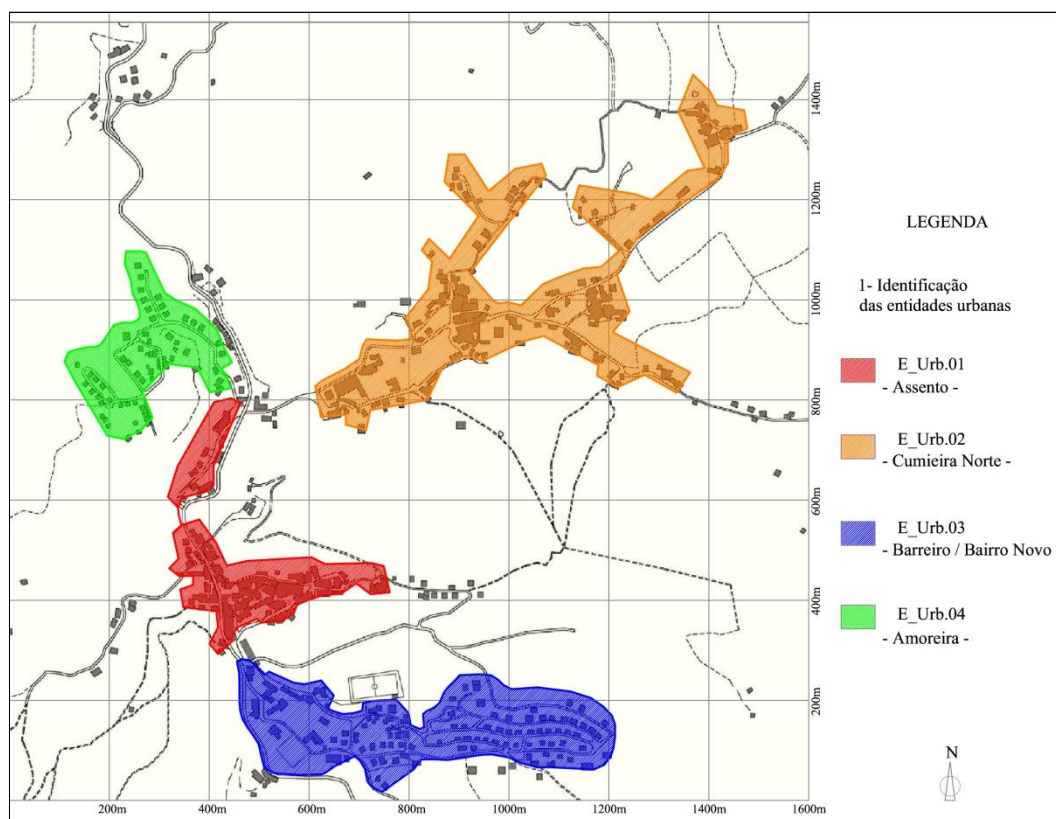


Imagem 144 - Identificação das entidades urbanas na Cumieira

Fonte: Elaboração própria sobre cartografia digital fornecida pela CM de Santa Marta de Penaguião.

5.9.5 As entidades urbanas na Vila da Cumieira

a) O lugar do Assento – Entidade Urbana n.º9

Esta entidade urbana corresponde ao principal núcleo primitivo da Cumieira, a sua malha é densa, muito estruturada e totalmente nítida em relação às formas urbanas vizinhas, apresenta um conjunto de caminhos de várias hierarquias, cuja evolução ocorreu ao longo do tempo, em função de questões funcionais, mas também devido a várias extensões. Esta entidade tem como limites o cruzamento da Escola, a sul e o cruzamento da Estação, a norte (Imagens 145 e 146).

De um modo geral a rede viária interna apresenta um perfil muito limitado, não ultrapassando os 4.50m, sendo possível encontramos uma rede de caminhos pedonais entre alguns dos edifícios, correspondendo a uma ordem mais antiga, marcando assim as características medievais que estão na sua origem.

Em termos tipológicos, o lugar do Assento caracteriza-se por um conjunto de edifícios, maioritariamente em banda, mas também encontramos algumas formas em quarteirão mais ou menos fechado, e que se destinam maioritariamente à habitação, de 2 pisos, alternando para 3 pisos em função de alguns acidentes do relevo, o piso inferior destinava-se no passado ao comércio ou ao armazenamento de produtos agrícolas.

O lugar do Assento pela sua antiguidade, contiguidade à EN2 e pela existência de alguns serviços e comércio, para além da habitação, pode ser considerado a centralidade do núcleo urbano da Cumieira. Corresponde, por esse facto, ao lugar de encontro dos seus residentes onde são realizadas as principais actividades cívicas.



Imagem 145 - Localização e fotografia aérea do Assento
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).

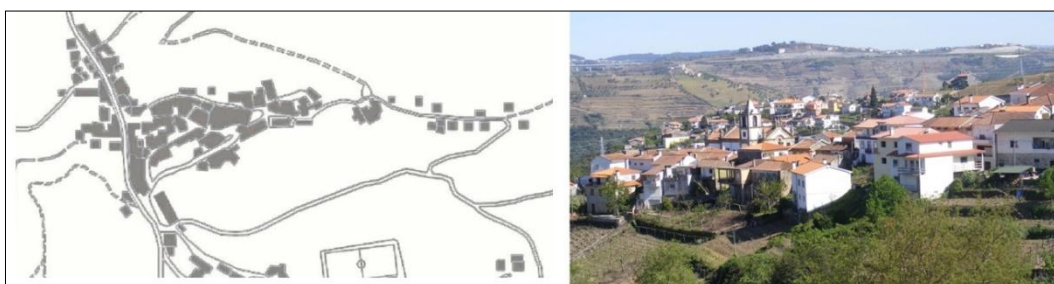


Imagem 146 - Malha urbana e imagem do conjunto do Assento
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

A Imagem 147 corresponde a uma sequência de fotos desta entidade urbana, e que permitem percebermos a forma exterior, mas também sua forma interior, nomeadamente a praça do Assento e o atravessamento da EN2 neste local.



Imagem 147 - Imagens representativas do lugar do Assento
Fonte: Autor (2010).

b) Cumieira Norte – Entidade Urbana n.º10

A entidade urbana da Cumieira Norte é composta por vários lugares, que destacaremos a Estação, Eiró e Cancelo, que se articulam entre si uma vez que correspondem a um traçado de características urbanas relativamente homogéneas, tendo como ponto de partida a EN2, conectado a partir do lugar da Estação.

○ Lugar da Estação

O lugar da estação corresponde a um cruzamento que se conecta à EN2, mas também ao Bairro da Amoreira (poente). O perfil da via apresenta uma largura de cerca de 6.00m, pavimentado a cubo de granito. Este espaço inicia-se num cruzamento, relativamente aberto, embora marcado por um edifício na forma de “L” e tem como limite construído o edifício da Adega Cooperativa (Imagens 148 e 149).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

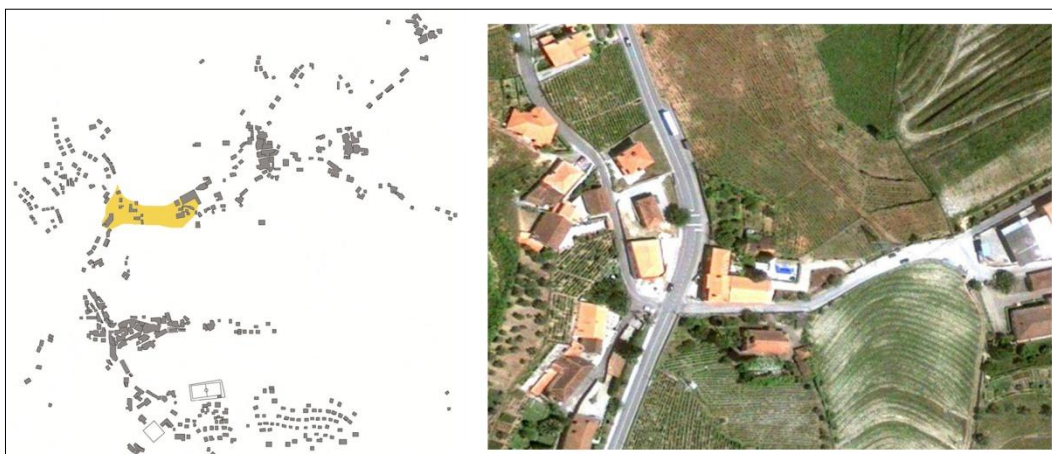


Imagem 148 - Localização e fotografia aérea da Estação
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 149 - Imagens representativas do lugar da Estação
Fonte: Autor (2010).

○ **Lugar do Eiró**

O Lugar do Eiró corresponde a um primeiro ponto de paragem, neste percurso, corresponde a um núcleo antigo que se organiza a partir de uma praça, que actualmente é utilizada como parque de estacionamento automóvel, mas que no passado correspondia a um lugar de convívio e de confluência de pessoas.

O núcleo apresenta-se denso, na forma de quarteirão aberto, sendo atravessado longitudinalmente pela via em que nos deslocamos nesta descrição, e transversalmente por vias de uma outra ordem que perfazem uma malha que procura adequar-se ao relevo. A presença de alguns edifícios antigos marca o lugar, conferindo-lhe uma identidade intrínseca, cujos motivos são a viticultura e a cultura da oliveira.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

As Imagens 150 e 151 procuram representar este lugar, possibilitando percebermos a sua forma exterior; realçamos que a paisagem envolvente apresenta um conjunto de elementos de forma relevantes, nomeadamente os socalcos, as linhas de oliveiras e os enormes postes de distribuição de energia eléctrica de alta tensão; possibilitam ainda estas imagens uma percepção de algumas sequências do seu interior e a praceta que marca o lugar.

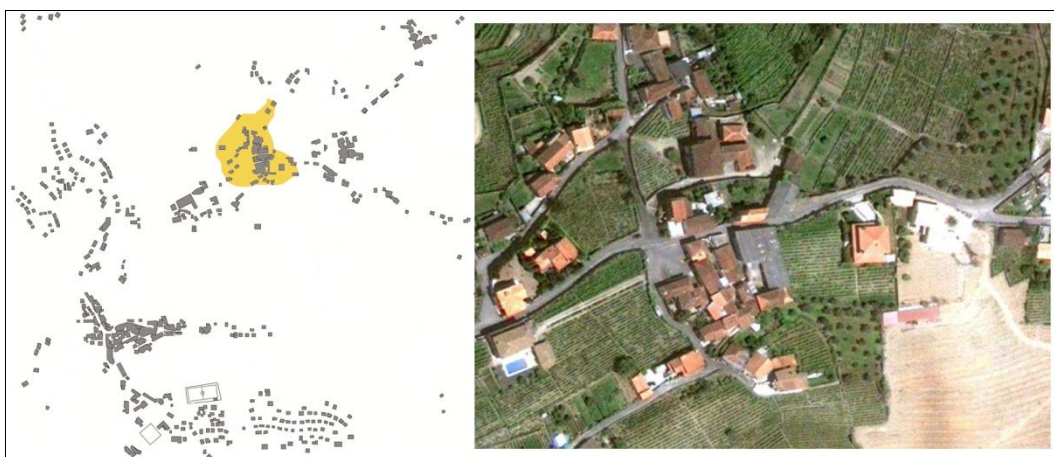


Imagem 150 - Localização e fotografia aérea do lugar do Eiró
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 151 - Imagens representativas do lugar do Eiró
Fonte: Autor (2010).

○ **Lugar do Cancelo**

O Lugar do Cancelo corresponde a um segundo ponto de paragem, à semelhança do lugar do Eiró, apresenta uma praça, em volta da qual se organizam alguns edifícios, cujo conjunto é atravessado pela via principal que continua o seu percurso ao longo da linha de fecho deste terreno (Imagens 152 e 153).

O núcleo apresenta-se denso, na forma de quarteirão aberto, embora as novas construções tenham seguido a ordem da construção ao longo das vias, tornando mais frágil a leitura de quarteirão; neste lugar localiza-se ainda um largo, designado por Largo da Capela, e a “*Quinta da Cumieira*”, cujas formas e características arquitectónicas das suas fachadas remontam ao século XVII, com a devida ressalva, uma vez que nem todas as características foram preservadas.

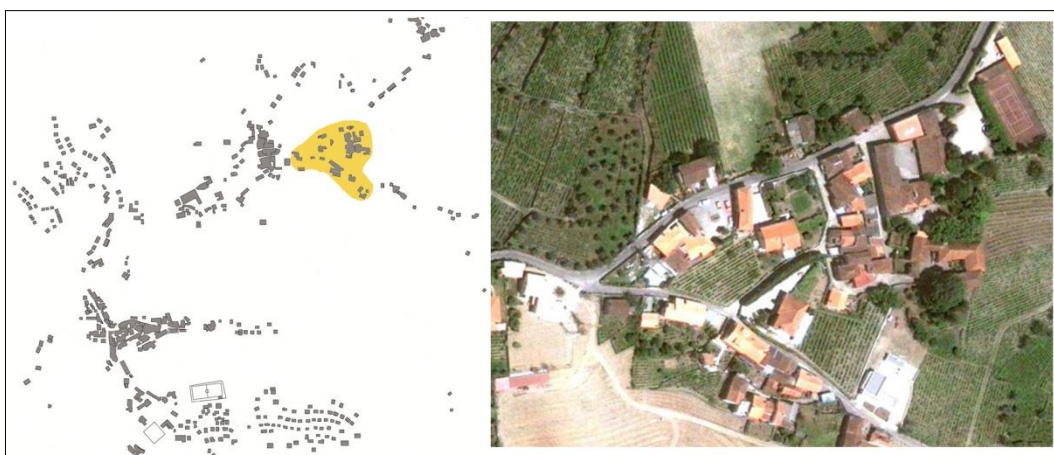


Imagem 152 - Localização e fotografia aérea do lugar do Cancelo
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).

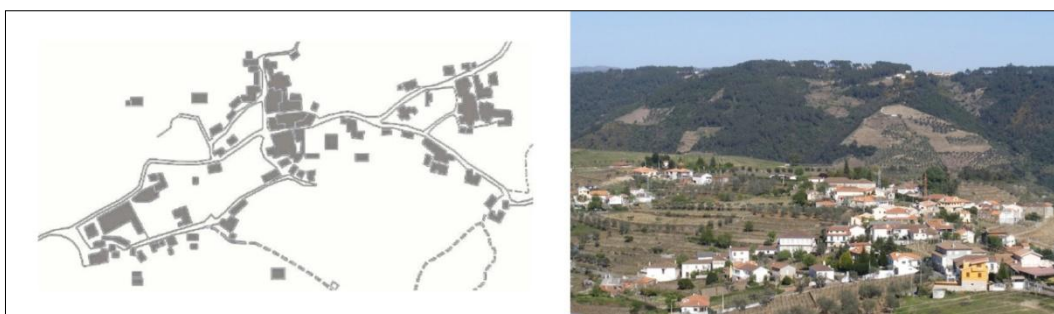


Imagem 153 - Malha urbana e imagem do conjunto dos lugares de Eiró e Cancelo
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

Este lugar da Cumieira torna-se interessante, na nossa opinião, pela sequência de pequenos largos e pracetas que vão surgindo ao longo do seu percurso, como está ilustrado na Imagem 154, devemos referir que as primeiras três fotos correspondem ao largo do Cancelo e as três seguintes ao Largo da Capela, sendo por isso possível identificar o edifício principal da *Quinta da Cumieira*.



Imagem 154 - Imagens representativas do Lugar do Cancelo e Largo da Capela
Fonte: Autor (2010).

c) Bairro novo e Barreiro – Entidade Urbana n.º11

O Bairro novo surge como loteamento de génese ilegal, cujo terreno de suporte faz parte de um conjunto de solos baldios, cuja administração é da responsabilidade da respectiva Junta de Freguesia. O lugar do Barreiro é contíguo ao Bairro Novo, e embora tenha uma origem mais antiga, o seu crescimento e transformação por colmatção e expansão, ocorrem praticamente em simultâneo, por tal facto, apresentam semelhanças na forma como se inscrevem no território.

O relevo é acidentado, na forma de vale, com declives superiores a 35%, modelado a partir de um conjunto de socalcos, cujo suporte é realizado por muros em pedra de xisto, permitindo deste modo um maior aproveitamento espaço para a definição dos lotes de terreno e de suporte às infra-estruturas principais.

A malha apresenta uma textura nítida face ao núcleo primitivo (Assento) e aberta uma vez que oanel que define o quarteirão encontra-se parcialmente construído; a malha está estruturada através de um conjunto de arruamentos estreitos que acompanham as curvas de nível, aos quais estão agregados os edifícios à face da rua (Imagens 155 e 156).

A tipologia desta entidade é essencialmente do tipo moradia unifamiliar, de dois a três pisos, com implantação de forma isolada, podemos por isso, classificá-lo como um espaço mono-funcional e predominantemente residencial. Os edifícios foram construídos na maioria dos casos nas últimas duas décadas, apresentando por isso características arquitectónicas recentes; nesta área é possível encontrarmos alguns edifícios inacabados: alguns por interrupção da sua construção e outros com ausência de revestimentos e pinturas exteriores.

A sua envolvente apresenta uma paisagem, tipicamente Duriense, composta por socalcos onde se pratica a cultura da vinha e por linhas de oliveiras. Na encosta voltada a Norte, nas zonas de menor altitude, ou seja, junto à linha de água encontramos algum pinhal e mato, correspondendo por isso, à barreira ou limite desta *entidade urbana*.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

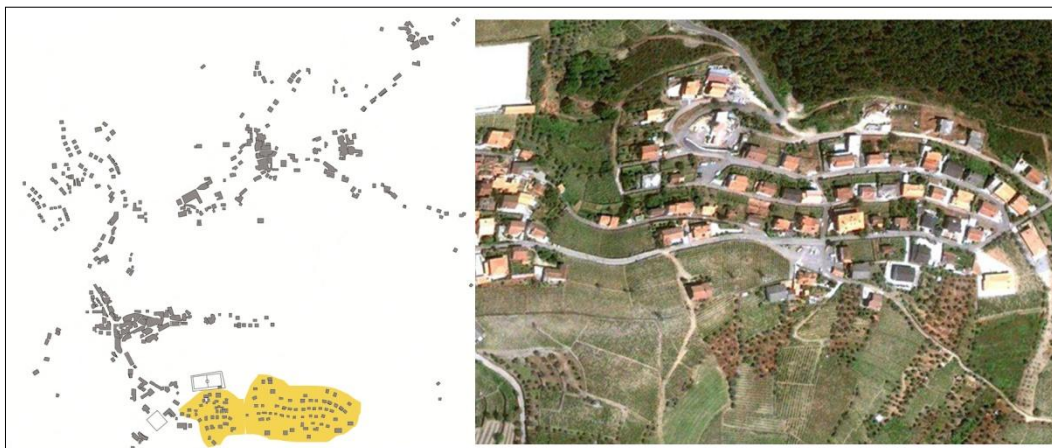


Imagem 155 - Localização e fotografia aérea do Bairro Novo e Barreiro
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).



Imagem 156 - Malha urbana e imagem do conjunto Bairro Novo e Barreiro
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).

d) Bairro da Amoreira – Entidade Urbana n.º12

O Bairro da Amoreira surge essencialmente como loteamento urbano e resulta como uma forma adicional ao conjunto do núcleo urbano da Cumieira; o modo de crescimento é descontínuo face ao núcleo principal, uma vez que o seu processo de transformação resulta essencialmente na expansão do núcleo.

A malha apresenta uma textura nítida face ao núcleo primitivo e aberta uma vez que o anel que define o quarteirão está parcialmente construído. A rede viária apresenta um perfil de largura com cerca de 6,00m, cuja directriz apresenta curvas com raios de curvatura muito limitados, e declive dos traneis em alguns troços superior aos 30%, estas características devem-se fundamentalmente às características do relevo.

Ao longo da rede viária são implantados os edifícios, existindo no entanto algum afastamento livre entre as fachadas dos edifícios adjacentes; os lotes apresentam áreas de superfície que variam entre os 500 e 600m² e uma frente de cerca de 20m. A tipologia caracteriza-se pela moradia unifamiliar, isolada, com logradouro, composta por 2 a 3 pisos, sendo o piso do rés-do-chão destinado a garagem e ao armazenamento de produtos e alfaías agrícolas. A maioria dos edifícios foram construídos nas últimas duas décadas, e por isso, apresentam uma linguagem recente.

A paisagem envolvente, como acontece no Bairro Novo, varia de acordo com a altitude e orientação, assim para norte e cotas altimétricas mais elevadas encontramos mato e pinhal, a sul e de menor cota, encontramos os socalcos das vinhas e as linhas de oliveiras nas bordaduras (Imagens 157 e 158).

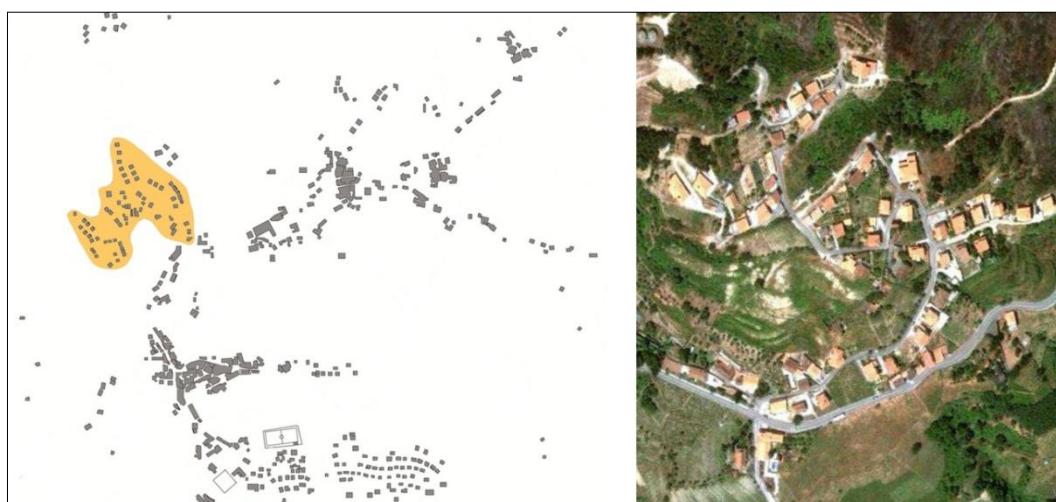


Imagem 157 - Localização e fotografia aérea do Bairro da Amoreira
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Google (2010).

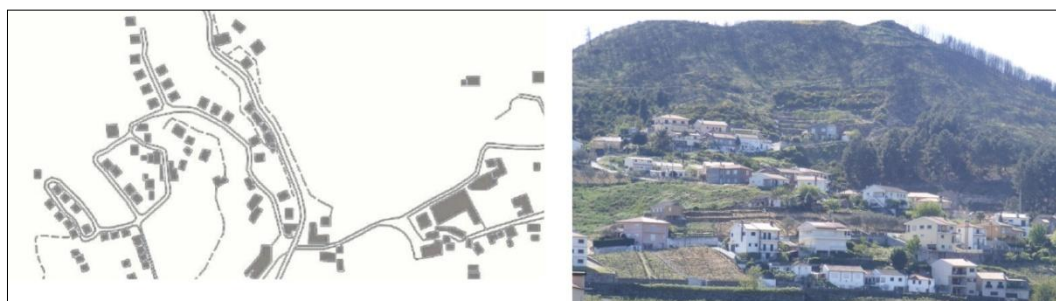


Imagem 158 - Malha urbana e imagem do conjunto do Bairro da Amoreira
Fonte: Planta - Cartografia digital fornecida pela CM de SMP e Foto: Autor (2010).



Imagem 159 - Imagens representativas do Bairro da Amoreira
Fonte: Autor (2010).

Conclusões

A realização deste trabalho possibilitou, num primeiro momento, tomarmos conhecimento das características gerais do concelho de Santa Marta de Penaguião, a sua localização no contexto da região norte de Portugal continental, as condições do seu relevo, que caracterizamos como um somatório de vales rasgados, de acesso e tratamento difícil.

O concelho é composto por 10 freguesias, sendo a vila-sede Santa Marta, e nenhum dos principais núcleos urbanos do concelho apresenta uma população residente superior a 1500 habitantes. O estudo da evolução demográfica clarifica a regressão populacional a partir de 1940, quando são contabilizados cerca de 14.500 habitantes, registando-se apenas 8575 habitantes em 2001. Foi ainda salientado que nas freguesias mais próximas da vila-sede a densidade populacional é superior àquelas que se encontram mais afastadas, demonstrando deste modo o papel agregador e de centralidade da vila-sede.

Enfatizámos a importância da EN2 no contexto concelhio, uma vez que esta via corresponde à principal ligação com os territórios vizinhos e junto a ela se fixa cerca de 70% da população residente. Os núcleos urbanos são de um modo geral de pequena dimensão e dispersos, ligados através de uma rede viária principal, que embora apresente boas condições de circulação, resulta das condições do seu relevo, ou seja, tem um traçado sinuoso e troços cujos declives são muitas vezes superiores a 30%.

A orografia deste território permite identificar a existência de dois tipos de paisagem, uma marcadamente montanhosa nas zonas de maior altitude, e outra em vale nas de menores altitudes. A consequência, deste facto, resulta numa assinalável variedade de culturas de produção agrícola e no modo como o solo é usado, uma vez que a zona montanhosa corresponderá à principal área florestal sendo menos povoada; de modo inverso, os vales corresponderão fundamentalmente à localização da cultura da vinha e aos lugares onde se localizam os principais núcleos urbanos.

A pesquisa da legislação urbanística que considerámos mais relevante permite uma melhor compreensão do modo como os instrumentos de planeamento se materializou, num primeiro momento, através dos planos, e num segundo momento nas transformações físicas do espaço urbano. Iniciámos esta pesquisa com os *Planos Gerais de Melhoramentos*, cuja aplicação resultou na preocupação do arranjo do espaço urbano, procurando estabelecer alguma ordem nos alinhamentos, no plano das fachadas e nas questões higienistas.

Durante o Estado Novo foi publicado o DL 24 802 de 1934, que define a figura do Plano Geral de Urbanização, e na sequência deste foram efectuados levantamentos topográficos e desenvolvidos planos de urbanização para a renovação das áreas urbanas, cujos estudos urbanísticos seriam realizados à escala 1/500. Uma década mais tarde, surge na forma revisão crítica à publicação anteriormente referida o DL 33 921 de 1944, que promove a figura do *Plano Geral de Urbanização e Expansão*, cuja escala de trabalho passaria para 1/1000, evidenciando deste modo que o estudo urbanístico deveria ter uma preocupação com áreas mais alargadas em relação às zonas já edificadas. Introduce-se para o efeito as *Zonas Rurais de Protecção* (1944), que corresponderiam a zonas vedadas à construção urbana para além da área de abrangência do Plano. Sendo o PGU, definido por Lei como instrumento de planeamento de natureza obrigatória, as Câmaras Municipais teriam de mandar elaborar os respectivos Planos, relativos às sedes concelhias e nas demais situações previstas no diploma. Este procedimento vem marcar o início do Planeamento Urbanístico em Portugal, uma vez que esta figura de cobertura nacional introduziu novos valores no modo de pensar e organizar o espaço urbano.

Após o 25 de Abril de 1974 surge a figura do Plano Director Municipal como principal instrumento de planeamento do território português. O PDM vai procurar definir uma estratégia, cujas acções visam mitigar desequilíbrios de várias ordens, das quais destacamos a estruturação urbana do território concelhio, resultante da articulação entre a rede viária que liga os vários núcleos urbanos, os limites concelhios na relação com os concelhos vizinhos, os núcleos urbanos propriamente ditos e os seus espaços envolventes. Este instrumento de planeamento vem ainda definir o zonamento funcional do território, os usos do solo e localiza as áreas integradas em Reserva Ecológica e Reserva Agrícola Nacionais. Estabelece ainda um programa para a quantificação e distribuição dos equipamentos de suporte às principais funções urbanas; integra um conjunto regras para áreas específicas, relativas ao Património, seja de interesse público ou nacional. O seu Regulamento estabelece ainda, de um modo geral, regras relativas à transformação do solo e à edificação, tornando-se por isso um instrumento imprescindível para a gestão urbanística e na definição das políticas urbanas a imprimir no território concelhio, cabendo a sua elaboração, gestão e monitorização, em primeiro lugar, ao Município através da respectiva Câmara Municipal.

Para entendermos melhor o conceito da forma urbana necessitámos de fazer um percurso cronológico, de modo a entendermos como a forma urbana evolui, transforma-se, sofrendo metamorfoses. Torna-se por isso conveniente referir que no último século e meio existiram momentos em que a relação entre a arquitectura e o modo de compreender, desenhar e intervir na cidade, não foi constante, muito por causa dos movimentos culturais que caracterizaram este período. Por tal motivo escolhemos para ilustrar a evolução das formas urbanas, exemplos paradigmáticos como o Plano de Barcelona, de 1859, mas também os modelos da Cidade-Jardim, de 1898, da Cidade Industrial, de 1904, da Cidade Moderna associada à Carta de Atenas (1933). Já no período subsequente ao Movimento Moderno referimos alguns autores, nomeadamente Aldo Rossi, Kevin Lynch, Gordon Cullen, Robert Krier, que em ruptura com o pensamento modernista reinterpretem o conceito de cidade e revalorizam a importância de alguns dos elementos de forma da *Cidade Tradicional*, que entretanto tinham sido abandonados, como é o caso da *rua*, da *praça* e do *quarteirão*. Finalmente abordámos a cidade contemporânea, ou Cidade Território, que procuramos ilustrar com um exemplo

português e actual – O Plano de Urbanização da Zona de Intervenção da Expo'98, em Lisboa.

No período da Urbanística Formal o modelo da Cidade-Jardim (1898), ilustrado pelo Plano de Letchworth (1903), de Raymond Unwin, pelas inovações introduzidas na organização da cidade, constitui uma mudança de forma e de pensar o espaço urbano, neste período. A Cidade Industrial (1904), de Tony Garnier, embora corresponda à transição efectiva para os pressupostos do modelo da Cidade Moderna, do Movimento Moderno e da Carta de Atenas (1933), mostra a ruptura com o modelo de *Cidade Tradicional*, já que a organização do espaço passa pela segregação funcional das actividades; no entanto, os sistemas deste modelo de cidade interligavam-se por traçados, eixos e quadrículas, mantendo deste modo elementos de forma da Cidade Tradicional. Para terminarmos este período da Urbanística Formal, incluímos um caso português – O Bairro de Alvalade, considerado como um modelo eclético por incorporar influências da *Cidade Tradicional* mas também da *Cidade Moderna*. Este Plano foi elaborado por Faria da Costa em 1945, e é considerado como um exemplo paradigmático do urbanismo português, pelo facto de introduzir inovações significativas na organização do espaço urbano, no modo como organiza e hierarquiza a rede viária, nas tipologias escolhidas, no tratamento de conjunto e ainda nas preocupações relativas à aplicação do conceito de “unidade de vizinhança”.

A *Cidade Moderna*, ou a cidade da Carta de Atenas é, sem dúvida, o modelo que na forma e na organização do espaço urbano mais se distanciou em relação ao modelo da *Cidade Tradicional*. Neste, a organização das funções básicas da cidade como habitar, trabalhar, recreio ou lazer e circular seriam totalmente segregadas, gerando espaços mono-funcionais interligados por vias que, por sua vez, seriam tipologicamente função da sua utilização mais frequente. É neste modelo de cidade que as formas tradicionais como a rua, quarteirão e praça desaparecem, sendo o espaço público resultante do espaço envolvente aos edifícios; muda também a forma dos edifícios, quer nas tipologias como no modo de implantação, perdendo-se a relação espacial e a dialéctica entre edifícios, sendo substituída por uma relação abstracta entre volumes. Neste contexto surgem as tipologias como a *torre*, o *bloco* e a *banda*, que demasiadas vezes repetidas e numa lógica de desvalorização da forma urbana *propriamente dita*, originam

uma maior subordinação à arquitectura dos edifícios soltos, resultando por este motivo espaços urbanos esvaziados de significado.

Com o advento do pós-modernismo, já nos anos 60, assiste-se a um regresso da importância da forma urbana e dos seus elementos ditos tradicionais, como é o caso da *rua*, do *quarteirão*, da *praça*, e com essa reinterpretação assiste-se à valorização da leitura visual estética do espaço público; assiste-se à importância da imagem da cidade como elemento da concepção urbanística, que deve ser identificável pelos seus residentes. Neste contexto, referimos o exemplo do Cemitério de Modena (1971), de Aldo Rossi, em que a arquitectura e a composição de elementos de forma estabelecem de novo um equilíbrio de forças, dotando-os de uma identidade e um significado perceptível. Também no exemplo que referimos relativo ao Plano para Amiens (1984), de Robert Krier, regressam as formas tradicionais de *rua*, *quarteirão* e *praça*, como resposta à procura de um espaço público identificável e com significado. Para terminarmos o tema da ruptura com a forma da Cidade Moderna, indicámos as intervenções do IBA, nos anos 80, em Berlim, em que a forma do quarteirão é retomada e cujo princípio procura “contagiar” todo o espaço da cidade a intervencionar.

No pensamento contemporâneo assistimos ao abandono do objectivo único e unânime, mesmo que em nome do interesse colectivo, como era apanágio do pensamento da *urbanística moderna*, desenhando-se uma consciência que integra a dificuldade crescente de reduzir incertezas e as incógnitas de uma sociedade aberta, democrática e marcada pelas acelerações da nova economia. A sociedade do século XXI é complexa exigindo por isso respostas que primem pela variedade de formas, por ambientes arquitectónicos urbanos diversificados, e procuraram soluções específicas para cada situação, usando a grande e pequena escala, o longo e o curto prazo, os interesses mais gerais e os mais particulares. O entendimento de cidade deve ser ao mesmo tempo estratégico, pragmático e oportunista, para deste modo lidar melhor com as incertezas, e por isso, as propostas urbanas devem procurar gerar espaços multifuncionais, lugares multifacetados e atraentes.

Para pesquisarmos as formas urbanas nos três núcleos das vilas de Santa Marta, Fontes e Cumieira, procurámos factos urbanos que nos permitissem compreender o seu passado e presente; assim como algumas das razões e o modo como ocorrem as principais transformações da forma. Esta procura implicou a realização de uma descrição para cada núcleo, contextualizando-os no âmbito concelhio e nas relações de proximidade com outros núcleos vizinhos; procurámos justificação para o tipo de povoamento primitivo e identificámos em cada caso a sua estrutura urbana, nomeadamente a rede viária, a tipologia predominante a relação entre elas e, finalmente, o modo com estão organizadas as suas principais funções. Foram ainda pesquisados e interpretados os instrumentos de planeamento, nomeadamente os PMOT, como procedimento para podermos enquadrar no tempo e no espaço, em cada caso, as áreas em que se verificam as principais transformações.

A evidência da influência dos instrumentos de planeamento é notória no caso da Vila de Santa Marta, uma vez que no Antepiano, de 1948, identificámos características da *Urbanística Formal*; no PGU, de 1982, um conjunto de princípios de organização por separação de funções, evidenciam a influência do pensamento do *Movimento Moderno*; e finalmente, no PU, de 1997, verifica-se uma tendência para a escala mais alargada, associada à redistribuição de equipamentos, gerando deste modo um maior número de lugares com significado, equilibrando o conjunto da vila e, no final, evitando a criação de espaços mono-funcionais.

Confrontando as Plantas de Ordenamento do Território do PDM do concelho de Santa Marta de Penaguião, para os três núcleos em estudo – a primeira versão, de 1995, e a segunda, de 2011 –, foi possível detectarmos um conjunto de alterações que terão tido reflexos na forma urbana, mais precisamente na dimensão dos edifícios. Na versão de 2011 são introduzidas ainda alterações no que diz respeito à maior protecção das linhas de água, bem como a inclusão de áreas de enquadramento procurando-se deste modo a criação de espaços públicos destinados ao lazer, promovendo-se algum embelezamento e ao mesmo tempo conteúdo social. No entanto, o princípio fundamental inicialmente definido para os processos de transformação do espaço urbano é mantido nos dois momentos (1995 e 2011), ou seja, a colmatação e consolidação dos tecidos urbanos existentes.

Relativamente às principais transformações da forma urbana ocorridas no período de 1950 a 2011, cuja descrição foi realizada no Capítulo IV deste trabalho, verificámos que a maioria das intervenções seguiu processos de colmatação a partir de pequenos núcleos ligados às actividades agrícolas, cuja matriz comum pode ser referenciada na lógica do caminho ou do acesso. Em concreto, o surgimento da construção de edifícios esteve directamente ligado à transformação de caminhos pedonais, ou de perfil muito reduzido, em ruas, as quais facilitaram o acesso aos vários lugares e permitiram a implantação de edifícios ao longo dessas “novas” vias, um processo de transformação que se torna ainda mais frequente com a execução dos sistemas de distribuição de água e de drenagem de esgotos.

No caso do núcleo da Vila de Santa Marta, aquele procedimento passou por uma lógica fundiária, ou seja, resultou da aquisição de áreas agrícolas de dimensão significativa, pelo Município a privados, as quais, depois de modeladas e dotadas de infra-estruturas, se tornam espaço urbano acrescentado; confirma-se que os vários processos de planeamento e de desenho urbano tiveram no caso da vila-sede um papel determinante no resultado na sua forma actual, na organização funcional, distribuição de equipamentos e no modo como vai possibilitar uma melhor articulação com os pequenos núcleos urbanos envolventes, tornando mais contínuo um território que se encontrava disperso e relativamente desconectado.

No caso do núcleo da Vila de Fontes, o procedimento de transformação está associado à lógica do caminho, o qual é influenciado fundamentalmente pela reestruturação da rede viária local e da malha capilar; o cadastro fundiário deste núcleo urbano é caracterizado por parcelas de solo de pequena dimensão, e por isso, gerador de uma espécie de “loteamento natural” que possibilitou alguma concentração do aglomerado urbano e promoveu a implantação dos edifícios na forma de banda ao longo das ruas. O Plano Director Municipal veio ampliar a “área urbana” extravasando significativamente o “núcleo consolidado”, tornando possível o surgimento de novas formações urbanas, que correspondem actualmente a pequenos núcleos, cujos edifícios são na sua maioria moradias unifamiliares implantadas de modo isolado, em lotes de terreno com áreas destinadas a logradouros, enquanto no núcleo mais antigo os lotes apresentam, na maioria dos casos, logradouros residuais.

No caso da Vila da Cumieira, o procedimento de transformação está associado à lógica do caminho, mas também à lógica fundiária; o crescimento urbano no núcleo antigo do Assento realiza-se através da colmatação de espaços vazios e pela reabilitação do edificado; deste modo, a malha urbana mantém a coesão do conjunto, face ao núcleo primitivo. Na parte Norte da Cumieira o crescimento acontece ao longo das principais vias e na envolvente dos pequenos sub-núcleos antigos, pautados por *Casas de Quintas*. Resultando uma malha composta por vários pontos singulares, caracterizados por largos ou pracetas. Nas duas áreas que resultaram de processos de loteamento urbano, nomeadamente o Bairro Novo e da Amoreira, a transformação do solo agrícola em solo urbano introduziu uma composição dos elementos de forma distinta das anteriores, alterando substancialmente o relevo do terreno de suporte, por causa da modelação e adaptação necessárias para receber as novas vias, mas também para a implantação dos edifícios que implicou a construção de inúmeros socalcos contidos por muros de gravidade. O Plano Director Municipal definiu para este núcleo urbano uma estratégia que visou a contenção da expansão do núcleo do Assento, estimulando deste modo a colmatação e consolidação dos espaços deste conjunto. Nas restantes áreas a expansão e colmatação urbanas são determinadas pelas vias existentes, tendo como resultado a construção de edifícios, maioritariamente moradias unifamiliares implantadas ao longo das vias locais e de modo isolado. As características biofísicas do território da Cumieira fazem-na enquadrar-se numa vasta área de Reserva Ecológica Nacional tornando grande parte dos espaços envolventes que separam os diferentes sub-núcleos em áreas protegidas, na perspectiva da preservação dos “ecossistemas naturais”.

Para a realização da análise urbana dos núcleos de Santa Marta, Fontes e Cumieira, tivemos de estabelecer uma metodologia que nos permitisse alcançar a compreensão da forma de cada aglomerado, tendo como ponto de partida as principais transformações ocorridas ao longo do tempo e a sua localização.

Utilizando os elementos morfológicos (Lamas, 2010) que melhor definem os tecidos urbanos, nomeadamente o relevo, as vias e os edifícios, identificámos nos vários sub-núcleos os atributos morfológicos que mais se assemelhavam e aos quais atribuímos a designação de entidade urbana; dessa pesquisa resultaram doze entidades, cuja inscrição

de cada uma no território é verificada através das características do sítio onde está inserida, do traçado, dos edifícios, da tipologia e da relação entre elas.

Para a descrição analítica de cada entidade urbana socorremo-nos do conceito de elementos de forma estruturantes propostos por Lynch (2008), e através deles foi possível definir um novo conjunto de atributos morfológicos e de articulação entre as várias áreas homogêneas ou entidades urbanas. Constatou-se que os limites, ou barreiras, de cada tipologia de tecido urbano, de um modo geral, são constituídos pela envolvente agrícola ou florestal; que os elementos marcantes correspondem aos principais cruzamentos que estabelecem a conexão entre as vias de diferente hierarquias, mas também que os espaços vazios não construídos, localizados ao longo dos percursos, correspondem na maioria dos casos à gênese de uma nova forma urbana, uma vez que interrompem a malha e funcionam como sinalizadores do surgimento de uma nova forma mais à frente. Importa ainda salientar que cada entidade urbana é, desde logo, um elemento estruturante do todo onde se insere, de certo modo um elemento de forma que corresponde àquele que Kevin Lynch designava como *bairro*, devido às suas características intrínsecas formais.

Concluímos com a realização deste trabalho que, mesmo em pequenos aglomerados, como são aqueles que constituíram o nosso caso de estudo, é possível encontrarmos um conjunto de elementos de forma que os tornam distintivos ao permitir caracterizar a tipologia dos tecidos urbanos e identificar elementos estruturantes da forma cuja localização estratégica no contexto global do núcleo em análise, faculta a articulação entre as várias formas do tecido urbano. Esta constatação sugere-nos, portanto que, sendo a valorização da qualificação dos tecidos urbanos um imperativo, esse princípio de valorização deve ter em conta o reconhecimento, em cada caso, da importância dos vários elementos estruturantes, uma vez que é a sua combinação e as interrelações que estabelecem que individualizam e distinguem o espaço urbano, fomentando a coesão, coerência, diversidade e a riqueza do território que habitamos.

Bibliografia

Alarcão, J.(1988). *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América.

Almeida, C. e Antunes, J.(2010). *Igrejas e Capelas de Santa Marta de Penaguião*. Peso da Régua, Imprensa do Douro.

Almeida, C.(2006). *História do Douro e do Vinho do Porto*. Volume I. Porto, Edições Afrontamento.

Ascher, F.(2010). *Novos princípios do urbanismo*. Lisboa, Livros Horizonte.

Augé, M.(2007). *Não Lugares, Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*. Lisboa, Editora 90°.

Benevolo, L.(2009). *O Ultimo Capitulo da Architectura Moderna*. Lisboa, Edições 70.

Carvalho, J.(2003). *Formas Urbanas*. Coimbra, Edições Minerva Coimbra.

Carvalho, J.(2003). *Ordenar a cidade*. Coimbra, Quarteto Editora.

Choay, F.(2007). *O Urbanismo*. São Paulo, Editora Perspectiva S.A.

Correia, F.(2001). *O Plano Urbanístico e o Principio da Igualdade*. Coimbra, Livraria Almedina.

Costa, J.(2005). *Bairro de Alvalade, Uma Paradigma no Urbanismo Português*. Lisboa, Livros Horizonte, LDA.

Costa-Lobo, M. (2005). *Administração urbanística. Evolução legal e sua prática*. Lisboa, IST PRESS.

Cullen, G.(2009). *A Paisagem Urbana*. Lisboa, edições 70.

Delfante, C.(2000). *A Grande História da Cidade, da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa, Instituto Piaget.

Domingues, A.(2006). *Cidade e Democracia*. Lisboa, Argumentum Edições.

Fadigas, L.(2007). *Fundamentos Ambientais do Ordenamento do Território e da Paisagem*. Lisboa, Edições Sílabo.

Fadigas, L.(2010). *Urbanismo e Natureza*. Lisboa, Edições Sílabo.

Lobo, M.(1995). *Planos de Urbanização. A época de Duarte Pacheco*. Porto, FAUP Publicações e DGOTDU.

LNEC. (2005). *Edifícios n.º4, Humanização e vitalização do Espaço Público*. Lisboa, Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Lynch, K.(2007). *A Boa Forma da Cidade*. Lisboa, Edições 70.

Lynch, K.(2008). *A Imagem da Cidade*. Lisboa, Edições 70.

Marques, T.(2004). *Portugal na Transição do Século: Retratos e Dinâmicas Territoriais*. Porto, Edições Afrontamento.

Mangin, D. e Panerai, P.(2009). *Projet Urbain*. Marseille, Editions Parenthèses.

Monteiro, M.(1998). *O Douro*. Porto, Edições Branco, LDA.
[Edição original: Emílio Biel & Cª Editores (1911)].

Panerai, P., Depaule, J.C. e Demorgon, M.(2009). *Analyse Urbaine*. Marseille, Editions Parenthèses.

Portas, N., Domingues, A. e Cabral, J. (2003). *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Portas, N.(2007). *A cidade como arquitectura*. Lisboa, Livros Horizonte.

Ressano, L.(2010). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa, Edições Cosmos.

Salgueiro, T.(1999). *A cidade em Portugal, uma geografia urbana*. Porto, Edições Afrontamento.

Pesquisa da Internet:

APHA- Associação Portuguesa de Historiadores da Arte. [em linha]. Disponível em: <http://www.apha.pt/boletim/boletim1/pdf/CartadeAtenas1933.pdf>. [consultado em 22/11/2010].

Câmara Municipal de Santa Marta de Penaguião. [em linha]. Disponível em: <http://www.cm-smpenaguiao.pt> [consultado em 10/10/2010].

DGOTDU - Portal do Ordenamento do Território e do Urbanismo. [em linha]. Disponível em: <http://www.dgotdu.pt> [consultado em 20/11/2010].

Instituto Geográfico Português. [em linha]. Disponível em: <http://scrf.igeo.pt/2004/mapasGooglepeter.asp> [consultado em 12/12/2010].

Instituto Nacional de Estatística. [em linha]. Disponível em: <http://ine.pt> [consultado em 15/10/2010].

Papodearquitecto. [em linha]. Disponível em: <http://www.papodearquitecto.com> [consultado em 20/06/2011].

Urbanidades. [em linha]. Disponível em: <http://www.urbanidades.com> [consultado em 15/04/2011].

World Marine Guide. [em linha]. Disponível em: <http://worldmarineguide.com> [consultado em 20/06/2011].

Lista de Planos Urbanísticos consultados no caso de estudo:

Anteplano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião (1948).

Plano Geral de Urbanização de Santa Marta de Penaguião (1982).

Plano de Pormenor da Quinta das Canas (1992).

Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião (1995).

Plano de Reabilitação Urbana do Centro da Vila de Santa Marta de Penaguião (1996).

Plano de Urbanização de Santa Marta de Penaguião (1997).

Plano de Pormenor da Quinta da Corredoura (2003).

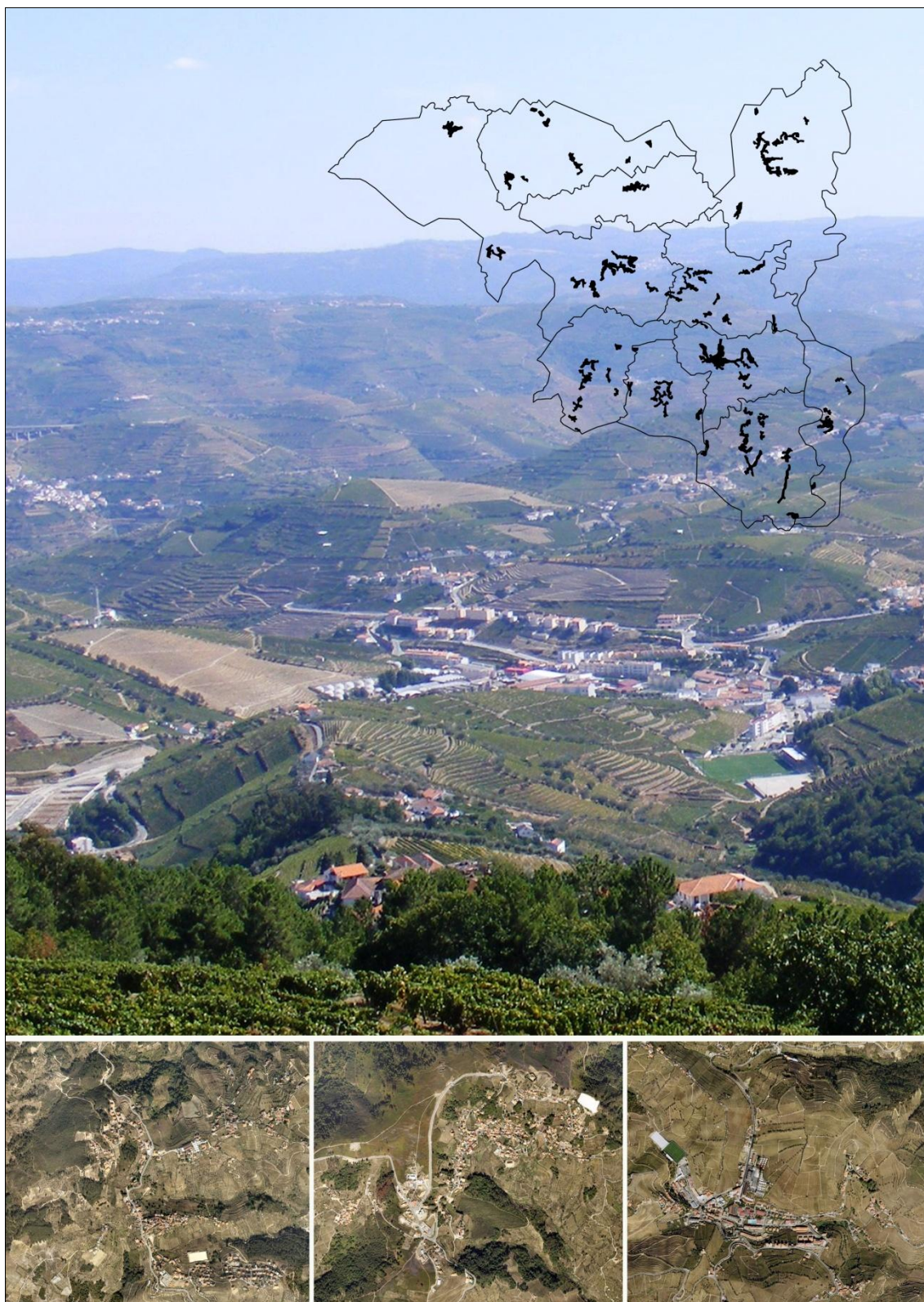
Plano de Pormenor da Zona oficinal (2008).

Plano Director Municipal de Santa Marta de Penaguião (2011).

Anexo I

Fichas de caracterização dos principais núcleos urbanos das freguesias do concelho de Santa Marta de Penaguião.

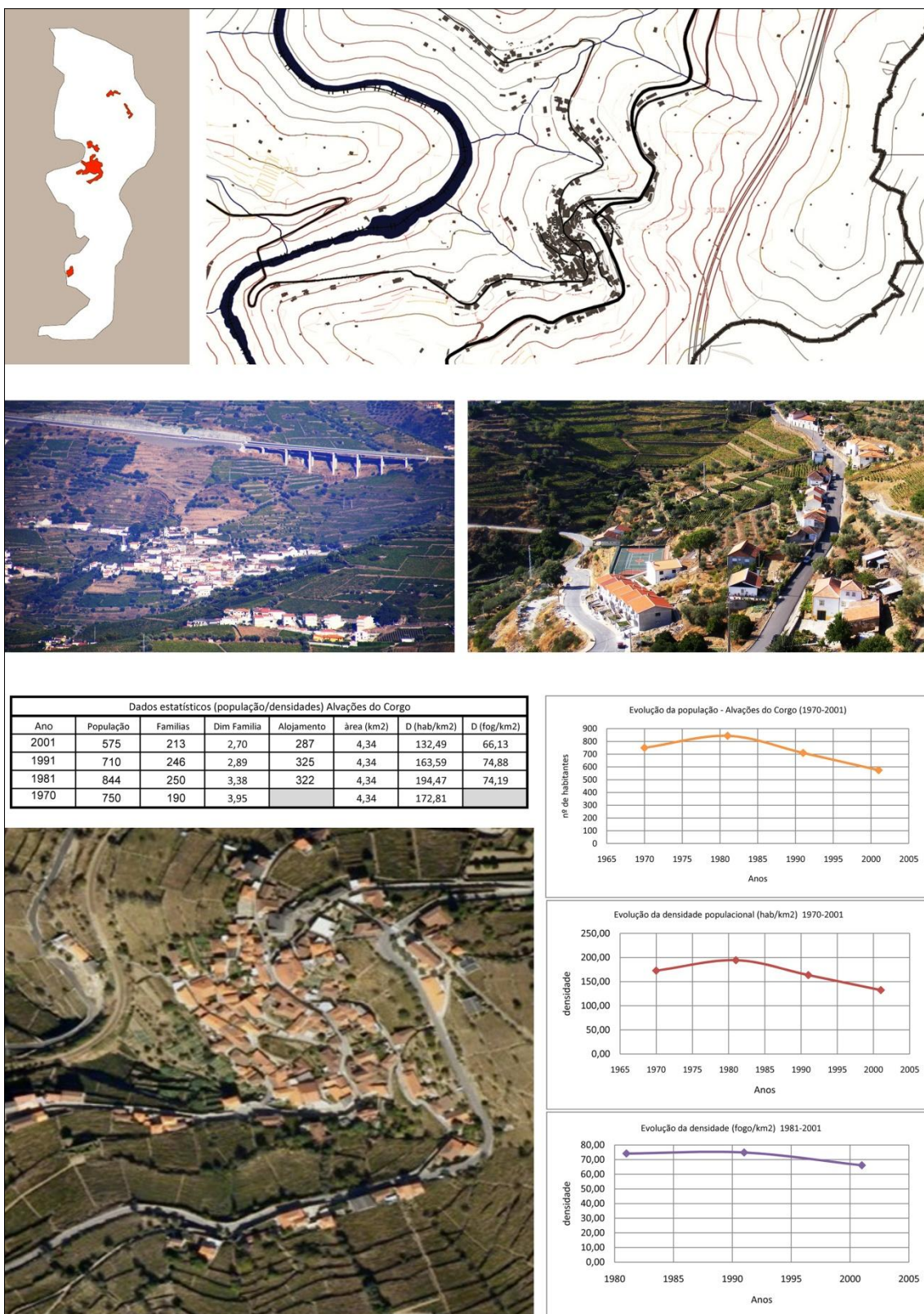
Anexo I – Fichas de caracterização dos núcleos urbanos das freguesias de SMP



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

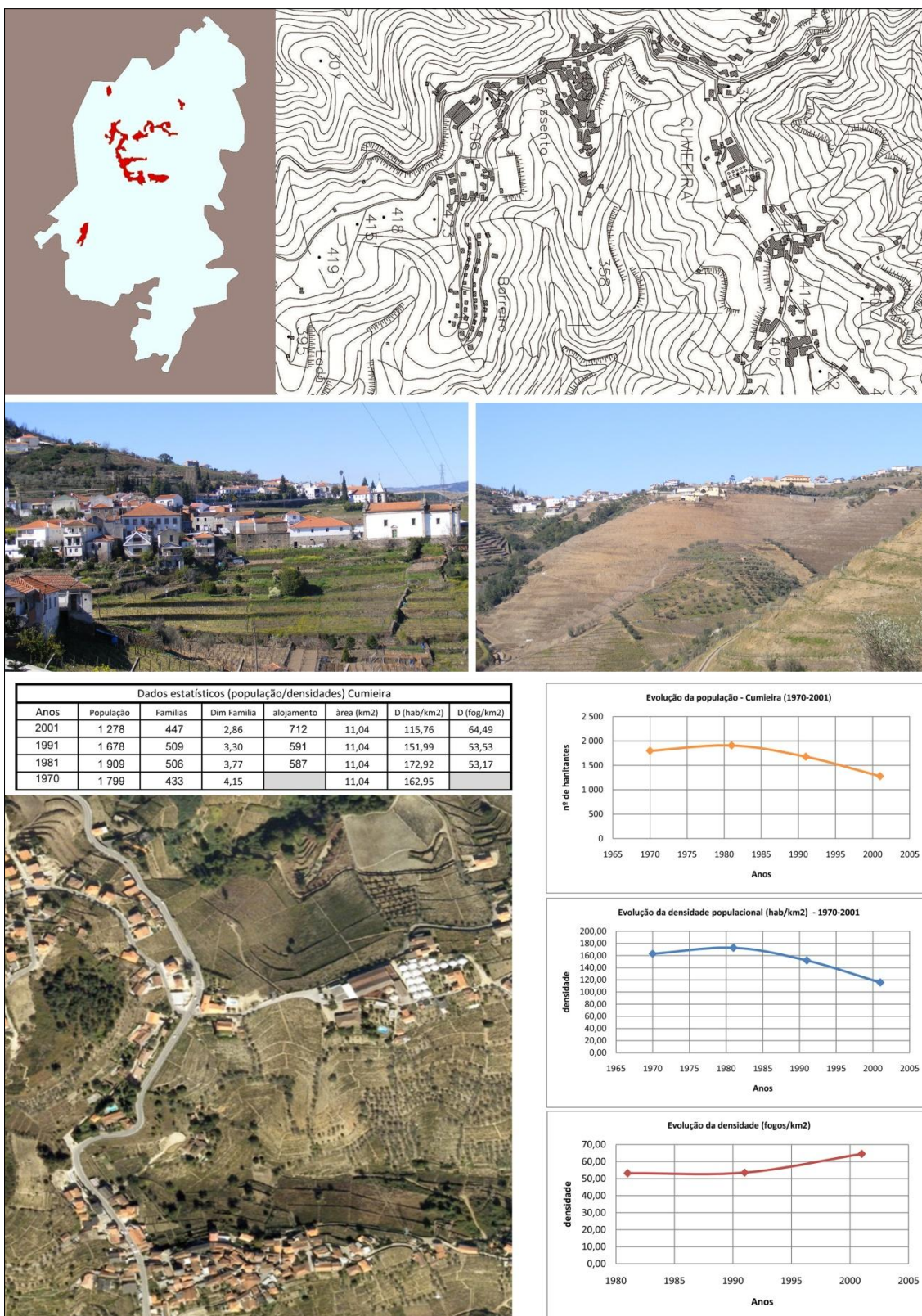
A.I.1 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Alvações do Corgo



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

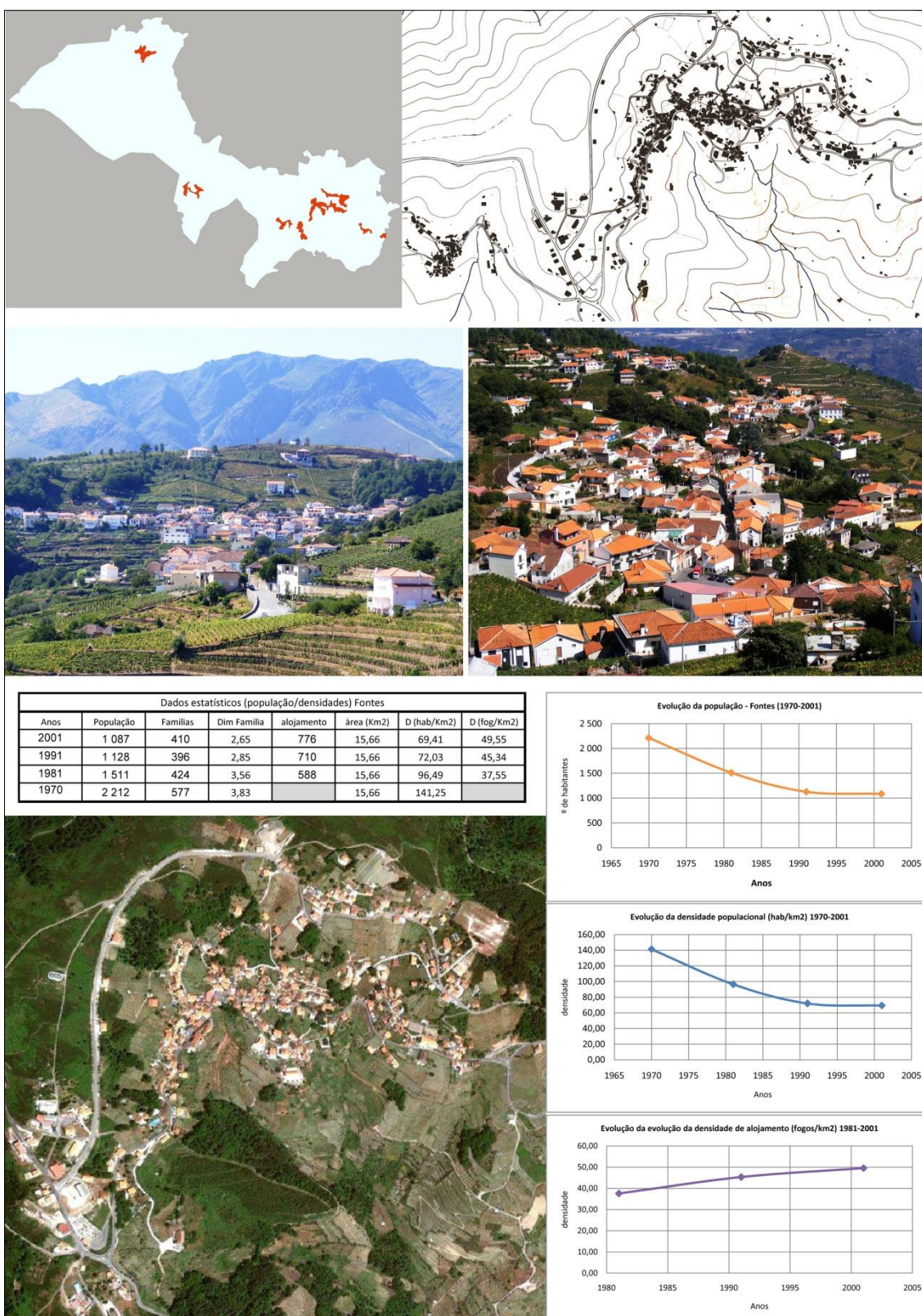
A.I.2 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Cumieira



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

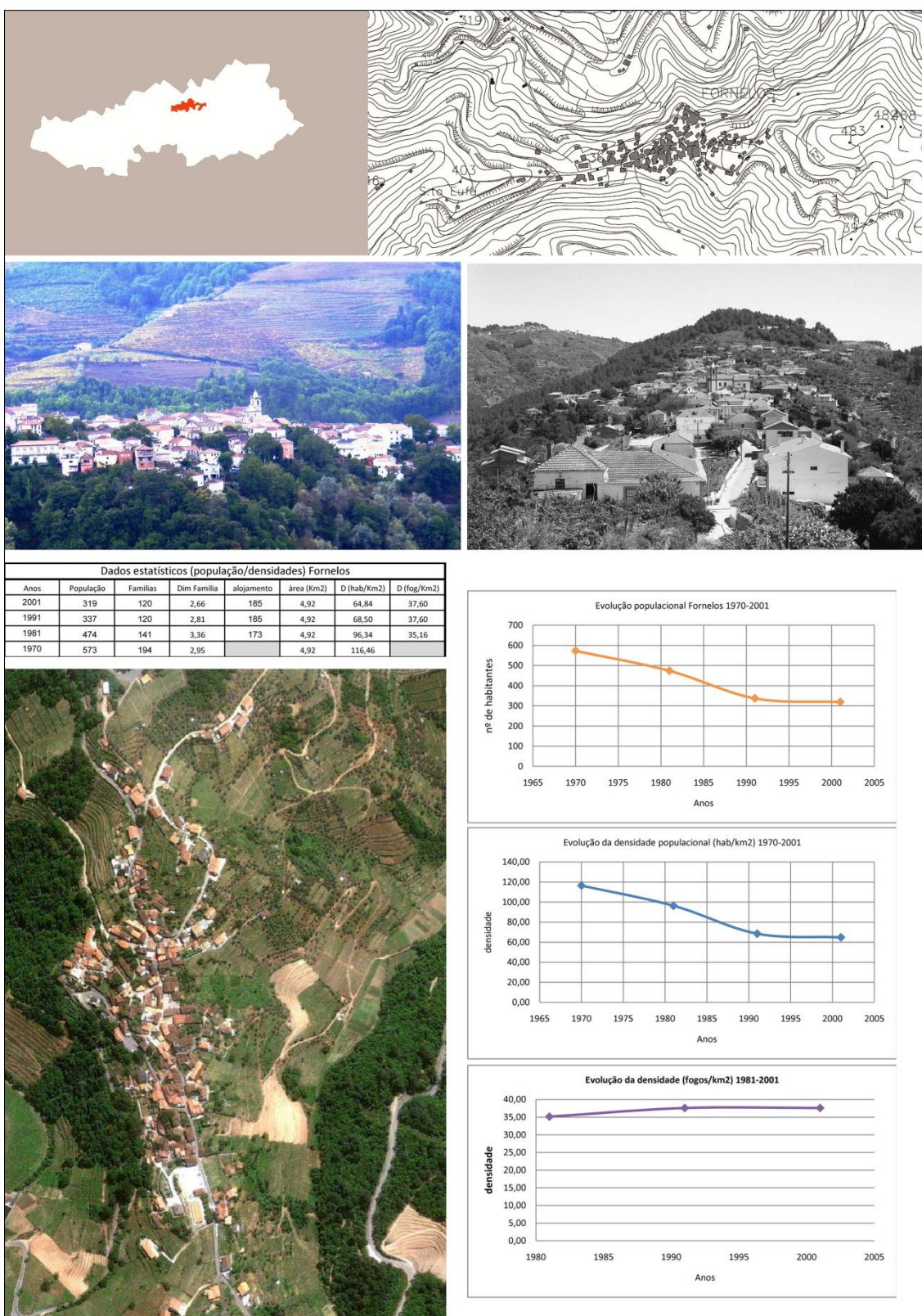
A.I.3 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Fontes



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

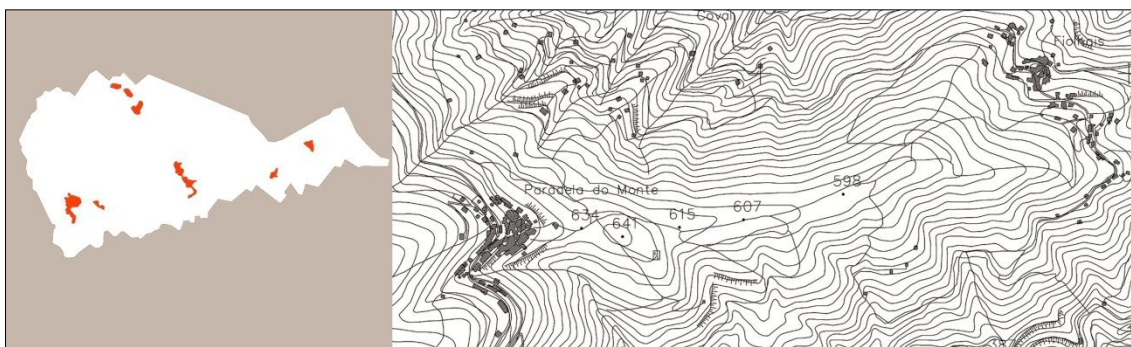
A.I.4 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Fornelos



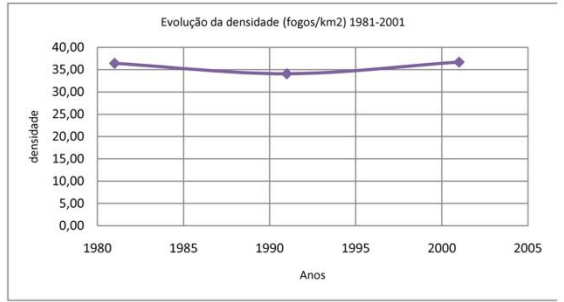
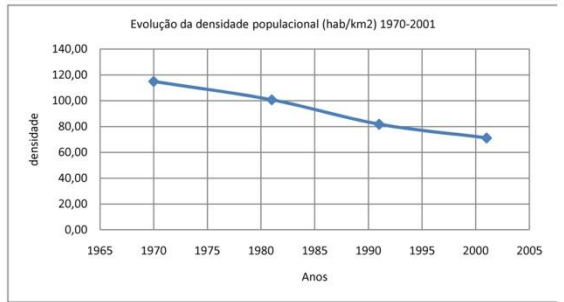
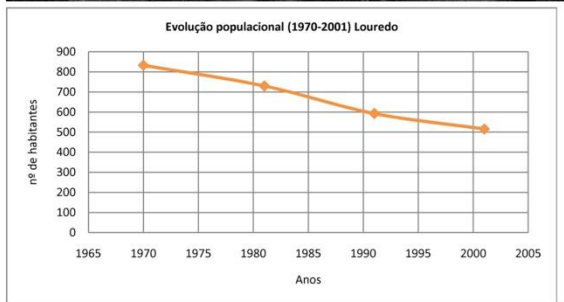
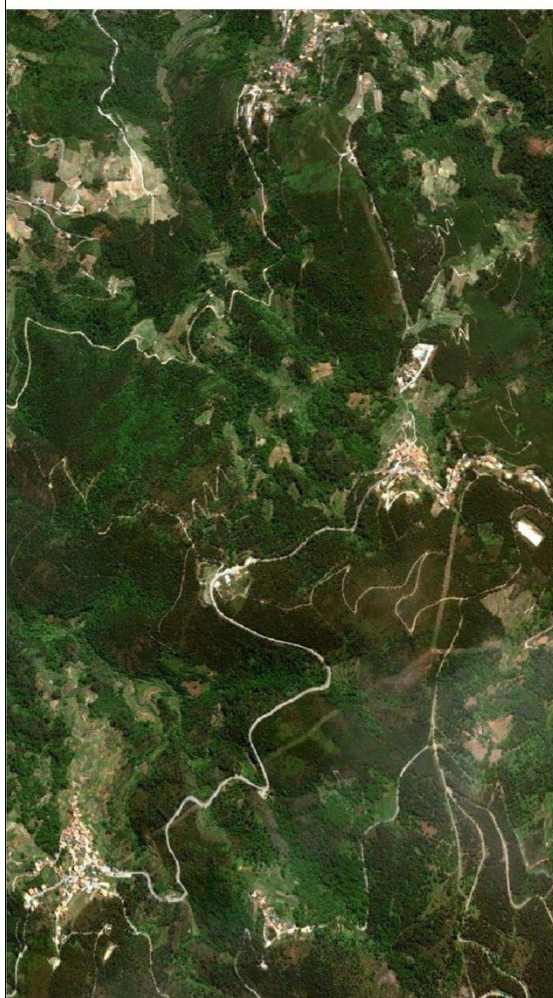
Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

A.I.5 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Louredo



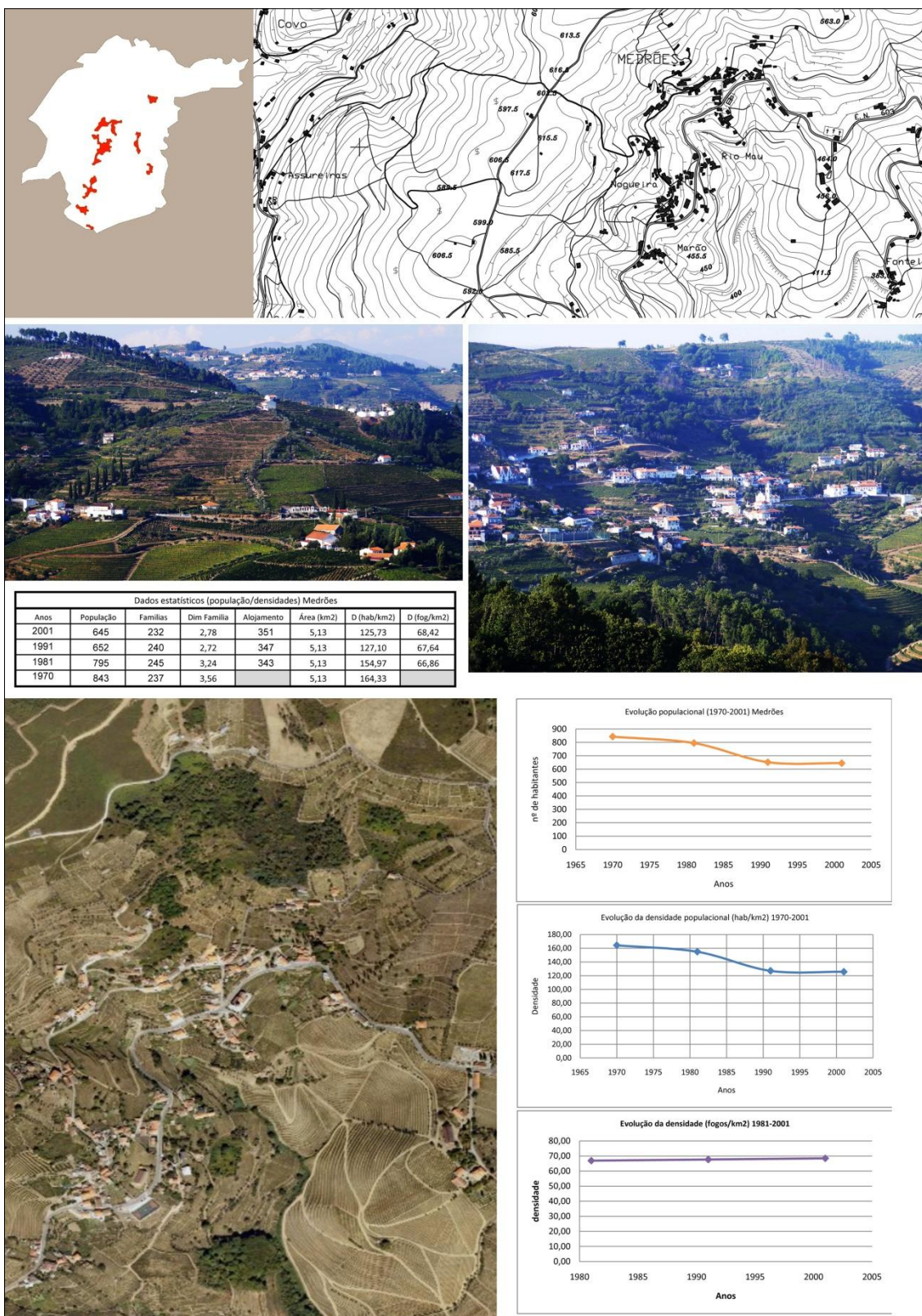
Dados estatísticos (população/densidades) Louredo							
Anos	População	Famílias	Dim Família	alojamento	àrea (km ²)	D (hab/km ²)	D (fog/km ²)
2001	516	184	2,80	266	7,25	71,17	36,69
1991	593	192	3,09	247	7,25	81,79	34,07
1981	730	203	3,60	264	7,25	100,69	36,41
1970	833	273	3,05		7,25	114,90	



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

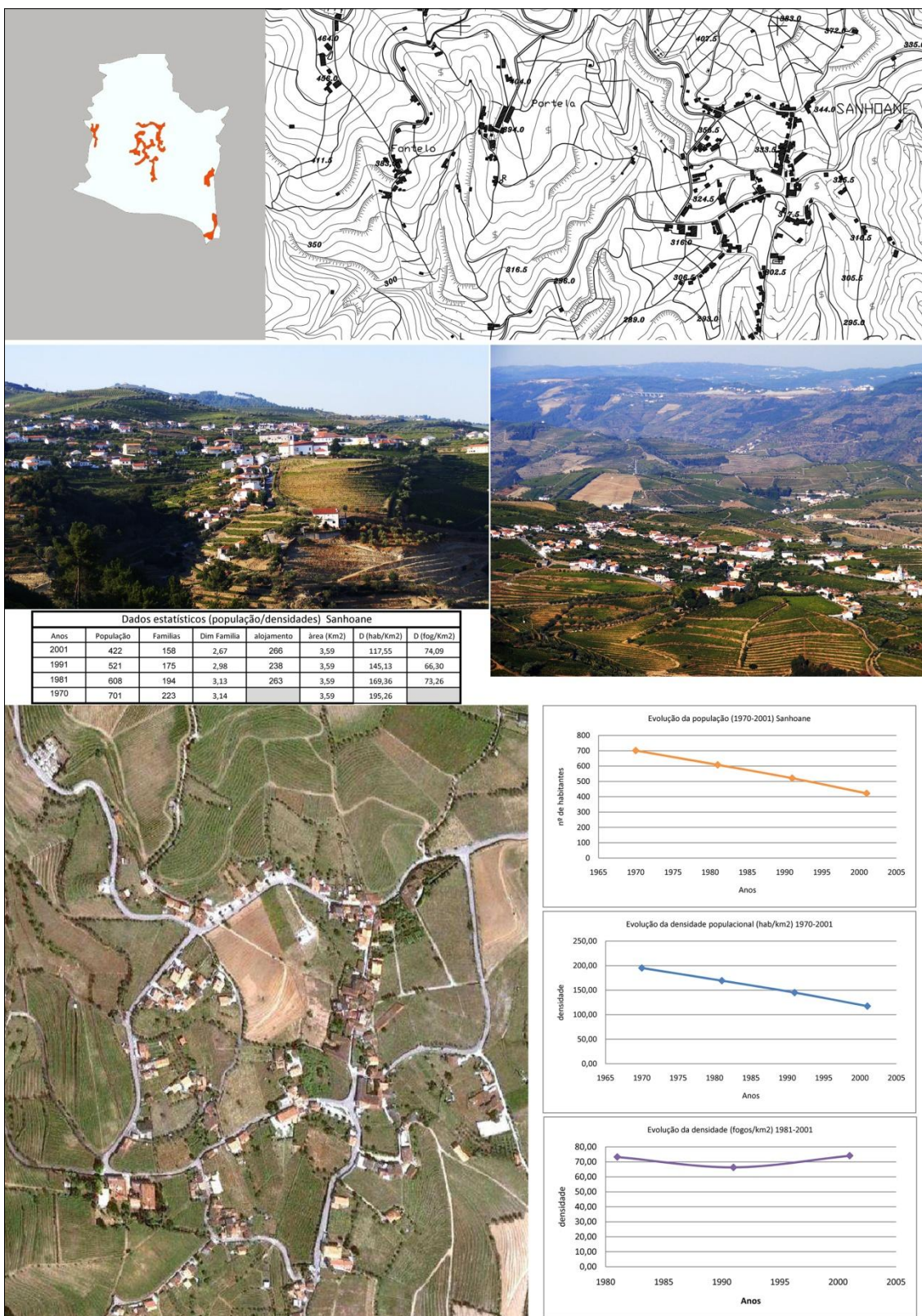
A.I.6 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Medrões



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

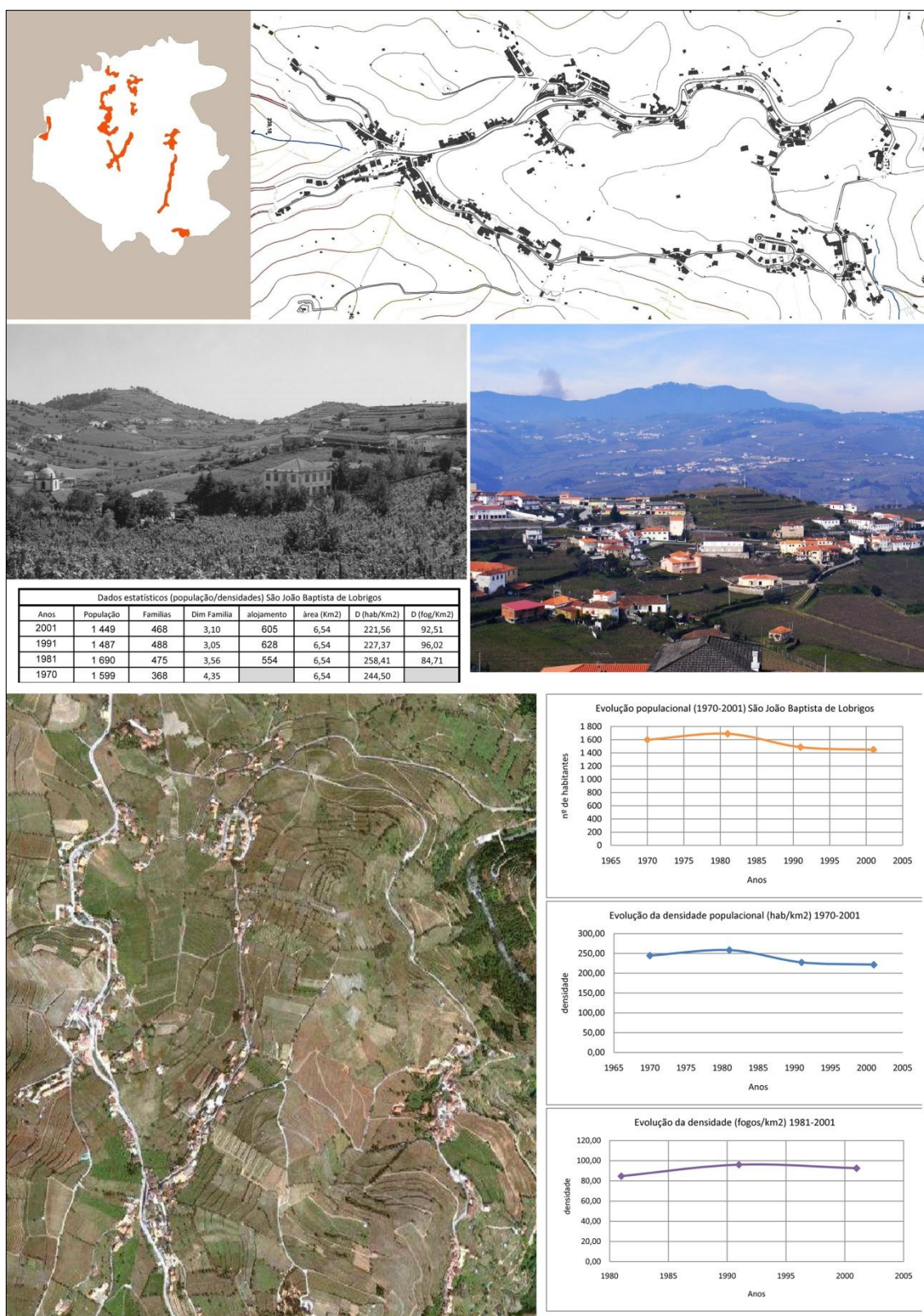
A.I.7 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Sanhoane



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

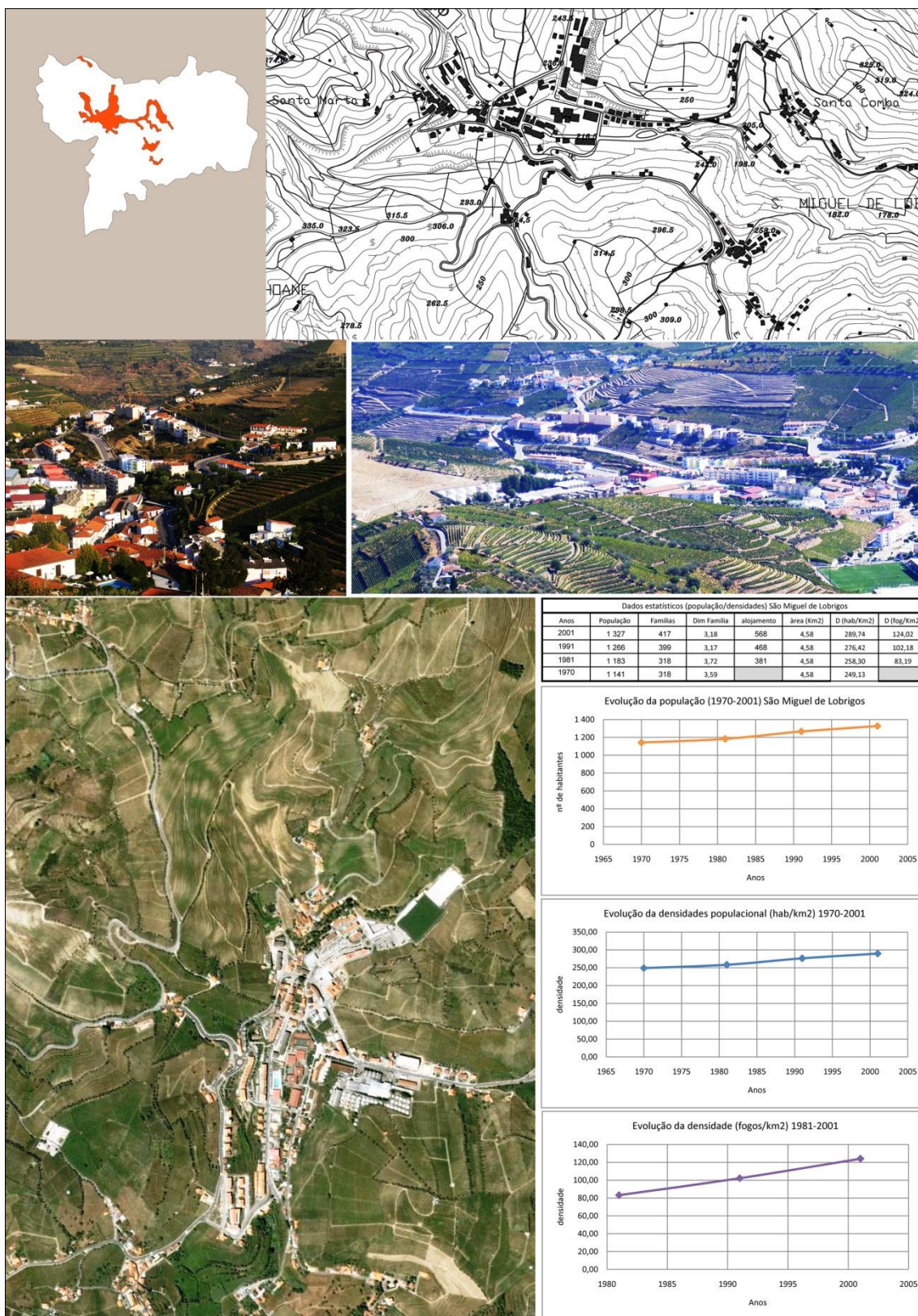
A.I.8 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de S. João Baptista



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

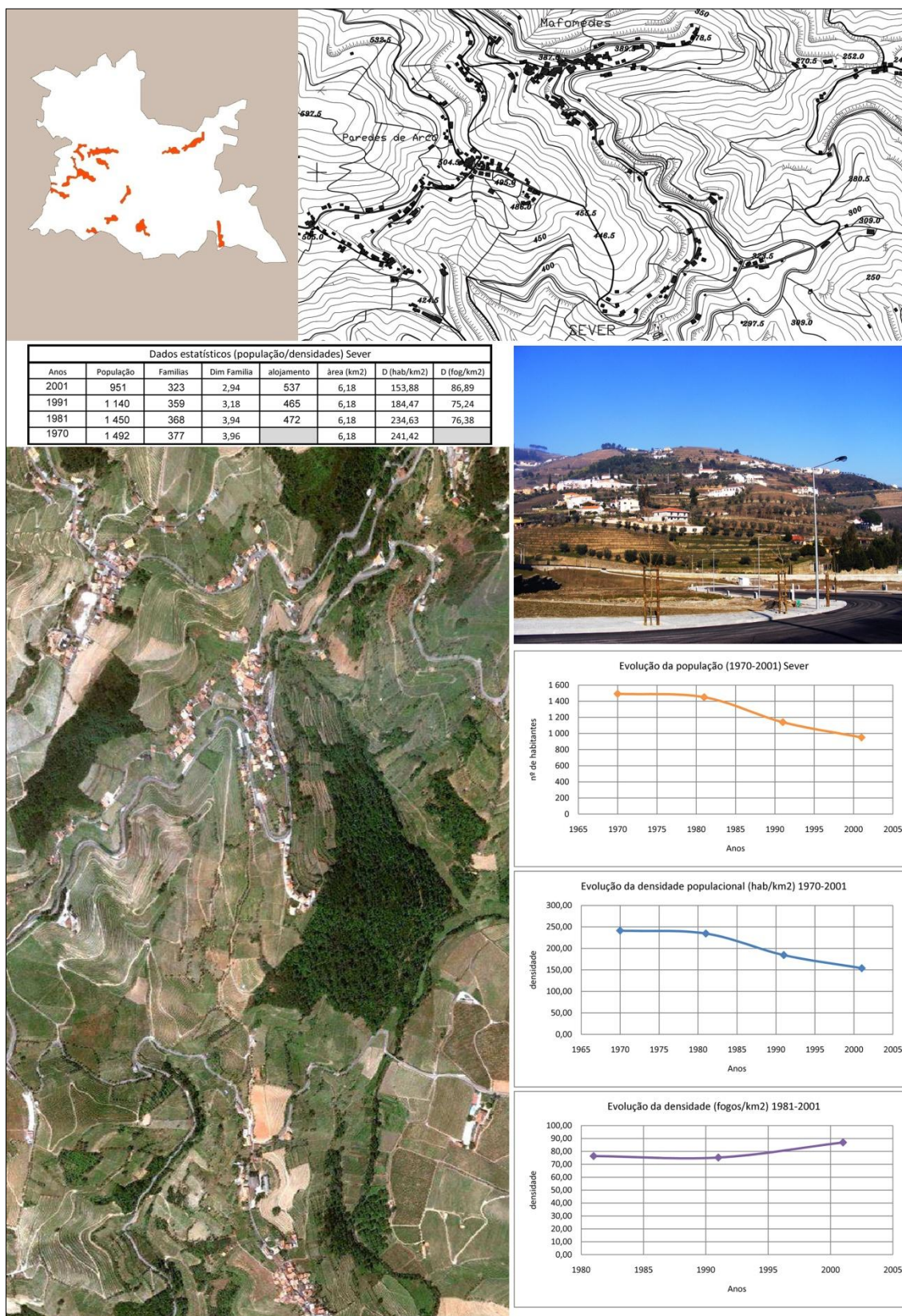
A.I.9 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de S. Miguel de Lobrigos



Fonte: Elaboração própria.

Elementos Estruturantes e Morfologia Urbana
 As diferentes formas urbanas em três núcleos de Santa Marta de Penaguião

A.I.10 Ficha de caracterização dos núcleos urbanos da freguesia de Sever



Fonte: Elaboração própria.